UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE ANÁPOLIS/GO: A trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970 -2009

JANES SOCORRO DA LUZ

UBERLÂNDIA/MG

2009

JANES SOCORRO DA LUZ

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE ANÁPOLIS/GO: A trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970 -2009

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L979r Luz, Janes Socorro da, 1968-

A (Re)Produção do Espaço de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009 / Janes Socorro da Luz. -2009.

349 f.: il.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Anápolis (GO) – Geografia – teses. 2. Cidades e vilas – Anápolis (GO) – Teses. I. Soares, Beatriz Ribeiro, 1952- II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.375

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

JANES SOCORRO DA LUZ

A (Re)Produção do Espaço de Anápolis/GO: A trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2000

Beatriz Ribeiro Soares

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares (Orientadora) - UFU

Nelba Azevedo Penna

Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna - UnB

Prof. Dr. João Batista de Deus - UFG

William R. Ferreira

Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira - UFU

Nágela Aparecida de Melo

Profa. Dra. Nágela Aparecida de Melo - UFU/PONTAL

Data: 24 / 09 de 2009

Resultado: APROVADA

A minha mãe, exemplo de perseverança,

e meu pai que

estará sempre presente.

AGRADECIMENTOS

Tributar agradecimentos a todos que contribuíram de forma direta e indireta na realização desta pesquisa não é uma tarefa fácil, por isso, quero dizer de forma antecipada que agradeço a todos pela atenção, apoio, orientação e amizade, tão importantes nesta jornada acadêmica. Contudo, em especial quero deixar registrados os meus agradecimentos:

À Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares, um exemplo a ser seguido, pela atenção, carinho e compreensão em meus momentos de dificuldade.

À minha família, por compartilharem minhas apreensões e momentos de alegria e tristeza.

Aos professores, colegas e secretárias do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pelo acolhimento e atenção.

Aos amigos que encontrei, especialmente, a Nágela, Iara, Hélio e Anete, pelas correções oportunas e a disposição de compartilhar.

À Universidade Estadual de Goiás, pelo tempo que me concedeu para que realizasse mais essa etapa acadêmica, também, aos meus colegas do Curso de Geografia, da Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, pelo apoio que me prestaram nas horas certas.

Aos que contribuíram com informações e dados para a realização deste trabalho nos órgãos públicos e privados, além das empresas.

E, agradeço a Deus por todas as bençães que derrama sobre minha vida!

Quem sabe onde quer chegar, escolhe o caminho certo e o jeito de caminhar.

(Thiago de Mello)

RESUMO

A pesquisa analisa a questão do território e considera a importância da divisão territorial do trabalho na configuração das cidades médias. Nesse sentido, desenvolve-se com o objetivo de compreender o processo de (re)produção de Anápolis, no Estado de Goiás, enquanto cidade média, posicionada em uma área estratégica entre duas metrópoles, Brasília e Goiânia. Também, destaca as transformações que influenciam na caracterização da cidade média e no exercício do comando regional, Esta organizada em quatro partes básicas: a primeira, envolve a discussão sobre o espaço e o território com ênfase na abordagem econômica, embasando as premissas que norteiam a discussão sobre a cidade média e do objeto de pesquisa em tela; a segunda, destaca o processo de apropriação e modernização do território goiano que repercute na organização espacial e divisão territorial do trabalho, inserido a cidade de Anápolis como em centro regional que se configura como um local de convergência de investimentos e população. A terceira, analisa o processo evolutivo da cidade e as diferentes dimensões nas quais, Anápolis, projeta sua influência de forma contínua e descontínua, por meio dos recortes territoriais que caracterizam os subespaços contidos no território no qual a cidade exerce centralidade. A quarta parte, por sua vez, caracteriza as dimensões econômicas e políticas, destacando a relevância das mesmas ao longo da constituição da cidade, também, considera que a cidade média passa por uma contínua transformação que promove a sua refuncionalização e desenvolve novos papéis e atividades. Por fim, observa a questão da relatividade da questão da localização na configuração da cidade como média ao discutir o caso de Anápolis e sua posição entre Goiânia e Brasília.

Palavras-chave: Espaço. Território. Divisão Territorial do Trabalho. Cidade Média

ABSTRACT

The research examines the issue of territory and considers the importance of territorial division of labor in the configuration of intermediate cities. In this sense, is developed in order to understand the process of (re) production of Anápolis, the State of Goiás, while median-sized city, located in a strategic area between two cities, Brasília and Goiânia. Also, highlights the changes that influence the characterization of midtown and in the exercise of regional command, This organized into four basic parts: the first involves a discussion about space and territory with emphasis on the economic approach, citing the assumptions that guide the discussion on the city average and the research object on screen, the second highlights the process ownership and modernization of Goiás territory which affects the spatial organization and territorial division of labor, entered the city of Anápolis as in the regional center which is intended as a meeting point of investment and population. The third examines the evolution of the city and the different dimensions in which, Anápolis, projects its influence in a continuous and discontinuous, through the territorial reserves that characterize the subspaces contained in the territory where the city is central. The fourth part, in turn, characterizes the economic and political dimensions, highlighting the relevance of the same over the constitution of the city, too, believes that the city average is in constant transformation that promotes the re-fictionalization and develops new roles and activities. Finally, says the question of the relativity of the issue of location in the configuration of the city as mean when discussing the case of Anápolis and its position between Goiânia and Brasília.

Key-words: Space. Territory. Median-sized city. Territorial Division of Labor.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Crescimento da População Total e Urbana de 1960 a 2000..... 65
Tabela 2 - Brasil e Grandes Regiões: Taxas de Crescimento da População..... 67
Tabela 3 - Brasil: Valor Adicionado da Produção Industrial entre 1960 e 2006..... 71
Tabela 4 - Estado de Goiás: Extensão da Rede Rodoviária – 1970 /2000..... 122
Tabela 5 - Estado de Goiás: Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – 1970 -1996..... 127
Tabela 6 - Estado de Goiás: Evolução da área colhida e produção das principais culturas comerciais entre 2000 e 2007..... 136
Tabela 7 - Estado de Goiás: Estrutura do segmento industrial de transformação – 2006..... 140
Tabela 8 - Estado de Goiás: Divisão Regional em Mesorregião e Microrregião – IBGE /2007..... 149
Tabela 9 - Mesorregião do Centro Goiano: Estrutura, densidade demográfica e número de municípios - 2007..... 152
Tabela 10 - Estado de Goiás: Distribuição por Mesorregiões das unidades hospitalares e número de leitos – 2000/2009..... 154
Tabela 11 - Estado de Goiás: Número de cidades por tamanho de população 2000 e 2007..... 166
Tabela 12 - Microrregião de Anápolis: Crescimento percentual da população total – 2000/2007..... 200
Tabela 13 - Estado de Goiás: Intenção de Investimentos na

Área de Influência da Ferrovia Norte-Sul, 2008..... 217
Tabela 14 - Estado de Goiás: Área, população residente e densidade demográfica, segundo as Regiões de Planejamento - 1980 – 2007..... 219
Tabela 15 - Regional Pireneus SES/GO: Quantidade de leitos disponibilizados, total geral e do SUS, 2009..... 232
Tabela 16 - Regional Pireneus SES/GO: Equipamentos em uso para diagnóstico por imagem, 2009..... 232
Tabela 17 - Estado de Goiás: Quantidade e Valores Contratados de Recursos do FCO – 2006 a 2008..... 256
Tabela 18 - Estado de Goiás: Origem do encaminhamento de pacientes para atendimento no Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo, 2006 a 2008..... 276
Tabela 19 - Anápolis/GO: População residente de acordo com o local de nascimento – 2000..... 282
Tabela 20 - Anápolis/GO: Percentuais de População Economicamente Ativa segundo as atividades econômicas, 2000 e 2006..... 288
Tabela 21 - Centro Oeste e Tocantins: Desempenho das Delegacias da Receita Federal da 1ª Região Fiscal – 2007/2008..... 308

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Evolução da População Urbana e Metropolitana de 1970 a 2000..... 65
Gráfico 2 - Brasil: Evolução da População Urbana nas Regiões Metropolitanas -1970 a 2000..... 66
Gráfico 3 - Brasil: Número de Municípios e População nos Censos Demográficos por Tamanho da População..... 69
Gráfico 4 - Estado de São Paulo: Valor adicionado da produção industrial em comparação com os valores da Região Sudeste entre 1950 e 2006..... 72
Gráfico 5 - Região Centro-Oeste: Fluxo de Crédito por Unidade Federativa - 1970 a 2003..... 128
Gráfico 6 - Região Centro-Oeste: Evolução do Produto Interno Bruto da Agropecuária por Unidade Federativa, 1970 – 2004..... 129
Gráfico 7 - Estado de Goiás: Estrutura do Produto Interno Bruto por setores de atividades – 1985 -2006..... 138
Gráfico 8 - Estado de Goiás: Estrutura do Produto Interno Bruto por segmentos da atividade industrial – 1985/2006..... 139
Gráfico 9 - Estado de Goiás: Distribuição da população por Mesorregião -2007..... 151
Gráfico 10 - Estado de Goiás: Distribuição do emprego formal de acordo com os setores de atividades e Regiões de Planejamento, 2006 158
Gráfico 11 - Região Centro-Oeste: Evolução da População por Estados 1872 a 2005 162
Gráfico 12 - Estado de Goiás: População Economicamente Ativa – Rural e Urbana – 1970 a 2000..... 163

Gráfico 13 - Anápolis-GO: Taxa Geométrica de Crescimento da População de 1872 a 2007..... 180
Gráfico 14 – Municípios da Microrregião de Anápolis: Produto Interno Bruto – 2006..... 201
Gráfico 15 - Municípios da Microrregião de Anápolis: Valor adicionado ao Produto Interno Bruto pela agricultura e indústria em valores correntes -2006..... 202
Gráfico 16 - Municípios da Microrregião de Anápolis: Arrecadação de ICMS em 2008..... 203
Gráfico 17 - Estado de Goiás: Arrecadação de ICMS segundo as Regiões de Planejamento, 2006..... 220
Gráfico 18 - Anápolis/GO: Participação na geração de empregos formais na Região de Planejamento do Centro Goiano, 2006..... 221
Gráfico 19 - Região de Planejamento do Centro Goiano: Participação dos municípios no total da população, 2007..... 222
Gráfico 20 - Município de Anápolis/GO: Produto Interno Bruto a preços correntes -2006..... 247
Gráfico 21 - Estado de Goiás: Projetos aprovados pelo programa PRODUZIR de 2000 a 2005..... 254
Gráfico 22 – Anápolis/GO: Participação das Empresas na Cadeia Produtiva do Pólo Farmacêutico de Anápolis por Região – 2008.. 258
Gráfico 23 - Anápolis/GO: Local de nascimento dos residentes por Estado – 2000..... 283

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões e variáveis: proposição metodológica para a abordagem territorial da cidade média..... 32
Quadro 2 - Brasil: exemplos de programas e planos do âmbito do PND/SUDECO – 1972 A 1987..... 119
Quadro 3 - Estado de Goiás: Principais Usinas Hidrelétricas em operação -2008..... 124
Quadro 4 - Região Centro-Oeste: segmentos do agronegócio classificados entre as dez melhores posições – 2004..... 131
Quadro 5 - Estado de Goiás: Ranking dos quinze municípios mais competitivos em 2007..... 145
Quadro 6 - Estado de Goiás: Municípios com mais de 50.000 habitantes – 2007..... 170
Quadro 7 - Anápolis/GO: Crescimento absoluto da população regional entre 1970 e 2007..... 188
Quadro 8 – Anápolis/GO: Rodovias de acesso federais e estaduais – 2008 204
Quadro 9 - Regional Pirineus: Distribuição do total de estabelecimentos segundo a atividade e a localização, 2009..... 231
Quadro 10 - Município de Anápolis/GO: Número de estabelecimentos ligados à produção agropecuária e pessoal ocupado na atividade, 1960 a 1980..... 246
Quadro 11 - Anápolis/GO: Empresas do distrito industrial ligadas ao setor agrícola - 2008..... 249
Quadro 12 - Anápolis/GO: Relação de Empresas do DAIA que se destacaram na arrecadação de ICMS em 2006..... 252

Quadro 13 - Anápolis/GO: Relação de Empresas do Pólo Farmacêutico de Goiás presentes no DAIA - 2008..... 257
Quadro 14 - Anápolis/GO: Shopping Centers em funcionamento na cidade – 2008..... 267
Quadro 15 - Estado de Goiás: Municípios de Regional Pirineus da Secretária de Saúde do Estado de Goiás, 2008..... 271
Quadro 16 - Anápolis/GO: Relação dos principais hospitais em funcionamento -2007..... 272
Quadro 17 - Anápolis/GO: Instituições de Ensino Superior – 2007..... 277
Quadro 18 - Anápolis/GO: Relação de cursos da Universidade Estadual de Goiás, 2008..... 278
Quadro 19 – Anápolis/GO: Condomínios horizontais militares e particulares fechados, 2007 286
Quadro 20 - Anápolis/GO: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – 1991 a 2000 287
Quadro 21 - Anápolis/GO: Empregos Formais por Setores de Atividades em 2008..... 289
Quadro 22 - Anápolis/GO: Trajetória das administrações políticas entre 1887 e 2007..... 292

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estado de Goiás: Projeção das compreendidas pela pesquisa 2006 -2009..... 31
Mapa 2- Capitania de Goiás no inicio do século XIX 101
Mapa 3 - Brasil e Estado de Goiás: Fragmentação Territorial – Séc. XVIII – 2009..... 104
Mapa 4 - Estado de Goiás: Localização da “antiga” região do Mato Grosso Goiano..... 109
Mapa 5 - Estado de Goiás: Rodovias e Ferrovias -2000..... 123
Mapa 6 - Estado de Goiás: Municípios com Distrito Agroindustrial, 2006..... 133
Mapa 7 - Estado de Goiás: Expansão das Usinas de Álcool e Açúcar, 2008..... 137
Mapa 8 - Estado de Goiás: Distribuição das principais áreas de concentração industrial – 2007..... 142
Mapa 9 - Estado de Goiás: Áreas de exploração e projeção dos pátios de transbordo Ferrovia Norte-Sul..... 144
Mapa 10 - Estado de Goiás: Ranking dos quinze municípios mais competitivos em 2007..... 146
Mapa 11 - Estado de Goiás: Divisão em Microrregiões – IBGE/2007..... 150
Mapa 12 - Estado do Goiás: Regiões de Planejamento – SEPLAN/GO – 2007..... 156
Mapa 13 - Estado de Goiás: Distribuição por classe de tamanho da população, 2007..... 168
Mapa 14 - Anápolis: Localização estratégico ente Goiânia e Brasília..... 187
Mapa 15 - Anápolis (GO): Municípios que integram a área de influência da cidade, 2008..... 192

Mapa 16 – Microrregião de Anápolis(GO): Municípios que integram a sua área de influência 195
Mapa 17 - Microrregião de Anápolis (GO): fragmentação territorial..... 198
Mapa 18 - Microrregião de Anápolis: Principais eixos rodoviários - 2007..... 205
Mapa 19 – Estado de Goiás: municípios localizados ao longo da BR 153..... 218
Mapa 20 - Estado de Goiás: área de abrangência da Agência Rural..... 226
Mapa 21 - Estado de Goiás: municípios da regional Pirineus da Secretaria de Saúde do Estado..... 229
Mapa 22 - Estado de Goiás: municípios pactuados no Sistema Único de Saúde..... 234
Mapa 23 - Estado de Goiás: gerência executiva da Previdência Social..... 236
Mapa 24 - Anápolis (GO): descentralização da atividade comercial..... 270
Mapa 25 - Estado de Goiás: área de abrangência do Hospital Urgência de Anápolis..... 275
Mapa 26 - Anápolis (GO):Expansão da área urbana, 1970 -2000. 285
Mapa 27 Fluxos do comércio mundial, importações e exportações, 2008.....- 307
Mapa 28 – Estado de Goiás: Anápolis entre a RIDE e a Região Metropolitana de Goiânia, 2007..... 312
Mapa 29 – Eixo Goiânia-Anápolis-Brasíla, 2007..... 314

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Brasil: Fisionomias do Bioma Cerrado no Estado de Goiás – 2007..... 91

Figura 2 - Brasil: Visão Geral de 1735, representação de Giffart (1735), apresentada na obra *Histoire Generale de Portugal*, Paris..... 96

Figura 3 - Brasil: Visão Geral de 1735, apresentada por Cóvens & Mortier no Nouvel Atlas,l'Academie Royale des Sciences, Amsterdam..... 97

Figura 4 - Estado de Goiás: Consumo Industrial e Geral de Energia Elétrica – 2007..... 125

Figura 5 - Estado de Goiás – Evolução das principais culturas comerciais -2000 -2007..... 135

Figura 6 - Estado de Goiás: Distribuição da população pelo território e saldo de empregos – 2007..... 162

Figura 7 - Estado de Goiás: Distribuição da população pelo território e saldo de empregos – 2007..... 165

Figura 8 - Anápolis/GO: Croqui da Vila de Santana das Antas em 1904 com os principais acessos e a projeção do Largo de Santana..... 177

Figura 9 - Município de Anápolis/GO: Processo de instituição da cidade, 1870-1907..... 179

Figura 10 - Estado de Goiás: Fragmentação territorial na Microrregião de Anápolis de 1727 a 2000..... 196

Figura 11 - Anápolis/GO: Projeções da Localização da Cidade e do Distrito Agroindustrial de Anápolis..... 251

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Anápolis/GO:Imagens da cidade na década de 1930, Av. Goiás..... 182
Foto 2 – Anápolis/GO:Imagens da cidade na década de 1930, Av. Goiás..... 182
Foto 3 – Anápolis/GO: Estrada de Ferro Goiáz - a inauguração em 1935 183
Foto 4 – Anápolis/GO – Estrada de Ferro Goiáz - a retirada dos trilhos da parte central da cidade em 1976..... 183
Foto 5 – Inhumas/GO: Aspectos da área comercial na parte central da cidade, Av. Goiás, 2007 206
Foto 6 – Inhumas/GO: Aspectos da área comercial na parte central da cidade, Praça Belarmino Essado, 2007..... 206
Foto 7 – Itaberaí/GO: Entrada principal da empresa Abatedouro São Salvador (Super Frango), às margens da GO 070, 2007..... 207
Foto 8 – Itaberaí/GO: Rodovia GO 070, sentido norte e sul, 2007..... 208
Foto 9 – Itaberaí/GO: Rodovia GO 070, que se configura como eixo que estrutura a circulação interna da cidade, 2007..... 208
Foto 10 – Itaberaí/GO: Empresa Somafértil, especializada na comercialização de máquinas agrícolas localizada na rodovia GO 070, 2007..... 208
Foto 11 - Araçu/GO: Área central da cidade, 2007..... 209
Foto 12 - Araçu/GO: imagem a entrada principal do Hospital Municipal de Araçu, 2007..... 209
Foto 13 - Caturaí/GO: Aspecto da sede do poder legislativo, 2007..... 209
Foto 14 - Caturaí/GO: Aspecto das sede do poder executivo, 2007..... 209
Foto 15 - Itauçu/GO: Praça Ilete Bueno, centro de serviços com destaque para a Secretaria Municipal de Saúde, 2007..... 209

Foto 16 - Itauçu/GO: A fachada do pronto socorro municipal, 2007..... 209
Foto 17 - Taquaral/GO: Entrada principal do Hospital Municipal Doralice Galdino Rocha, 2007 210
Foto 18 - Taquaral/GO: Entrada principal da Prefeitura Municipal, 2007..... 210
Foto 19 – Jaraguá/GO: Aspectos da Avenida Bernardo Sayão, parte central da cidade, 2007..... 211
Foto 20 – Jaraguá/GO: Avenida Bernardo Sayão, onde se localizam dezenas de lojas que revendem a produção do pólo confeccionista da cidade, 2007..... 211
Foto 21– Jaraguá/GO: Área central, Praça Sílvio de Castro Ribeiro, local de comercialização informal de confecções, 2007..... 211
Foto 22– Jaraguá/GO: Área central, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha, 2007..... 211
Foto 23 - Campo Limpo/GO:Aspectos da área comercial e central 2007..... 212
Foto 24 - Campo Limpo/GO: Aspectos da área central da cidade, 2007..... 212
Foto 25 - Petrolina de Goiás/GO: Área comercial ao longo da GO 070, 2007..... 212
Foto 26 - Petrolina de Goiás/GO: Prefeitura municipal, 2007..... 212
Foto 27 - Ouro Verde de Goiás/GO: Aspectos do comércio na parte central da cidade, 2007..... 213
Foto 28 - Ouro Verde de Goiás/GO: Aspectos do terminal rodoviário, 2007..... 213
Foto 29 - Santa Rosa de Goiás/GO: Terminal rodoviário, 2007..... 213
Foto 30 - Santa Rosa de Goiás/GO: Hospital Municipal, 2007..... 213
Foto 31 - Itaguaru/GO: Aspectos da área central, R. Antonio Lourenço de Sá, 2007 214
Foto 32 - Itaguaru/GO: Aspectos do terminal rodoviário da cidade,

2007 214

Foto 33 - Itaguari/GO: R. José do Couto, área central, 2007..... 214

Foto 34- Itaguari/GO: Centro de Saúde Dona Lia, 20007..... 214

Foto 35 - Heitoraí/GO: Hospital Municipal da cidade, 2007..... 214

Foto 36 - Heitoraí/GO: prefeitura da cidade, 2007..... 214

Foto 37– Estado de Goiás: Abertura da FNS, trecho Anápolis-Petrolina de Goiás, 2009..... 216

Foto 38 – Estado de Goiás: Abertura da FNS, trecho na área urbana de Anápolis, trevo de saída para Goiânia e entrada para o DAIA, BR 060/153, 2009..... 216

Foto 39 – Anápolis/GO: Assembleia dos caminhoneiros na Praça Bom Jesus em 1948..... 245

Foto 40 - Anápolis/GO: Aspectos internos do Mercado do Produtor, 2009..... 247

Foto 41 - Anápolis/GO: Aspectos da central de distribuição da produção oriunda da hortifruticultura regional, 2009..... 247

Foto 42 - Anápolis/GO: Indústrias Produtos Alimentícios Orlândia S.A, o Arroz Brejeiro, 2009..... 249

Foto 43 - Anápolis/GO: Cervejaria de Brasília S.A (CEBRASA), do grupo Ambev, 2009..... 249

Foto 44 - Anápolis/GO: Trevo de acesso ao DAIA, BRs 060 e 153, 2008..... 252

Foto 45 - Anápolis/GO: Trevo de acesso ao DAIA, com detalhes do canteiro de obras da Ferrovia Norte-Sul que passará através de um túnel sob o local, 2008..... 252

Foto 46 - Anápolis/GO: vista parcial do Distrito Agroindustrial de Anápolis, 2008..... 256

Foto 47 – Anápolis/GO: vista parcial do Laboratório Teuto Ltda., 2008..... 256

Foto 48 – Anápolis/GO: Imagens do centro da cidade, Rua Engenheiro Portela, 2009..... 265
Foto 49 – Anápolis/GO: R. Eng. Portela, área de concentração da atividade comercial varejista e de serviços, 2009..... 265
Foto 50– Anápolis/GO: Imagens da Av. Fernando Costa, via que estrutura a área central da Grande Vila Jaiara, 2009..... 266
Foto 51 – Anápolis/GO: Imagens o posto de atendimento dos serviços municipais "Rápido", 2009..... 266
Foto 52– Anápolis/GO: Visão panorâmica do alto do Bairro Jundiaí, 2009..... 267
Foto 53 – Anápolis/GO: Av. Santos Dumont, ao longo da qual se instalaram diversas clínicas no Bairro Jundiaí, 2009..... 267
Foto 54 - Anápolis/GO: Anashopping situado na Av. Universitária 2009..... 268
Foto 55 - Anápolis/GO: Brasil Park Shopping, situado Av.Brasil, 2009..... 268
Foto 56 – Anápolis/GO: Imagem da Av. Brasil norte , eixo que estrutura o sistema viário da cidade, 2009..... 268
Foto 57 – Anápolis/GO: Imagens da Av. Brasil sul, eixo que estrutura o sistema viário da cidade, 2009..... 268
Foto 58 – Anápolis/GO: Imagens do Hospital Municipal, Av. Miguel João, 2008..... 273
Foto 59 – Anápolis/GO: Imagens da entrada do Pronto Socorro da Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, 2008..... 273
Foto 60 – Anápolis/GO: Hospital Evangélico Goiano, especializado no atendimento de alta e média complexidade, 2008..... 273
Foto 61 – Anápolis/GO: Hospital Evangélico Goiano, entrada do pronto socorro, 2008..... 273
Foto 62 – Anápolis/GO: Hospital de Queimaduras, unidade de atendimento especializado, 2008..... 273

Foto 63 - Anápolis/GO: Hospital Espírita de Psiquiatria, unidade de atendimento especializado, 2008..... 273
Foto 64 - Anápolis/GO: Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo (HUANA), localizado na Avenida Brasil Norte, 2008..... 274
Foto 65 – Anápolis/GO: Vista aérea da Vila dos Oficiais e Vila dos Sub-Oficiais e Sargentos da BAAN, 2008..... 297
Foto 66 – Anápolis/GO:Vila dos Sub-Oficiais e Sargentos da BAAN, 2008 297
Foto 67 – Anápolis/GO: Aeronave Mirage posicionada na Praça Americano do Brasil, setor central da cidade, 2009 298
Foto 68 - Anápolis/GO: Imagens do anel viário da cidade na parte norte, trevo das BRs 414 e 153, 2009..... 299
Foto 69 - Anápolis/GO: Anel viário da cidade no trevo de saída para Brasília, 2009 299
Foto 70 - Anápolis/GO: Rua General Joaquim Inácio, “Rua dos Turcos”, área central de Anápolis, 2008 301
Foto 71 - Fotos 70 e 71 – Anápolis/GO: Rua General Joaquim Inácio, “Rua dos Turcos”, área central de Anápolis, 2008 301
Foto 72 - Anápolis/GO: Estação Aduaneira do Interior, Porto Seco Centro-Oeste, 2007..... 305
Foto 73 - Anápolis/GO: Estação Aduaneira do Interior, Porto Seco Centro-Oeste, armazéns e silos nas proximidades da Ferrovia Centro-Atlântica, 2007..... 305

LISTA DE SIGLAS

ACIA	Associação Industrial e Comercial de Anápolis
AGENCIARURAL	Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
AGETOP	Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas,
AGRODEFESA	Agência Goiana de Defesa Agropecuária
BAAN	Base Aérea de Anápolis
BIRD	Banco Mundial
CAIs	Complexos Agroindustriais
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEASA	Centrais de Abastecimento de Goiás S.A
CNES	Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPM/BIRD	Projeto Especial de Cidades de Porte Médio
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
EADI	Estação Aduaneira do Interior
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEFEGO	Escola Superior de Educação Física de Goiás
FASA	Fundação de Assistência Social de Anápolis
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de G*oiás*
GEREX	Gerência Executiva do Ministério da Previdência Social
GOIÁSFORMENTO	Agência de Fomento do Estado de Goiás
HUANA	Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGTF	Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MET	Ministério do Trabalho e Emprego
MinT	Ministério do Interior
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MS	Ministério da Saúde
PD	Plano Diretor
PDRCO	Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
PDTG	Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transportes do Estado de Goiás
PEA	População Economicamente Ativa
PEDCO	Programa Estratégico de Desenvolvimento do Oeste

PIB	Produto Interno Bruto (PIB)
PLADESCO	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste
PLMGO	Plataforma Logística Multimodal de Goiás
PNCCPM	Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
ReCIME	Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias
REGIC	Região de Influência das Cidades
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RIDG	Região Integrada de Desenvolvimento de Goiânia
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
RP	Regiões de Planejamento
SAMU	Serviço Médico de Urgência
SANEAGO	Empresa de Saneamento do Estado de Goiás
SEAGRO	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Goiás
SECTEC	Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás
SEINFRA	Secretária de Estado de Infra-Estrutura
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
SES/GO	Secretaria Estadual de Saúde de Goiás
SIC	Secretaria da Indústria e do Comércio do Estado de Goiás
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UnU	Unidades Universitárias
UnUCET	Unidade de Ciência e Tecnologia
UnUCSEH	Unidade de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 28

1 - O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TERRITORIO 38

1.1 - O Contexto Espacial na Análise: um preâmbulo necessário..... 38

1.1.1 - Do Espaço ao Território: pressupostos teóricos para a análise..... 47

1.1.2 - A abordagem econômica na análise do território..... 52

1.2 - A Relevância da Abordagem Territorial na Análise das Cidades Médias: proposições metodológicas..... 63

1.2.1 - A urbanização brasileira após a década de 1960: o despontar da importância das cidades médias..... 63

1.2.2 - Da cidade de porte médio à cidade média contemporânea..... 75

1.2.3 - A cidade média como centro de decisão no exercício do comando regional..... 83

2 - OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: a dinâmica territorial e a urbanização em Goiás..... 90

2.1 - A apropriação e fragmentação do território goiano: a ruptura com o isolamento e a transformação dos velhos tempos..... 95

2.1.1 - A fragmentação do território goiano..... 102

2.1.2 - A importância da atividade agrícola: os impactos sobre a dinâmica territorial em Goiás..... 106

2.2 - A dinâmica territorial em Goiás: novos tempos na configuração do território 116

2.2.1 - A ação estratégica do Estado na estruturação do território goiano..... 116

2.2.2 - A dinâmica produtiva: a modernização e o desenvolvimento agroindustrial..... 126

2.3 - A urbanização do território em Goiás: a modernização em curso..... 147

2.3.1 - O território dividido: as Mesorregiões, Microrregiões e Regiões de Planejamento..... 148

2.3.2 - A configuração da rede urbana goiana..... 159

3 - A CIDADE MÉDIA EM UM MUNDO DE RELAÇÕES: Anápolis/GO no exercício do comando regional 176

3.1 - A Cidade de Anápolis/GO no contexto histórico e espacial..... 176

3.2. A cidade de Anápolis na escala interurbana..... 193

3.2.1. A configuração territorial da Microrregião de Anápolis: a presença de subespaços 194

3.2.2 A Região de Planejamento do Centro Goiano: a área de expansão do Eixo da BR 153 215

3.3 A inserção de novos recortes territoriais 223

4 - A DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO NA CIDADE MÉDIA: a dinâmica territorial anapolina..... 241

4.1 - A Dimensão Econômica: produção, circulação e consumo..... 242

4.1.1 - Os elementos fixos: produtivos, técnicos e de serviços..... 244

4.1.2 - A circulação e o consumo: o espaço dos fluxos..... 281

4.2 - A Dimensão Política..... 290

4.3- A O Desenvolvimento Econômico e Político Integrado..... 303

4.3.1 A iniciativa local e o comando externo 304

4.3.2 Anápolis: Uma localização estratégica e um posicionamento geográfico complexo 310

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 320

REFERÊNCIAS..... 326

ANEXOS..... 348

INTRODUÇÃO

A dinâmica urbana constitui uma temática que desperta a atenção e suscita o debate teórico. Nesse sentido, a presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de compreender o processo de (re)produção de Anápolis, no Estado de Goiás, enquanto cidade média que demonstra uma crescente especialização e refuncionalização, ao mesmo tempo, em que apresenta uma localização estratégica e complexa que a posiciona entre duas metrópoles regionais: Goiânia e Brasília.

No caso específico de Anápolis, torna-se relevante a especificidade da localização geográfica duas metrópoles regionais de grande dinamismo que foram construídas para simbolizar o processo de modernização e interiorização do povoamento preconizado, no caso de Goiânia pelo governo Vargas na década de 1930 e de Brasília por Kubstichek na década de 1950. A análise destaca a importância de discutir o processo de modernização e apropriação do território goiano, seu desenvolvimento e inserção na dinâmica da divisão territorial do trabalho, o que indica, também, na necessidade de compreender as especificidades que envolvem o conceito de território na análise espacial, que o configura em sua organização contínua e/ou descontínua.

O recorte temporal considera o período pós-1970 que se articula ao estabelecimento das primeiras regiões metropolitanas no Brasil e envolve, principalmente, o processo de transformação que dinamizou a apropriação do território goiano, sua modernização e sua urbanização, associada à expansão da agropecuária moderna em sintonia com os interesses capitalistas privados e estatais. Este processo, também, demandou a extensão dos sistemas de engenharia que são fundamentais para estruturar o território e que contribuem de forma decisiva para a diversificação das estruturas produtivas internas com o desenvolvimento industrial.

Esta pesquisa envolve, basicamente, três premissas: a primeira, reconhece que os estudos urbanos, tradicionalmente, enfatizam a dimensão metropolitana, o que não permite alcançar todas as dimensões que envolvem o fenômeno urbano, sendo necessário ultrapassar esse limite, o que nos direciona para o estudo da cidade média. A segunda, parte da compreensão que o significado de cidade média

exige a superação da tradicional analogia entre cidade de porte médio e cidade média, pois a expressão cidade média alcança um significado que não se restringe apenas em classificá-la de acordo com um ou outro parâmetro demográfico, como se dá no caso das cidades de porte médio. Sua relevância se associa ainda com a dinâmica de organização territorial do trabalho que transformou o espaço brasileiro e imprimiu um processo de urbanização complexo e marcado pelas desigualdades regionais.

Por sua vez, o terceiro pressuposto relaciona-se ao exercício do comando regional, no caso, direcionado para Anápolis, como característica marcante atribuída às cidades médias, uma vez que para exercê-lo, as cidades foram dotadas de recursos ou instrumentos técnicos, materiais e humanos, estabelecendo diferentes relações, que estão ligadas a ação dos agentes políticos e econômicos, que transformam e promovem intervenções sobre uma dada realidade, estabelecendo as condições necessárias para a (re)produção do espaço.

A pesquisa reconstrói o processo de apropriação técnica e material do espaço, configurado em um território reticulado, ao mesmo tempo em que destaca as particularidades que envolvem a presença do geral no particular. Para viabilizá-la foram seguidos os seguintes procedimentos metodológicos: primeiro, a revisão bibliográfica com análise crítica e, respectivo aprofundamento teórico e metodológico, estabelecendo um embasamento consistente e coerente passível de ser refutado, mas, capaz de propiciar o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento; e, também, a pesquisa documental com o levantamento de dados estatísticos, cartográficos e legais sobre a cidade de Anápolis e área de influência.

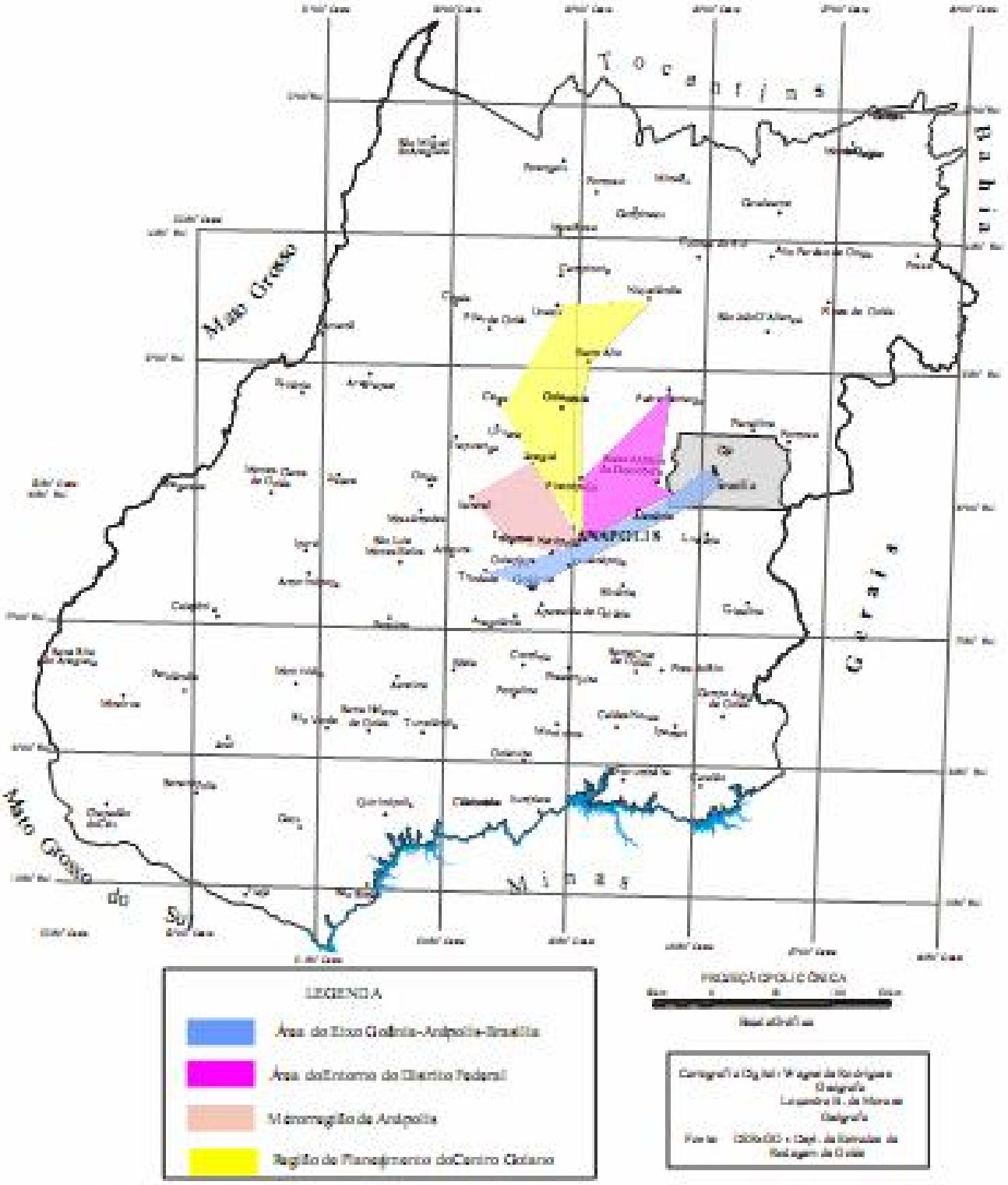
De início essa revisão encaminhou a análise para delimitar o local a ser estudado a partir da divisão que estabelece as micro e mesorregiões em Goiás, especificamente, a microrregião de Anápolis. Depois, inserirmos os novos recortes territoriais que surgem a partir da análise das interações espaciais que a cidade média desenvolve no exercício do comando regional, ou seja, como se estruturam os diferentes agentes que atuam na organização do território a partir da cidade e as respectivas regiões que são estabelecidas. Essa percepção, permitiu que fosse redimensionada a área na qual os agentes públicos e privados sediados na cidade média exercem o poder.

Essa etapa inicial, culminou com a seleção de cinco diferentes dimensões territoriais que envolvem a análise sobre a cidade de Anápolis: a microrregião de Anápolis; a Região de Planejamento do Eixo da BR 153; os novos recortes territoriais, que destacam a formação de continuidades e de descontinuidades; a interna que destaca a expansão das atividades comerciais e de serviços; além, das possibilidades de inserção da cidade no espaço global, bem como a existência eixo Goiânia-Anápolis-Brasília.

Com isso, um segundo procedimento metodológico se fez necessário, ou seja, o trabalho de campo que consistiu no levantamento e caracterização da área estabelecida, também, pelos novos recortes territoriais, (Mapa 1). Dessa forma, foram selecionados os dados históricos, sociais, econômicos e políticos, além de imagens dos municípios que se encontravam na área de abrangência da cidade. Esse banco de dados possibilitou estabelecer análises comparativas entre os diferentes conjuntos e, ao mesmo tempo, reafirmou a percepção que é preciso rever a abordagem tradicional que concebe a área da microrregião de Anápolis.

As principais fontes de informações estatísticas foram os dados disponibilizados pelos seguintes institutos de pesquisa e órgãos públicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br/sidra>; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), banco de dados IPEADATA, disponível em <http://www.ipea.org.br/ipeadata>; também, as informações específicas sobre trabalho e saúde disponibilizadas pelo Ministério da Saúde/DATASUS e Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS/CAGED; além, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN/GO), em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>.

A partir desses dados foi possível delimitar com mais precisão a área efetiva de atuação da cidade e demonstrar a existência de um território reticular que se estrutura marcado por continuidades e descontinuidades. Assim, foram definidas duas dimensões para a análise: a econômica ligada à produção, circulação e consumo; e a política associada ao processo de organização e que envolve a atuação dos agentes que produzem o espaço.



Mapa 1 – Estado de Goiás: Projeção das áreas compreendidas pela pesquisa 2006 -2009

No âmbito deste trabalho, na dimensão econômica são consideradas as relações de produção, circulação e consumo que compõem os fixos e fluxos que transformam a cidade num lugar onde se processa a divisão técnica, social e territorial do trabalho, Santos (1979, 1988, 1996a, 1997a, 1998a) e Carlos (1999, 2004). Enquanto na dimensão política sobressai a questão da forma como estão organizados os diferentes agentes, públicos e privados, que atuam na cidade média e partir dela, contribuem para o seu desenvolvimento, (ver Quadro 1).

Dimensões	**Variáveis**			
Econômica	Produção	Fixos	Infraestrutura produtiva	Atividades (formais e informais) Empresas Distrito
			Infraestrutura técnica	Sistemas de engenharia
			Infraestrutura de serviços	Saúde Educação
	Circulação e consumo	Fluxos	Relações	Locais Extra-locais
			Estrutura social	Mercado de mão-de-obra Indicadores sociais Indicadores ambientais e de qualidade de vida
Política	Idéias (organização)	Ações		Público
				Privado

Quadro 1 – Dimensões e variáveis: proposição metodológica para a abordagem territorial da cidade média

Fontes: Santos (1979, 1988,1996, 1997a, 1998c), Soares (1995, 1999), Santos e Silveira (2001), Sposito e Elias (2006), Sposito (2001, 2006), Sposito et al (2007), , Oliveira (2008)

Organização: Luz (2008)

Inclusive, conforme apresenta o Quadro 1, a dimensão econômica articula a produção, circulação e consumo, englobando as variáveis que compõem os fixos e fluxos, os quais " interagem e se alteram mutuamente" (SANTOS, 1997b, p, 78). Por sua vez, os fixos são representados pelos elementos que constituem as diversas infra-estruturas, enquanto, os fluxos agregam a dinâmica que envolve a relações econômicas e sociais que movimentam e dinamizam e estruturam o território. Nesse conjunto, valorizam-se as infra-estruturas: técnicas, produtivas e de serviços, que influenciam nas relações espaciais e de consumo. Pois, segundo Santos e Silveira (2001, p. 280):

> As cidades são os pontos de intersecção e **superposição entre as horizontalidades e as verticalidades.** Elas oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas. Assim, elas funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno. (grifos nossos)

Sobre as diferentes formas de consumo, Santos e Silveira (2001, p. 280) acrescentam:

> Entre as formas de **consumo consumptivo**, isto é, o consumo das famílias, podemos incluir o consumo de educação, de saúde, de lazer, de religião, de informação geral e especializada e o consumo político, na forma do exercício da cidadania. Entre as formas de **consumo produtivo** encontram-se, entre outros, o consumo de ciência embutida nas sementes, nos clones, nos fertilizantes etc., o consumo de consultorias e o consumo de dinheiro adiantado como crédito. As atividades urbanas estão ligadas a esses tipos de consumo, e é assim que as cidades cumprem o papel de responder às necessidades da vida de relações, que recentemente aumentaram quantitativamente e se diversificaram qualitativamente (grifos nossos).

Mas, a dinâmica da estrutura contida no Quadro 1 depende da existência de um amplo sistema de suporte que organiza o território e, ao mesmo tempo, garante a fluidez ou porosidade territorial, permitindo que a cidade média entre "na lógica extrovertida exigida atualmente pelo mundo" (ARROYO 2006, p. 83). Uma vez que, tendo se estruturado as cidades médias se reafirmam e participam de forma dinâmica dos circuitos e/ou círculos espaciais de produção,ou seja, tanto na escala intra-urbana, Santos (1979), como em escalas mais amplas, Santos e Silveira

(2001). Inclusive, Arroyo (2006, p. 81) afirma que é “na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam”. E, acrescenta:

> A circulação repercute sobre a produção obrigando-a a modernizar-se. Os fluxos multiplicam-se, diversificam-se, tornam-se ainda mais importantes para a realização da produção. Os circuitos e os círculos estendem-se alargam a dimensão dos contextos,organizam uma trama de relações além das fronteiras nacionais (ARROYO, 2006, p. 81)

Corrêa (2007, p. 30) destaca a importância dos fluxos e das interações espaciais na esfera das cidades médias ao afirmar que:

> Admite-se que a cidade média apresente interações espaciais intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade. Mais que isso, essas interações espaciais são, em grande parte, controladas pela elite da cidade. Por meio dela, a cidade média conecta-se à rede global de cidade e interações, ainda que outras interações sejam controladas por grupos externos.

Sposito et al (2007) observa que o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes relativizou a forma e o conteúdo dos deslocamentos que configuravam de modo contínuo a área em que a cidade média se relacionava, assim, estabeleceram-se novas relações marcadas pela presença de diferentes redes e pela descontinuidade territorial. Nesse sentido, na cidade média se combinam “**áreas** e **eixos,** e **continuidades** com **descontinuidade territorial**” Sposito et al (2007, p. 51, grifos das autoras).

Inclusive, na proposta de análise que Sposito et al (2007) apresenta para caracterizar a redefinição de funções nas cidades médias, destacam-se quatro processos principais: o primeiro, estabelece a importância e diferenças da concentração e da centralização econômicas, bem como a influência que exercem na (des)concentração espacial e, acrescentamos, demográfica; o segundo processo, reafirma a influência que a expansão e modernização dos sistemas de transportes e comunicação têm sobre a fluidez e redução dos custos com a circulação geral e a produção, com isso, tornam-se atrativas as cidades médias que possuem um posicionamento estratégico; no terceiro, são destacadas as dinâmicas atuais que influem nas atividades comerciais de serviços; o último processo, retoma a questão da cidade média articuladas às transformações recentes

geradas pela modernização agrícola, assim, considera-se a importância atividades especializadas que se relacionam ao consumo de bens e serviços ligados ao agronegócio.

Dessa forma, entre os diferentes recortes e dimensões identificados, alguns foram particularizados para exemplificar a estruturação do território no qual a cidade média se posiciona como centro e a partir do qual estabelece sua influência, empregando como critério a produção das continuidades e descontinuidades. Para tanto, o trabalho de campo, envolveu visitas aos órgãos públicos nas diferentes esferas de poder e a coleta de informações e dados não disponibilizados pelos institutos de pesquisa, específicos da origem, estrutura e funcionamento dos municípios pesquisados. Esses dados foram trabalhados e permitiram a representação cartográfica e iconográfica que está inserida nesta pesquisa.

Nesse sentido, utilizamos a base cartográfica digital disponibilizada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), por meio do Sistema Estadual de Estatística e Informações Geográficas de Goiás (SIEG), construída a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) de 2007, além da representação, também digital, da divisão política territorial de Goiás (1999) da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas(AGETOP). Neste caso, a representação de 1999 foi atualizada com a inclusão dos novos municípios surgidos após esta data, principalmente os que se limitam com o município de Anápolis, como no caso de Campo Limpo de Goiás e Gameleira de Goiás. Para tanto, utilizamos as informações do limites municipais digitalizados pelo IBGE regional a partir da base com escala de 1:100.000, da carta planialtimétrica, folha SE-22-X-B, em formato digital.

Na representação da área urbana de Anápolis, utilizamos as informações geradas pelo IBGE, em formato digital, da malha urbana de Anápolis, (COD.5201108). Com as bases cartográficas definidas, abrangendo as escalas: estadual, microrregional e da malha urbana. Depois, as informações foram tratadas e processadas graficamente com o apoio do software CorelDraw, versões 10 e 12.

Na análise das características internas da cidade, foram priorizados os elementos que caracterizam as diferentes infraestruturas e atividades que compõem os fixos e os fluxos, exemplificados pelos segmentos do comércio, indústria e

serviços, além do quadro composto por agentes públicos e privados que articulam a dimensão política e representam as elites locais. Para essa etapa, foram previstas entrevistas com as lideranças políticas do município, porém, especificidades geradas pela instabilidade política local no período de 2006 a 2008, com a cassação e troca do secretariado e, posterior, intervenção na administração municipal, inviabilizaram a realização das mesmas, portanto, optamos por não particularizar as informações obtidas e, sim, procuramos contextualizá-las no âmbito da discussão sobre a cidade como um todo.

Desse modo, este trabalho apresenta a análise do processo que envolve a (re)produção do espaço da cidade de Anápolis/GO, após a década de 1970, uma trajetória que a posiciona entre duas metrópoles onde se realizam as relações de complementaridade e conflito.

A estrutura desta pesquisa está organizada em quatro capítulos: o primeiro, destaca o processo de modernização e apropriação do território no contexto goiano, os pressupostos teóricos sobre a análise do território em sua abordagem econômica, a relevância da mesma na análise do território; no segundo capítulo, destacamos os caminhos do desenvolvimento e modernização do território, a dinâmica território e a urbanização em Goiás. Nesse sentido, analisa a apropriação e fragmentação do território goiano, sua ruptura com o isolamento e a transformação dos velhos tempos, também a fragmentação do território goiano e a importância da atividade agrícola na dinâmica territorial que promove a urbanização do território goiano.

O terceiro capítulo particulariza a discussão através do estudo de caso da cidade de Anápolis e seu exercício no comando regional, contextualizada no tempo e no espaço e insere os novos recortes espaciais. Por fim, no quarto capítulo destacamos a divisão social e territorial do trabalho na cidade média, nas dimensões: econômica e política. Também, articula essas dimensões na escala regional através das relações que inserem a cidade no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, bem como, projetam a cidade de Anápolis de modo multidimensional e multiescalar.

Capítulo 1 - O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TERRITORIO

Capítulo 1 - O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TERRITORIO

> A primeira coisa a fazer é definir o que a gente pretende conversar. Se não o faço, também não permito que as pessoas discutam comigo.
>
> Milton Santos (1988)

1.1 O Contexto Espacial na Análise: um preâmbulo necessário

A Geografia tem na análise do espaço sua principal referência para estabelecer os, denominados por Corrêa (1995), conceitos-chave de: paisagem, lugar, região, espaço e território. Conceitos que são "capazes de sintetizarem a sua objetivação, isto é, o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo que confere à geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais" (CORRÊA, 1995, p 16).

O espaço possui um caráter ontológico, pois, enquanto mantém suas características, essas são inseparáveis e comuns a cada um dos elementos que o compõe. De acordo com Harvey (1980, p. 248, grifo do autor) a "ontologia é uma teoria do que existe (...) dizer que alguma coisa tem *status* ontológico é dizer que existe". A partir dessa concepção que se atribui ao espaço uma existência concreta, ou seja, desenvolve-se a compreensão do mesmo, também, como uma totalidade, cujas partes funcionam em sincronia, pois a totalidade "busca moldar as partes de modo que cada parte funciona para preservar a existência e a estrutura geral do todo" (HARVEY, 1980, p. 250). Nesse sentido, Santos (1988, p. 64) observa que

> O espaço, como realidade, é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território, seja qual for a escala da observação, e que cada ponto de espaço é solidário dos demais, em todos os momentos. A isso se chama totalidade do espaço.

Capel (1981, p. 436) acrescenta que conceber o espaço como um produto social representa umas das principais contribuições que os geógrafos obtiveram da sociologia e do urbanismo, pois, é um processo que "implica necessariamente partir d da estrutura social para começar a conhecer a organização do espaço".. Nessa perspectiva, Corrêa (1995), ao caracterizar as concepções de espaço nas diversas correntes do pensamento geográfico, enfatiza a importância de considerar as práticas espaciais no processo de organização do espaço. Para esse autor, as práticas espaciais estão ligadas à ação e influenciam na produção e reprodução do espaço, além de se ligarem ao controle e à gestão do território por meio das ações engendradas pela sociedade de forma diferenciada, propiciando a seletividade espacial, fragmentação-remembramento, antecipação, marginalização e reprodução da região produtora (CORRÊA, 1995, p.36).

Lefebvre (1974), em *A Produção do Espaço*, também, destaca o espaço como produto social e agrega a essa noção a concepção de inseparabilidade da produção e reprodução do espaço. Aspectos, inclusive, ressaltados por Carlos (1994, 2004) ao observar que a reprodução se constitui em um desdobramento do processo de produção e representa uma categoria central para a compreensão da forma como o espaço se estrutura e organiza. Nesse sentido, segundo a autora, ao levar em consideração a perspectiva de reprodução do espaço o processo se torna dinâmico e imprescindível "para a compreensão de uma totalidade que não se restringe apenas ao plano econômico, abrindo-se para ao entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, que pressupõe uma totalidade mais ampla" (CARLOS, 2004, p. 22).

Especificamente, no que tange à discussão sobre o processo de produção herdado de Marx e Engels, a ênfase está na sua importância como elemento chave para a constituição da sociedade e a influência que exerce sobre as instituições que a organizam. Segundo Carnoy (1994, p.65)

> Na concepção de Marx, é impossível separar a interação humana em uma parte da sociedade da interação em outra parte: a consciência humana que guia até mesmo determina essas relações individuais é o produto das condições materiais -- o *modo* pelo qual as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas (grifo do autor).

Conforme destacam Hunt e Sherman (1997) e Gomes (1991), o modo de produção compõe-se da interação entre as “forças produtivas” e as “relações de produção” (grifo nosso). As primeiras, compreendendo o arsenal material necessário para produzir, ou seja, as ferramentas, máquinas, equipamentos e, também, a própria ação humana mediante sua força de trabalho, bem como as habilidades e conhecimentos a ela inerentes que estão articuladas ao desenvolvimento técnico-científico e informacional. Enquanto, as relações de produção envolvem as relações sociais, ou seja, a que se dá entre as pessoas, além das relações entre a propriedade ou não dos meios de produção, responsável pela diferenciação da própria estrutura social. Nessa direção, Gomes (1991, p.57) ressalta que

> Em seu conjunto, as relações de produção formam a base econômica da sociedade *(infraestrutura*). Já, a ciência, os sistemas filosóficos, jurídicos, éticos, estéticos, etc., com as suas instituições correspondentes (o Estado, o Direito, os Partidos, as Organizações, as Instituições sociais, religiosas, etc.), e respectivas ideologias, constituem a *superestrutura*. Esta juntamente com o modo de produção vigente numa sociedade, base material de sustentação, funcionam como um complexo orgânico unitário, cabendo à economia o papel determinante (grifos do autor).

Santos (1997a) em sua proposta de analisar o espaço a partir da centralidade da técnica, relaciona as forças produtivas ao sistema de objetos e as relações sociais ao sistema de ações. Mas, o autor adverte que, na atualidade “as chamadas forças produtivas são, também, relações de produção” e, ainda, que a “interdependência entre forças produtivas e relações de produção se amplia, suas influências são cada vez mais recíprocas, uma define a outra cada vez mais, uma é cada vez mais a outra” (SANTOS, 1997a, p. 53).

Nesse sentido, enquanto totalidade, o espaço expressa uma realidade historicamente determinada, pois, apresenta-se como uma somatória de formas e funções transformadas continuamente por meio do tempo que se estabelecem sobre uma base territorial, Santos (1978[1996a], 1985[1988]). O espaço representa, antes de tudo, uma instância social[1], onde os elementos forma, função, estrutura e

[1] De forma mais ampla, a análise do espaço se destaca na obra de Soja (1993), *Geografias Pós-Modernas*, além de Gottdiener (1993), *A Produção Social do Espaço Urbano,* onde o autor estabelece um amplo diálogo sobre o espaço a partir das análises, principalmente, de Harvey, Castells e

processo, tomados em conjunto e de maneira inter-relacionada "constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade" (SANTOS, 1988, p.52) [2].

A forma, em específico, possui um aspecto ambíguo e repleto de significações ou polissemias, conforme ressalta Lefebvre (2001) em *O Direito à Cidade*. Inclusive, de acordo com esse autor, entre a forma e o conteúdo existe uma relação de cooperação mútua, um não existe sem o outro, o conteúdo concretiza a forma e o que "se oferece à análise é sempre uma *unidade* entre forma e conteúdo" (LEFEBVRE, 2001, p. 87). Essa singularidade também se estabelece na discussão sobre o espaço empreendida por Milton Santos por meio do reconhecimento das formas-conteúdo ao destacar que

> A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de **sistemas de objetos** e **sistemas de ações** (SANTOS, 1997a, p. 83, grifos nossos)

E, acrescenta:

> Atualmente os objetos tendem a se dar cada vez mais como sistemas, na medida em que cada dia que passa eles vão se tornando objetos técnicos. A materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um **conteúdo técnico** e que participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade (SANTOS, 1998a, 100, grifo nosso).

A inserção da questão do conteúdo técnico presente nos objetos e, em tese, na própria técnica representa um avanço imprescindível na construção teórica de Milton Santos, conforme ressaltam Sposito (2004), Claval (2004), Souza (2003) e Gertel (2001), entre outros. Nesse sentido, de acordo com Santos (1997a, p. 151) "o entendimento da arquitetura e funcionamento do mundo passa pela compreensão

---

Lefebvre. No Brasil, também, destacam-se as produções de Gomes (1996) em *Geografia e Modernidade*; Moraes (1996) em *Ideologias Geográficas*; além de, entre outros, Sposito (2004) na obra *Geografia e Filosofia.* (Grifos nossos)

[2] Cf. Santos, M. *Totalidade do Diabo – Como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais* (grifo nosso), publicado em 1977, na coletânea Contexto da Editora Hucitec. A discussão sobre a forma, função, processo e estrutura, também está presente em Santos (1978, 1985, 1996, 1997, entre outras).

do papel do fenômeno técnico em suas manifestações atuais, no processo de produção de uma inteligência planetária".

O contexto que envolve o conjunto dessas transformações é complexo e repleto de contradições, cujo impacto se dá sobre o lugar e as pessoas. Inclusive, Messias da Costa (1992, p. 328-329) ressalta que a existência de "*velhas* práticas políticas, e de estruturas econômicas *atrasadas,* em meio a *novíssimas tendências*, cuja dinâmica tem sido irradiada de antigos e novos centros hegemônicos mundiais compõe um cenário de contradições profundas"[3].

Santos (2000, p.14) também aborda essa questão ao discutir o "papel da ideologia na produção, disseminação reprodução e manutenção da globalização atual" e aponta três premissas para apoiar a discussão: na primeira, o mundo é visto como uma fábula, com distâncias cada vez menores e uma sociedade homogeneizada; na segunda, a globalização se apresenta como perversidade, repleta de contradições, desigualdades e alicerçada na competitividade; e, por último, apresenta o mundo globalizado como uma possibilidade, ou seja, como poderia ser, valorizado as diversidades sócio-culturais e naturais[4]. Para o autor, "as bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade técnica, convergência de momentos e o conhecimento do planeta" (SANTOS, 2000, p.20).

---

[3] A discussão sobre as transformações na sociedade e, respectivamente, na economia não são recentes. Várias contribuições podem ser arroladas, mas, como exemplo, destacamos a contribuição basilar de Marx em *O Capital* (1867), ou mesmo no *Manifesto do Partido Comunista* que ele produz com Engels (1848). Também, a obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels (1884), onde o autor discute a formação da sociedade moderna com base na propriedade privada e nas relações políticas e de produção. Obras que foram revisitadas por Berman (1986) ao publicar *Tudo que é sólido desmancha no ar, a aventura da modernidade,* um texto que envolve a discussão sobre o desenvolvimento, modernização e modernidade, amparado no exemplo do cotidiano das grandes cidades. Além dessas, destacam-se a de Huberman (1959[1986]) *História da Riqueza do Homem,* bem como, a triologia de Castells (1999) denominada de *A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura*, cujo primeiro volume discute a *Sociedade em Rede*, o segundo *O Poder da Identidade* e, o terceiro, *o Fim de Milênio*. No caso específico do Brasil, destacam-se a coletânea organizada por Szmrecsányi e outros (2002) sobre a história econômica do país, passando da fase colonial a república e à origem das empresas; além das obras de Caio Prado Jr. sobre a *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil,* abordadas, inclusive, por Santos e Silveira (2001) em outra obra de destaque nesta discussão, *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.* (Grifos nossos)

[4] Aspectos, também, ressaltados por Giddens (2005) ao caracterizar a globalização, enquanto um processo que se desenvolve a partir de três causas básicas: a primeira, refere-se às mudanças políticas provocadas pela abertura pós-1989, além da ampliação das organizações regionais e internacionais, bem como, das entidades não-governamentais; a segunda, destaca expansão dos fluxos de informação, principalmente, ligados ao avanço tecnológico; e, a terceira causa, relaciona-se com a significativa ampliação das corporações internacionais, que atuam, também, nos segmentos financeiros.

A repercussão do fenômeno técnico nas três últimas décadas do século XX e início do XXI[5], não têm precedentes na História da humanidade, de acordo com Dollfus (1998, p. 23) ocorreu uma espiral de crescimento, perceptível por meio de três variáveis: o crescimento populacional; o crescimento das cidades, no sentido de urbanização; e, o crescimento produtivo. E, além desses aspectos, aparece a questão do poder nas suas diferentes escalas e nas múltiplas relações que o envolvem como outra variável fundamental para a compreensão dessa dinâmica, conforme destacam Claval (1979) e Raffestin (1993), ou mesmo, Huntington (1997) e Giddens (2001) ao dimensionarem as questões do poder no contexto mundial.

De acordo com a aspiral de crescimento proposta do Dollfus (1998), o debate sobre as cidades desperta a atenção e no centro da discussão se encontra a questão da produção na constituição das cidades, principalmente, com o advento da atividade industrial. Conforme ressalta Lefebvre (2002, p. 17) nesse processo o "crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas conseqüências ao conjunto dos territórios, regiões, nações e continentes". Dessa forma, se atribui ao fenômeno do crescimento econômico aliado ao desenvolvimento industrial a transformação da sociedade agrária em urbana, pois, o "*tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária" (LEFEBVRE, 1999, p. 17, grifos do autor).

No caso brasileiro em termos espaciais, por exemplo, observa-se que nas últimas décadas do século XX, ocorreu a ampliação não apenas no número de novas cidades[6], mas também no quantitativo de população nessas áreas. De acordo com dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de urbanização brasileira que em 1970 era de 56% passou para

---

[5] Esse recorte de tempo também corresponde ao adotado neste trabalho sobre a cidade de Anápolis.

[6] Em Santos (1965), *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos* (grifo nosso), o autor faz referências à Tricrat, Chabot, Julliard, Sorre e George, franceses precursores da Geografia Urbana, para destacar o significado de cidade quer relacionado ao gênero de vida, funções e relações que desempenham, ou na questão da centralidade e autonomia. Porém, Santos (1965, p. 135) alertava que "não é fácil estabelecer um limite além do qual possamos dizer que a transição [do campo] já se deu, indiscutivelmente" (grifo nosso). Esse aspecto se arrasta até os nossos dias, do ponto de vista legal a cidade é a sede do município, base territorial, no entanto, sua constituição como espaço urbano é mais complexa e depende das funções que desempenha e do crescimento que apresenta. Surge deste fato, a dificuldade encontrada na definição do que é uma cidade pequena ou cidade média. Os patamares demográficos, mínimo e máximo, variam em função do contexto espacial (histórico, econômico, social e político) no qual as cidades se inserem, por sinal, este tema será abordado no âmbito deste trabalho em relação à cidade média. Sobre as pequenas cidades, confira Melo(2008), tese de doutorado sobre pequenas cidades do sudeste goiano, Pereira (2007) na análise do Norte de Minas Gerais e Soares (1995, 1997, 1999, 2006).

passou para 83,5% em 2007[7], indicando a realidade de uma sociedade, cada vez mais urbana[8].

As discussões sobre esse processo no Brasil enfatizam principalmente os estudos sobre as metrópoles, caracterizadas como locais preferenciais para o qual convergem os investimentos técnicos e financeiros que promovem a reestruturação produtiva e a difusão das novas tecnologias e da informação, conforme destacam Santos (1981, 1982, 1994, 1996b), Villaça (2003a, 2003b), Castriota (2003), Carlos (2001), Corrêa (1995, 2006), Sposito (2001), Souza (2000), além de, entre outros, Ianni (1992, 1997). Inclusive, segundo Corrêa (2000, p.13) "a urbanização brasileira tem em suas metrópoles os principais focos de sua concretização".

Conforme destacam Cavalcanti (2001), Carlos (2001), Sassen (1991, 1998), entre outros, nessa escala as discussões envolvem desde relações que se dão no âmbito local, na dimensão cotidiana, como as que envolvem a escala global e, também, as questões ligadas com o contexto das políticas de planejamento e gestão, Souza (2003a, 2003b), Deák e Schiffer (1999).

Por sua vez, as cidades organizadas em rede, ou seja, em "um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias" (CORRÊA, 2007, p. 7), também despertam o interesse e a sua análise constitui outra importante área de estudos da Geografia Urbana. E, nessa perspectiva, destaca-se no contexto nacional a pesquisa denominada: *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (IPEA/IBGE/Unicamp, 1999)[9]. Nesse trabalho, foram analisadas as transformações recentes no processo de urbanização do país que ocorreram na rede urbana brasileira em função da dinâmica econômica, no período pós-1970.

---

[7] Cf. IBGE/Coordenação de População e Indicadores Sociais, *Síntese de Indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2008*, Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em http: //www.ibge.com.br <acesso em set./2008> .

[8] Cf. LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 2002. Essa obra foi produzida no começo da década de 1970 e discute o fenômeno urbano e suas dimensões, inclusive, propondo a denominação "sociedade urbana" para se referir a essa nova realidade espacial. Outras contribuições para o debate do fenômeno encontra, entre outros, em: Beaujeu-Garnier (1983), *Geografia Urbana*, Munford (1998), A Cidade na História; Castells (1983), com a *Questão Urbana;* Soja (1993) em Geografia Pós-Modernas; onde o autor destaca a problemática espacial urbana e problematiza a questão de Los Angeles nos Estados Unidos; Gottdiener(1993) sobre *A Produção do Espaço Urbano*, com destaque para a análise sobre a expansão urbana nos Estados Unidos e suas especificidades. (Grifos nossos)

[9] Cf. Relatório número 9: *Caracterização da Atual Configuração Evolução e Tendências da Rede Urbana no Brasil: Determinantes do Processo de Urbanização e Implicações para a Proposição de Políticas Públicas* (Relatório Final), mimeo, Brasília, 1999. (Grifo nosso)

Um período crítico para a economia e política nacionais, que se caracterizou, por um lado, pela desaceleração e desconcentração da produção centrada nas metrópoles e, por outro, pelo o surgimento de novas áreas para a expansão econômica, principalmente em função da agroindustrialização, modernização agrícola e, conseqüente, expansão da fronteira agrícola; características que contribuíram para a diversificação e fortalecimento das cidades médias, Santos (1996b), Santos e Silveira (2001), Sposito e Elias (2006, 2007) Amorim Filho (2007), entre outros[10].

Conti (2005), Stoper e Venables (2005), Markusen (1996), Ascher (1998), apesar de direcionarem a atenção para a escala metropolitana, também discutem a questão do desenvolvimento local, a exemplo do que ocorre no Brasil, promotor de diferenças regionais, refuncionalização e criação de novas dinâmicas espaciais. Conti (2005), por sua vez, alerta que se trata de um processo complexo e repleto de contradições que os modelos tradicionais de análise não são capazes de explicar quando tratados isoladamente. Para tanto,

> Busca-se dar sentido ao papel central (nos processos contemporâneos de desenvolvimento de uma entidade intermediária entre o ator (a empresa, em particular) e o sistema como um todo, em relação ao qual o sistema local exprime tanto um espaço para cooperação entre atores quanto sua imersão em dado contexto territorial, do qual extraem recursos e soluções competitivas que não são facilmente reproduzíveis (CONTI, 2005, p. 211).

É nessa direção que Santos (1997a) insere a discussão sobre a norma como princípio de organização das relações espaciais e que influenciam na dinâmica das cidades, segundo o autor a “ordem mundial é cada vez mais normativa e, também, é cada vez mais normada” (SANTOS, 1997a, p. 182). As normas, fruto das ações políticas, afetam diretamente as ações dos agentes econômicos e, com isso, as lógicas territoriais que implicam na expansão das empresas e dos serviços, cujo impacto se dá na redefinição dos papéis e funções das cidades. E, Santos (1997a, p. 184) acrescenta que o “território como um todo se torna um dado forçado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação”. Por sinal, Silveira (2000, p. 24) sintetiza essa relação ao destacar que:

[10] Trata-se de uma discussão que será aprofundada ao longo deste trabalho sobre a cidade média.

> Os objetos apresentam-se, hoje, como camadas de sistemas técnicos, cuja manifestação mais visível é, talvez, o equipamento reticular do território. Objetos que convocam novos objetos, estabelecendo **solidariedades técnicas** entre pontos escolhidos para um desenvolvimento mais eficiente das atividades hegemônicas. Essa dinâmica não se concretiza sem novas modalidades de comandando das ações, também **sistêmicas**. São as múltiplas formas do comando global , aperfeiçoadas graças às possibilidades técnicas de controle remoto e às possibilidades de circulação da energia contemporânea, isto é, da informação (grifos nossos).

No âmbito deste trabalho, a cidade é identificada como o lugar preferencial no qual se encontram as condições favoráveis e os elementos necessários para que a dinâmica das relações sociais e das solidariedades técnicas se realize. Nesse sentido, conforme destaca Ianni (1997, p. 60), entende-se que na cidade "germinam idéias e movimentos, tensões e tendências, possibilidades e fabulações, ideologias e utopias". E, que a norma se coloca como um recurso para intermediar as relações entre o local e o global, o interno e o externo. Dessa forma, Santos (1998b, p. 18) afirma:

> Essa dialética se afirma mediante um controle "local" da parcela "técnica" da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção do território que as rodeia. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional.

Nesse sentido, a apreensão da importância de compreender a dinâmica de (re)produção do espaço na cidade média nos remete para análise da configuração técnica e normativa do território, o que influencia na adoção, inicialmente, do conceito-chave de território[11] como pressuposto básico para a discussão que apresentamos neste trabalho. Porém, concordamos com Santos (1997a, p. 63) de que é necessário "formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação" (grifo do autor). Nesse sentido,

[11] Por sinal, Milton Santos em entrevista concedida à Seabra, Carvalho e Leite (2000), publicada no livro *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos,* ao ser questionado sobre a diferenciação dos conceitos de espaço, território e lugar, afirmou que teria renunciado à busca por uma distinção entre espaço e território e destacou que "o importante é saber que a sociedade exerce permanente diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual" (SEABRA, CARVALHO e LEITE, 2000, p.26).

encontramos em Santos (1994[1998], 1996 [1997a], 1997b, grifos nossos) e Santos e Silveira (2001) a indicação do caminho, ao diferenciar o território do território usado como objeto de estudo, um conceito híbrido, misto ou mesmo impuro.

Nessa perspectiva, o presente trabalho não é uma análise do território per si, mas do território usado, considerando a sua configuração como cidade média, ou seja, analisa a cidade de Anápolis, tendo em vista o arranjo dos objetos e ações que se materializam sobre uma base territorial que, neste caso, corresponde ao que denominamos de cidade média e sua rede de influência que ultrapassa os limites regionais. Um lugar, onde a competitividade, cooperação e complementaridade convivem, pois, "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 1997a, p.273).

1.1.1 Do Espaço ao Território: pressupostos teóricos para a análise

De forma mais ampla, o debate sobre o território torna-se relevante a partir do final do século XIX com Ratzel, que o entendia em conformidade com os interesses estatais de apropriação e controle dos recursos naturais de uma determinada área, uma ação que, em tese, proporcionaria o progresso da sociedade. Segundo Costa (1992, p.32) "Ratzel nos adianta o núcleo de sua concepção sobre o território e o Estado. Para ele, os Estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima conexão com o espaço", ou seja, funda-se na relação território-solo/Estado a base pragmática da análise de Ratzel.

Com isso, as principais referências ao termo território encontram-se nas bases epistemológicas da Geografia Política e Geopolítica modernas, herdadas do determinismo alemão, principalmente, associadas às questões sobre fronteiras, poder e Estado. Nesse sentido, seu significado corresponde ao território político do Estado-Nação e, conseqüentemente, às discussões sobre soberania[12].

[12] A concepção de Ratzel da necessidade de controle do território e de seus recursos se repete, inclusive, no discurso integracionista e nacionalista brasileiro a partir da década de 1950, conforme destaca Couto e Silva (1981, p. 98) a "sobrevivência da nação como grupo superiormente integrado, em prosperidade e crescente bem-estar – autodeterminação ou soberania, integração social, prosperidade e prestígio –eis aí, pois, o núcleo fundamental em torno do qual o nacionalismo se condensa e cristaliza".

No final do século XIX e início do XX, com o desenvolvimento do possibilismo francês, conforme apontam Andrade (1988), Costa (1992) e Raffestin (1993), o enfoque territorialista, defendido por Ratzel, foi criticado por Vidal de La Blache, Valloux, Ancel, Brunhes e Reclus, além de Lucien Febvre[13], entre outros. Com isso, incorporam-se ao discurso geográfico as questões ligadas à sociedade e a natureza, ou de forma mais direta entre o homem, o meio e a natureza. Todavia, percebe-se que parte da análise de Ratzel foi incorporada e se assemelha a leitura dos fatos que influenciam os grupos humanos realizada, por exemplo, na obra de Brunhes (1962, p. 447)[14]

> O espaço, isto é, a superfície não só ocupada mas também ocupável, representam um bem que é a base indiscutível não apenas de qualquer grande cidade material, mas de qualquer ser coletivo poderoso: os Estados modernos lutam pela conquista deste espaço. Todas as lutas em favor do imperialismo são lutas pelo espaço (...) Em última análise, não é um mínimo de espaço que forma o fundamento expressivo, a marca e a garantia geográficas do direito básico e imprescritível de todo ser humano, o direito à vida?

Porém, o território perdeu primazia no debate geográfico, pois, a tradição possibilista francesa priorizou o enfoque regional em suas abordagens. Apenas no final do século XX, por volta da década de 1970, a questão do território foi retomada. Com destaque para as contribuições de Gottmann (1973), Raffestin (1980) e Sack

---

[13] Élisée Reclus, por sua inserção política nos movimentos anarquistas apresenta uma leitura das relações de dominação que expõe a turbulência política na qual a Europa estava mergulhada no final do século XIX e início do XX, quando destacava que "se pode haver progresso, pode também existir retrocesso, e se as evoluções tendem para um desenvolvimento da vida, há outras que tendem para a morte" Reclus (2002, p. 29), ou seja, o progresso por si só não garante o desenvolvimento do Estado. Por sua vez, na obra *La Terre et L'Evolution Humaine,* Lucien Febvre (1954, p. 455) ressalvou que "o erro de Ratzel foi ter aceitado com demasiada facilidade certos problemas na própria forma como eram postos pela tradição. O seu vício foi o de não pensar em rever com seriedade os seus termos e enunciado". E, acrescenta sobre Ratzel e seus seguidores, " assim como os geógrafos de outras escolas, na medida em que merecem e justificam as críticas acima reproduzidas, são talvez, e antes de mais , somente vítimas: vitimas de circunstâncias de ordem cronológica e independentes da sua vontade; mais claramente, vítimas da história". Essas colocações destacam a importância de contextualizar no tempo e no espaço as postulações de Ratzel, contemporâneo do processo tardio de unificação alemã e dos conflitos entre a França, berço do possibilismo, e a Alemanha onde se originou o determinismo.

[14] A obra *La Géographie Humane* foi editada pela primeira vez em 1910, porém, só chegou ao Brasil em 1962 com o título *Geografia Humana*, a partir da tradução da terceira edição francesa publicada em 1956.

(1986)[15], autores que foram analisados de forma sintética por Schneider e Peyré Tartaruga (2004, p. 103):

> Gottmann ressaltando o valor do território para a organização das nações e entre nações; quebrando com a concepção exclusivamente orientada para o território estatal, Raffestin mostra a existência de múltiplos poderes, além do Estado, que se realizam através de fluxos desiguais de energia e de informação nas relações sociais; enquanto Sack enfatiza o controle do acesso a um certo espaço como definidor do território através das mais diferentes escalas, desde a pessoal até a mundial.

Além desses autores, também se destaca a contribuição de Claval (1999) na discussão do território inserido na transição para a pós-modernidade, segundo esse autor

> Os geógrafos dos anos sessenta atribuíram tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam mais comumente de território. Essa mudança reflete em parte os debates epistemológicos internos à geografia. Ela é, sobretudo, testemunha de uma profunda transformação do mundo, e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo (CLAVAL, 1999, p. 7).

Também acrescenta:

> O interesse que suscita a noção de território, as novas formas de territorialidade e as geopolíticas que elas implicam é considerável. É explorando essas modalidades inéditas de relações dos grupos com o espaço que os geógrafos podem trabalhar positivamente por um mundo melhor e mais justo (CLAVAL, 1999, p.24).

---

[15] Jean Gottmann publicou em 1973 sua obra de referência denominada *The Sinificance of Territory,* segundo Haesbaert (2004, p. 67) para Gottmann prevalece a leitura de território dentro da concepção política-administrativa, ao mesmo tempo em que reconhecia as questões da circulação, ou seja, do movimento que extrapolam os limites políticos do território. Claude Raffestin, por sua vez, publica em 1980 a obra *Pour une géographie du pouvoir,* editada no Brasil em 1993, em sua discussão Raffestin aborda a questão do território dentro de uma concepção que o relaciona com o poder e o controle exercido sobre o mesmo. Já, Robert Sack em sua obra *Human Territoriality* de 1986, discute a territorialidade, ou seja, a perspectiva de um individuo ou um grupo influenciar ou exercer o controle sobre o território e seus recursos, em uma dimensão multiescalar que não se restringe à esfera do Estado-Nação. Conforme aponta Haesbaert (2004, p.86) “Tanto Sack como Raffestin propõem uma visão de territorialidade eminentemente humana, social, completamente distinta daquela difundida pelos biólogos que a relacionam a um instinto natural vinculado ao próprio comportamento animal.”

Guattarri (1990), aborda o debate e suas implicações subjetivas na produção dos territórios existenciais articulados à vida cotidiana e “concernentes a maneiras íntimas de ser, ao corpo, ao meio ambiente ou a grandes conjuntos contextuais relativos à etnia, a nação ou mesmo aos direitos gerais da humanidade” (GUATTARRI, 1990, p. 38). Enquanto, Storper (1994) e Benko (1996) enfatizam as transformações que o processo de globalização acarreta na organização do espaço e, em específico, do território. Segundo Storper (1994, p.13) “só analisando os mutáveis e complexos padrões de territorialização e desterritorialização de atividades se pode desenhar um quadro preciso da natureza da globalização”. Para Benko (1996), com as transformações no modelo fordista de produção e a inserção de novos modelos produz-se um mosaico de territórios como, por exemplo, os criados pelos tecnopólos ou pela globalização da economia metropolitana que implica na formação dos territórios regionais. Conforme Benko (1996, p.79)

> O território regional pode ser caracterizado, em primeiro lugar, como um espaço de comunicações para a integração de Know-how e produção cultural. Ele se constitui, notadamente, a partir da inserção dos atores locais em redes de inovações e externalidades que associam diferentes papéis de excelência da região , assim como das práticas que eles desenvolvem aí. O território regional é também um quadro de vida partilhado e uma vivência coletiva das vantagens da amenidade específica oferecida pela região, sobretudo combinando harmoniosa e eficazmente as diversas amenidades locais.

No Brasil, de forma mais imediata, a questão do território se destaca nas análises de Becker (1983) e Souza (1995), nelas prevalece a noção de território associado às relações de poder, conforme a leitura de Raffestin (1993) em *Por Uma Geografia do Poder (*grifo nosso*).* Becker (1983), por exemplo, ressalta a importância das relações de poder nos diferentes níveis espaciais e seu aspecto multidimensional, bem como a necessidade de considerar as transformações que as organizações supranacionais promovem nas relações de poder do Estado e, conseqüentemente, no território. Souza (1995, p. 78) também compreende o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Contudo, o autor ressalta que não se deve reduzir o território à figura do Estado, mas sim, inserir na discussão a questão do desenvolvimento.

Nas contribuições Haesbaert e Limonad (1999), Haesbaert (2002, 2004), Santos (1978, 1985, 1988, 1994a, 1997a, 2000, 2002 e 2005) e, principalmente, Santos e Silveira (2001), além de considerar as relações de poder, o território é compreendido de forma mais ampla e na perspectiva integradora, enquanto, realidade socialmente construída.

Nesse sentido, Haesbaert e Limonad (1999, p. 10) indicam que a análise do território deve partir de três pressupostos básicos: primeiro, a distinção entre espaço e território; em segundo, reconhecer que o território se constrói historicamente através de relações de poder; e, por fim, que o território possui uma dimensão subjetiva e uma dimensão objetiva. Dessa forma, os autores afirmam que o "espaço tornado território pelas relações de apropriação e dominação social é constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas *redes* e superfícies ou áreas *zonas*" (HAESBAERT E LIMONAD, 1999, p.10). Também, inserem a perspectiva de analisar o território de forma estruturada a partir dos fluxos e redes, para esses autores:

> A construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social … Num sentido mais material-funcionalista, o território pode estar vinculado tanto ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo. Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais (HAESBAERT E LIMONAD, 1999, p. 15).

Inclusive, Haesbaert e Limonad (1999, p. 12), sistematizam as abordagens conceituais sobre o território em três vertentes: a jurídico-política, a cultural e a econômica. Assim, na vertente jurídico-política a concepção de território associa-se ao domínio e exercício do poder sobre um espaço específico, delimitado, por meio da atuação do Estado-nação e, também, das organizações políticas. A concepção cultural, por sua vez, articula-se com a dimensão simbólica onde as identidades sociais se manifestam e a sua materialização ocorre, principalmente, no âmbito individual e/ou de grupos étnicos-culturais, razão da valorização das relações que se processam no lugar e na escala cotidiana. A abordagem econômica contempla as

relações sociais de produção que articula empresas, trabalhadores e Estado, na apropriação e domínio dos recursos naturais e da própria sociedade.

Ao analisar as concepções de território com o objetivo de entender a desterritorialização, de início Haesbaert (2002, p. 17) ressalta a possibilidade de "afirmar que as ciências sociais promoveram uma verdadeira redescoberta do território, mas na maioria das vezes, de forma contraditória, apenas para enfatizar o seu desaparecimento". E, além de analisar os referenciais e concepções teóricas adotadas no estudo do território, apresenta os significados da desterritorialização e agrega ao debate a questão das redes.

A distinção entre território e rede na concepção de Haesbaert (2002, pp. 27-28) se realiza em diferentes perspectivas: uma, considerada mais radical, coloca o território em oposição à rede; a outra, intermediária, indica a existência de um binômio entre território e rede, ou seja, de uma relação que tanto articula e fortalece o território, quanto o desarticula e desestrutura, ou mesmo, promove sua desterritorialização; a última, subordina a idéia de rede à de território. E, Haesbaert (2002, p. 29) resume da seguinte forma sua análise inicial:

> Seja como elemento separado do território e que o domina, seja como seu constituinte que adquire novo peso, a rede se coloca como um referencial teórico fundamental neste debate. Ela é o veículo por excelência da maior fluidez que atinge o espaço e, no nosso ponto de vista, o componente mais importante da territorialidade contemporânea.

1.1.2 A abordagem econômica na análise do território

Haesbaert (2004), em *O Mito da Desterritorialização: do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade,* aprofunda a discussão sobre as abordagens de território e a questão da desterritorialização, no contexto espacial marcado pela globalização e, respectiva, fragmentação/fragilização das fronteiras. No caso, o autor caracteriza a desterritorialização como:

> uma nova forma de territorialização, a que chamamos de "multiterritorialidade" (...) um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (...) em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial (HAESBAERT, 2004, p. 32, grifo do autor).

Enquanto, sobre a multiterritorialidade, em específico, Haesbaert (2004, p.338) destaca:

> Ela é conseqüência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar de modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial.

A configuração e, respectiva, caracterização do território em rede ou, em sua forma condensada, territórios-rede representa outra importante contribuição de Haesbaert (2004) para a compreensão da organização territorial. No caso, são identificadas três formas de organização territorial: os territórios-zona, marcados pela continuidade territorial, apresentando limites e fronteiras bem demarcadas; os territórios-rede, onde as redes conformam a existência da descontinuidade territorial; e, os aglomerados "mais indefinidos, muitas vezes mesclas confusas de territórios-zona e territórios-rede" (HAESBAERT, 2004, p. 306). Por fim, Haesbaert (2004, p. 340) salienta:

> Assim, ao contrário daqueles que consideram o território através de visões mais estreitas, associando-o a problemáticas muito específicas (...) procuramos entendê-lo dentro de uma perspectiva mais integradora do espaço geográfico, embora não simplesmente no sentido de "experiência total" e algo estática de um espaço contínuo (...) Enfatizamos o aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território também assume (...) e onde a "integração" de suas múltiplas dimensões é vista através das relações conjuntas de dominação e apropriação, ou seja, de relações de poder em seu sentido amplo.

Outra contribuição relevante para a análise do território, na perspectiva integradora numa abordagem mais econômica, encontra-se na produção científica de Milton Santos. A discussão sobre o espaço é recorrente ao longo de sua trajetória teórica, como não poderia deixar de ser, mas, em relação ao território destacamos quatro inserções fundamentais: a primeira, no âmbito da obra *Por uma*

Geografia Nova- da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica, Santos (1978[1996a]); a segunda, em o *Espaço e Método,* Santos (1985 [1988]); a terceira, com o artigo *O Retorno do Território* em Santos (1994 [1998b]); e, a quarta, Santos(1996 [1997a]), em *A Natureza do Espaço – Técnica e tempo. Razão e Emoção* [16].

De início, Santos (1978), define o espaço por meio da relação entre a forma, função, estrutura e processo, "um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual" (SANTOS, 1996a, p. 122)[17], pois, articula-se com a história da sociedade e de seu desenvolvimento técnico, promotor da hierarquização e especialização dos lugares. Uma sociedade composta por diferentes classes sociais que se apropriam da natureza e de seus recursos de forma, também, diferenciada.

A leitura de território que se desenha, a partir desse ponto, exprime sua inseparabilidade do significado de espaço. Nesse sentido, o autor aponta para a relação entre território e Estado-nação, porém, ao mesmo tempo em que estabelece o território no sentido político, chama a atenção para a existência de outro território, esse, construído pela ação e trabalho humano e identificado com o significado de espaço, conforme Santos (1996a, p. 189)

> O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território tem forçosamente a mesma extensão através da história. (...) Ele se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da **ação** de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo **regras** fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas (Grifos nossos).

A ação pressupõe uma contínua transformação e, assim, formas antigas são herdadas ao mesmo tempo em que novas formas são criadas, ou seja, agrega-se um novo conteúdo a cada momento, "a história se torna, ela própria, *estrutura*, estruturada em formas" (SANTOS, 1996a, p. 152, grifo do autor). Nessa direção,

---

[16] Nesses casos, em específico, existe uma diferença entre a data da publicação e a da edição citada neste trabalho. Em função disso, optamos por realizar a inserção de notas de rodapé para os casos em que esse problema ocorra. Assim, não existe uma seqüência histórica rígida ao longo desta discussão sobre o território com base na contribuição de Milton Santos.

[17] Trata-se da quarta edição da obra *Por uma Geografia Nova*, publicada em 1978.

configura-se a existência das formas-conteúdo[18] que se justificam a partir da compreensão de que as formas incluem parcelas ou frações da sociedade, como a sociedade está em constante transformação, as formas-conteúdo, também, se modificam continuamente, Santos (1978 [1996a], 1985 [1988]).

> Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas *formas-conteúdo*. (...) Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. A *ação*, que é inerente à *função*, é condizente com a forma que a contém: assim *processos* apenas ganham inteira significação quando corporificados (SANTOS, 1988, p.2).

Nesse processo, de acordo com Santos (1988, p. 64) se atribui "um valor diferente a cada fração do território", mas também, acrescenta que independente da escala empregada que "cada ponto de espaço é solidário dos demais, em todos os momentos". Contudo, ao identificar que "o território é formado por frações funcionais diversas" (SANTOS, 1988, p. 72), pressupõe uma diferenciação de atividades ou funcionalidades que resultam, por sinal, tanto das dinâmicas internas como, também, das externas que atuam sobre aquela determinada fração, ou seja, uma multidimensionalidade que está presente na constituição do espaço e, em específico, do território. Dessa maneira, é possível entender a presença de fluxos[19], articulando as diversas frações desse território de modo multiescalar e/ou multidimensional[20].

Ainda em 1994, Milton Santos apresenta um artigo denominado "O Retorno do Território" (grifo nosso), considerado por Haesbaert (2004, p.59) como "um dos textos mais consistentes em termos de discussão conceitual sobre território". Nesse artigo, se reafirma a importância do território para a compreensão da dinâmica de

---

[18] Cf. sobre forma-conteúdo na p.3.

[19] Para Santos (1997a, p. 77) os fluxos representam "o movimento, a circulação," além de explicar o "fenômeno da distribuição e do consumo". Enquanto, os fixos "são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens."

[20] Balbim (2001, p.198) ao analisar a produção bibliográfica de Milton Santos no que concerne ao estudo das interfaces e funcionalizações presentes na região, território e espaço, propõe que "o território seja divido em regiões, assim como comporta os lugares: as relações produtivas, as estratégias, o controle, a regulação, a solidariedade organizacional, que definem a região". E, acrescenta sobre a região que ela "poderia então ser entendida como uma interface, uma dimensão escalar do espaço, que se concretiza, se empiriza, mediante uma funcionalização do poder no território". MS obra revisitada

produção do espaço com a emergência do sistema técnico-científico e informacional em um mundo, cada vez mais globalizado. Nesse trabalho em específico, Milton Santos, segundo Souza (2005, p. 254),

> Vai propor que o espaço geográfico, sinônimo de território usado, seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo do presente, este mundo dominado pela globalização, esta metáfora que incansavelmente torna míope a realidade da maioria dos habitantes da Terra.

Em o "Retorno do Território" Santos (1994 [1998b]), destaca a questão do uso do território e sua importância para garantir, inclusive, a existência, não apenas individual, mas também coletiva da sociedade. A metáfora do retorno subentende uma contra-racionalidade diante do poder hegemônico que se instala no território, pois, segundo Santos (1998b, p.15) "mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche". Esse território de todos que é sinônimo de espaço banal[21], ou seja, comum a todos, uma vez que se torna objeto da ação humana passa a ser território usado, cujo significado é inerente ao de espaço.

Para o autor, a organização desse espaço/território de forma contínua e/ou descontínua, configuradas pelas horizontalidades e verticalidades, constitui uma nova realidade marcada pela presença das redes. Porém, Santos (1998b, p.16) adverte que "as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns". Por sinal, as ligações entre o território e a rede são analisadas por Santos (1997a) a partir de dois pontos de vista, um corresponde à origem e constituição da rede e, o outro, está associado ao funcionamento da mesma. E, acrescenta:

---

[21] Trata-se do "espaço banal" (grifo nosso), esse espaço abrangente, conforme Santos (1997d, p. 131) "é o espaço de todos os alcances, de todas as determinações; o espaço banal é o espaço de todos os homens, não importam as suas diferenças; o espaço banal é o espaço de todas as instituições não importa a sua força; o espaço banal é o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder"

.

> No primeiro caso, são vistas como um processo e no segundo como um dado da realidade atual. O estudo genético de uma rede é forçosamente diacrônico. As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. [ ] Já no estudo atual supõe a descrição do que constitui, um estudo estatístico das quantidades técnicas mas, também, a avaliação das relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social, em todos os seus aspectos, isto é, essa qualidade de servir como suporte corpóreo do cotidiano (IDEM, 1997a, p. 210)

Nesse sentido, a leitura de território proposta por Santos embasa a compreensão dos territórios-rede discutida por Haesbaert (2004), ao mesmo tempo em que qualifica o território como o "suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas" (SANTOS, 1998b, p. 19). E, acrescenta:

> O território, hoje, pode ser formado de lugares contínuos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 1998b, p. 16)

A simultaneidade, ou seja, a existência de acontecimentos que ocorrem ao mesmo tempo, estabelece laços e relações entre os lugares, gerando sua qualificação, especialização e diferenciação. E, de acordo com Santos (1997a, 1998a, 1998b), no território essa solidariedade se apresenta de três formas: como acontecer homólogo; acontecer complementar; e, por fim, acontecer hierárquico. Santos (1997a, p.132), especificamente, caracteriza as formas como se realizam esses acontecimentos:

> O **acontecer homólogo** é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O **acontecer complementar** é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, conseqüências igualmente de necessidades modernas de produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o **acontecer hierárquico** é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados (grifos nossos).

O território, portanto, representa uma categoria essencial para a compreensão do espaço "formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá" (SANTOS, 1997a, p. 51). Uma vez que ele materializa a ação e o trabalho construídos ao longo do tempo, conforme ressalta Santos, na sua obra de referência *A Natureza do Espaço* (1997a), ao destacar que a "materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade" (SANTOS, 1997a, p.176).

Ribeiro (2003, p. 31), ao analisar a discussão sobre a ação empreendida por Milton Santos, observa que a "ação é portadora do tempo na própria espacialidade das técnicas, na medida em que manifesta, no mesmo movimento prático e político, as condições historicamente herdadas e o projeto da sua transformação". E, posteriormente, acrescenta que o "território, ação, projeto, práxis constituem a substância da dinâmica societária que direciona os fluxos e, o que é menos observado e compreendido, conduz a atualização de fixos" (RIBEIRO, 2003, p.33).

Como a difusão das inovações não se realiza de forma homogênea, aparecem subespaços, frações, portadores de características diferenciadas. Um determinado local, por exemplo, pode ver modernizadas suas estruturas de comunicação via expansão das redes interativas que, por sua vez, viabilizam a realização de negócios à distância, bem como, possibilitam o controle do processo produtivo e, consequentemente, a circulação dos produtos. Com isso, o acontecer homólogo se realiza mediante o acesso à informação, geralmente, articulado a um centro urbano dotado de um sistema de engenharia mais qualificado, enquanto isso, o processo gera complementaridades entre o campo e a cidade, ao mesmo tempo em que participam de um sistema mais amplo, cujo controle é, geralmente, externo de difusão técnica.

Dessa maneira, apesar da tendência de reprodução dos mecanismos que viabilizam a expansão do capital de forma ampliada, Santos (1997b, p.16) [22] destaca

[22] Em referência à coletânea organizada por Santos, Souza, Scarlato e Arroyo (1997), *Fim de século e globalização,* prefaciada por Santos que, também, assina o artigo sobre a aceleração contemporânea.

que o “espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares”. Por isso, o processo exige, além de uma maior regulação, uma constante atualização e adaptação em função da velocidade na qual se dão as transformações, ou melhor, ocorrem de forma sucessiva, pois, “os espaços da globalização apresentam cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional” (SANTOS, 1997a, p. 205).

Nessa direção, ao inserir a questão do movimento e do tempo, Santos reafirma a importância dos mesmos para a compreensão do significado de espaço e, conseqüentemente, de território, pressupondo uma ação que ocorre ao longo do tempo. O próprio território, por sinal, passa a ser caracterizado como “uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente datados, e usados, hoje, segundo tempos diversos” (SANTOS, 1998a, p. 45) [23]. Nesse contexto, observa que

> Chegamos, assim, a um momento da história no qual o processo de racionalização da sociedade atinge o próprio território e este passa a ser um instrumento fundamental da racionalidade social. Isso é extremamente importante para entender como esses espaços hegemônicos se instalam no processo de globalização, como o lugar da produção e das trocas de interesse mundial no nível mais alto, lugares que exerce um tempo mundial e onde se instalam as forças reguladoras da ação nos demais lugares. É assim que os lugares diversos e os tempos diversos se unem, hierarquicamente, no que, paradigmaticamente pode ser chamado de um espaço mundial e um tempo mundial (SANTOS, 1998, p. 46).

O processo de racionalização, referido pelo autor, representa um mecanismo de ordenamento dos componentes técnicos implementados no território com o objetivo de suprir as necessidades das forças hegemônicas que atuam nessas frações do espaço. Dessa forma, as relações e articulações são estabelecidas por meio de mecanismos denominados de verticalidades e horizontalidades, Santos (1994 [1998a]), proporcionando a existência de novas formas de organização espacial, onde as verticalidades são “vetores da integração hierárquica regulada”, ao passo que as horizontalidades “são o domínio de um cotidiano territorialmente

[23] Trata-se da obra *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico e Informacional*, publicado em 1994 na sua quarta edição de 1998.

partilhado com tendências a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária" (SANTOS, 1998a, p. 57).

Todavia, ao mesmo tempo em que o território é colocado como uma parte do espaço, visto como uma totalidade, ele é, enquanto configuração territorial, compreendido como um todo com uma temporalidade específica. Porém, ressalta Santos (1997a, p. 76) [24] "o espaço é a totalidade verdadeira". E, adiciona que "como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial[25], nos oferecem, no mesmo transcurso histórico, espaços diferentes" (SANTOS, 1997a, p. 77). Sobre o conteúdo do território, Santos (2002, p. 15),[26] acrescenta:

> O conteúdo do território mudou, fundamentalmente com a globalização, seja o conteúdo demográfico, o econômico, o fiscal, o financeiro, o político. O conteúdo de cada fração do território muda rapidamente. Essa instabilidade e nervosismo atuais do território são a representação empírica do nervosismo, da nervosidade, da impaciência e do vulcanismo da nação.

No território, suporte dos sistemas de engenharia, essas mudanças repercutem, principalmente em função da ampliação da demanda por infra-estrutura e redes técnicas que atendam aos interesses, tanto internos como externos. Como esse processo de expansão mobiliza recursos técnicos, econômicos e políticos, o território torna-se ponto para o qual convergem todos os interesses e, também, de onde partem fluxos que o conectam e articulam. Para, Santos (1997a, p. 207)

> O território é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção a "geografia da produção" e a sociedade civil – que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas (grifos do autor).

---

[24] Na discussão sobre o espaço e a configuração territorial apresentada no livro *Metamorfoses do Espaço Habitado* (1988) em sua quarta edição de 1997.

[25] Santos (1998, 1997a e 1997b) caracteriza a configuração territorial como uma somatória que agrega os sistemas naturais e de engenharia, no primeiro conjunto estão os bens e recursos herdados pela sociedade e, no segundo, os que foram criados pelo trabalho humano ao longo do tempo.

[26] Artigo "*Território e Dinheiro*" inserido na coletânea "*Território Territórios*" que contém, também, textos dos alunos de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense e de docentes, publicado em 2002.

No caso, é imperativo que as transformações promovam a adequação e atualização técnica e científica dos elementos constitutivos do território, inclusive no que tange às normas que regulam seu funcionamento, pois, atualizar-se, "é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território o *lócus* de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso consideradas mundiais" (SANTOS,1997a, p.17, grifo do autor). Nesse processo, os lugares se diferenciam cada vez mais, pois, a distribuição dos investimentos, a disponibilidade de créditos, além de outros elementos, ocorre de forma desigual, ou seja, se estabelece uma divisão social do trabalho que "vista através da localização" (SANTOS, 1997a, p. 112) é denominada de divisão territorial do trabalho. A análise da divisão territorial do trabalho permite compreender a dinâmica espacial que se constrói historicamente, mediante a inserção no lugar, detentor de formas antigas, de novos processos e técnicas, além de investimentos, créditos e normas.

A partir dessa perspectiva, Santos e Silveira (2001) propõem "analisar sistematicamente a constituição do território" (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 20), na obra *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Para os autores:

> O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre a qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 247)

Nesse trabalho, reforça-se a concepção de território na abordagem econômica, ao apresentá-lo como uma extensão que é apropriada, adaptada, praticada, enfim, usada. O uso pressupõe a ação e, assim, a existência de agentes[27], muitas vezes personificados em empresas, corporações e instituições que, apesar do poder que possuem, são constrangidos pela força do lugar e pelas normas.

---

[27] Souza (2004) em artigo que comenta o "Manifesto sobre o papel ativo da geografia" proposto por Santos e alunos, apresentado no XXII Encontro Nacional de Geógrafos que foi realizado em Florianópolis (SC) em 2000, diferencia os agentes hegemônicos e hegemoneizados, segundo a autora, "para os primeiros, o território é tomado como recurso. Porém, para os segundos, o território é abrigo" (SOUZA, 2004, p. 79).

Dessa forma, ao analisar o processo de produção do território brasileiro e, respectivamente, suas configurações territoriais, Santos e Silveira (2001) aplicam o método proposto por Milton Santos (1997a) de compreensão do espaço a partir da centralidade da técnica.

> A centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar a coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um medo unitário (afastando dualismos e ambigüidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo (SANTOS, 1997a, p. 20).

Assim, Santos e Silveira (2001) estruturam sua obra a partir de uma periodização que considera, antes de tudo, a evolução técnica-científica e informacional que se desenrola no Brasil, fenômeno que ocorre em consonância com a dinâmica da globalização que impacta de forma significativa a organização do território e conduz para sua reorganização e diferenciação. Os autores reafirmam a importância do território usado na intermediação entre o local e global e, também localmente, conforme destaca Ribeiro (2003), a análise de Santos e Silveira valoriza o território como ligação entre, de um lado, a questão do poder e, de outro, a questão da ação.

Enfim, a contribuição de Milton Santos na leitura sobre o território é imprescindível e reafirma a relevância de sua análise para a compreensão do significado de espaço, guardando sua indissociabilidade e solidariedade. Pois, “o Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p. 9).

Trata-se de um aspecto importante para a discussão sobre a abordagem territorial no estudo das cidades médias, apresentado a seguir. Cidade média que se configura como base para o desenvolvimento de ações e estratégias que influenciam no exercício do comando regional, ou seja, além de se constituir em

local estratégico que atrai os mais diversos investimentos, também, funciona como base, suporte logístico, de áreas que abrangem diferentes recortes territoriais.

1.2 A Relevância da Abordagem Territorial na Análise das Cidades Médias: proposições metodológicas

Neste trabalho, a discussão sobre a cidade média se desenvolve a partir de três premissas. Na primeira, leva-se em consideração a dimensão que a urbanização alcança atualmente no Brasil, reafirmando a importância das funções que as cidades médias, cada vez mais, passam a desempenhar. A segunda, destaca a necessidade de compreender que o significado de cidade média supera a tradicional analogia entre cidade de porte médio e cidade média, depois, insere o debate contemporâneo sobre estas cidades que se realiza no País. Por fim, a terceira premissa, ressalva a importância da análise da cidade média contemporânea como um centro de decisão que exerce o comando regional.

1.2.1 A urbanização brasileira após a década de 1960: o despontar da importância das cidades médias

Nas últimas décadas do século XX, a urbanização brasileira se consolidou, transformando a organização espacial e a configuração territorial do país. Santos (1996b, p. 125) ressalva que estaríamos “deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território”, de acordo com as novas tendências apresentadas por esse processo. Nesse caso, ganham relevância os imperativos técnico-científicos e informacionais impostos pela dinâmica da economia capitalista que exige a contínua busca por novas áreas para se (re)produzir, estabelecendo, cada vez mais, seus nexos sobre o território. E, ainda, acrescenta:

> Esse meio técnico-científico resulta, como já vimos, da adição ao território da ciência, de tecnologia, de informação, e cria espaços inteligentes numa parte do Brasil, deixando que em outros permaneçam os espaços opacos. Uns e outros são subespaços com comportamentos diferentes, lógicas e racionalidades diferentes. Tais dinâmicas diferentes não são apenas dinâmicas territoriais, mas também dinâmicas políticas, demográficas, culturais e econômicas (SANTOS, 1996b, p. 126).

Nesse processo o território se estrutura de modo cada vez mais complexo e se produzem novas dinâmicas que passam a caracterizar o espaço em sua totalidade. Silva (2001, 2003), por exemplo, estabelece como características desse momento: a disseminação das variáveis indicativas da modernização das estruturas produtivas, associadas à técnica e a informação; a configuração de um território em rede que estrutura esse novo meio geográfico; o surgimento de novas formas de concentração e desconcentração que implicam na modernização do território e na divisão interna do trabalho; e, por fim, a consolidação de São Paulo como uma metrópole onipresente que articula a rede urbana nacional e a global, além disso, ao mesmo tempo em que ocorre a involução metropolitana, a cidade se torna o lugar preferencial para a propagação do uso corporativo do território. E, a autora também destaca:

> Com a informatização do território a partir da década de 1980, iniciou-se o processo de alargamento dos contextos da globalização do território e ganhou vigor a dialética entre dispersão e concentração. As grandes empresas passaram a usar o território em "tempo real", ampliando o controle da produção, da distribuição e do consumo. É a temporalidade hegemônica das organizações que, especialmente, se difunde nos lugares (SILVA, 2003, p. 197).

No que tange às relações espaciais e temporais no recorte proposto neste trabalho, a partir da década de 1970 à década de 2000, Cano (2003, p. 294) destacou que "a urbanização passaria de *suportável*, a *caótica*, à medida que se consolidou o processo de industrialização na década de 1960". E, em sua leitura retrospectiva das transformações que ocorreram no país nas últimas décadas do século XX, o autor ressalva, ainda, que na década de 1970 a população urbana superou a população rural, estabelecendo a dimensão urbana como base na organização social, econômica e política do país, (Tabela 1):

Tabela 1 – **Brasil**: Crescimento da População Total e Urbana de 1960 a 2000

Censo	População total	População urbana	%
1960	70.624.622	31.303.034	44,32%
1970	93.134.846	52.097.260	55,94%
1980	119.011.052	80.437.327	67,59%
1991	146.825.475	110.990.990	75,59%
1996	157.070.163	123.076.831	78,36%
2000	169.799.170	137.953.959	81,25%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1940-2000), Contagem da População (1996)

Organização: Luz (2008)

Trata-se de um o processo que repercute, principalmente, na projeção aferida à dimensão metropolitana, pois, os aglomerados metropolitanos constituem "nós de diferentes tipos de redes, apresentando grande complexidade de funções e principalmente grande concentração de população" (IPEA/IBGE/Universidade de Campinas, 1999, p.6). Essas localidadades agregam cerca de 40% da população urbana brasileira e, aproximadamente, 30% do total geral da população, um valor significativo, de acordo com dados censitários do IBGE (Gráfico 1).

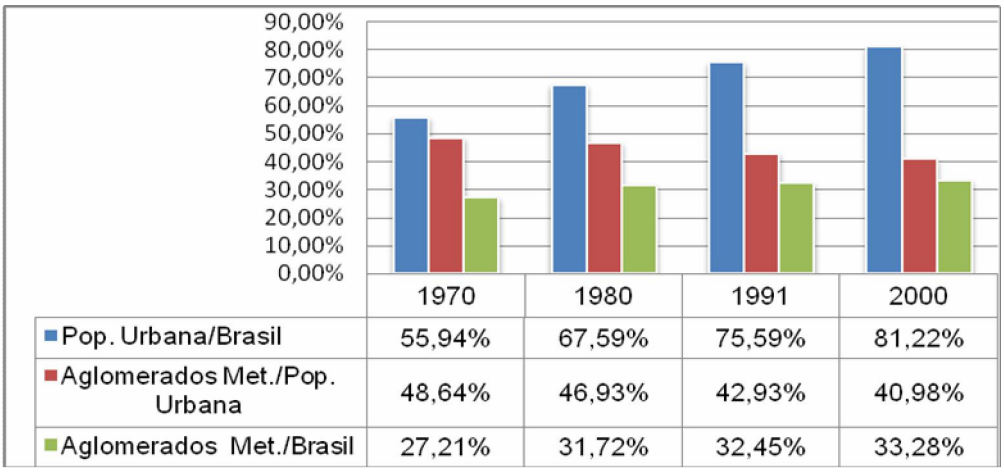
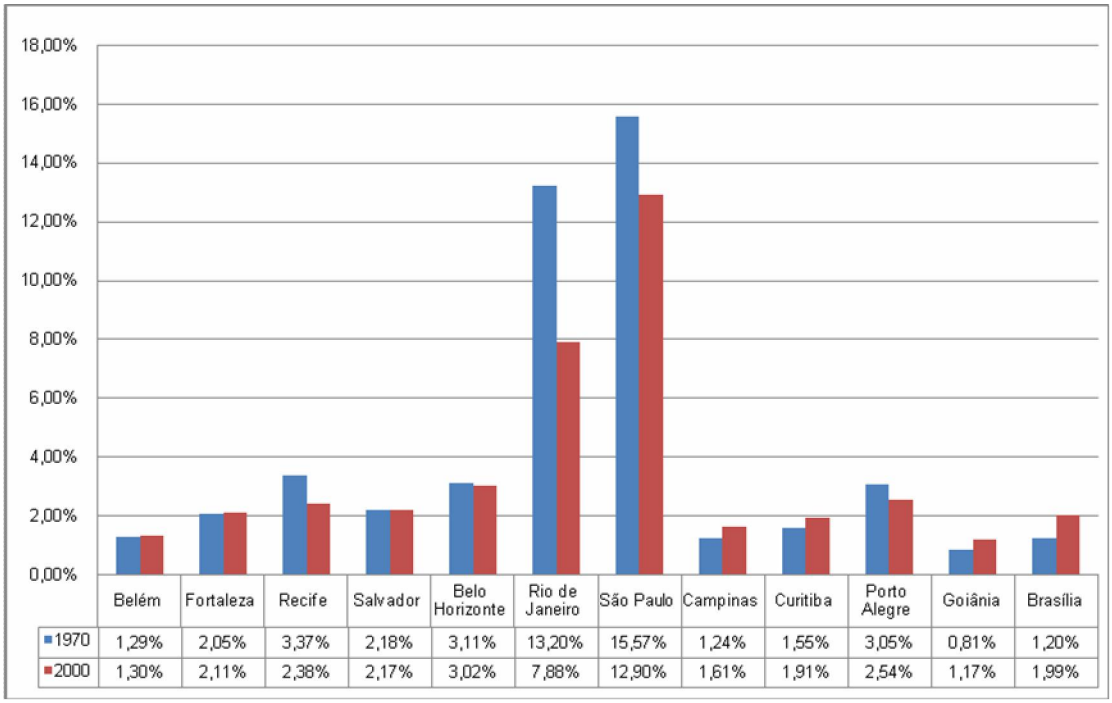


Gráfico 1 – **Brasil:** Evolução da População Urbana e Metropolitana de 1970 a 2000

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970/2000)

Organização: Luz (2008)

Em específico, no que tange aos aglomerados metropolitanos, Baeninger (2003, p.285) considera que a “desaceleração metropolitana está relacionada com a distribuição da população em diferentes espacialidades do sistema urbano”, influindo no crescimento das cidades, principalmente, médias. Essa dinâmica conduz para a reestruturação do sistema urbano, com o crescimento dos aglomerados metropolitanos nas áreas de fronteiras e, também, das cidades médias situadas no interior do país. Para exemplificar essa nova realidade da organização espacial brasileira, destacam-se duas dimensões: na primeira, observa-se a redução percentual da concentração de população nos principais aglomerados metropolitanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro; na outra, percebe-se que o crescimento das novas aglomerações (Gráfico 2).



	Belém	Fortaleza	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Campinas	Curitiba	Porto Alegre	Goiânia	Brasília
1970	1,29%	2,05%	3,37%	2,18%	3,11%	13,20%	15,57%	1,24%	1,55%	3,05%	0,81%	1,20%
2000	1,30%	2,11%	2,38%	2,17%	3,02%	7,88%	12,90%	1,61%	1,91%	2,54%	1,17%	1,99%

Gráfico 2 – **Brasil:** Evolução da População Urbana nas Regiões Metropolitanas - 1970 a 2000

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970 e 2000)

Organização: Luz (2008)

Por sinal, os casos em que essa tendência de redução da concentração urbana não se aplica são os aglomerados de: Campinas, na área imediata de recepção dos fluxos originados do processo desconcentração de São Paulo;

Curitiba, cujo exemplo, destaca o sucesso marketing urbano[28] em torno das intervenções do planejamento urbano, Sánchez (1999); Fortaleza que compartilha com Salvador e Recife o comando regional do sistema urbano na Região Nordeste, Matos (2003); e, por fim, Belém, Goiânia e Brasília, aglomerados situados de forma estratégica em áreas de expansão e modernização agrícola.

Neste último exemplo, quando os aglomerados são inseridos no contexto regional, eles reforçam a tendência de expansão da dinâmica urbano-industrial direcionada para a franja amazônica e o cerrado. Uma estratégia que repercute, também, na modernização das estruturas produtivas e técnicas das regiões Norte e Centro-Oeste, onde as taxas de crescimento são superiores à nacional desde 1970, além disso, estas regiões foram as únicas que superaram a taxa nacional de 1,63% (a.a) no período de 1991/2000, segundo dados censitários do IBGE (2000), (Tabela 2).

Tabela 2 – **Brasil e Grandes Regiões**: Taxas de Crescimento da População

Regiões	**Taxas de Crescimento da População (a.a) %**		
	1970 / 1980	**1980 / 1991**	**1991 / 2000**
Centro-Oeste	4,09	3,01	2,37
Norte	4,86	3,85	2,84
Nordeste	2,16	1,83	1,30
Sul	1,44	1,38	1,41
Sudeste	2,64	1,77	1,61
Brasil	**2,48**	**1,93**	**1,63**

Fontes: IBGE, Censos Demográficos (1970,1980,1991,2000), Baeninger (2003)

Organização: Luz (2008)

Trata-se de um crescimento que se fez de forma desigual e com uma forte ligação com o mercado externo, em função da implantação de uma agricultura comercial de exportação nessas regiões, conforme ressalta Pacheco (1998), aspectos que analisaremos na sequência deste capítulo. Inclusive, Santos (1996b,

[28] Para Sánchez (1999, p.116) o marketing urbano se constitui em uma estratégia ou instrumento adotado pelo planejamento estratégico para promover o respectivo centro urbano que se reestrutura.

p.61) reafirma essas características regionais ao observar que a partir da década de 1970:

> O Centro-Oeste (e mesmo, a Amazônia), apresenta-se como extremamente receptivo aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infra-estrutura de monta, nem outros investimentos fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pôde, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos.

Monte-Mór (2003) contribui para o debate sobre transformações no espaço urbano em tempos recentes ao destacar a existência de um modelo com duas perspectivas análogas: em uma delas, apesar da existência de um processo concomitante de involução metropolitana e desconcentração da produção industrial, prevalece o crescimento das grandes e médias cidades, em especial, no Centro-Sul; na outra face do processo, estende-se o tecido urbano com a ampliação das redes técnicas que integram "as múltiplas e distintas espacialidades e (re)qualificam as relações urbano-rurais, mudando a natureza da urbanização no Brasil" (MONTE-MÓR, 2003, p. 260). Nesse sentido, o processo promove, conforme denomina Monte-Mór (2005, p.435), a "urbanização extensiva" [29] e, o autor acrescenta, ainda, sobre o quadro atual do processo de urbanização brasileira:

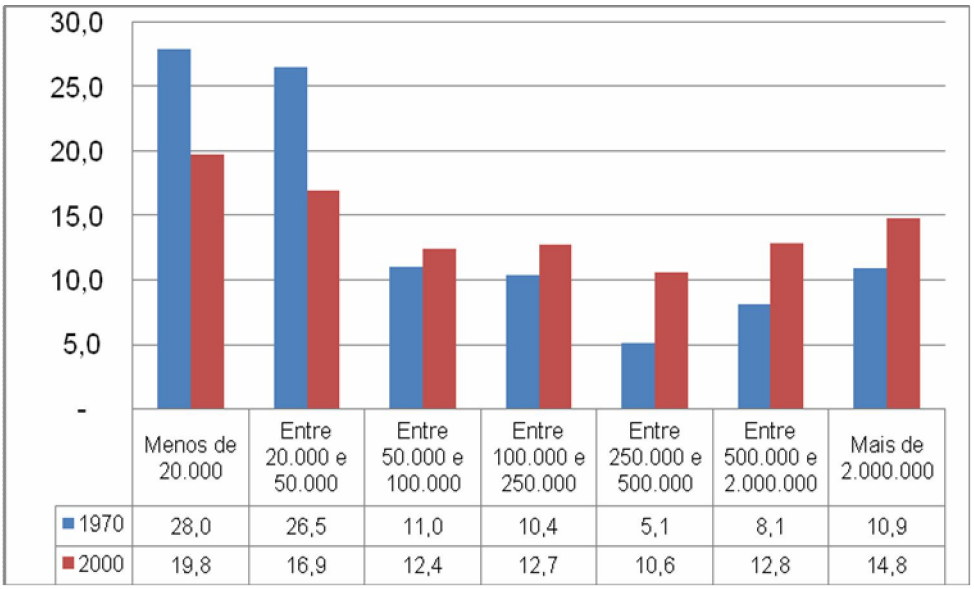
> Pode-se então identificar um duplo padrão de urbanização no Brasil, já manifesto em décadas anteriores, mas hoje apresentando nova natureza e organização (...) A concentração da riqueza e da pobreza nas regiões metropolitanas aprofunda conflitos e confrontos de classes, enquanto a desconcentração urbano-industrial sobre cidades médias, e mesmo cidades pequenas vizinhas, estende-os potencialmente a toda rede urbana principal do país (MONTE-MÓR, 2005, p.436)

Nessa perspectiva, a discussão empreendida em torno do processo de desconcentração reafirma a primeira premissa, destacada antes, sobre a importância das cidades médias no sistema urbano contemporâneo, conforme

---

[29] De acordo com Monte-Mór (2005, p. 438) a urbanização extensiva é "a materialização sociotemporal dos processos integrados de produção e reprodução , resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das dimensões sociopolítica e cultural intrínsecas à *polis*" (grifo do autor).

destacam, entre outros, Martine (1994), Matos (2003), Baeninger (2003), Campolina Diniz (2000, 2005), Lencioni (1991,1998), Andrade e Serra (2001), Santos (1996b), Santos e Silveira (2001). Pois, as cidades que possuem entre 50.000 e 500.000 mil habitantes, limiares que são empregados por Andrade e Serra (2001) como base para apontar o conjunto no qual estão contidas as cidades médias[30], apresentam os maiores índices de crescimento de população, inclusive, esse grupo saltou de 26,5% em 1970 para 35,7% em 2000, valores superiores ao crescimento dos aglomerados metropolitanos, enquanto as cidades menores de 50.000 habitantes, mesmo concentrando um quantitativo significativo de população apresentaram uma queda de 17,8% (Gráfico 3).



	Menos de 20.000	Entre 20.000 e 50.000	Entre 50.000 e 100.000	Entre 100.000 e 250.000	Entre 250.000 e 500.000	Entre 500.000 e 2.000.000	Mais de 2.000.000
1970	28,0	26,5	11,0	10,4	5,1	8,1	10,9
2000	19,8	16,9	12,4	12,7	10,6	12,8	14,8

Gráfico 3 – **Brasil:** Número de Municípios e População nos Censos Demográficos por Tamanho da População

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970, 2000). Andrade e Serra (2001, p. 131)
Organização: Luz (2008)

Esse processo de urbanização extensiva, (MONTE-MÓR, 2005), provoca a dispersão do crescimento populacional e contribui para dinamizar o sistema urbano do país, mas, ao longo dessas transformações não se pode relevar a importância exercida pelos centros, São e Rio de Janeiro, sobre as estruturas que articulam o território do país. É, nesse sentido, que aparece a expressão desconcentração

[30] Esta discussão será desenvolvida no próximo tópico deste capítulo, pois, trata-se da segunda premissa, na qual esta análise se estrutura.

concentrada da economia e população brasileira, Lencioni (1991, 1998), Steinberger e Bruna (2001), Andrade e Serra (2001), Santos e Silveira (2001), Campolina Diniz (2005), Sposito (2006), entre outros.

Lefebvre (1999), ao considerar crescimento conflituoso da atividade industrial nas cidades inglesas, ainda no século XIX, afirmou que "quanto mais se deslocar o seu centro, mais se localizará nos lugares do trabalho e da produção"(LEFEBVRE, 1999, p. 26). Esse sentido de onipresença é marcante no caso brasileiro, fortemente, influenciado pela dinâmica paulista, remetendo para a discussão do processo de desconcentração como decorrência da descentralização das atividades produtivas localizadas em São Paulo[31], num processo gradativo de interiorização que alcançou, inicialmente, as cidades de porte médio do Estado de São Paulo situadas ao longo dos eixos de desenvolvimento articulados às rodovias paulistas, Sposito (2006). Ou mesmo, conforme Pacheco (1998), trata-se de uma desconcentração relativa, pois, exige a análise do processo de condução da "matriz setorial de investimentos" (PACHECO, 1998, p.60).

Soja (1998) descreve a reestruturação do espaço urbano na dimensão metropolitana como uma continuidade dos processos que ocorrem na periferia, um fenômeno que produz a exópole[32] em tempos modernos. Lencioni (1991, 1998), afirma que a desconcentração produtiva, por sua vez, passa pela compreensão da reestruturação urbana e industrial que transformou a metrópole paulista em um processo que, por um lado, centraliza o capital, enquanto por outro lado, essa dinâmica descreve um cenário que "*consolida* a *hegemonia* do grande capital e *subordina* os outros capitais à organização oligopolista e utiliza *mecanismos* de *dispersão espacial* como forma estruturante do espaço, e não mais mecanismos concentradores" (LENCIONI, 1998, p.207). Essa perspectiva, ganha força ao considerarmos que nas últimas décadas a industrialização do país não alterou de forma significativa a expressiva concentração industrial presente na Região Sudeste, apresentado percentuais superiores aos das demais regiões brasileiras que juntas somaram 37,48% (Tabela 3).

---

[31] Cf. Santos (1996b), em *A Urbanização Brasileira*, sobre a metrópole onipresente (grifo nosso).

[32] A exópole, corresponde à articulação entre o que compõe o que forma a cidade "de fora" com os elementos que não constituem mais a "ex-cidade", ou seja, trata-se da desconstrução dos subúrbios que se transformam em "aglomerações urbanas completas, multifuncionais, densas e diversificadas" (SOJA, 1998, p.157).

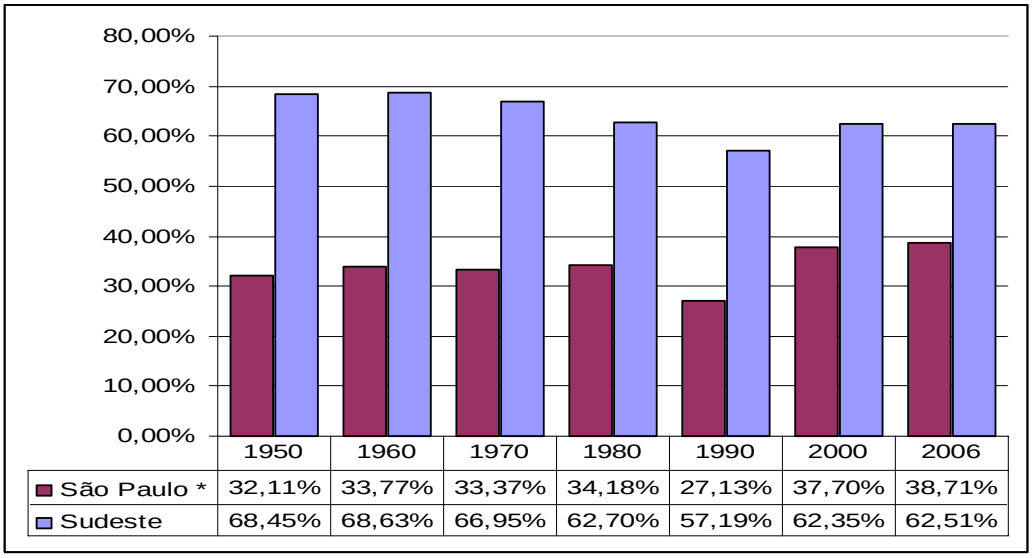
Tabela 3– **Brasil:** Valor Adicionado da Produção Industrial entre 1960 e 2006

Região/Estado	1960	1970	1980	1990	2000	2006
Sudeste	**68,63%**	**66,95%**	**62,70%**	**57,19%**	**62,35%**	**62,51%**
Centro-Oeste	2,11%	3,93%	5,20%	7,19%	6,28%	6,85%
Norte	2,27%	2,24%	2,89%	4,21%	4,23%	3,64%
Nordeste	11,26%	11,07%	12,22%	13,89%	13,87%	11,70%
Sul	15,72%	15,81%	17,00%	17,53%	13,27%	15,30%
Total - Brasil	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: IPEA/IBGE (2008). Disponível em <http://www.ipeadata.com.br> (acesso em out./2008)
Organização: Luz (2008)

A partir das informações da Tabela 3, torna-se possível destacar alguns aspectos relacionados ao processo de concentração e desconcentração industrial, por exemplo, desde 1960 a Região Sudeste agrega mais de 50% do valor adicionado da produção industrial. Todavia, as demais regiões, a partir de 1970 apresentaram crescimento de produção, principalmente a Região Centro-Oeste que saltou de 3,93% para 7,19% em 1990, quando a Região Sudeste apresentou o desempenho mais fraco de todo o período. E, a partir de 1990, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentaram queda na produção, enquanto o Sul cresceu e o Sudeste se manteve no patamar de 62% com um ligeiro crescimento.

Nesse contexto, verifica-se a ocorrência de um padrão moderado de desconcentração que não provocou grandes alterações na dinâmica industrial brasileira. Esse quadro, torna-se mais claro ao analisarmos o caso específico da concentração de valor adicionado da produção industrial do Estado de São Paulo em comparação com os valores da Região Sudeste (Gráfico 4).



	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2006
São Paulo *	32,11%	33,77%	33,37%	34,18%	27,13%	37,70%	38,71%
Sudeste	68,45%	68,63%	66,95%	62,70%	57,19%	62,35%	62,51%

Gráfico 4 - **Estado de São Paulo:** Valor adicionado da produção industrial em comparação com os valores da Região Sudeste entre 1950 e 2006

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/IBGE), dados estimados para 2006. Disponível em <http://www.ipeadata.com.br> (acesso em nov./2008)

* Valores percentuais em relação ao Brasil

Organização: Luz (2008)

Todavia, Santos (1998c) Santos e Silveira (2001) e Silva (2001, 2003), destacam que a disseminação da hegemonia que a metrópole desenvolve não ocorre sem conflitos. Sua propagação decorre da existência de um subsistema que se "superpõe e deforma o sistema social e o sistema cultural, agindo igualmente, sobre o restante, não hegemônico, do sistema econômico" (SANTOS, 1998c, p. 78). E, a consolidação da hegemonia, se vê comprometida pela forma como as inovações técnicas se difundem pelo território, uma vez, que os espaços luminosos tendem a ser mais atrativos que os opacos, Santos (1997a, 1998c), Santos e Silveira (2001), Ribeiro (2003) e Silva (2003). Dessa forma, a rigidez do sistema hegemônico tende a se flexibilizar, tendo em vista sua necessidade de se adaptar ao contexto espacial (econômico, político e social) que caracteriza a configuração territorial do país, marcada pela desigualdade regional[33]. Nesse sentido, cada vez

[33] Essa flexibilização se diferencia, apesar das similitudes, com a flexibilização produtiva, objeto da análise de, por exemplo, Chesnais (1996) e Harvey (1998), cuja referência decorre da implantação de formas de gestão empresarial em relação à expansão seletiva da produção e, consequentemente, da estrutura industrial, bem como das relações de produção inclusas no processo.

mais, a ação do Estado na função de indutor do desenvolvimento por meio de incentivos fiscais, programas e obras de infra-estrutura se torna indispensável, Campolina Diniz (2000). Também, Santos (1998c, p.78), destaca:

> Nos dias de hoje, o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade é apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece a atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais. O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado.

Nessa perspectiva, trata-se de um processo que se desenvolve em sintonia com os interesses capitalistas de expansão das áreas produtivas que coadunam, também, com a política de integração nacional priorizada na década de 1970, objetivando o desenvolvimento da atividade agrícola e a expansão da exploração mineral, ao mesmo tempo em que estabelecia as bases que resultaram na modernização conservadora do país, conforme apontam Oliveira (1977) e Becker e Egler (1998). Inclusive, Amorim Filho (1984) ao se referir à política estatal no início da década de 1970, no âmbito do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974), destaca que a principal preocupação era a busca pela integração do território e a, consequente, ampliação do mercado interno. Em outras palavras, conforme ressaltam Becker e Egler (1998, p. 114):

> As políticas para a integração do território nacional corresponderam a uma ação rápida e combinada para simultaneamente completar a ocupação do território, incorporando o centro-oeste e a “ilha” amazônica; modernizar e expandir a economia nacional articulando-a a internacional; estender o controle do Estado a todas as atividades e a todos os lugares.

Mas, a transição das décadas de 1970 para 1980, quando ocorreu a redemocratização do país, corresponde uma fase de intensas transformações, tanto no cenário nacional como internacional. Um fato emblemático desse período, diz respeito às sucessivas crises ligadas ao petróleo, crises essas que provocaram a retração no ritmo de crescimento interno e o fim do período identificado como “milagre brasileiro” (grifo nosso). Quando, a partir do final da década de 1980, o endividamento externo se agravou e, com isso, tornou-se premente a necessidade de adotar medidas de contenção de gastos e de capitação de recursos, via aumento

das exportações. E, de acordo com a análise de Diniz (1999, p. 12), após a década de 1980:

> Generalizou-se a postura antiestatista, verificando-se no mesmo movimento, a ruptura com a idéia de nacionalismo, percebida crescentemente como anacrônica, símbolo de uma época que se esgotara. A nova pauta política passou a ser dominada por temas como desestatização, reinserção no sistema internacional, abertura da economia, desregulamentação e privatização. Não menos imperativo revelou-se o duplo movimento de ruptura com o passado autoritário e a construção da ordem democrática.

Além desses aspectos, Santos (1997, p.106) ressalta que "o crescimento urbano se dá ao mesmo tempo em que a industrialização se desenvolve e a modernização da cidade se impõe". Nessa direção, reafirma-se a concepção de que a organização espacial se torna cada vez mais complexa, ampliando e redefinindo os papéis urbanos e a importância exercida pelas cidades médias sobre o território. Com isso, a compreensão do fenômeno urbano assume uma dimensão que envolve a necessidade de apreensão das dinâmicas que se desenvolvem nas, então denominadas, cidades médias. Pois, de acordo com Silveira (2002, p. 14)

> A cidade média aparece, de um lado, chamada a exercer um comando técnico das modernas produções agrícolas, de criação de gado e energéticas de sua região e, assim, simultaneamente, a esquecer a possibilidade de ser a sede de um comando político. E, por outro lado, os progressos técnicos e as transformações organizacionais contribuem a um certo desvanecimento da função de *relais* da distribuição de produtos e serviços oriundos das grandes metrópoles (grifo da autora).

Dessa forma, a análise das cidades intermediárias ou médias se torna relevante, uma vez que se ultrapassa "a ênfase exclusiva nas metrópoles e na (des)metropolização" Ribeiro (2006, p.19), comum nos estudos urbanos em função da projeção que a concentração de população nas regiões metropolitanas apresenta no Brasil. Inclusive, a autora ressalta que essa ênfase altera "a compreensão dos processos que atualizam as relações sociedade-espaço, a estruturação das relações de classe e os pactos de poder" (RIBEIRO, 2006, p.19). Pois, conforme ressalta Santos (1996b, p.123):

> Essas cidades médias são, crescentemente, *lócus* do trabalho intelectual, como o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica. Serão, por conseguinte, cidades que reclamam cada vez mais trabalho qualificado, enquanto as maiores cidades, as metrópoles, por sua própria composição orgânica do espaço, poderão continuar a acolher populações pobres e despreparadas.

Nas cidades médias, também, repercutem as transformações que promovem a refuncionalização e redefinição dos papéis que desempenham no contexto regional. Para tanto, faz-se necessário analisar o processo de constituição da cidade média contemporânea, bem como, a evolução dessa discussão no âmbito acadêmico, conforme destacamos a seguir.

1.2.2 Da cidade de porte médio à cidade média contemporânea

A segunda premissa, parte da compreensão que o significado de cidade média exige, primeiro, a superação da tradicional analogia entre cidade de porte médio e cidade média, depois, a inserção do debate contemporâneo sobre estas cidades que se realiza no País. As cidades de porte médio, por sua vez, surgiram por meio da iniciativa estatal a partir da década de 1970, enquanto o processo de desconcentração econômica e demográfica se desenvolvia, conforme apontam, entre outros, Andrade e Lodder (1979), Santos (1981, 1996, 2001), Amorim Filho (1984), Rochefort (1998), Pontes (2001), Amorim Filho e Serra (2001), Steinberger e Bruna (2001), Oliveira (2008).

A origem das cidades de porte médio, portanto, se relaciona com as ações que desencadearam o planejamento estatal desenvolvido, principalmente, após a década de 1970 por meio da instituição dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Planos que objetivavam equacionar as disparidades existentes na organização espacial do território nacional mediante ações estratégicas e pontuais, o que não significa que as mesmas tenham sido abrangentes e eficazes.

Santos (2003[1979])[34], identifica o planejamento como um instrumento a serviço do capital, dessa maneira, realiza uma releitura da história do planejamento no Brasil e apresenta três fases sucessivas e complementares que caracterizam esse percurso: de início, têm-se o uso ideológico do planejamento com o emprego

[34] Em referência ao livro *Economia Espacial*, editado inicialmente em 1979 pela editora HUCITEC.

ou não de meios coercitivos; depois, desenvolvem-se os monopólios em função direta e indireta da concentração do capital imposta pelos agentes hegemônicos que controlam o poder econômico; por fim, a terceira fase cria a ilusão de que os pobres estão inseridos no sistema em função do acesso aos novos produtos que ampliam o consumo, o que pressupõem a ocorrência de um aumento na renda, com sua respectiva redistribuição. Em específico sobre essa última fase, Santos (2003, p. 29), acrescenta:

> Mas como está fora de questão reduzir as taxas de acumulação e de desigualdade, o que significaria a morte do sistema, a pobreza não será eliminada, apenas mascarada. Esta nova fase no processo de modernização capitalista conduzirá a uma nova forma de pobreza, a *pobreza planejada* (grifo do autor).

Essa perspectiva é retomada por Amorim Filho e Serra (2001), ao caracterizarem as ações que desencadearam os PNDs, destacando a dificuldade em realizar mudanças que fossem capazes de promover o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, fomentassem uma distribuição mais equitativa da renda. Por exemplo, o I PND (1972/1974), conforme destacamos, possuía estratégias voltadas para o desenvolvimento de ações que atendessem à necessidade de integrar e dotar o território de elementos que servissem de suporte para o processo de reprodução acelerada do capital, respondendo às demandas da desconcentração demográfica e econômica, sem atentar para os problemas sociais presentes nos grandes centros.

Por isso, a prioridade era o desenvolvimento de obras de infra-estrutura de transportes e energia, com ênfase no modal rodoviário, cujo, arranque inicial foi realizado no final da década de 1960, no Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando foram planejadas as rodovias de integração nacional e, principalmente, construiu Brasília para sediar a nova capital do País. Ou seja, essas ações correspondiam a uma demanda latente por infra-estrutura que se formou em função da necessidade de viabilizar o funcionamento e a consolidação de Brasília. Contudo, essa perspectiva se torna mais factível no Governo Médici (1969-1974), quando se desenvolve o I PND e, agregado a ele, ocorre a construção dos eixos rodoviários interligando o Centro-Oeste, Brasília, às demais regiões, articulando,

principalmente os estados que compõem a Região Centro-Sul do País, (RIBEIRO e ALMEIDA, 1988)[35].

O II PND (1975/1979) é emblemático para a história do planejamento urbano do País. Ele se desenvolveu em um período crítico para a economia e política nacionais, pois, de um lado temos a crise gerada pela matriz energética que se apoiava na dependência do petróleo e que se agravou em função da opção pelo modal rodoviário, impulsionada pelo crescimento da indústria automobilística; e, de outro lado, os processos de urbanização e metropolização ganharam força, agravando os problemas nas grandes metrópoles, ao mesmo, tempo em que crescia a tensão social em função do autoritarismo político e pela supressão dos direitos civis.

O plano evoca a necessidade de adotar alternativas para equilibrar o crescimento acelerado das grandes cidades, foco constante de tensão, além de reduzir as desigualdades regionais. Nessa direção, articulam-se os recursos técnicos e humanos no sentido de estabelecer estratégias de contenção do crescimento exagerado das regiões metropolitanas, criadas em 1973, além dos problemas inerentes que o crescimento desordenado produz. As cidades médias[36], com isso, tornam-se espaços que poderiam ser potencializados para atrair fluxos migratórios e de investimentos, mas, no último caso, existia a preocupação de não prejudicar os interesses paulistas. Sobre o II PND Amorim Filho (1984, p. 13) observa:

> O II PND faz um diagnóstico da evolução do processo de urbanização no Brasil, chamando a atenção para a estimativa de que, em 1980, cerca de 2/3 de nossa população serão urbanos. Constata que o desenvolvimento urbano guarda profunda interação com a própria estratégica nacional de desenvolvimento.

A partir de 1974, Rochefort (1998, p. 95) destaca que se estrutura “uma ação sob a organização interna do espaço com a racionalização dos esquemas de

---

[35] Ribeiro e Almeida (1988), inclusive, discutem a estrutura espacial do sistema rodoviário brasileiro a partir da proposição de um modelo que caracteriza as fases pelas quais o processo se desenvolveu, além de apontar um balanço sobre a evolução dos transportes na década de 1980.

[36] Essa perspectiva, em parte, emprega a experiência francesa sobre a metrópole de equilíbrio desenvolvida nas décadas de 1960 e 1970, nos trabalhos de Hautreux e Rochefort (1964), contribuindo para a estruturação do arcabouço urbano francês. Rochefort, por sinal, participou das primeiras etapas do programa sobre cidades de porte médio desenvolvido no Brasil.

reorganização e urbanismo e dos planos de urbanismo das maiores cidades brasileiras" e, acrescenta que essas ações "visariam antes frear o crescimento das grandes cidades do que corrigir as consequências sobre o espaço, num esforço geral para repensar a organização do território (...)" (ROCHEFORT, 1998, p.95). Com isso, se consolidou a estratégia governamental que demandou na criação, no âmbito do II PND, do Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) [37].

De forma mais ampla, pode-se dizer que a expressão "cidade de porte médio" (grifo nosso) envolve a inserção de uma cidade em um quadro que permita sua classificação a partir de critérios quantitativos. Essa percepção justifica o emprego, no início dos anos de 1970, principalmente, do critério demográfico[38] como referência para classificar as cidades consideradas de porte médio no Brasil, mas, conforme observa Amorim Filho (1984, p. 8) "o critério demográfico (embora cômodo e não negligenciável) é capaz apenas de identificar o grupo ou faixa que pode conter as cidades médias" e, o autor acrescenta que outros "critérios, como o funcional sobretudo, devem ser também levados em consideração na definição das cidades médias" (AMORIM FILHO, 1984, p. 8).

Com relação ao desenvolvimento do PNCCPM, Steinberger e Bruna (2001) destacam que o programa apresentou, ao longo de dez anos, três fases consecutivas: a primeira, da criação em 1976 a 1979, quando as ações eram direcionadas e financiadas pelo governo brasileiro, com ênfase na implantação de infra-estrutura básica e de serviços; a segunda fase, entre 1980 e 1981, envolve um período em que o comando do programa, antes na esfera do Ministério do Planejamento passa para o Ministério do Interior, nessa fase o programa se expande

---

[37] Sobre o Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM), inserido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), confira OLIVEIRA, H. C. M. **Em Busca de uma Proposição Metodológica para os Estudos das Cidades Médias: Reflexões a partir de Uberlândia (MG),** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Com relação às avaliações sobre o referido programa, veja, Amorim Filho e Serra (2001), Pontes (2001) e Steinberger e Bruna (2001).

[38] Lodder e Andrade (1979) empregavam os limites entre 50 mil e 250 mil habitantes; George (1983) também adotava os mesmos limiares; no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os quantitativos variavam entre 100 mil e 500 mil habitantes; Santos (1993) também utilizou os patamares entre 100 mil e 500 mil habitantes; Soares (1999) empregou os limiares entre 100 mil e um milhão de habitantes propostos pela ONU (1994); Andrade e Serra (2001) estabeleceram os valores entre 50 mil e 500 mil habitantes, sem excluir as cidades que fazem parte de uma região metropolitana; no âmbito internacional, Bellet Sanfeliu (2000) estabelece limiares entre 20 mil e dois milhões de habitantes para as cidades intermediárias.

de 76 para 113 cidades e surge o Projeto Especial de Cidades de Porte Médio (CPM/BIRD), substituindo o programa original em 1979; a terceira fase, de 1982 a 1986, corresponde à entrada em cena do Banco Mundial (BIRD) que passa a gerir o projeto CPM/BIRD direcionado para, apenas 11 cidades[39].

Dessa forma, se disseminou o emprego do termo cidade de porte médio para identificar as cidades médias. Contudo, a expressão cidade média[40] alcança um significado que não se restringe apenas em classificá-las em um ou outro parâmetro demográfico. Sua relevância se associa com a dinâmica de organização territorial do trabalho que transformou o espaço brasileiro e imprimiu um processo de urbanização complexo e marcado pelas desigualdades regionais. Nessa direção, as expressões cidade de porte médio e cidade média não possuem o mesmo significado. De acordo com Sposito (2005, p.107):

> o número de cidade de porte médio é maior que o de cidades médias, pois nem todas a que tem tamanho demográfico que justifica a sua classificação como de porte médio, ocupam situação geográfica favorável ao desempenho de funções regionais ou intermediárias.

Inclusive, nos últimos anos no Brasil, a preocupação em estabelecer uma base teórico-metodológica para o significado de cidade média projeta as análises para uma dimensão mais ampla. Estudos recentes abrem a perspectiva para a compreensão da cidade média integrada à dinâmica de (re)produção do espaço e de expansão das inovações técnicas, ao mesmo tempo, em que consideram que essas cidades exercem um comando regional importante e diferenciado conforme a localização. Nesse sentido, Amorim Filho e Serra (2001, p. 27) ressalvam:

> Assim, hoje como outrora, as cidades médias continuam a ser valorizadas como um fator de equilíbrio para as redes e hierarquias urbanas de muitos países, principalmente aqueles em que a dissimetria entre as cidades grandes e pequenas é mais forte. Outro aspecto bastante característico das cidades médias e que segue guardando toda a sua importância tem a ver com as conhecidas funções de relação de intermediação exercidas por elas entre, de um

---

[39] Amorim Filho (1984), destaca que na primeira fase o projeto envolvia cidades do sudeste, nordeste e sul, ao contrário de Bruna e Steinberger (2001) que destacam cidades, também, no Centro-Oeste e Norte. Todavia, não divergem com relação ao número total de cidades, exceto na terceira fase, Amorim Filho (1984) relaciona 12 cidades e Bruna e Steinberger 11 cidades.

[40] Outras expressões, também, são utilizadas para a cidade média, por exemplo: cidade intermediária (Santos, 1996; Santos e Silveira, 2001; Sanfeliu e Torné, 2004; Pulido, 2003; entre outros) além de cidade regional (Santos e Silveira, 2001).

> lado, as grandes cidades e, de outro, as pequenas cidades e o meio rural regionais.

Esses autores acrescentam, ainda:

> O elo urbano-regional lhes confere papel de núcleos estratégicos da rede urbana brasileira, na medida em que congregam as vantagens do estar aglomerado no espaço urbano e a possibilidade de estarem articuladas a um espaço regional, mais amplo, que conforma sua área de influência (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p.71).

A cidade média, dessa forma, ganha relevância e desperta o interesse de pesquisadores envolvidos com a questão urbana no Brasil. Inclusive, parte dessa trajetória é explorada por Amorim Filho (2006, 2007) ao destacar a produção teórica sobre o tema no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais e, depois, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) no campus de Belo Horizonte. Nesse sentido, destacam-se dois momentos relevantes para discussão sobre a cidade média no Brasil: o primeiro, engloba a fase inicial ao longo das décadas de 1960 e 1970, marcado, principalmente, pelo pioneirismo dos trabalhos de Oswaldo Bueno Amorim Filho; o segundo, responde pela retomada das análises sobre a temática de forma mais aprofundada, ao longo da década de 1990 e que alcança os dias de hoje, quando se sobressaem as contribuições de Soares (1999, 2006, 2007), Sposito (2001, 2005, 2007); Pontes (2001); Sposito e Elias (2006); entre outros[41]. Porém, existe um hiato entre os dois momentos, durante a década de 1980, quando os trabalhos sobre as cidades médias “se reduzem drasticamente”, conforme aponta Amorim Filho (2007, p.75).

A retomada da discussão em tempos recentes destaca trabalhos em duas dimensões complementares, de um lado, surgiram inúmeros estudos de caso sobre

[41] CF. Sposito (2005, p. 11-112), alguns exemplos de trabalhos desenvolvidos por alunos e professores participantes do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), de Presidente Prudente. Também, destacam-se os estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, orientados, principalmente, por Beatriz Ribeiro Soares como por exemplo, entre outros os trabalhos de: Pereira (2007) sobre Montes Claros-MG; Melo (2008) sobre Catalão-GO; e, Oliveira (2008) que, além, de analisar a trajetória teórico-metodológica da temática, propõe e uma sugestão de metodologia a partir da experiência relatada da aplicação da proposta em Uberlândia-MG.

cidades médias nas diferentes regiões, frutos de dissertações e teses, por outro lado, desenvolve-se uma trajetória em torno da necessidade de se ampliar as discussões sobre a cidade média no âmbito acadêmico, com isso, destacam-se as inúmeras participações em eventos nacionais e internacionais por parte dos pesquisadores envolvidos com a temática, onde são relatadas as pesquisas no Brasil.

Também ganha relevância a iniciativa coordenada, inicialmente, por Sposito que resultaram na criação da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCIME), que desenvolve pesquisas com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Ministério da Ciência e Tecnologia, agregando pesquisadores de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e, também, outros países da América do Sul[42].

Dessa maneira, com o intuito de consolidar essa rede de pesquisa, foram desenvolvidos vários encontros de trabalho e, principalmente, dois simpósios internacionais: o I Simpósio Internacional "Cidades Médias: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço Urbano" (grifo nosso), ocorreu em junho de 2005 na cidade de Presidente Prudente-SP, com o apoio logístico do GAsPERR/UNESP - Presidente Prudente; enquanto, o II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, se realizou em novembro de 2006 na cidade de Uberlândia-MG, coordenado pelo Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Nessa direção, as duas questões levantadas por Sposito (2007, p. 9) "Por que cidades médias? Por que espaços em transição?", no prefácio do livro *Cidades médias: espaços em transição* chamam a atenção para a importância de, ainda, se percorrer um longo caminho, no sentido de tornar mais preciso o significado da expressão cidade média, bem como o seu conteúdo. E, assim, a autora afirma que:

> Partindo dessa perspectiva, tratamos de uma noção que precisa ser melhor fundamentada no plano teórico-metodológico e, talvez, renomeada à luz dessa fundamentação, uma vez, que a adoção da expressão "cidade média" é pouco adequada, porque alude diretamente ao tamanho e pressupõe hierarquia e classificação. Essa constatação exige dos pesquisadores que trabalham com essa escala de análise urbana um esforço grande para dar maior precisão

[42] As informações sobre o ReCIME estão , parcialmente, disponíveis na internet, pois, as pesquisas ainda estão sendo realizadas em campo. Cf. em < http:// www.recime.org.br>

> teórica a essa noção, elevando-a, se possível, à condição de conceito científico (SPÓSITO, 2007, p. 9).

Também, nessa perspectiva, Corrêa (2007, p.23) ressalva:

> Sua particularidade reside no pressuposto de uma específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano, por meio da qual se pode conceitualizar a pequena, média e a grande cidade, assim como a metrópole. Esse pressuposto, por outro lado, alicerça o esforço de se construir teoricamente esse objeto de estudo, complexo e diferenciado, resultado de um processo de urbanização em contextos econômicos, políticos e sociais heterogêneos em um mundo desigualmente fragmentado e articulado.

A partir dessas colocações, reafirmam-se as dificuldades teórico-metodológicas em torno da questão das cidades médias em tempos recentes, Sposito (2007, p.10) observa: "Tratamos, então, de cidades em transição à busca de conceitos que sejam boas ferramentas téorico-conceituais". E, complementa:

> Assim, mais que nunca, precisamos explicitar as especificidades que caracterizam essas cidades, destacando-se suas condições de serem regionais e/ou não-metropolitanas e/ou intermediárias e/ou diretamente articuladas às cidades pequenas de suas áreas de influência. Para tal, é importante relacionar essas cidades a outras cidades grandes, pequenas, metropolitanas ou não, com as quais estabelecem relações, mas, ao mesmo tempo, distinguir as próprias cidades médias, umas das outras.

Portanto, este trabalho, intitulado "A (Re)produção de Anápolis/GO: A trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2000" grifo nosso) guarda essas limitações decorrentes das dificuldades em explicitar uma conceitualização precisa para a expressão cidade média, mas, contribui para a análise da temática apresentando as "especificidades" que envolvem a organização sócio-espacial da cidade onde a pesquisa se realiza. Nesse sentido, torna-se pertinente a observação realizada por Corrêa (2007, p.25) :

> É nesse continuum que vai de minúsculos núcleos de povoamento às cidades globais, que se inserem as cidades médias, um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano. Combinação de características que ressalte-se, deve ser contextualizada geograficamente.

Aspectos ressaltados que coadunam com a análise de Gottdiener (1993), sobre a necessidade de considerar, em primeiro lugar, que as relações espaciais e temporais são inerentes ao processo, da mesma maneira que a dinâmica dos fenômenos demográficos e geográficos e, também, o vínculo existente entre as formas de cidades e as etapas de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

A cidade média, portanto, a partir da década de 1960, torna-se mais complexa e passa a desempenhar um papel relevante na divisão territorial do trabalho. Enquanto, centro de referência, para ela converge investimentos e população, diversificando as atividades econômicas internas e ampliando sua atuação no cenário regional, com isso, se refuncionaliza e desenvolve novas atribuições, conforme destacamos a seguir.

1.2.3 A cidade média como centro de decisão no exercício do comando regional

A terceira premissa articula-se às duas premissas anteriores que destacam o despontar das cidades médias e a superação da comparação com as cidades de porte médio. Esta premissa insere a importância da questão política na análise sobre a cidade média e a relevância do comando regional que exerce sobre diferentes recortes territoriais. Trata-se de uma discussão que envolve, também, a questão do poder, fundamental na leitura do território, como destacamos anteriormente. O poder em um sentido que foi explorado por Bourdieu (1996), ao diferenciar o campo político do campo do poder, que define como:

> O espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (...) isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder (...) são ameaçados (IDEM, 1996,p. 52)

.

Com isso, ao considerarmos que o comando regional é uma função da cidade média, destacamos a importância do aspecto político necessário a esse

exercício, apesar de não possuir a mesma dimensão que a metrópole, conforme ressaltam Santos e Silveira (2001). Mas, a ela atribuímos a função de centro de decisões, o que pressupõe que as mesmas são dotadas de recursos ou instrumentos técnicos, materiais e humanos, cuja dinâmica estabelece diferentes relações de poder e, também, de conflitos, aspectos inerentes as modo capitalista de produção, Lefebvre (1999). Um aspecto que, também, Claval (1979, p. 11) reafirma ao definir que o poder "não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros". Por sua vez, essa percepção se associa com a compreensão da importância da ação dos agentes que transformam e que promovem intervenções sobre uma dada realidade. De acordo com Giddens (2001, p.33) "o poder deve estar relacionado aos recursos que os agentes empregam ao longo de suas atividades para concluir o que se quer fazer."

A forma como esses agentes se organizam por meio de empresas, instituições, organizações e associações, contribui para a compreensão da dinâmica de (re)produção do espaço e, conseqüentemente, do território. E, conforme aponta Sposito (1986, p. 34)

> O estudo das lógicas territoriais decorrentes da concentração econômica das empresas de produção e comercialização de bens e serviços é fundamental para a compreensão da redefinição das relações entre diferentes tamanhos de cidades.

Uma vez que a convergência de população e investimentos para uma determinada localidade promove sua dinamicidade, o que influi diretamente no seu desenvolvimento, impactando homens, firmas, infra-estrutura, meio ecológico e instituições. Ademais, nas cidades médias a reestruturação produtiva do próprio sistema capitalista, (HARVEY, 1998), altera as funções tradicionais e gera novas atividades e funções, em um processo que atinge todos os elementos que constituem o espaço, (SANTOS, 1988).

Com isso, as formas de organização, públicas e privadas, desenvolvidas nas cidades médias ganham relevância e contribuem para revelar como essa nova realidade se configura em ações e estratégias voltadas para (re)valorização do

lugar, além de reafirmar sua posição no sistema como um todo. E, as transformações desses elementos constitutivos do espaço oferecem mecanismos para a análise dos processos que transformam a cidade média e suas relações nas diferentes escalas espaciais. Inclusive, para Santos (1996, p.184)

> a força desses núcleos vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber informações de toda natureza, tratá-las, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as antes de redistribuí-las entre os mesmo pontos a seu próprio serviço.

A análise dessas transformações que estabelecem as condições para desdobrar este trabalho mediante a adoção de uma perspectiva instrumental e prática para a análise do território configurado em cidade média, a partir da relação entre o processo em si e sua inserção no contexto espacial. Para tanto, empregamos a expressão “abordagem territorial” (grifo nosso) para nos referirmos ao território em seu uso prático, considerando o conjunto de transformações que se processam por meio da ação de agentes econômicos e políticos, redefinindo funções ou determinando novos recortes territoriais. Pois, de acordo com Schneider e Peyré Tartaruga (2004, p. 108)

> A diferença fundamental entre o uso e o significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois, reconstruídas de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas, e, por isso, pode-se falar em abordagem , enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físico, naturais, político ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam.

Essa iniciativa deriva da necessidade de compreender os processos ligados à (re)produção da cidade média nas dimensões econômica e política, a partir do contexto espacial no qual a cidade se insere ou se configura territorialmente. Dessa forma, justifica-se a inserção da análise do processo de modernização e apropriação do território, com o intuito de estabelecer as bases nas quais ocorrem a divisão social e territorial do trabalho no contexto regional e seu rebatimento no local, conforme apresentamos na sequência deste capítulo.

Ademais, torna-se possível que sejam caracterizados os atores envolvidos na trama e, principalmente, dimensionar as ações e seus reflexos na produção do espaço. E, nessa dinâmica é necessário, conforme Sposito (2007), considerar a existência de uma sobreposição de escalas geográficas, pois, segundo essa autora,

> Sucede-se aos conceitos de região homogênea a polarizada, o de rede e de redes, uma vez que cidades de uma rede urbana se relacionam com cidades de outras redes urbanas de forma cada vez mais freqüente, e esta relação depende da sobreposição de muitas outras redes, sobretudo de transportes e comunicações (IDEM, 2007, p. 239).

Ao mesmo tempo, esse processo remete para a inserção da cidade em um sistema urbano no qual ela se configura como centro de decisão, exercendo um comando regional que é, antes de tudo uma teia de relações, conforme aponta Arroyo (2006, p. 71) as "cidades médias fazem parte da dinâmica territorial a partir de uma vida de relações que as integra, com maior ou menor intensidade, ao movimento do mundo e da formação socioespacial". Nessa teia, a cidade desempenha importantes funções ou papéis, principalmente nos segmentos terciário e secundário, para tanto, continuamente a cidade é dotada de sistemas técnicos ou de engenharia, (SANTOS 1997a, 1998a), além de outros elementos fixos, como por exemplo, os ligados à estrutura produtiva e de serviços, que em conjunto com as relações de consumo garantem a existência dos fluxos e a circulação entre as diferentes dimensões.

Portanto, a abordagem territorial no estudo da cidade média proposta neste trabalho se estrutura a partir das dimensões econômica e política[43]. Mas, considera que a dimensão social permeia as duas dimensões, pois, é a "sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente" (SANTOS, 1997a, p. 88). Essa percepção, reafirma a noção de inseparabilidade das dimensões econômica e política da dimensão social. Ademais, é a ação humana que materializa a cidade e a

[43] Cf. OLIVEIRA, H.C. op.cit. p.16. Em seu trabalho, o autor contextualiza os estudos sobre cidade média; caracteriza o espaço urbano da cidade de Uberlândia (MG), considerando os equipamentos e serviços; e, apresenta uma proposta metodológica para o estudo das cidades médias, através da interpretação das propostas de Bolay el al (2003), Sposito (2006) e da União Internacional dos Arquitetos- UIA (1998).

transforma continuamente, uma vez que a cidade “se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma” (CARLOS, 2004, p. 18). Sobre a análise da cidade a autora acrescenta, ainda:

> Podemos afirmar que a análise deve captar o processo num movimento e, no mundo moderno, esta reprodução sinaliza a articulação indissociável de três planos: **o econômico** (a cidade produzida enquanto condição de realização da produção do capital – convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realiza através da produção do espaço), **o político** (a cidade produzida enquanto espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção do espaço) : e **o social** (a cidade produzida enquanto prática sócio espacial, como elemento central da reprodução da vida humana). (CARLOS, 2004, p. 20, grifos da autora)

No que tange, especificamente no âmbito deste trabalho, a questão das infra-estruturas que estão subdividas em produtivas, técnicas e de serviços, destacamos a importância desses fixos para a configuração territorial das cidades médias. Pois, esses elementos estão diretamente ligados à especialização produtiva das cidades e, principalmente, sobre eles repercutem as inovações que redefinem as funções e papéis que as cidades médias desenvolvem na atualidade como centro de decisão.

Essa capacidade de decisão, portanto, articula-se com a existência de normas e regras que organizam as relações sociais e econômicas, conduzem para a existência do território normado que constrange a ação dos agentes na produção do espaço, conforme destacamos anteriormente. Todavia, a organização possui duas naturezas ou variáveis bem claras, a pública, na qual as diferentes esferas do Estado estão presentes, e a privada que agrega as diferentes formas de associações, sindicatos, organizações empresariais, ou mesmo, instituições. Assim, as variáveis, pública e privada, estão articuladas e estruturadas com objetivos comuns, apesar do discurso em torno da autonomia do Estado, pois, segundo Carnoy (1994, p. 321):

> A “independência” do Estado implica em que a burocracia do Estado depende da acumulação de capital para sua própria sobrevivência. A autonomia relativa significa que, a fim de representar os interesses de classe, isto é, ser legítimo no contexto dos conflitos de grupos e de classes, a burocracia do Estado deve parecer autônoma da classe dominante.

Contudo, a ação do Estado é preponderante na produção do espaço, ao influir diretamente na implantação dos diferentes equipamentos urbanos que dão suporte à produção e circulação, ou seja, permitem a (re)produção do urbano e, consequentemente, garantem a fluidez que estabelece uma teia de relações e interações que abrange diferentes escalas, Lojkine (1997). Pois, segundo Ribeiro (1993, p. 29):

> O equipamento urbano não se encontra, assim, somente ligado ao seu entorno, às formas imediatas e seletivas da acessibilidade social, mas, ainda, articulado a redes que o vinculam a decisões políticas que podem, ou não, ultrapassar a esfera local de participação social. Por outro lado, a integração às múltiplas redes – tradicionais e modernas – auxilia o posicionamento analítico do lugar diante de outros lugares do mesmo sistema, possibilitando a classificação móvel das cidades.

Ademais, a compreensão da cidade média, a partir das premissas destacadas anteriormente, direciona as análises sobre a cidade de Anápolis, no Estado de Goiás, caracterizada como cidade média que possui um papel de destaque na conformação da rede urbana regional. Nesse sentido, consideramos como necessária a inserção do contexto histórico de inserção do território goiano na dinâmica de modernização do país. Pois, as transformações que ocorreram, principalmente nas últimas décadas, influem na configuração territorial da cidade e no exercício do comando regional, redefinindo e modernizando as suas funções.

CAPÍTULO 2 - OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: dinâmica territorial e urbanização em Goiás

CAPÍTULO 2 - OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: dinâmica territorial e urbanização em Goiás

> O processo de modernização, ao mesmo tempo em que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo.
>
> Marshall Berman (1986)

O Estado de Goiás se localiza na região Centro-Oeste que, também, agrega os estados do Mato Grosso, Mato Grosso de Sul além do Distrito Federal. Esta Região abrange uma área de 1.612.077,2 Km^2, ou seja, 18,9% do território nacional e possui uma população de 11.636.628 habitantes distribuídos em 462 municípios, segundo dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), sendo que 43% do total da população regional se encontra distribuída pelos 246 municípios que compõem o território goiano.

Em tempos recentes, a inserção do território compreendido pelo Estado de Goiás na dinâmica nacional associa-se a dois aspectos: o primeiro, refere-se ao quadro da paisagem natural, marcado pela disponibilidade de grandes extensões de terra, o Cerrado, além da diversidade de recursos naturais que oferece para a exploração econômica, (Figura 1); o outro, associa-se à dinâmica que impulsionou a ação estatal e privada no processo de apropriação e modernização regional, através da mineração, agroindústria e, principalmente, do desenvolvimento da agropecuária moderna.

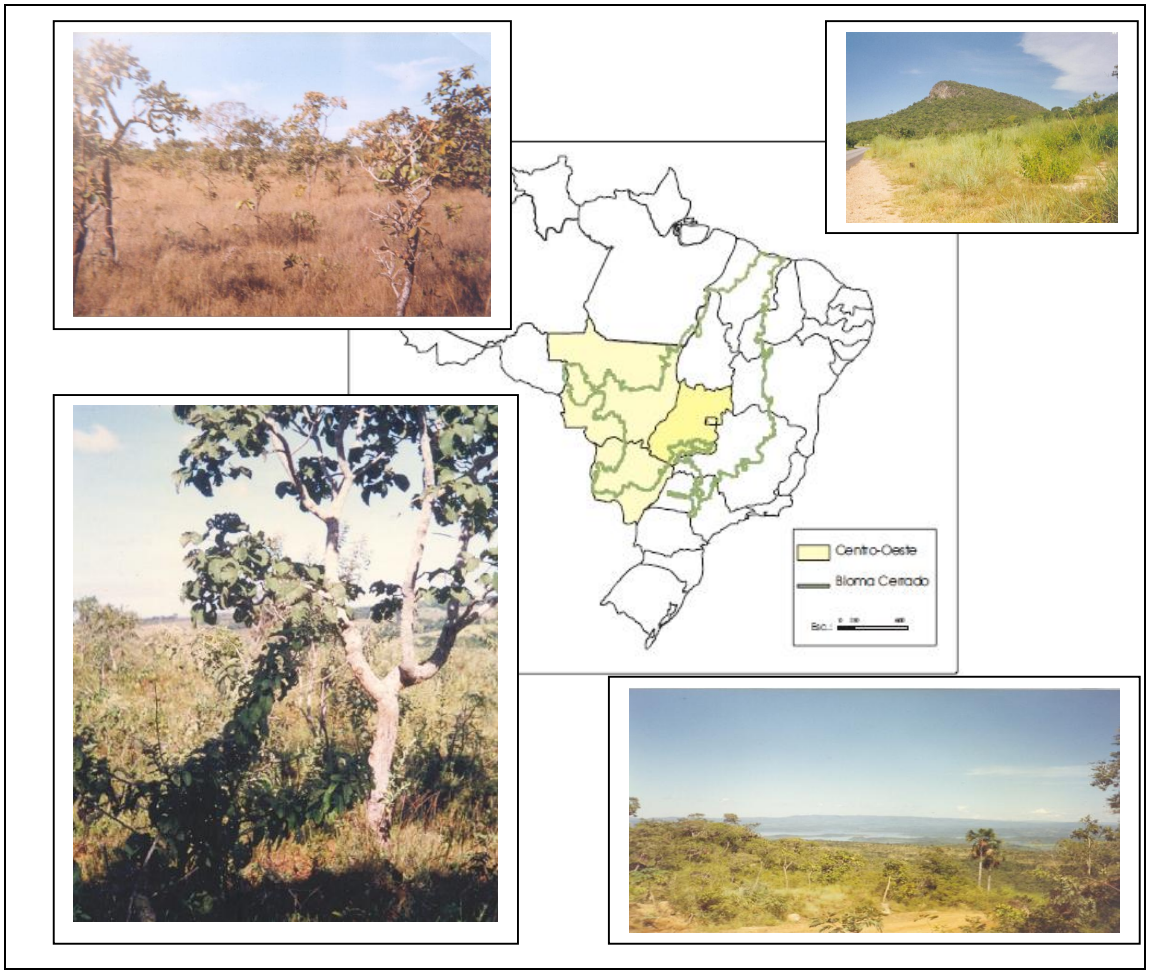


Figura 1 - **Brasil:** Fisionomias do Bioma Cerrado no Estado de Goiás – 2007

Fonte: IBGE (2008). Trabalho de campo (2007) – imagens da vegetação na área da Serra da Mesa em Uruaçu/GO, Luz (2007).

Organização: Luz (2008)

No tocante aos elementos da paisagem natural, o Centro-Oeste caracteriza-se pela presença, além do Cerrado, de dois importantes biomas, a Amazônia e o Complexo do Pantanal, além de manchas isoladas de Mata Atlântica e Campos. Entre estes biomas o Cerrado é "a formação vegetal que melhor marca e individualiza o Centro-Oeste brasileiro do ponto de vista fitofisionômico" (Innocêncio, Santos e Guimarães, 1977,p. 69). Trata-se de uma formação vegetal adaptada ao clima tropical típico, predominante em Goiás, marcado pela sazonalidade que intercala períodos chuvosos e secos[1]; além de solos "muito antigos e profundos,

[1] Esse aspecto relacionado aos fatores que caracterizam o clima tropical típico que, apesar da ação antrópica cada vez mais intensa na Região, ainda não tem apresentado grandes alterações. De acordo com Deffontaines (1939, p. 289) "O traço dominante é a oposição de uma estação seca, correspondente à estação fria do hemisfério Sul, de maio a outubro, a uma estação chuvosa

pouco estratificados, lixiviados e pobres em resíduos orgânicos, geralmente do tipo latossolo" (MinT, 2005, p 11). O bioma dos Cerrados apresenta uma grande biodiversidade e se destaca na oferta de abundantes recursos naturais, cuja exploração propiciou, ao longo do tempo, a ocupação humana e produção do espaço regional.

Na Região, como um todo, predominam os planaltos e, em menor escala, as depressões, constituídas por estruturas cristalinas e sedimentares, de acordo com Innocêncio, Santos e Guimarães (1977, p. 81). De todas as regiões brasileiras, é a mais homogênea quanto ao relevo, no qual predominam extensas superfícies planas, medianamente elevadas, constituídas por chapadas e chapadões, predominantemente sedimentares. As características do relevo funcionam como importantes dispersores de água para uma extensa rede hidrográfica composta, principalmente, por rios das bacias: Amazônica, Tocantins-Araguaia e Platina, além, em menor escala, da bacia do São Francisco.

Os rios goianos, apesar do período de seca comum na região, mesmo com a redução do volume de água, mantêm seus cursos com raras exceções. Este fato contribui para a utilização dos recursos hídricos, quer para a geração de energia e/ou para a irrigação. Inclusive, a exploração do potencial energético da rede hidrográfica centro-oestina é uma questão estratégica para desenvolvimento econômico regional[2], conforme discutiremos a seguir.

A disponibilidade de recursos naturais, considerados por Gómez (2000, p.34) como "bens e forças naturais que possam ser subordinados à sua produção", a exemplo do que ocorre nas áreas de Cerrado, transforma-se em um elemento

---

associada à estação quente de dezembro a abril.". A periodicidade destacada por Deffontaines (1939), também foi observada por Simões (1950, p.102) que distinguiu as duas épocas do ano; "uma fase de muitas chuvas, distribuindo-se de setembro a março aproximadamente, e outra bastante seca, correspondendo ao inverno e parte do outono." Nimer (1970, p.48) destacou que "70% do total de chuvas acumuladas durante o ano se precipita de novembro a março", enquanto que o inverno "é excessivamente seco." Finalmente, no *Estudo Retrospectivo do Centro-Oeste* (MInt, 2005), novamente o inverno foi apresentado como um período com insuficiência de chuvas e déficit de água no solo, enquanto que durante o Verão ocorrem chuvas excessivas e grande escoamento de águas.

[2] De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PEDCO/2007-2020) elaborado no âmbito do Ministério do Interior, doze novos empreendimentos foram licitados para a Região. Estes empreendimentos se encontram em quatro diferentes estágios: em construção (02); não iniciados (06); paralisados (01); sem previsão (03).

importante para a exploração econômica. E, “se no passado havia paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais” (SANTOS, 1997a, p.64). Aspecto, também, ressaltado por Smith (1988, p.67):

> Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como o *substratum* material da vida diária, o domínio dos valores-de-uso mais do que como o dos valores-de-troca. (...) Todavia, com o progresso da acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse *substratum* material torna-se cada vez mais o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são, em sua origem, crescentemente sociais (grifos do autor).

Nessa direção, os elementos constitutivos da paisagem natural contribuem para a compreensão do processo de produção do espaço no qual se estruturou a Região Centro-Oeste e, principalmente, o Estado de Goiás. Pois, segundo Santos (1997b p. 51) o espaço “é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidades, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

Se, antes, as áreas de Cerrado eram consideradas pouco produtivas, na atualidade, com a introdução das técnicas de correção do solo, adubação, irrigação e emprego de máquinas, a exploração econômica tornou-se significativa. Entretanto, as inovações técnicas conduzem para uma maior dependência das áreas agrícolas em relação aos centros de difusão de tecnologia e de gestão. Com isso, o processo de expansão em direção às áreas de fronteiras promove um movimento que funciona nos dois sentidos, sua dinâmica, por um lado altera papéis tradicionais e, por outro cria novas atribuições. Inclusive, Soja (1993) destaca que essas relações ocorrem em diferentes níveis e escalas e se alteram sem afetar, necessariamente a estrutura subentendida. Dessa maneira, produz-se o que Santos(1997b) denomina de coesão organizacional[3] que estabelece as relações de interdependência entre as áreas ou interesses envolvidos.

Goiás, em específico, se destaca no contexto regional e nacional pelo dinamismo que apresenta no setor primário com uma agropecuária moderna e

---

[3] Esse é, segundo Santos (1996, 1997a, 1997b) o sentido novo para região que para Soja (1993, p.143), “são pessoas, classes, formações sociais, coletividades espaciais, partes ativas e reativas da paisagem geográfica do capitalismo”.

conectada ao mercado externo, também, nos últimos anos, ampliaram-se as redes de infra-estrutura de transportes e energia que contribuíram para a diversificação econômica com o desenvolvimento dos setores secundário e terciário. Trata-se de um processo que impacta significativamente a dinâmica regional e influi no processo de urbanização, principalmente, nas áreas metropolitanas e cidades médias, como no caso de Anápolis.

Ao longo da constituição do território goiano é perceptível sua crescente e irrevogável apropriação em conexão com o avanço técnico-científico e informacional. Pois, em um ritmo cada vez mais acelerado novas formas, estruturas, processos e funções passaram a compor o seu espaço, repercutindo de forma indissociável na dinâmica urbana e rural. Com isso, constitui-se uma realidade historicamente determinada que se estabelece sobre uma base territorial, aspectos, por sinal, ressaltados na análise do território a partir do viés econômico discutidos no capítulo anterior.

Nesse sentido, o interesse em compreender a dinâmica territorial e a urbanização em Goiás com ênfase na cidade média, implica, de início, em analisar os caminhos do desenvolvimento e a recente modernização das estruturas técnicas e produtivas que contribuíram para a inserção do Estado no processo de divisão social e territorial do trabalho nas escalas regional, nacional e, mesmo, internacional.

Por isso, a releitura do contexto histórico no qual se deu a apropriação do território que, por sua vez, influiu na ruptura do isolamento que o caracterizava e na consecutiva fragmentação territorial que marcou sua evolução; depois, os caminhos do desenvolvimento são percorridos através do exame da dinâmica produtiva que transformou a economia de base agrícola voltada para a subsistência em uma estrutura moderna que destaca a agroindústria, num processo que se relaciona de forma direta com a ação estatal; por fim, caracteriza-se o processo de urbanização que repercute na organização da rede urbana em Goiás e na importância e influência das capitais, Goiânia e Brasília, e, principalmente, das cidades médias, referenciadas pelo exemplo da cidade de Anápolis.

2.1 A apropriação e fragmentação do território goiano: a ruptura com o isolamento e a transformação dos velhos tempos

Inicialmente, meados do século XVIII, o território goiano destacava-se pela rarefação do povoamento e das relações sociais. Nessa direção, tornou-se comum identificá-lo com a noção de sertão, distante e vazio. De acordo com Moraes (2003, p.19):

> [...] A mera qualificação de uma localidade como sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que ali identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e/ou domínio político. Transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país.

E, o referido autor acrescenta:

> Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço. (MORAES, 2003, pp. 20-21)

Portanto, a representação do território goiano, enquanto espaço passível de ser apropriado, reflete essa forma de conceber o sertão como vazio, apesar da presença indígena, conforme exemplificam algumas representações cartográficas do período, (Figuras 2 e 3).

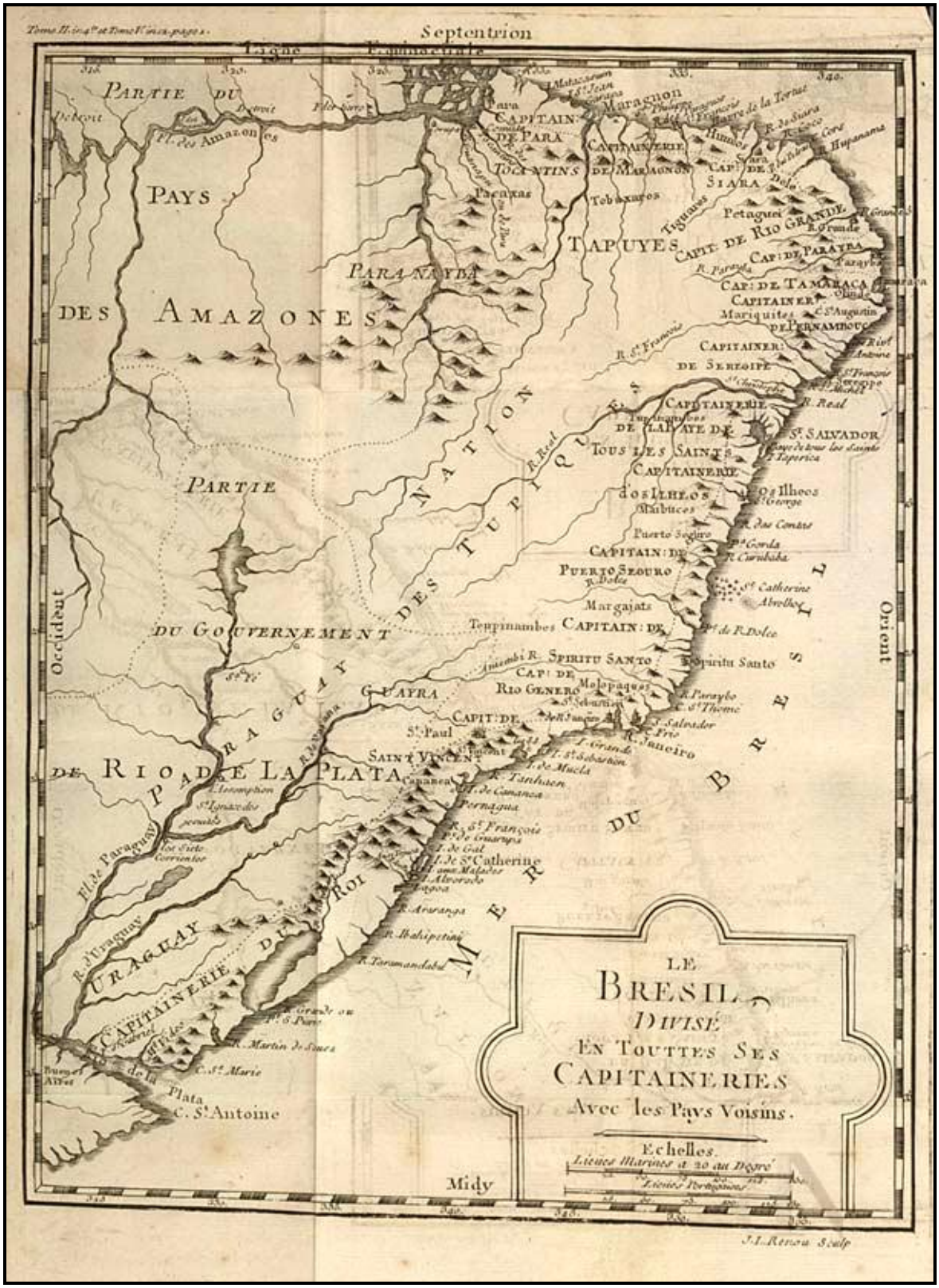


Figura 2 – **Brasil**: Visão Geral de 1735, representação de Giffart (1735), apresentada na obra *Histoire Generale de Portugal*, Paris.

Fonte: Acervo Cartográfico da Biblioteca Nacional, versão digital. Disponível em <http:// www.biblitecanacional.com.br/dominiopublico> (acesso em dez./2008)

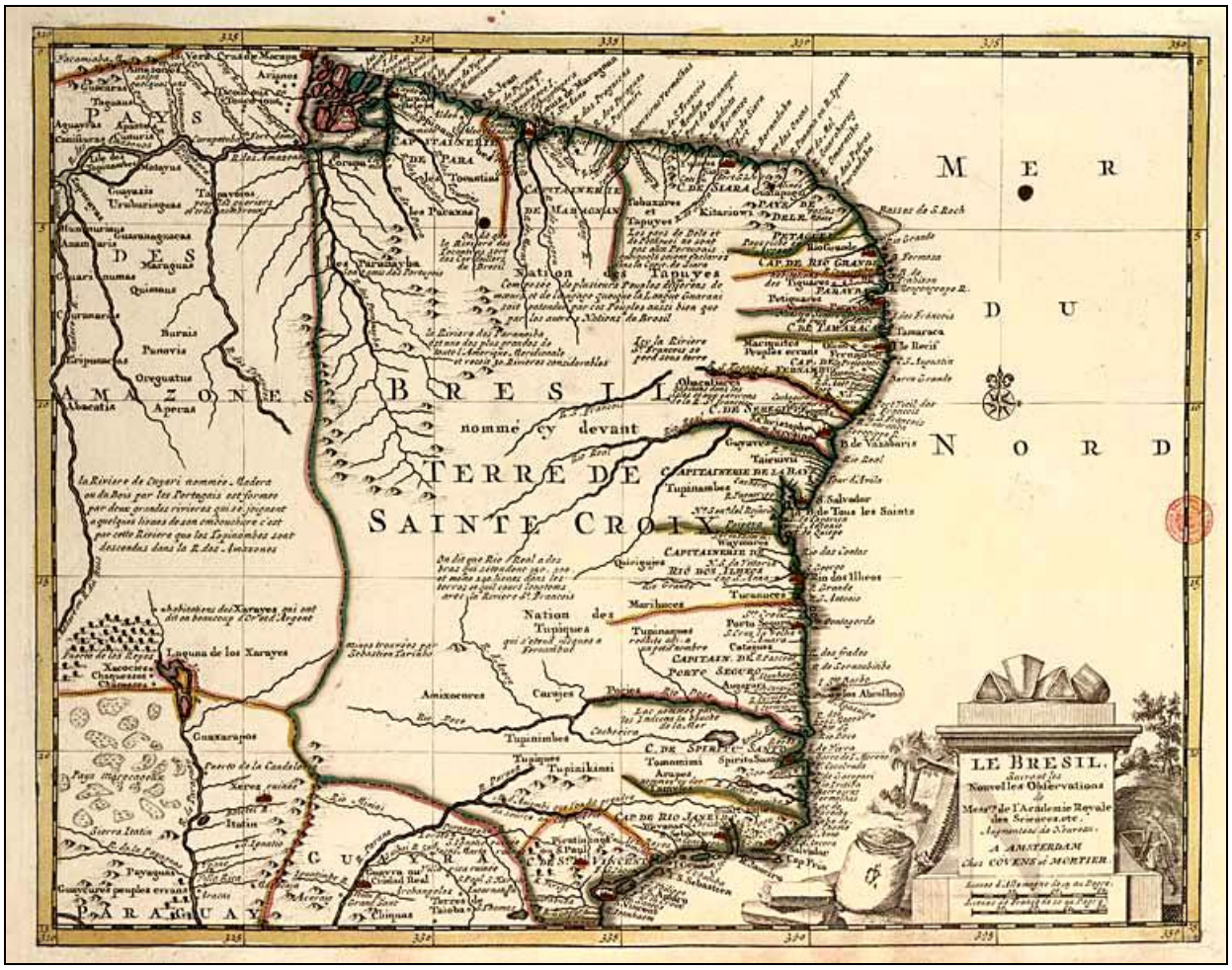


Figura 3 - **Brasil:** Visão Geral de 1735, apresentada por Cóvens & Mortier no Nouvel Atlas,l'Academie Royale des Sciences, Amsterdam

Fonte: Acervo Cartográfico da Biblioteca Nacional, versão digital. Disponível em <http:// www.biblitecanacional.com.br/dominiopublico> (acesso em dez./2008)

Inclusive, para Moraes e Rocha (2001) os primeiros registros de incursões pelo território goiano remontam o século XVII, quando foram organizadas expedições exploratórias e de captura de população indígena para o trabalho escravo. Todavia, os primeiros núcleos de povoamento só foram estabelecidos por volta do início do século XVIII, como por exemplo, os arraiais da Barra e de Sant'Ana que se transformou, depois, em Vila Boa de Goiás no ano de 1739, constituindo a primeira sede administrativa da, então, Capitania de Goiás.

O início da apropriação do Centro-Oeste e, em específico, do território goiano a partir de meados do século XVIII se respalda na dinâmica expansionista do capitalismo, uma vez que "a reprodução das relações de produção implica tanto a

extensão quanto a ampliação do modo de produção e de sua base material" (LEFEBVRE, 1999, p. 176). Ou seja, cada etapa do processo de apropriação e transformação do território goiano articula-se a um determinado momento e acontecimento em curso na esfera nacional e em particular no centro dinâmico do país[4].

Dessa maneira, na relação estabelecida entre o centro e a periferia, cada parcela do território aos poucos se especializa e, conforme se aprofundam os vínculos, mais complexas se tornam os papéis e funções desempenhados e as relações[5] que se efetivam, bem como a divisão do trabalho que se estabelece. Pois, como afirma Smith (1988, p. 152) "a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento".

Com isso, a articulação entre a periferia e o centro transformou o sertão em área de fronteira, propiciando a expansão e integração do território. Nesse processo de transição configuram-se duas fases: a primeira, ao longo do período minerátorio durante os séculos XVIII e XIX; e, a segunda, durante a fase pecuarista e de agricultura para subsistência, que se desenrola a partir do final do século XIX, principalmente, nas primeiras décadas do século XX[6]. De forma geral, Mesquita

---

[4] Na discussão sobre a incorporação do Brasil na economia-mundo, Becker e Egler (1998) relacionam as transformações na área core, global, com ocorridas nas áreas semiperiféricas e periféricas, a partir de uma matriz espaço-temporal estruturada com base nas ondas Kondratief, que periodizam o desenvolvimento econômico em ciclos, ou seja, as ondas possuem fases ascendentes e descendentes permeadas por períodos de flutuação com cerca de meio século, Benko (1996).

[5] Conforme Rafestin (1993) existem relações bilaterais e multilaterais: no primeiro caso, existem dois atores principais o demandante, quem compra o trabalho, e o ofertante, quem vende ou oferece, trata-se de relações que são restritas e imediatas, envolvendo os atores principais e as organizações que estabelecem as regras e normas; no segundo caso, "a relação nasce em um dado lugar e para um dado lugar, num dado momento e por uma duração determinada ou indeterminada" (RAFESTIN, 1993, p. 33). Neste último sentido, as relações são constituídas por diferentes elementos: os atores e suas políticas, intenções e finalidades; as estratégias empregadas; os códigos; além, dos elementos temporais e espaciais.

[6] Enquanto no Brasil se desenvolvia a primeira fase, no continente europeu ocorreram duas transformações que afetaram a história social, política e econômica da sociedade mundial: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial; os impactos dessas mudanças provocaram o reordenamento das forças que dominavam o cenário mundial, impérios surgiram e subjugaram antigas potências coloniais, ou seja, criou-se uma nova divisão internacional do trabalho. Dessa forma, a descolonização toma corpo no continente americano e atinge o País em 1822. Porém, no Brasil a estratégia de implementar o sistema imperial manteve sem alterações importantes as estruturas que organizavam a sociedade e economia, além disso, era necessário, ainda, consolidar os limites territoriais e resolver os conflitos internos e intercontinentais. E, no transcorrer da segunda fase a economia capitalista passa de concorrencial para monopolista, os interesses empresariais tornam-se acirrados e influem na expansão da produção industrial. Mas, os conflitos políticos que desencadeiam a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa envolvem a economia em um período

(1977, p. 251), estabelece uma síntese para a evolução técnica nas etapas iniciais de produção do território centro-oestino e, especialmente, goiano:

> Ao povoamento antigo das áreas de mineração, no século XVIII, e à ocupação das imensas áreas de Cerrado, com fazendas de pecuária extensiva nos século XVIII e XIX seguiu-se, já no século XX a ocupação pioneira das terras de Mata com a lavoura, quadro esse atualmente em dinâmico processo de transformação, com a valorização das terras de /cerrado e Campo Limpo, com lavouras comerciais e pastos plantados e com a abertura de novas áreas de Mata para a implantação de empresas de pecuária ou de lavoura modernizadas, ou para a instalação de colonização dirigida, oficial ou particular, esta representado, muitas vezes, a ampliação da fronteira agrícola com base em técnicas pouco evoluídas.

Para Bertran (1978), Borges (2000), Palacín, Garcia e Amado (2001), Chaul (2002), além de Estevam (2004), a fase da mineração aurífera atraiu fluxos migratórios provenientes do Sudeste e Nordeste para o interior e promoveu: a formação de núcleos urbanos; a instalação de representações do poder religioso e do político; e, a formação de um mercado interno responsável pelas trocas comerciais. A mineração, por sinal, foi a principal atividade econômica das novas capitanias, sua exploração impulsionou a expansão territorial e contribuiu para a ampliação das relações sociais e políticas no interior do Mato Grosso e de Goiás[7].

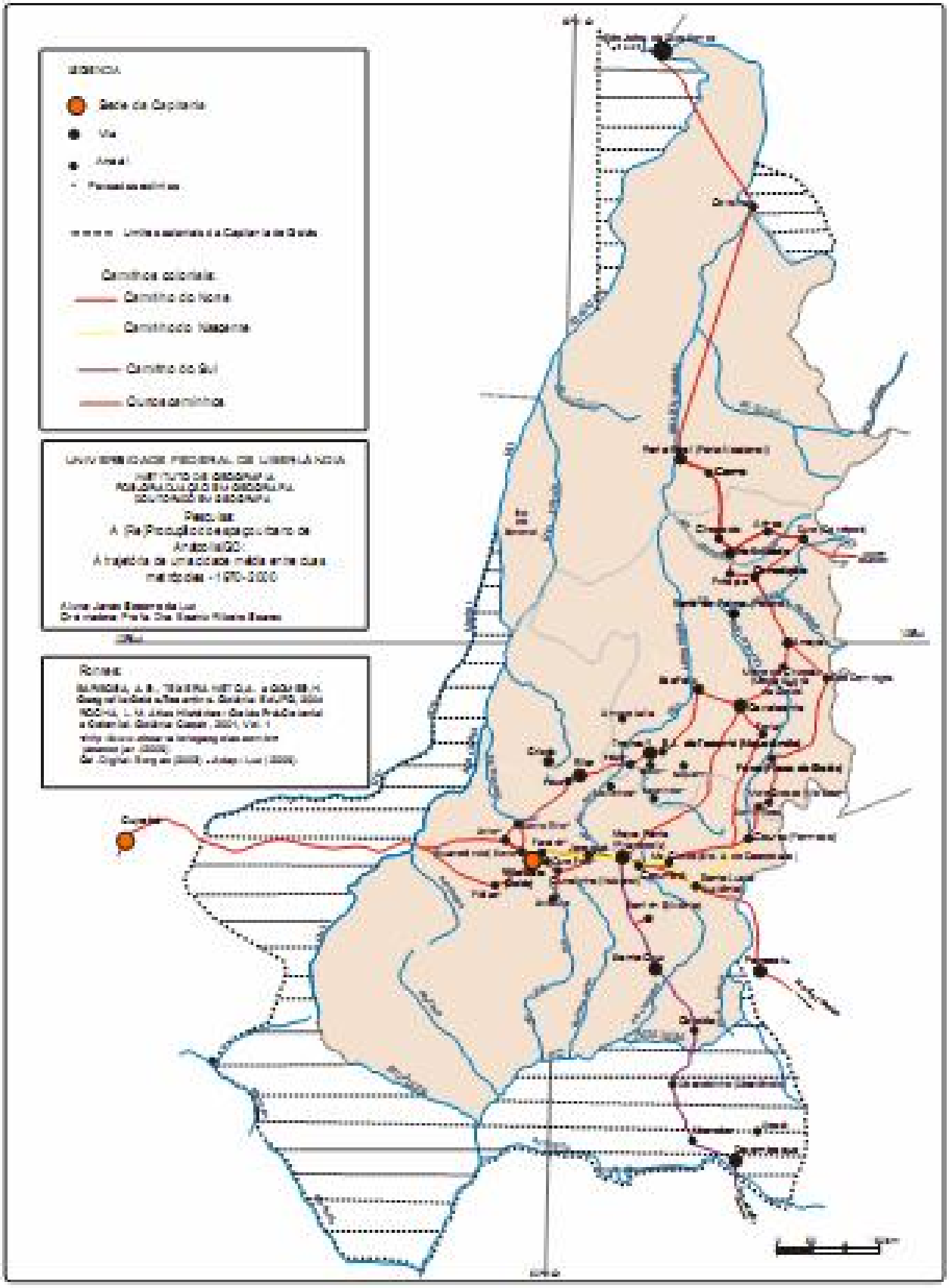
> A descoberta do ouro provocou um afluxo de imigrantes da metrópole, grande mobilidade interna e um rush gigantesco em alguns decênios, cobrindo uma área imensa no centro e oeste do atual território brasileiro (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso). Caminhos de gado e tropas de mulas estabeleceram-se para abastecer os primeiros centros mineradores, constituindo-se nos primeiros eixos da integração interna da colônia. (Becker; Egler, 1998, p. 45)

---

de crise, quando surge a concepção de que o Estado deveria intervir na economia. No Brasil, esse modelo de Estado repercutiu de forma significativa durante o governo Vargas e a partir dessa fase a transformação da realidade centro-oestina ganhou forma e ritmo, inexoralvemente, articulada ao Sudeste.

[7] Ao longo do processo de construção da identidade territorial do Centro-Oeste, o território goiano foi o que mais se fragmentou com a redução contínua de sua área. Conforme Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004) dos quase um milhão de quilômetros quadrados, área da, então, Província de Goiás, restaram cerca de trezentos e quarenta mil quilômetros na atualidade. Uma das primeiras demandas que Goiás perdeu, envolve a transferência e incorporação do território dos julgados de Araxá e Desemboque, Sertão da Farinha Podre e atual Triângulo Mineiro, para a jurisdição da Província de Minas Gerais.

Com a mineração surgiram núcleos de povoamento, os arraiais e povoados, no território goiano de sul a norte, além de caminhos coloniais que os conectavam. E, apesar da mineração se caracterizar pela ocorrência efêmera, muitos núcleos conseguiram subsistir e se transformaram em referências regionais para o processo de estruturação do território goiano. Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004), destacam como exemplos, entre outras, as cidades de Goiás (Villa Boa), Pirenópolis (Meya-Ponte), Pilar, Jaraguá, Crixás e Niquelândia que se desenvolveram na parte sul, além das cidades situadas ao norte, no atual Estado do Tocantins, como por exemplo: Arraias, Porto Nacional (Porto Real) e Paranã, (Mapa 2).



Mapa 2 – Capitania de Goiás no final do século VXII e início do século XIX

Mas, desde o início a atividade mineratória apresentou inúmeros problemas: técnicas rudimentares com base na exploração de aluviões; escassez de mão-de-obra; conflitos com as populações indígenas; além de dificuldades na comunicação e no transporte, não apenas com a sede da Capitania em São Paulo, mas também com a metrópole. Esses problemas influíram na fragmentação do território goiano num processo que se inicia com a criação da Capitania de Goiás em 1741 e se prolonga até os dias atuais.

2.1.1 A fragmentação do território goiano

A origem do território goiano se relaciona com o desmembramento da Capitania de São Paulo que propiciou a criação das Capitanias de Goiás e, também, do Mato Grosso em 1741. Somente em 1748 foram delimitadas as bases territoriais das novas capitanias e, no ano seguinte, assumiu o primeiro governo geral da Capitania de Goiás, por sinal, esse fato representa o surgimento da identidade político-administrativa do território goiano, conforme destacam Moraes e Rocha (2001). Depois, em 1822, as Capitanias são transformadas em Províncias com o advento do Império e, conforme Andrade (2000 e 2001), com a proclamação do sistema republicano de base federalista as antigas províncias receberam a autonomia e passaram a ser nomeadas de estados[8].

Desde o início, as dificuldades administrativas na Capitania de Goiás eram significativas e contribuíram para as perdas territoriais que ocorreram até o início do século XX. Um exemplo dessas dificuldades encontra-se no relato efetuado pelo então Governador da Província de Goiás, D. Francisco de Assis Mascarenhas, que exerceu o governo entre 1804 e 1809, quando da transferência do cargo para o novo administrador, Fernando Delgado Freire de Castilho que governou entre 1809 e 1820:

> É verdade que as minas tem experimentado considerável decadência desde muitos annos: as conhecidas, por se acharem cançadas, dão já muito limitado interesses, ou, para melhor me explicar, o pequeno numero de escravos que há na capitania não permitte o estabelecimento de serviços mais custosos e adaptados á sua

[8] Até o início do século XVIII, do ponto de vista geopolítico, o território brasileiro não possuía limites claramente estabelecidos, apesar do reconhecimento prévio da área pertencente a Portugal através do Tratado de Tordesilhas (1494). Para Andrade (2000 e 2001), no século dezoito a preocupação do governo colonial era questão dos limites entre o território colonial e seus vizinhos na América do Sul, aliás, datam desse período, por exemplo, o Tratado de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso(1777). Com isso, o interior representava um espaço distante da realidade das áreas costeiras.

> natureza, para se tirarem aquellas utilidades que ainda poderiam nos offerecer (...) é necessário abrir picadas no sertão, porque a conducções por agua são impossiveis; é necessario crear uma força armada, que a capitania não tem, para proteger os novos estabelecimentos (...) é tambem indispensavel destinar positivamente alguns rendimentos para os referidos objectos, e que nenhum outros poderiam applicar na ocasião presente, sem prejudicar ao real serviço, e aos filhos da folha já bastantemente atrazados em seus pagamentos. (Revista Trimensal de História e Geografia, 1863, p. 58-63)

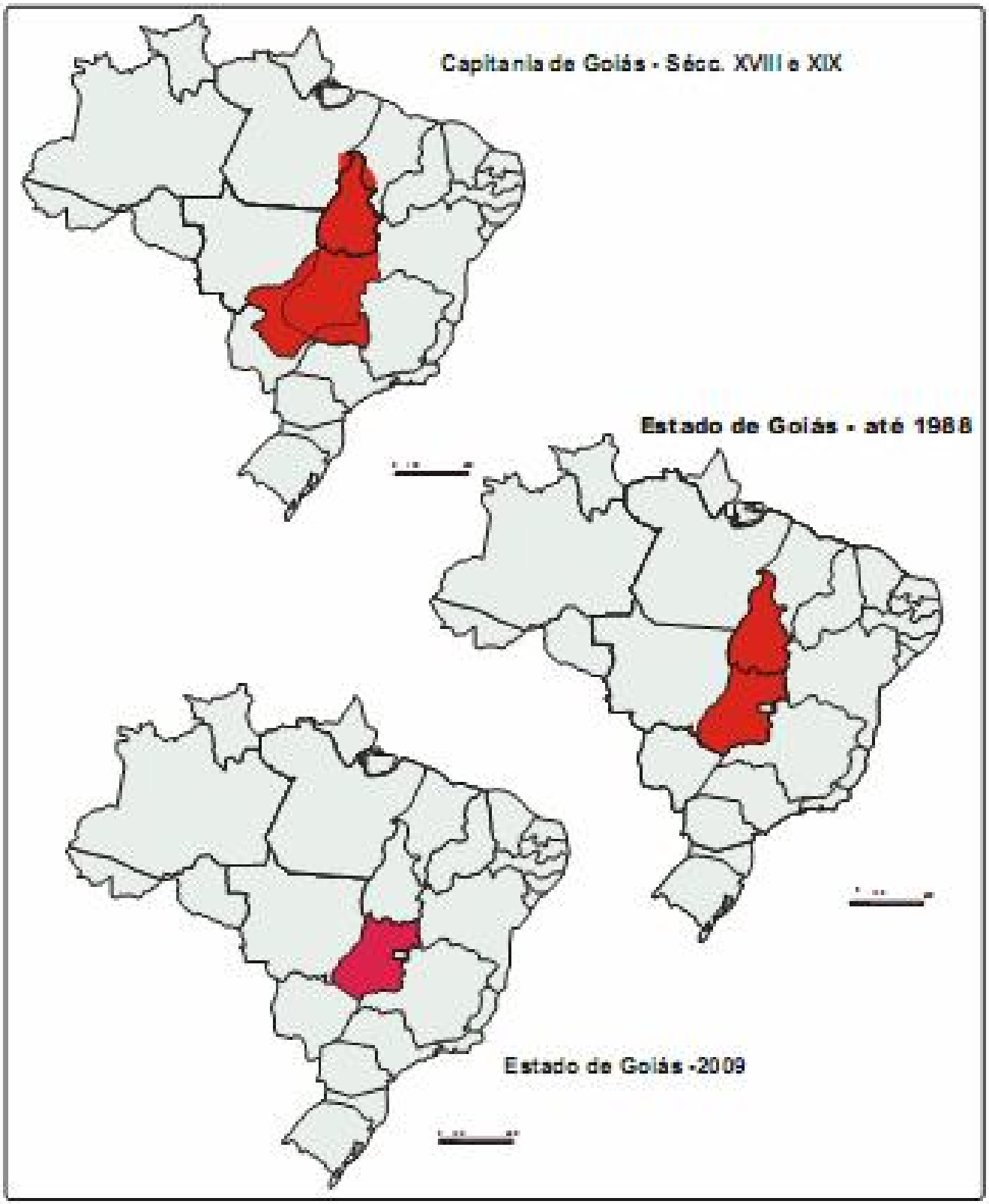
Dessa maneira, os problemas internos e as dificuldades para articular as diferentes partes do território em sua extensão sul-norte contribuíram para sua fragmentação. Inclusive, segundo Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004), no que tange a dimensão regional, o território goiano foi o que mais se fragmentou com a redução contínua de sua área, pois, dos quase um milhão de quilômetros quadrados de área original da, então, Província de Goiás, restaram cerca de trezentos e quarenta mil quilômetros na atualidade.

Uma das primeiras demandas que Goiás perdeu se refere aos territórios a oeste e sudoeste das margens dos rios Aporé e Araguaia, que passaram para o controle da, então Província do Mato Grosso[9], ainda no século XVIII. Depois, em 1819, ocorreu a transferência e incorporação do território dos julgados de Araxá e Desemboque, antigo Sertão da Farinha Podre e atual Triângulo Mineiro para a jurisdição da Província de Minas Gerais. Além desses territórios, também, se destacam as perdas para o Pará da área a oeste do Rio Araguaia e para o Maranhão da área a leste do Rio Tocantins, (Mapa 3).

No século XX, ocorreram mais duas perdas territoriais significativas, uma no final da década de 1950, quando foi criado o Distrito Federal e, mais recentemente, em 1988 com a criação do Estado do Tocantins. No caso, a implantação do Distrito Federal e, consequentemente, de Brasília, segundo Estevam (2004, p. 209) “acarretou profundas modificações no território goiano (...) alterando o quadro sócio-econômico de Goiás”, como, por exemplo, o aumento do fluxo de migrantes para o local e municípios goianos adjacentes, formando a área conhecida por entorno de Brasília.

---

[9] A questão dos limites entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, por extensão do Mato Grosso do Sul, se estendem até os dias atuais. Em 2002, por exemplo, foi questionada judicialmente parte da área do Município de Mineiros, sudoeste goiano.



Mapa 3 - **Brasil e Estado de Goiás:** Fragmentação Territorial – Sec. XVIII – 2009

Fonte: IBGE (1999), Rocha (2001), Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004)
Organização: Luz (2008)

Por sua vez, a criação do Estado do Tocantins, a partir da cisão norte-sul do território goiano, formalizou uma divisão que esteve presente ao longo da história de Goiás. Segundo Teixeira Neto (2002, p. 20) “a Capitania de Goiás já nasceu dividida” e aponta os seguintes fatos que justificam essa afirmativa: primeiro, a cobrança mais elevada de taxas das minas existente no Tocantins; depois, no início do século XIX, a criação das comarcas do sul e do norte. Além disso, as distâncias entre o sul e o norte eram significativas, agravadas pela precariedade dos sistemas de transporte, pois, apenas na década de 1950 se implantou a rodovia Belém-Brasília que se firmou como a principal ligação entre as duas partes. Nesse sentido, Teixeira Neto (2002, p. 21) acrescenta:

> Em luta contra um meio geográfico tiranizante – na medida em que havia apenas um mínimo de circulação de homens e de mercadorias permeados por grandes distâncias - e, a partir do momento em que as grandes artérias nacionais começavam a integrar as distantes regiões do País, o norte de Goiás teria apenas uma alternativa: reivindicar sua unidade e a solidariedade política, humana e geográfica para tornar-se, nem que fosse tarde, um território dono de sua autonomia e de seu destino.

Portanto, se por um lado a fragmentação recente do território goiano tem ligação direta com a intervenção estatal na esfera federal com a criação do Distrito Federal, por outro, no caso do Estado do Tocantins, foram a ausência de investimentos na esfera estadual e a intervenção do governo federal que influenciaram no movimento emancipatório que culminou com a divisão do território de Goiás.

Todavia, retomando a discussão apresentada no início deste capítulo sobre a expansão e apropriação do território goiano, verifica-se que no início as perdas territoriais se relacionavam com os problemas econômicos internos da província. Além disso, existia um jogo interno entre as províncias que disputavam o poder por meio do prestígio angariado junto à Coroa. Nessa contenda, a Província de Goiás não lograva êxito, pois, de acordo com Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004) as capitanias vizinhas possuíam mais influência política e econômica. Ademais, com o declínio da mineração, a partir do início do século XIX, aconteceu a ruralização e empobrecimento da população local, repercutindo na projeção política da, então, Província de Goiás.

Na análise do caso goiano, Brandão e Ramalho (1986, p. 87) destacam que ocorreu a "passagem de um tipo de produção artificial para uma produção extremamente rudimentar". E, a saída para crise que se instalou foi a atividade agropastoril, principalmente, a pecuária extensiva, em função das características naturais da região e a disponibilidade de amplas áreas para sua prática, tais atividades caracterizam a segunda fase do processo de transformação do sertão e sua articulação ao mercado nacional.

2.1.2. A importância da atividade agrícola: os impactos sobre a dinâmica territorial em Goiás

A segunda fase, ligada à atividade agrícola, destacava-se pela inércia e isolamento. Para Leme (2003, p.621), essa letargia só era rompida "pelo tropel modorrento das boiadas em direção ao território paulista", pois, é recorrente a premissa de que apesar da imagem de decadência e atraso que expunha uma realidade marcada pela pauperização, os estados centro-oestinos desenvolveram suas estruturas econômicas, principalmente, ligadas à pecuária extensiva. Os entraves, contudo, encontravam-se na infra-estrutura precária dos transportes, na distância em relação aos centros dinâmicos do Sudeste, nas transformações políticas nacionais e na conjuntura internacional desfavorável, aspectos que imprimiram suas marcas no processo evolutivo regional.

Mas, apesar das referidas dificuldades a pecuária inseriu o território goiano nos circuitos produtivos nacionais e estimulou as relações comerciais entre o centro e a periferia. Para Chaul (2002, p. 94) "indiferente às dificuldades de transporte, o gado, que se autotransportava, estabelecia elos comerciais duradouros entre Goiás, Minas e São Paulo". Ainda, no âmbito do desenvolvimento da pecuária as relações sociais se diversificaram e estabeleceram as bases para uma divisão do trabalho regional, articulando a agricultura de subsistência à pecuária extensiva[10], iniciando o "tempo da transformação" de acordo com Estevam (2004, p. 73).

---

[10] Nas fazendas de gado a produção era extensiva e não exigia grandes investimentos, no entanto, o manejo dos rebanhos nos pastos e no transporte utilizava um número significativo de mão-de-obra que precisava ser abastecido. Desse modo, na agricultura de subsistência eram produzidos os alimentos necessários na fazenda, os agricultores eram colonos ou agregados que viviam na propriedade e dela retiravam sua subsistência através de relações pré-capitalistas típicas. Era comum entre o patrão e os agregados a criação de laços familiares e afetivos, o apadrinhamento exemplifica

Todavia, as primeiras ações sistematizadas com o objetivo de promover a efetiva apropriação do território goiano referem-se à abertura, a partir do final do século XIX e início do XX, das frentes pioneiras com a consequente interiorização do povoamento que anexaram as novas áreas produtivas ao mercado nacional, implementando e dinamizando as estruturas técnicas e produtivas regionais. Nesse processo, o território goiano tornou-se atrativo, pois, apresentava a disponibilidade de terras a um custo relativamente baixo, além das terras devolutas passíveis de serem apropriadas[11] e exploradas.

Essa dinâmica no Estado de Goiás, por exemplo, a partir das últimas décadas do século XIX, desencadeou dois fluxos de povoamento, conforme destaca Estevam (1998, p. 63): "um, oriundo dos sertões nordestinos e das matas paraenses ocupou o vale do Tocantins; o outro, de mineiros e paulistas ocupou o sul e o sudoeste da província". Porém, as dificuldades de comunicação e a precariedade da rede de transporte, aos poucos, influenciaram na coesão interna da estrutura territorial goiana, distanciando o norte do sul. E, nesse "divórcio norte-sul, a *costura* se deu pela força em diversos momentos da história e a unidade político-administrativa constituiu incontornável desafio para [sic] governantes" (ESTEVAM, 1998,p.52, grifo do autor).

Com a expansão da cultura cafeeira para o interior de Goiás, no final do século XIX e início do século XX, ocorreu a ampliação das áreas produtivas e, esse fato, induziu na transformação das estruturas internas. De modo geral, o solo pobre em nutrientes e pouco profundo, predominante no território goiano, não favorece o cultivo do café que nas áreas tradicionais do Sudeste se desenvolveu nos férteis

---

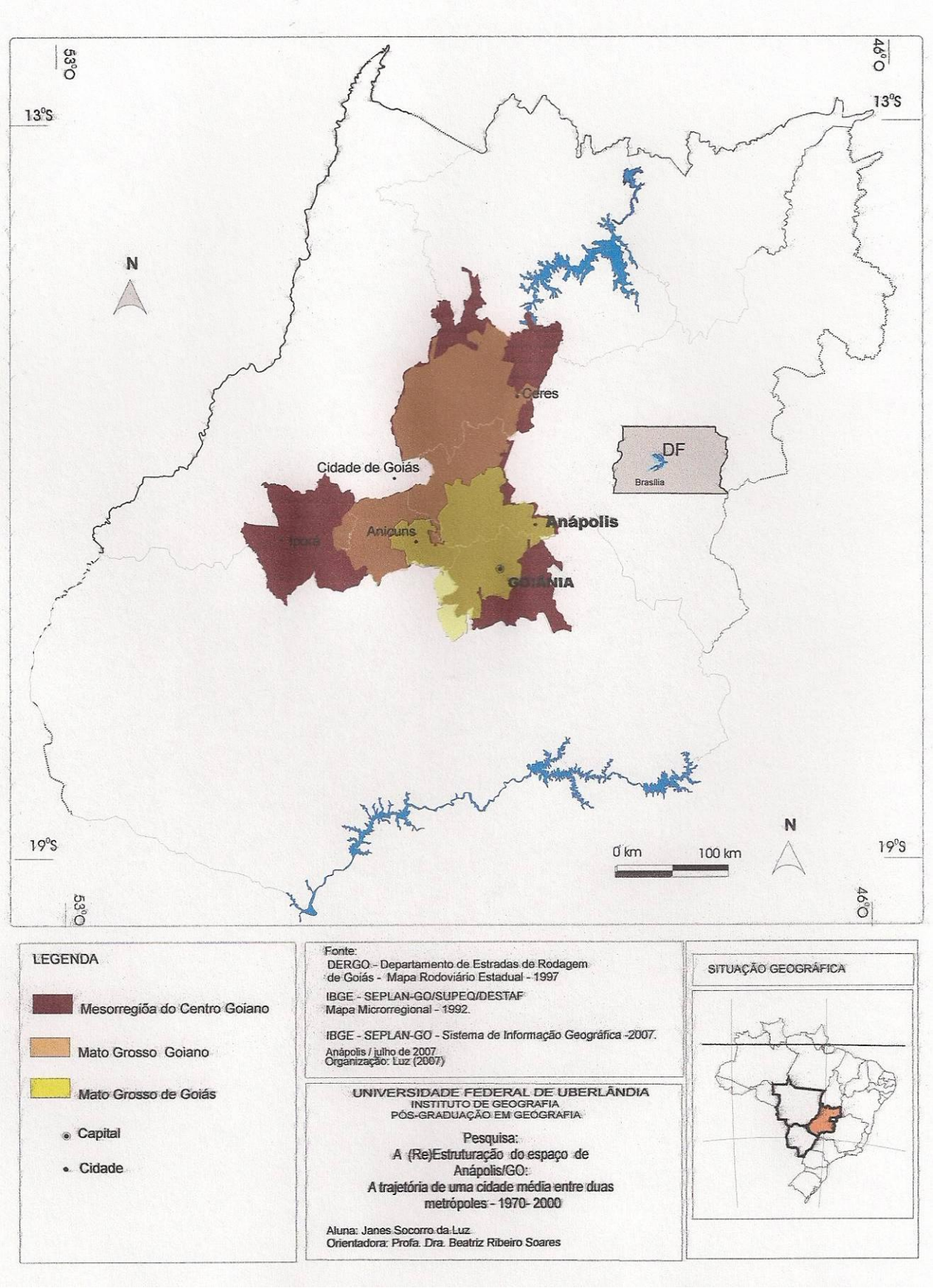
essa realidade, contudo, existiam pontos conflitantes marcados pela dependência e dificuldades de garantir a posse da terra. Por exemplo, a comercialização dos produtos manufaturados oriundos das cidades e metrópole era controlada e se realizava nos estabelecimentos do dono da fazenda, com isso, criaram-se relações de dependência semelhantes à vassalagem, e o dono da terra personificava o poder, consolidando a política do coronelismo. Também o acesso a terra através da compra a partir da Lei de Terras de 1850, tornou-se proibitivo para parcelas da população que não possuíam as condições financeiras necessárias e as relações pessoais capazes de avalizar o processo de aquisição.

[11] As terras devolutas compreendiam os territórios desabitados de posse do Estado. Inclusive, com a adoção da Lei de Terras em 1850, quando se aprofundou a necessidade de ocupar o território de forma regular e oficial, pois, o acesso através da posse foi proibido, estabelecendo as bases para a abertura das frentes pioneiras. Porém, vale ressaltar que as terras indígenas continuaram sedo consideradas como devolutas e passíveis de serem apropriadas para a colonização.

solos de massapé e terra roxa. Todavia, a região do Mato Grosso de Goiás[12], na parte central do território goiano, configura-se como uma exceção, pois, nela as condições naturais do solo são diferenciadas. Nessa parcela do território, segundo Mello (1950, p. 78), surgem "rochas eruptivas, de importância capital para a cultura cafeeira: elas originam solos ricos próprios a essa cultura e explicam as grandes manchas de florestas" e, acrescenta a autora, isso explica "*as* concentrações de população" nesse local.

Além disso, a introdução do cultivo do café transformou as áreas agrícolas voltadas para a subsistência em áreas de produção comercial e contribuiu para o estabelecimento de fluxos comerciais contínuos com os estados do Sudeste, atraindo e concretizando a chegada da ferrovia, no início do século XX. Nessa direção, o processo dinamizou a parte centro-sul do território goiano, o antigo Mato Grosso Goiano, uma área que passou a se configurar como o principal centro econômico, social e político de Goiás, que corresponde atualmente à mesorregião do Centro Goiano, (Mapa 4)

[12] A região do "Mato Grosso de Goiás", de acordo com Mello (1950), corresponde a Microrregião do Mato Grosso Goiano, denominação utilizada nessa análise.



Mapa 4 - **Estado de Goiás**: Divisão em Mesorregiões e a área do Mato Grosso Goiano

Dessa forma, a expansão agrícola rompeu com a noção de espaços marginais ou vazios, como por exemplo, Waibel (1947) destacou ao caracterizar as frentes pioneiras[13] como as faixas que "estão situadas na franja da civilização e na periferia das áreas habitadas" (WAIBEL, 1947, p. 315). Ademais, a conotação, aparentemente, negativa atribuída ao local ao identificá-lo como distante e vazio, inclusive, encobre a importância que essa situação expressa, pois, ao se apresentar como área onde "a vida de relações era rala e precária" (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p.271), esse espaço torna-se receptivo para a introdução do novo, conforme ressalta Ferreira (1984) ao analisar a fronteira, onde as frentes pioneiras atuam como espaço que se (re)produz mediante a inovação técnica que se implanta sem grandes obstáculos.

Porém, é importante destacar que a "fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros. Tão pouco se restringe a um processo de colonização agrícola" (BECKER, 1984, p. 67). Inclusive, Martins (1997) observa que a análise da relação entre a expansão das frentes pioneiras e das fronteiras possui um significado mais amplo e abrange, inclusive, "a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida à mudança social" (MARTINS, 1997, p. 153). Ou seja, na medida em que as fronteiras se incorporaram ao território nacional, também, a região ganhou significado e identidade em consonância com os interesses capitalistas e estatais.

Uma vez que a fronteira compreende "um espaço econômico, social e político não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas" (BECKER E EGLER, 1998, p. 202). Para esses autores, inclusive, o desenvolvimento econômico brasileiro se relaciona à capacidade de incorporar novas áreas ao espaço de produção agrícola. Um sentido que está presente na realidade goiana marcada pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias e pela ação do Estado que reproduziu esse discurso geopolítico ao longo do século XX, referenciado por Couto e Silva (1981, p. 43):

---

[13] Aspecto relatado por Waibel (1947) a partir da visita técnica que realizou em Anápolis, Uruana, Jaraguá, Ceres e a área da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) estabelecida em 1941 durante o Governo de Vargas. Nessa pesquisa, o autor analisou as características naturais, econômicas e sociais das cidades visitadas.

> Tarefa sem dúvida gigantesca que está a exigir um planejamento cuidadoso e a longo prazo e que consumirá largos anos para sua realização, além de recursos de toda ordem (....) E, portanto, se larga é a empresa e sobremodo difícil, impõe-se pelo menos dispor sem tardança, na cintura dessa imensa área vazia, postos avançados de nossa civilização, convenientemente equipados para que possam testemunhar a posse indiscutível da terra, à espera dos melhores dias de uma integração e valorização contínuas e totais, e estejam em condições de opor-se a quaisquer veleidade alienígenas de penetração

Nessa perspectiva, o território goiano, enquanto área de fronteira, correspondia a um espaço que deveria ser incorporado ao País como medida preventiva que asseguraria, inclusive, a segurança e a soberania nacionais[14]. Portanto, as quatro primeiras décadas do século XX, no que concerne ao Estado de Goiás, representam um marco decisivo para caracterizar o desenvolvimento das estruturas internas que possibilitaram a sua consolidação econômica e política.

Bertran (1978) e Estevam (2004), entre outros, ressalvam a importância desse momento e seu caráter transformador, apontando dois fatos como fundamentais: o primeiro do início à terceira década do século XX, relaciona-se com a implantação do sistema ferroviário que contribuiu para articular a periferia ao centro econômico ou área core, conforme, também destacam Becker e Egler (1998); o segundo, a partir da década de 1930, envolve o desenvolvimento do transporte rodoviário e, também, corresponde à fase da construção de Goiânia, simbolizando o Estado Novo em Goiás. Trata-se de um período que, também, articula-se ao desenvolvimento da agricultura local, cujo espaço produtivo foi ampliado com a abertura da "Marcha para o Oeste" (grifo nosso) na década de 1940, conforme Borges (2000), aspecto que será retomado no próximo tópico.

No que tange ao desenvolvimento dos transportes, Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004) traçam a evolução desse sistema em Goiás, destacando a

---

[14] A obra de Couto e Silva, Geopolítica do Brasil, foi publicada na década de cinqüenta, pós-Segunda Guerra Mundial e início do sistema de organização bipolar do espaço mundial. Sua leitura da realidade brasileira, portanto, reflete uma preocupação recorrente ao longo da História do Brasil com a tônica da segurança nacional que, inclusive, permeou o discurso dos governos militares durante e após a década de sessenta.

importância dos caminhos coloniais, as trilhas e picadas, transformadas em estradas que serviram de base para as atuais rodovias, segundo os autores:

> Grande poder transformador e inovador têm os caminhos terrestres – em Goiás-Tocantins, mais as rodovias que as ferrovias. Elas rompem as disparidades e descontinuidades do espaço, pois atravessam vales, contornam dificuldades do relevo, furam matas e florestas. São maleáveis, levam aos lugares desejados. Adaptam-se ao meio natural e mudam de rumo e traçado quando se quer e se deseja. Foi assim que aconteceu no início: de simples trilhas, evoluíram para uma autêntica rede de comunicações, órgãos de comando e instrumento de intercâmbio, fruto da mobilidade dos homens e da rede de relações que se estabeleceu e se desenvolveu (BARBOSA, TEIXEIRA NETO e GOMES, 2004, p. 81).

Os caminhos, ferrovias e rodovias, são essenciais para o desenvolvimento e modernização das atividades agropecuárias, por elas chegam investimentos, tecnologia e mão-de-obra e por meio delas a produção é escoada e as fronteiras alargadas. Um exemplo desse fato se reproduz no desenvolvimento que a chegada da ferrovia promoveu nas cidades do sudeste goiano e, principalmente, em Anápolis no Mato Grosso Goiano. A evolução desse sistema de transporte no território goiano foi lenta, início do século XX até 1935, e repleta de conflitos políticos, mas, de acordo com Estevam (2004, p. 82):

> A produção agrícola na área de influência da ferrovia chegou a atingir a metade do total de arroz, milho e feijão produzido em todo o estado. A velha organização do complexo *agricultura de subsistência-pecuária extensiva* foi se rompendo com a emergência do mercado, embora conservasse as antigas relações de produção no seio das grandes fazendas (grifos do autor).

A dinâmica que o desenvolvimento da ferrovia, Estrada de Ferro Goiás[15], também, impulsionou o processo de urbanização ao longo dos trilhos, principalmente, nas localidades que sediavam as estações ferroviárias, como por exemplo as cidades de Catalão e Pires do Rio[16]. Além da urbanização, segundo

---

[15] Esta ferrovia se conectava com os trilhos da Mogiana e era denominada, originalmente, de Estada de Ferro Goiáz, posteriormente, foi transformada em Ferrovia Centro-Atlântica. Sobre a evolução do transporte ferroviário e sua repercussão em Goiás, ver Bertran (1978), Borges (2000), Chaul (2001), Estevam (2004) e Melo (2008).

[16] Sobre o desenvolvimento das cidades no sudeste goiano veja Deus (2002) e Melo (2008).

Deus (2002, p. 64) “a ferrovia proporcionou também o crescimento das estradas de rodagem”. Em específico no caso de Anápolis, estação final da ferrovia, as rodovias passaram a complementar o transporte ferroviário e transformou a cidade em um importante entreposto comercial, um aspecto que será discutido no próximo capítulo, mas, Polonial (2000, p. 64) destaca que:

> As estradas de rodagem eram incipientes e em péssimo estado de conservação. Por isto mesmo, naquele tempo, as ferrovias ainda representavam a alternativa mais barata e eficiente para que os produtos da região circulassem com mais rapidez.

Aos poucos, as rodovias que se desenvolveram para complementar o transporte ferroviário, passaram a representar a principal via de transporte utilizada em Goiás, principalmente, após a década de 1930 em função da crise no setor ferroviário e das transformações no cenário político nacional com a chegada do Estado Novo. De acordo com Borges (2000, p.55):

> O avanço da fronteira agrícola e a mercantilização da produção agrária exigiam meios de transporte mais rápidos e eficientes que reduzissem o tempo entre os espaços econômico e os custos da circulação (...) A opção pelas rodovias, antes de ter uma explicação econômica (pelo baixo custo de implantação das primitivas estradas de rodagem em relação à construção de ferrovia), era mais uma questão de política de transporte.

O sistema rodoviário reduzia os custos ligados ao transporte e circulação, além de favorecer a expansão da fronteira agrícola, conforme aponta Borges (2000). O referido autor, também, acrescenta que a “expansão do transporte rodoviário deu-se de forma rápida, principalmente no sul do Estado” (BORGES, 2000, p. 56). Com isso, a parte sul do território goiano se estruturou e, com a construção de Goiânia, na década de 1930, o centro goiano passou a representar a área mais desenvolvida economicamente e urbanizada, impactando o desenvolvimento agrícola de Goiás.

Nesse sentido, o desenvolveu-se um processo contínuo de apropriação do território e de seus recursos, articulando suas diferentes frações conforme os interesses político-territoriais do Estado e dos agentes econômicos, movidos pela interação de forças internas e internacionais, responsáveis pela evolução e

instituição do próprio Estado Nacional Moderno[17]. Com isso, a territorialização das áreas de fronteira tornou-se essencial e estratégica para o Estado, conforme destacamos anteriormente. Inclusive, para Becker e Egler (1998, p. 35) "a construção do estado[sic] e do território à frente da construção da nação é marca da via autoritária brasileira para a modernidade".

Também, a construção de Goiânia para sediar a nova capital do estado se transforma em um processo que simbolizava, exatamente, a modernidade, ou seja, a entrada do novo, conforme ressalta Chaveiro (2004, p. 102):

> A cidade planejada teria, desse modo, um vínculo umbilical com o poder, alcançar-se-ia como aporte ideológico da condução do Estado naquele momento histórico e desdobrar-se-ia como apanágio redentor dos lugares atrasados, estimulando um ganho político ao regime oligárquico da região em que se dava.

Por sua vez, Carvalho (2002, p.154) identifica quatro construções mentais para justificar a construção de Goiânia: símbolo de ruptura com a decadência e o atraso que caracterizava o cenário local; fruto da Revolução de 1930 que instituiu o Estado Novo; representação da modernidade e do progresso preconizado pela concepção urbanística que lhe deu forma; e, como uma utopia. Segundo esse autor, "Goiânia foi, antes de tudo, uma construção utópica realizada pelo seu principal idealizador" (CARVALHO, 2002, p. 154). Para Chaul (2001), esse idealizador foi Pedro Ludovico Teixeira a quem se credita a seguinte afirmação: "Quereis a capital aqui? Pois bem: com a lei ou sem a lei, pela força do direito ou pelo direito da força, tê-la-eis aqui muito em breve" (CHAUL, 2001, p. 224). E, esse autor acrescenta:

> As capitais se erguem para o capital. São racionalizações administrativas e burocráticas do Estado que se impõem na lógica do capitalismo. São espaços que permitem organizar o jogo político, são palcos do aplauso dos oportunistas de plantão, mas, também , perspectivas que se abrem rumo à modernidade (CHAUL, 2001, p. 232).

Mas, o que é a modernidade? Segundo Soja (1993, p.35) ela "compõe-se de contexto e conjuntura", ou seja, como se encadeiam e inserem os fatos e

---

[17] Para Castro (2005, p. 116) a existência do Estado decorre da articulação de "vetores externos – a soberania conferida por outros Estados (...) e vetores internos – a soberania das normas centralizadas, garantida pela obediência civil". Aspecto que reforça a via autoritária que marca a história do Estado no País.

acontecimentos em determinados momentos. Enquanto, Gomes (1996, p.49) destaca que a "modernidade se renova como um mito a cada vez que o combate entre o novo e o tradicional se constitui em um discurso sobre a realidade". O autor, ainda, ressalta que a existência desse mito "resulta no fato de que a circularidade própria aos mitos poderia apenas ser rompida ao preço da renúncia da valorização do novo e a seu sistema de legitimação" (GOMES, 1996, p. 341). Nessa direção, reforça-se o sentido de corte que passa a caracterizar a noção de modernidade, conforme destaca Harvey (1998, p.22) ao afirmar que de modo geral esse processo "não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes".

A partir dessas considerações acreditamos que a expressão modernização abarcaria com mais exatidão, do que a de modernidade, a totalidade das transformações que incorreram no País e, principalmente, no território centro-oestino, onde Goiás se posiciona. Pois, conforme Santos (1998, p.71):

> Na verdade, não há uma só modernidade; existem modernidades em sucessão, que formam e desmancham períodos (...) O que existe são modernizações sucessivas, que de um lado nos dão, vistas de fora, gerações de cidades, padrões urbanos, formas de organização espacial, já que cada periodização, trazendo formas próprias de arrumação das variáveis, permite reconhecer um processo histórico mais geral, seja onde estivermos.

Pois, o ritmo ou a velocidade com a qual as mudanças ocorrem não é o mesmo ao longo do tempo. Por exemplo, quanto tempo seria necessário para alcançar o interior do Mato Grosso e Goiás? No período colonial foram décadas, para não dizer séculos; durante o Império, com a existência de caminhos e um controle mais efetivo do território, meses; no início do século XX, contaríamos dias; e, nos dias atuais, horas[18]. Ou seja, ao longo do processo as transformações dependem do entrelaçamento entre o interesse de abrir novas áreas para exploração, a existência de condições técnicas e de recursos para financiar o empreendimento, da disponibilidade de mão-de-obra e mercados consumidores, além da adequação ao sistema legal perpetrado pelo poder político institucionalizado

[18] Apresentamos essa discussão em um artigo denominado Goiânia uma cidade no/do sertão, apresentado no *II Encontro de Grupos de Pesquisa : agricultura, desenvolvimento regional, e transformações socioespaciais,* realizado em Uberlândia-MG em 2006, cf. em Luz (2006).

através do Estado. Em síntese, as condições nem sempre são favoráveis em sua totalidade, exigindo adequações de acordo com as características locais, além de atentar para conjuntura nacional e, até mesmo internacional.

A análise do processo de modernização das estruturas técnicas e produtivas de Goiás, desse modo, desenvolve-se a partir das transformações que produziram a presente configuração territorial goiana que ocorreu sem grandes resistências às inovações que propiciam a articulação econômica e integração territorial, conforme reiteram Santos (1997a, 1998) Santos e Silveira (2001). Todavia, os autores alertam que "esse processo de integração se tem dado à custa de enormes distorções do ponto de vista territorial, econômico, social e político" (SANTOS, 1998, p. 158). Por conseguinte, o uso da expressão modernização envolve a compreensão de que o espaço, em tese, e o território, por princípio, são transformados continuamente mediante a organização técnica e social do trabalho que se territorializa a partir da ação humana.

2.2 A dinâmica territorial em Goiás: novos tempos na configuração do território

O geógrafo Armando Corrêa da Silva, ao discutir a produção do território brasileiro, destacou: "Sinto-me parte do instante que contém o passado, o presente e o futuro" (SILVA, 2000, p. 141). Essa citação sintetiza de forma eloquente a sensação que envolve a discussão sobre o processo de modernização, em função da velocidade na qual as mudanças que ocorrem no território goiano. E, nessa direção, destacam-se as transformações que envolvem a questão da paisagem e da configuração territorial; além da ação estratégica do Estado na estruturação do território, influindo na produção e circulação; e, também, a importância das atividades ligadas à agroindústria e ao processo recente de industrialização.

2.2.2 A ação estratégica do Estado na estruturação do território goiano

A partir da associação entre os interesses estatais e capitalistas, conforme já destacamos, se estabeleceram as condições necessárias para estruturar o território goiano, principalmente nas últimas décadas do século XX. Um processo que se desenvolve através da implantação das redes técnicas e de infra-estrutura ou

sistemas de engenharia, fundamentais para a diversificação das atividades econômicas e para tornar mais complexas as relações sociais, cada vez mais centradas nas cidades, porém, indissociáveis do campo. Nesse processo, torna-se relevante o papel do Estado e, respectivamente, das estratégias traçadas, objetivando o uso do território. Para Santos e Silveira (2001, p. 21) "o uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas (...) também pelo dinamismo da economia e da sociedade". E, sobre a progressiva transformação do território nacional os autores acrescentam:

> A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. Para entendê-la no seu processo e sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial. (...) O trabalho se complica porque o espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho – sociais e territoriais. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 23)

Nesse sentido, a ação do Estado é fundamental na explicação do processo de constituição do Centro-Oeste e, em específico, de Goiás. Pois, inerente ao movimento de articulação econômica do País, sempre esteve presente a atuação do Estado e seu discurso pela integração nacional. Por sinal, com relação à macrorregião Centro-Oeste, Steinberger (2003) considera que a mesma sintetiza essa dinâmica de produção do espaço brasileiro. Para a autora, qualificam essa especificidade regional a posição geográfica[19] centralizada e a localização estratégica que a conecta com as demais regiões brasileiras. Uma característica fundamental para os interesses estatais de integração territorial do País. E, também acrescenta:

> Paralelamente, a marca síntese é conferida ao Centro-Oeste pelas características adquiridas a partir de simultâneos movimentos centrípetos e centrífugos, resultantes de políticas e programas estatais dirigidos a promover a interiorização do desenvolvimento do país por meio de um modelo agrário de capitalismo de fronteira (STEINBERGER, 2003, p. 611).

---

[19] Resgatamos de Guimarães (1949, p. 497) uma definição para posição, segundo o autor, "compreende a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma." Essa definição foi empregada no contexto da análise do processo de transferência da Capital Federal para o Planalto Central, fato concretizado na década de 1960. Contudo, a abrangência da definição permite sua associação na discussão sobre a Região Centro-Oeste.

O Estado[20], dessa maneira, é chamado a participar, generosamente, no processo criação dessas novas realidades, como no caso do Estado de Goiás, desempenhando diferentes papéis, como por exemplo: no estabelecimento de mediações; na normatização e regulação das relações; na planificação de ações e estratégias de desenvolvimento; além, do investimento e financiamento das atividades produtivas e sistemas de engenharia[21]. Nesse sentido, Evans (1993, p.107), na análise do quadro nacional do desenvolvimento industrial, afirma que o principal "encargo do Estado era acelerar a industrialização, mas também se esperava que desempenhasse um papel na modernização da agricultura e no fornecimento da infra-estrutura necessária à urbanização".

Dessa maneira, pode-se exemplificar a atuação do Estado, em três momentos distintos: o primeiro, durante o Governo Vargas nas décadas de 1930 e 1940, quando se estabelecem as bases para a interiorização do povoamento com o projeto Marcha para o Oeste, implantando as colônias de Dourados no Mato Grosso e, principalmente, Ceres em Goiás[22]; o segundo, com o Governo de Juscelino Kubitschek nas décadas de 1950 e 1960, com o desenvolvimento do Plano de Metas e a construção de Brasília; o terceiro momento, por sua vez, desenvolve-se a partir do anterior e atinge os dias atuais, envolvendo a fase militar e de abertura política. O último momento se caracteriza, também, pela complexidade do cenário político e econômico nacional e pela intensificação do planejamento estatal. Para Steinberger (2003, p.616):

> A ação estatal na macrorregião Centro-Oeste foi tão marcante que, não só a degradação ambiental e a progressiva perda da biodiversidade, como o próprio dinamismo da economia regional, podem ser atribuídas à maciça presença do Estado Nacional, que se iniciou na década de 1930 com os programa e projetos, públicos e privados, de colonização, integração e interiorização da economia.

---

[20] De acordo com Evans (1993), a partir da década de 50 e 60 surgiu a teoria do desenvolvimento que pressupunha a intervenção do Estado na promoção de mudanças estruturais. No Brasil, esse período coincide com a elaboração dos planos de desenvolvimento que impactaram de forma significativa o Centro-Oeste.

[21] Os sistemas de engenharia são identificados por Santos (1996, 1997a, 2000) como objetos técnicos e culturais.

[22] Outra ação associada ao período Vargas é a Construção de Goiânia na década de 1930, com importantes repercussões na estruturação do território goiano.

Nas últimas décadas, entre as iniciativas tomadas pelo Estado em relação ao Centro-Oeste a que mais repercutiu foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), em 1967[23], com o objetivo principal de promover a coordenação e o desenvolvimento regional que, de forma paralela, respaldava os objetivos expressos pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Assim, a SUDECO implementou vários programas e planos para a Região Centro-Oeste, (Quadro 2):

PNDs:	SUDECO - Planos e Programas:	Ações
I PND (1972-1974)	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO/1973)	Estabelecer novas áreas de produção,fixando a população e desenvolvendo i espaço urbano e a atividade agroindustrial.
II PND (1975-1979)	Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO / 1975) -Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER / 1979)	Ocupação das áreas de cerrado e o desenvolvimento de política de créditos e custeio da produção e comercialização Modernização agrícola nas áreas de cerrado
III PND **(1980-1985)**	Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PDRCO/1985) -Programa do Centro-Oeste (PROCENTRO/1987)	Ações voltadas para programas que melhorassem a distribuição de renda, a ou da ocupação e o uso dos recursos naturais. Além, do incentivo a implementação de planos diretores locais. Operacionalização do PDRCO

Quadro 3 – **Brasil:** Exemplos de programas e planos no âmbito do PND/SUDECO – 1972 a 1987

Fontes: Ministério do Interior (2007). Disponível em <http:// www.ministeriodointerior.org.br > (acesso em jun./ 2007). Silva (2002), Melo (2008). Org.: Luz (2007)

[23] Para Silva (2002) a SUDECO dependia do financiamento de recursos provenientes de outros programas do Governo Federal

Com as mudanças políticas que ocorreram no País e, respectiva, abertura política em 1989, instituiu-se o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) [24], através de recursos gerenciados na região pelo Banco do Brasil, objetivando o financiamento do desenvolvimento regional e, no ano seguinte houve a extinção da SUDECO. Depois, em 1996, através da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO/SEPRE), foi implementado o Programa Estratégico de Desenvolvimento do Oeste (PEDCO), abrangendo o Centro -Oeste e a franja amazônica (Tocantins, Rondônia e Acre).

Esse programa, segundo Cardoso (1998), Silva (2002) e Steinberger (2003), previa a continuidade do FCO e a estruturação dos eixos modais de desenvolvimento para ampliar a capacidade de escoar a produção e reduzir os, respectivos, custos, influenciando no desenvolvimento agroindustrial[25]. Em 2004, o Governo Federal recria a SUDECO, agora, Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (SUDECO) com maior autonomia financeira e capacidade de estabelecer diretrizes para a aplicação do FCO, além de outras atribuições. De acordo com Leme (2003, p. 630):

> Prevalece, portanto, não a concepção de desenvolvimento regional - baseada no planejamento da infra-estrutura visando promover a integração regional -, mas a idéia de "eixos" definidos pela racionalidade do investimento, sem que sejam consideradas suas articulações e desdobramentos intra-regionais (grifo do autor).

Vale ressaltar, conforme afirma Castro (2005, p. 238) que "embora o capital esteja livre para voar, é o Estado quem fornece as condições para o seu pouso, revalorizando o território para manter antigos investimentos ou para atrair novos". E, segundo Diniz (1999, p. 177),

> Ademais, é preciso lembrar que a eficácia da ação estatal não depende apenas da capacidade de tomar decisões com presteza, mas sobretudo da adequação das políticas de implementação, o que por sua vez, requer estratégias que deem viabilidade política às propostas e aos programas governamentais.

---

[24] Na esfera das transformações decorrentes da abertura política pós-1985.

[25]Em 2005, por iniciativa da Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério do Interior foi apresentado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PEDCO 2007/20020) como instrumento de "base estratégica para futuros governos brasileiros e seus parceiros nos estados da região ... para criar bases sólidas na sociedade, incorporar as prioridades estratégicas e refletir-se nas decisões do governo"

Nesse sentido, a ação do Estado na implantação das redes de infra-estrutura de transporte, comunicação e energia, torna-se um dado imprescindível, pois, esses elementos viabilizam as condições técnicas que permitem a ampliação do processo de apropriação e (re)produção. No caso específico do Estado de Goiás, o seu posicionamento estratégico que o conecta com as demais regiões do País, exceto a Sul, facilita o desenvolvimento de ligações com essas áreas. Ao mesmo tempo, esse fato cria a dependência de uma rede eficiente de transportes que garanta a fluidez da produção e dos insumos necessários, por exemplo, para escoar os produtos agrícolas destinados à exportação, bem como, a circulação geral de mercadorias e pessoas.

Também, a disponibilidade de vias de transportes eficientes reduz os custos de produção e incentiva os investimentos que garantem a diversificação das atividades produtivas, porém, nem sempre o modal mais adequado é o dinamizado pelas ações estatais, como foi no caso brasileiro com a opção pelo transporte rodoviário.

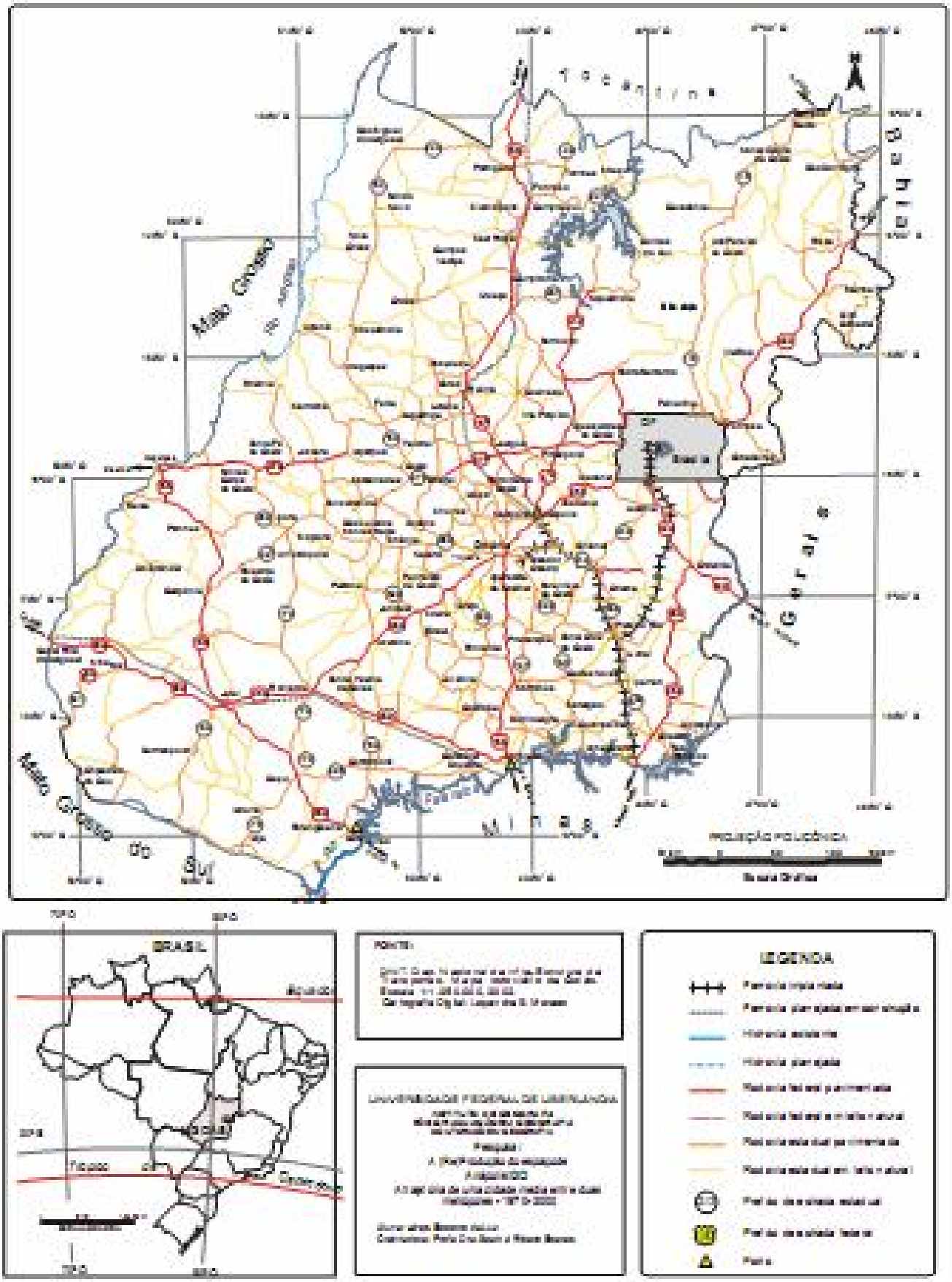
De forma mais ampla, pode-se dizer que o território goiano foi favorecido com a construção e ampliação dos sistemas de engenharia decorrentes da implantação de Brasília no final da década de 1950 e início de 1960. Por exemplo, na década de 1960, as rodovias em Goiás contavam com 35.912 quilômetros de extensão, já na década seguinte, 1970, existiam 59.633 quilômetros de rodovias. Ademais, entre 1970 e 2000, ocorreu um acréscimo de 87,5 % na extensão total das rodovias pavimentadas e de 22,6% nas rodovias não pavimentadas, conforme dados da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas (AGETOP/ 2007), (Tabela 4):

Tabela 4 – **Estado de Goiás:** Extensão da Rede Rodoviária – 1970 /2000

Rodovias	Pavimentadas				Não Pavimentadas			
	1970		2.000		1970		2.000	
	(Km)	(%)	(Km)	(%)	(Km)	(%)	(Km)	(%)
Federais	683	50,86	3.069	28,46	2.638	4,53	511	0,68
Estaduais	638	47,51	7.653	70,98	13.161	22,58	10.191	13,53
Municipais	22	1,64	60	0,56	42.491	72,90	64.631	85,79
Total	**1343**	**100,00**	**10.782**	**100,00**	**58.290**	**100,00**	**75.333**	**100,00**

Fonte: IBGE (1980). Seplan-GO (2007) /AGETOP (2007).
Organização: Luz (2008)

Dessa forma, com a construção da nova capital, Brasília, foram abertas as rodovias federais que são fundamentais na estruturação do território goiano, como por exemplo: a BR 153, denominada Belém-Brasília, cujo trajeto atravessa de sul a norte o Estado de Goiás e que tem em Anápolis uma referência, também, ao longo dessa rodovia se formaram dezenas de cidades em Goiás e no Tocantins; ou mesmo a BR 050, que cria uma conexão direta do Triângulo Mineiro com o sudeste goiano e a região do Entorno do Distrito Federal; até mesmo a BR 060, que viabiliza o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia e atravessa o Sul Goiano, uma área que se destaca pela agropecuária moderna, para alcançar o Estado do Mato Grosso; a BR 070, por sua vez conecta Cuiabá à Brasília; enquanto, a BR 020 se mostra como o principal caminho para alcançar os estados nordestinos e, especialmente, a Bahia; e, também aparece a BR 414 que garante a fluidez da parte central de Goiás, região de Niquelândia, com a cidade de Anápolis; por fim, outras rodovias federais, como no caso das BRs 158, 364 e 424, localizadas no sul de Goiás, são fundamentais para a dinâmica territorial goiana, (Mapa 5).



Mapa 5 – **Estado de Goiás**: Rodovias e Ferrovias -2000

É necessário, também, agregar à rede rodoviária federal as rodovias estaduais e municipais que em conjunto compõem a malha rodoviária estadual, uma estrutura que cresceu de forma significativa nas últimas décadas. Assim, contribuiu para dinamizar as cidades que se localizam em seus trevos ou entroncamentos, como ocorreu com a cidade de Anápolis, onde está situado o "Trevo Brasil" (grifo nosso), conectando as rodovias BR 153, BR 060, BR 414, além das rodovias estaduais GO 222 e GO 330, bem como, a estação final do ramal da ferrovia Centro Atlântica e, atualmente, o ponto inicial da Ferrovia Norte-Sul, aspectos que serão aprofundados no próximo capítulo.

Outro dado relevante sobre a ação estatal que impacta a dinâmica econômica e territorial se refere a produção de energia. No Estado de Goiás, segundo dados da Secretária de Estado de Infra-Estrutura (SEINFRA) para 2008[26], 99% do setor energético é controlado pelo Estado, esse parque gerador é composto por 11 usinas hidrelétricas e 17 pequenas centrais e geradoras que em conjunto produzem 8.322 (MW), além dessas estão em construção mais 8 usinas, além de 3 que foram outorgadas e 25 que estão em estudo, (ver Quadro 3):

Usina	Rio	Potência (MW)	Tipo	Município
Itumbiara	Paranaíba	2.280	UHE	Itumbiara - GO Tupaciguara - MG
São Simão	Paranaíba	1.710	UHE	Santa Vitória - MG São Simão - GO
Serra da Mesa	Tocantins	1.275	UHE	Cavalcante - GO Minaçu - GO
Emborcação	Paranaíba	1.192	UHE	Cascalho Rico - MG Catalão - GO
Cachoeira Dourada	Paranaíba	658	UHE	Cachoeira Dourada - MG Itumbiara - GO
Cana Brava	Tocantins	466	UHE	Cavalcante e Minaçu – GO

Quadro 3 – **Estado de Goiás**: Principais Usinas Hidrelétricas em operação -2008

Fontes: Agência Nacional de Energia Elétrica (2008), Centrais Elétricas de Goiás (2008), SEINFRA (2008)

[26] Cf. Brasil. Governo do Estado de Goiás/Secretária de Estado de Infra-Estrutura/Superintendência de Energia e Telecomunicações. **Parque Gerador Elétrico de Goiás.** Goiânia, 2008.

A produção de energia relaciona-se de forma direta com o consumo, dessa forma, ao considerarmos a representação do consumo de energia no Estado de Goiás, tanto por parte das indústrias como pelos consumidores em geral, visualizamos as áreas mais dinâmicas do Estado, (Figura 4). Pois, com relação ao consumo industrial, destacam-se as áreas de Goiânia e Anápolis na parte central, Rio Verde no sudoeste, Luziânia no Entorno de Brasília, Catalão no sudeste e Niquelândia ao norte. Em relação ao consumo geral, as cidades de Goiânia e Anápolis se sobressaem, reafirmando a importância que possuem no contexto regional. Trata-se de cidades hierarquicamente diferenciadas, Goiânia supera a um milhão de habitantes e Anápolis possui cerca de 320 mil habitantes. Todavia, um quadro mais amplo da estruturação do território será desenvolvido a seguir na análise da dinâmica produtiva em Goiás.

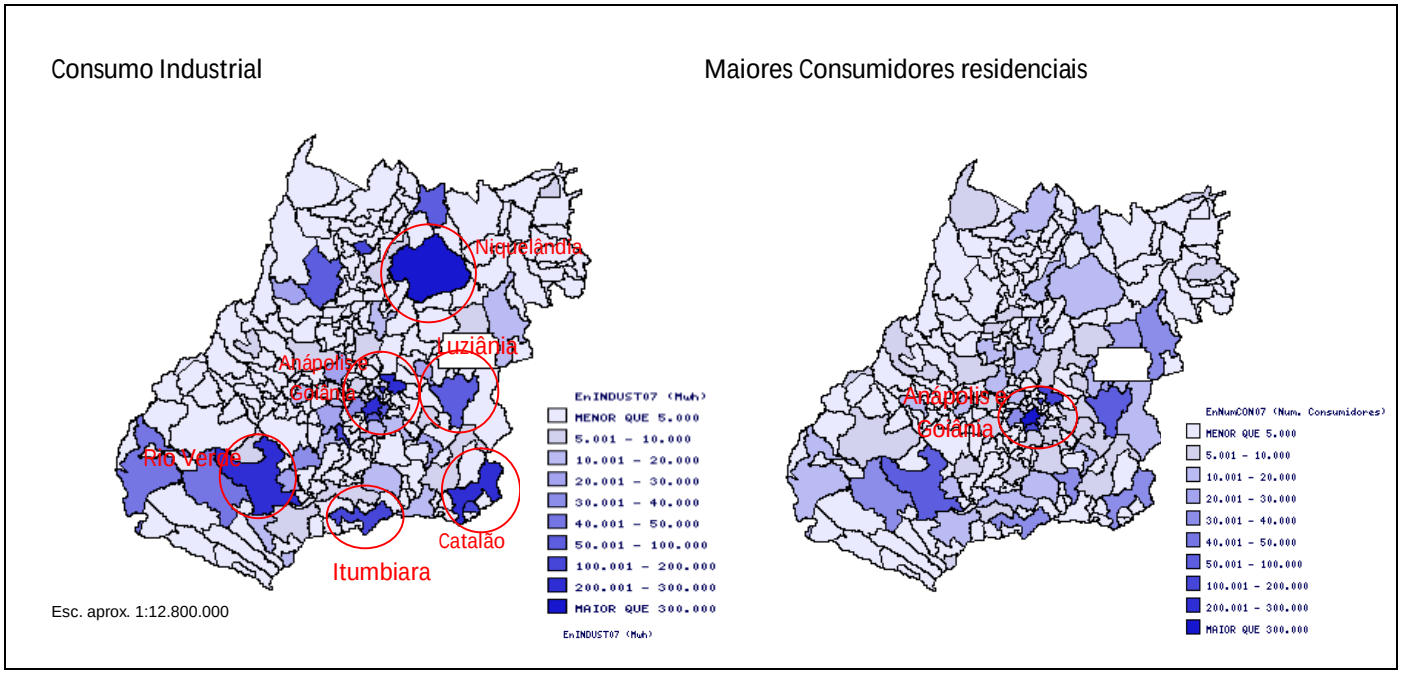


Figura 4 - **Estado de Goiás**: Consumo Industrial e Geral de Energia Elétrica – 2007

Fonte: Seplan/Sepin (2008) Disponível em <http:// w.w.w.seplan.go.gov.br/sepin/sieg> (acesso em set./2008)

As ações estatais, principalmente, ligadas ao desenvolvimento dos sistemas de transporte e energia repercutem no processo produtivo e influenciam na

organização e configuração do território goiano. Além de propiciar a formação de centros dinâmicos que se desenvolvem rapidamente e passam a centralizar a produção especializada, ao mesmo tempo, em que se transformam em locais a partir dos quais as inovações se propagam por todo o território.

Nesse sentido, a seguir são destacadas as características da dinâmica produtiva que o Estado de Goiás apresenta, principalmente, ligadas a modernização e agroindustrialização. Uma vez que a economia goiana possui na produção agropecuária as referências básicas que explicam o seu desenvolvimento e urbanização.

2.2.2 A dinâmica produtiva: a modernização e o desenvolvimento agroindustrial

A construção contemporânea do território goiano segue a lógica do processo de expansão dos interesses mercantilistas do centro polarizador[27] em direção à periferia. De modo geral, a modernização agrícola associa-se à "transformação da base técnica de produção, através da incorporação de novas tecnologias voltadas para o incremento da produtividade da terra e do trabalho" (LAVINAS e RIBEIRO, 1991, p.91) [28]. De acordo com Elias (2003, p.316) a produção modernizada "baseia-se na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção e a produtividade, culminando em memoráveis transformações econômicas e, portanto, socioespaciais". Concebe-se, portanto, o estabelecimento da espacialidade gerada pela modernização agrícola "como produto de um processo de transformação, mas continua sempre aberta a transformações adicionais nos contextos da vida material" (SOJA, 1993, p.149).

Mas, se por um lado, ocorreu a expansão do setor agropecuário com o desenvolvimento da pesquisa técnica-científica impulsionada, por exemplo, pela criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972[29],

---

[27] Região Concentrada de acordo com Santos e Silveira (2001, p.270). Área core e núcleo polarizador para Becker e Egler (1996, p. 117).

[28] Cf. LAVINAS, L. e RIBEIRO, L.C.Q. Fronteira: Terra e capital na modernização do campo e da cidade In RIBEIRO, T. A. C. (org) **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1991, p. 67-85.

[29] A EMBRAPA possui um papel relevante no processo de apropriação do Cerrado pela agropecuária moderna, a empresa transformou-se em um dos principais centros de difusão técnica e científica do

além da adoção de uma política de créditos e incentivos voltados para ampliar a produção e as exportações do setor, conforme destacamos antes. Por outro, segundo Andrade (1994), faz-se necessário acrescentar que a modernização não favoreceu os trabalhadores e sindicatos ou contribuiu para reduzir a excessiva concentração fundiária (Tabela 5), agravando os problemas no campo e na cidade.

Tabela 5 - **Estado de Goiás**: Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de áras total – 1970 -1996

Área (hectares)	1970	1996	1970-1996
Menos de 10 (ha)	14.149	12.526	-13,0%
10 a menos de 100 (ha)	53.842	55.073	2,2%
100 a menos de 1.000 (ha)	35.366	38.728	8,7%
1.000 e mais (ha)	4.187	5.437	23,0%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1970 e 1996). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/sidra> (acesso em agos./2009)

Organização: Luz (2008)

Ademais, as sucessivas crises internacionais do petróleo na década de 1970 e o crescente endividamento interno, conduziram para uma política de redução de créditos que afetou na década seguinte, ainda mais, a dinâmica expansionista da agropecuária centro-oestina[30]. Para (Mesquita e Silva, 1988, p.103):

> Difundiu-se, então a modernização a partir de fortes subsídios creditícios e com apoio em um esquema institucional – bancário, de assistência técnica, de pesquisa e cooperativo – indissociável de sua trajetória na década em questão. Por outro lado, entendida a modernização da agricultura num contexto mais amplo de interesses nacionais transnacionais, fica evidente que somente alguns produtores, com relação aos quais houvesse um particular interesse, por parte das formações sócio-políticas controladoras do movimento geral da' agricultura no País, seriam envolvidos num primeiro momento do surto modernizador.

setor. De acordo com Franco (2001) sua estrutura conta com 37 centros de pesquisa, três centros de serviços e 15 Unidades Centrais.

[30] No Estudo Retrospectivo do Centro-Oeste, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério do Interior (2005), destaca-se que em função da crise fiscal e financeira a Região Centro-Oeste, praticamente, estagnou com taxas menores que as nacionais.

Por sinal, ao mesmo tempo em que ocorreu a queda significativa no fluxo de crédito, apesar do desenvolvimento de programas como o POLOCENTRO que incentivava o fornecimento de créditos para a produção agropecuária, conforme destaca Silva (2002), ocorreu o deslocamento do processo de expansão das fronteiras em direção ao Mato Grosso, atraindo investimentos para aquele Estado (Gráfico 5):

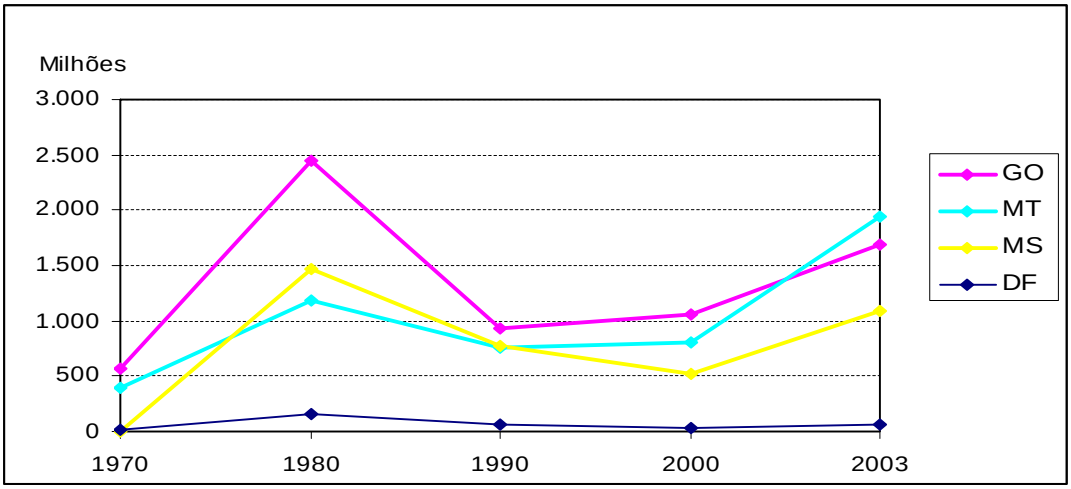


Gráfico 5 – **Região Centro-Oeste**: Fluxo de Crédito por Unidade Federativa - 1970 a 2003

Fonte: IPEA/Banco Central (2007). Disponível em <http:// www.ipea.org.br/ipeadata> (acesso em jul./ 2007). Unidade base (R$ 2.000 mil.)

Organização: Luz (2007)

Essas oscilações repercutiram na dinâmica produtiva e nos resultados finais do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária goiana, principalmente, na década de oitenta, (Gráfico 6). E, conforme Pacheco (1998), realmente ocorreu uma redução no dinamismo que a Região apresentava, porém, o aumento da produtividade agrícola, após-1983, indica para uma transformação estrutural com uma produção mais intensiva. Com o deslocamento do eixo dinâmico da agropecuária moderna para os outros estados do Centro-Oeste, o PIB da agropecuária goiana que respondia em 1970 por 56,6% da produção regional, em 2004, caiu para 32,68%, conforme dados do IPEA/IBGE (2007).

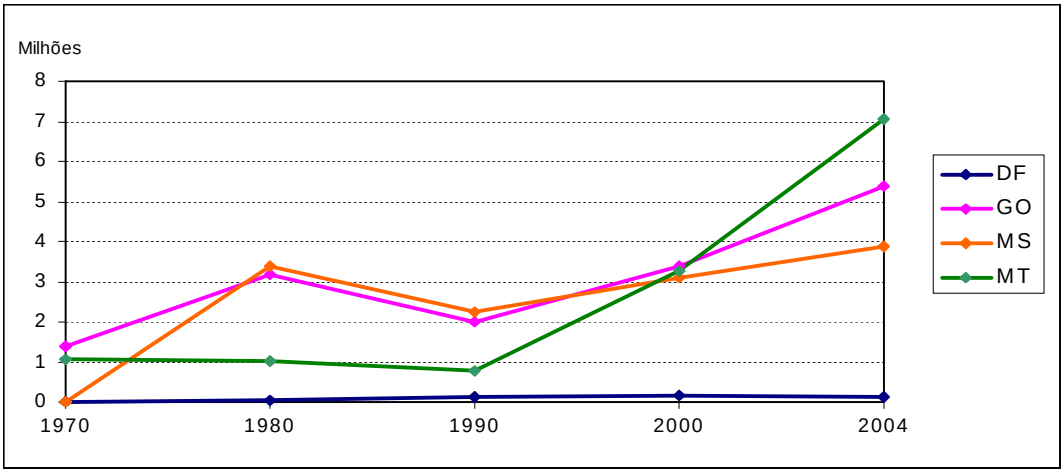


Gráfico 6 – **Região Centro-Oeste**: Evolução do Produto Interno Bruto da Agropecuária por Unidade Federativa, 1970 – 2004

Fonte: IPEA/IBGE (2007). Disponível em < http:// www.ipea.org.br/ipeadata > (acesso em jul./2007)

Organização: Luz (2007)

Todavia, as transformações na agropecuária, segundo Santos (1996) implicaram na ampliação da oferta de créditos, principalmente pelo Estado, além de máquinas e insumos que, por sua vez, demandam na formação de um sistema de fluxos que têm na cidade sua base material. Com isso, os centros urbanos mais dinâmicos passaram a concentrar as unidades de gestão e a atividade de produção industrial. Dessa forma, as transformações na agropecuária moderna instalada no Estado de Goiás se articulam às mudanças técnicas que, cada vez mais, influenciam na produção e desenvolvimento industrial e agroindustrial goiano, (SANTOS, 1994, 1996, 1997a, 1997b, 1998 e 2000, SANTOS e SILVEIRA, 2001, ELIAS 2003 e 2006). Para Bernardes (1996, p. 326):

> Em países semi-industrializados como o Brasil, em regiões antes consideradas periféricas, a exemplo do Centro-Oeste, sob o impulso da técnica, há condições para atividades com alto nível de capital, tecnologia e organização, dando lugar a fenômenos de descentralização seletiva. Ainda que as atividades de comando tendam a se manter concentradas, a rede de atividades produtivas mais modernas tende a se expandir territorialmente, o que pressupõe a compreensão da atuação do Estado nos movimentos de localização/relocalização e os mecanismos desenvolvidos

Com relação ao desenvolvimento industrial, de acordo com Tinoco (2001), no âmbito das transformações estruturais coexistem, simultaneamente, dois modelos de desenvolvimento industrial. Um, está ancorado no sistema fordista, com base na exploração dos recursos naturais e trabalho intensivo. O outro segue as linhas do sistema pós-fordista que utiliza, intensivamente, o conhecimento de alta tecnologia e exige grandes investimentos de capital[31].

Nesse sentido, a agroindústria, mais que um segmento ou ramo configura-se como um misto de formas e processos, um conceito híbrido, cujo significado remete para a ligação da atividade com a produção agropecuária. Sua expansão segue o modelo da desconcentração industrial, ou seja, envolve "uma mudança de patamares de decisão locacional, em resposta a uma mudança de padrão de desenvolvimento" (TINOCO, 2001, p. 55). Com isso sua dinâmica se configura como um prolongamento da indústria paulista[32], principalmente, nos segmentos de frigorífico e de conservas, além da exploração mineral, inclusive, na classificação das maiores empresas da Região Centro-Oeste em 2008[33], se destacam as ligadas à produção agropecuária e a mineração.

No geral a agroindústria, caracteriza-se com um segmento diversificado que envolve, por exemplo, empresas: frigoríficas de carne bovina e aves; criação e confinamento de gado; processadoras de soja; produtoras de defensivos agrícolas;

---

[31] Conforme Harvey (1998) o fordismo inicia-se em 1914 e estrutura-se na organização do poder corporativo, na organização sistemática do trabalho e produção em massa. Enquanto o pós-fordismo, alicerça-se em um sistema de acumulação mais flexível, tanto, da produção como da gestão.

[32] Carvalho (2007), ao analisar o processo de desenvolvimento regional de São José do Rio Preto/SP, observa que a descentralização da produção paulista ocorreu em função do desenvolvimento ferroviário e com o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba do Sul/SP. Sposito (2005), na discussão sobre eixos de desenvolvimento, considera imprescindível, além de outros elementos, a importância da acessibilidade e fluidez propiciada pelo conjunto das vias de transportes presentes no território paulista. No caso, a expansão da ferrovia, início do século XX, através do Triângulo Mineiro até Goiás, representa uma etapa decisiva para a configuração do espaço goiano. Já, Caiado, Ribeiro e Amorim (2004), ao analisar a descentralização industrial paulista, agrega também a questão da guerra fiscal entre os Estados como um dos fatores que aceleram o processo de transferência para outros locais.

[33] Conforme dados do ranking apresentado pela Revista Exame, Melhores e Maiores de 2008, pp. 338-341. No Estado de Goiás se destacam as empresas: Caramuru Alimentos (Itumbiara); Anglo American (Ouvidor); Mineração Manacá (Alto Horizonte); Comigo (Rio Verde); e, Leitbom (Goiânia).

fabricação de máquinas agrícolas; produtoras de sementes; indústrias de torrefação e moagem de café; indústrias têxteis; exploração de madeira; fabricantes de móveis e aglomerados; processamento e exportação de suco de laranja; usinas de açúcar e álcool; comercialização e beneficiamento do leite; exploração mineral para a fabricação de fertilizantes; e, por fim, curtumes[34], (Quadro 4):

Segmento	**Posição (10 mais)**	**Localização**
Produção de sementes	1ª. 2ª	Rondonópolis/MT Rondonópolis/MT
Criadores de gado de corte em confinamento	1ª. 2ª	Nerópolis/GO Aruanã/GO
Usina de álcool e açúcar	3ª	Nova Olímpia/MT
Cortumes	7ª	Campo Grande/MS
Compradoras de leite	8ª 9ª	Goiânia/GO Goiânia/GO
Processamento de soja	10ª	Itumbiara/GO

Quadro 4 – **Região Centro-Oeste**: segmentos do agronegócio classificados entre as dez melhores posições - 2004

Fonte: Revista Exame, Ranking das 500 mais do Agronegócio, ed. 849, 2004.

Organização: Luz (2007)

Para Becker e Egler (1998) a expansão dos investimentos industriais para outras regiões, além da "região concentrada", caracteriza-se pelo seu aspecto complementar e articulado aos interesses centrais de acumulação capitalista. Nesse sentido, o processo de descentralização seletiva da atividade industrial justifica a presença de empresas oriundas de outras localidades e instaladas em Goiás e demais estados a região Centro-Oeste. Conforme salienta Bernardes (1996, 327):

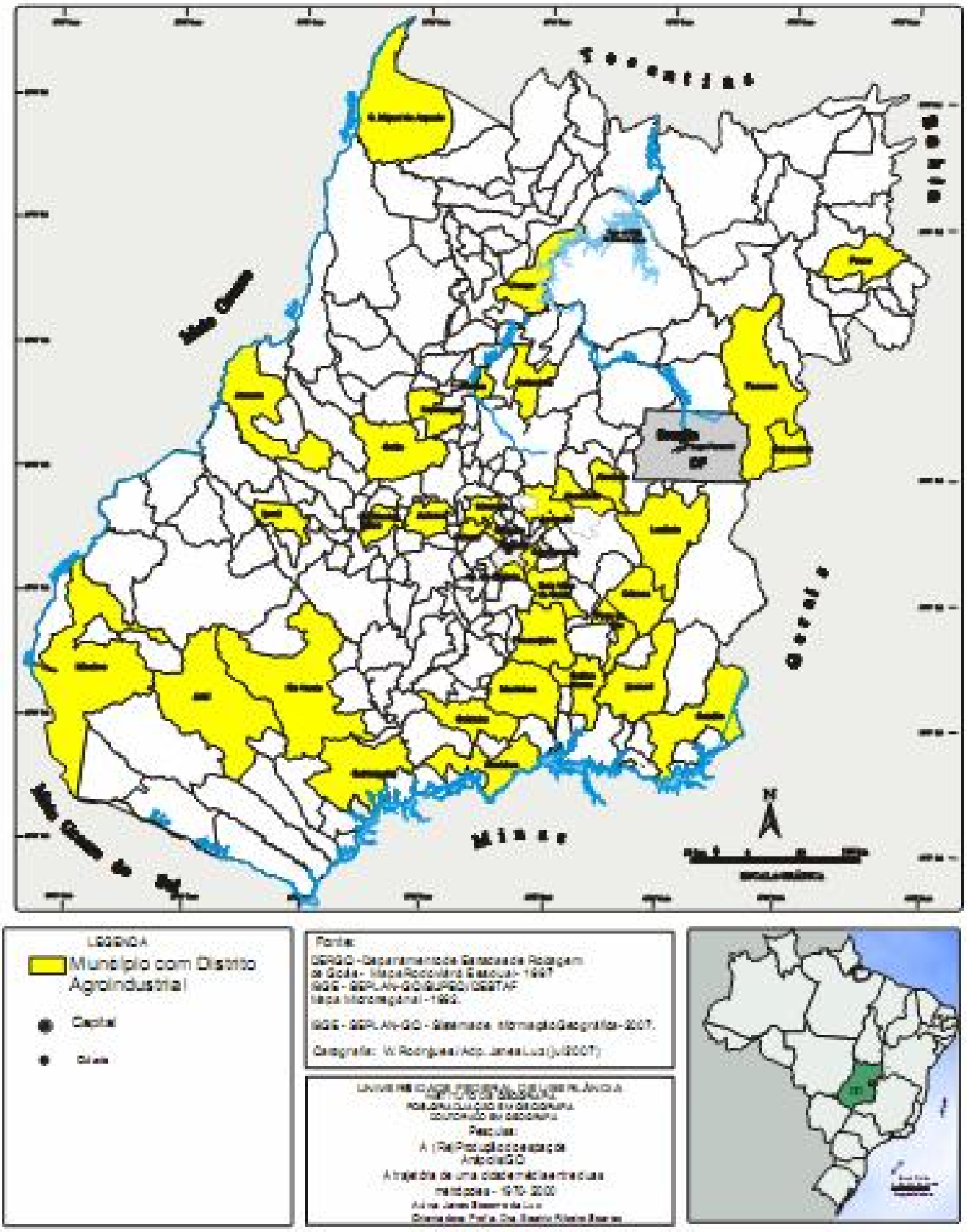
> No Centro-Oeste o voluntarismo hoje não tem lugar. O saber produzir em determinadas condições físicas, a utilização intensiva de tecnologia, ao mesmo tempo funciona como um mecanismo de inclusão e exclusão, do ponto de vista da competição, como parte das estratégias do capital no desenvolvimento do território. Em sua essência, as relações de poder enquanto mecanismo fundamental

[34] Segmentos utilizados para estabelecer o ranking nacional do agronegócio brasileiro, publicado pela Revista Exame da Ed. Abril.

> de controle social e os objetivos de acumulação permanecem inalteráveis, apenas se adaptam a novas condições territoriais em novas bases técnicas para continuar sua reprodução.

Mazzali (2000) na análise sobre reorganização da atividade agroindustrial, destaca que o desenvolvimento agroindustrial se caracteriza pela formação dos complexos agroindustriais (CAIs), o que não significa a homogeneização do território, pelo contrário, ele está, cada vez mais, diferenciado em sua estrutura. Ou seja, ocorreu a reestruturação produtiva do setor com mudanças estratégicas no processo de reorganização das empresas, conforme se percebe na configuração do território goiano, onde a produção agroindustrial se desenvolve de forma concentrada.

A entrada da empresa Perdigão, sediada em São Paulo, na cidade de Rio Verde/GO exemplifica esse fato, bem como, a presença do grupo Sadia no Estado do Mato Grosso. Com isso, o fenômeno da agroindustrialização goiana, desenvolve na esteira das transformações nacionais, sendo que as cidades médias goianas, como no caso de Rio Verde e Anápolis que se localizam, respectivamente, na parte sudoeste e central do Estado de Goiás, fortaleceram-se com a industrialização. Nesse processo a intervenção do governo estadual contribuiu para a implantação de distritos agroindustriais nas diferentes regiões de Goiás, (Mapa 6).


Tocantins
Minas
LEGENDA
Município com Distrito Agroindustrial
Capital
Fonte:
Pesquisa:

Mapa 6 – **Estado de Goiás**: Municípios com Distrito Agroindustrial -2006

Ainda, conforme com informações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN) para 2008, a partir de dados do IBGE (2007), Goiás é o quarto maior produtor de grãos do Brasil, com uma produção de 11,3 milhões de toneladas, o que corresponde a 8,4% da produção nacional e 25,8% da produção regional.

Também, agregada à cultura da soja, surgem as agroindústrias que processam a soja e seus derivados, com destaque para as empresas: Comigo, em Rio Verde no Sudoeste Goiano; e, em Anápolis na parte central, a Granol Indústria Comércio e Exportação S/A, além da indústria Produtos Alimentícios Orlândia S/A., reconhecida pela marca Arroz Brejeiro. Outro segmento que se destaca no setor agroindustrial goiano é o de frigorífico, em 2000, o Estado possuía 23 unidades em funcionamento, com destaque para a empresa Perdigão S/A. em Rio Verde.

No caso do cultivo da soja, ele se inicia na parte sudoeste do Estado, onde estão as principais áreas produtivas de Goiás, depois se expande por quase todo território até alcançar, recentemente, as partes sudeste e leste, na área do Entorno do Distrito Federal. Contudo, sua dinâmica foi afetada pelas sucessivas crises que o setor apresentou após 2003, com redução no ritmo de expansão da cultura

Inclusive, nos últimos anos a produção goiana tem enfrentando inúmeros problemas decorrentes de problemas climáticos, da desvalorização do dólar, da queda do preço no mercado externo de commodities agrícolas, especialmente, em relação à soja, enquanto o cresce o custo da produção e dos insumos.

Além da soja, também se destacaram os cultivos do milho e da cana-de-açúcar como culturas comerciais em Goiás, segundo dados da SEPLAN (2008). No caso do milho, o processo de expansão das áreas de cultivo não apresenta grandes alterações entre os anos de 2000 e 2007. Mas, em relação à cana-de-açúcar a situação é bem diferente, pois, essa lavoura se ampliou e intensificou sua participação entre os principais cultivos desenvolvidos em Goiás, (Figura 5).

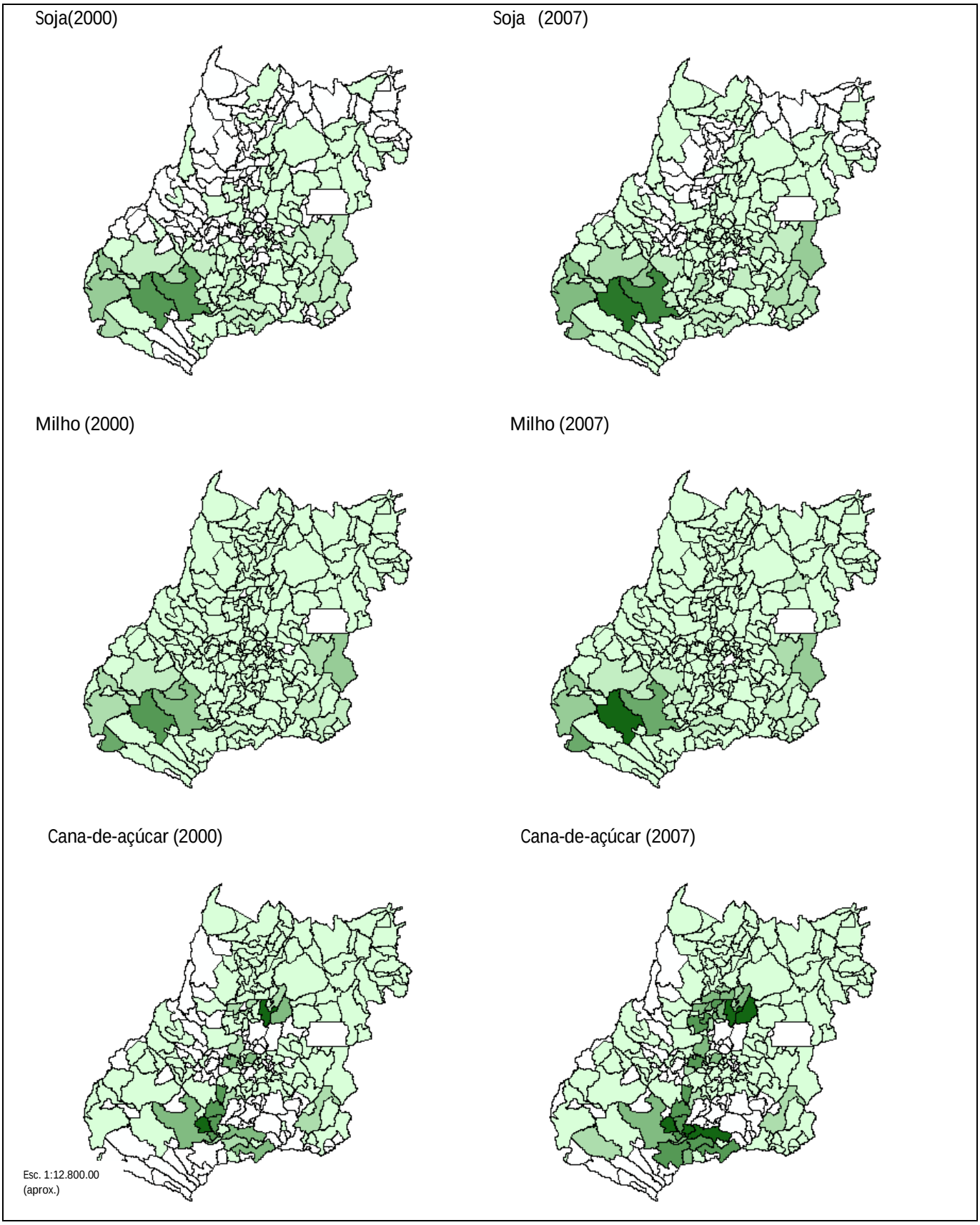


Figura 5 - **Estado de Goiás** – Evolução das principais culturas comerciais -2000 -2007

Fonte: Seplan/Sepin (2008) Disponível em <http:// w.w.w.seplan.go.gov.br/sepin/sieg> (acesso em set./2008)

A expansão da produção de cana-de-açúcar se relaciona com a política recente do governo federal de investimentos nos denominados combustíveis "ecologicamente" corretos, fato que impulsionou o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar em Goiás, cujo dinamismo implica em um processo de agroindustrialização acelerado[35], com a implantação de usinas por todo o território goiano. Essa dinâmica se confirma pelo crescimento expressivo na produção de cana-de-açúcar que ampliou em mais de 49% a área colhida, (Tabela 6):

Tabela 6 – **Estado de Goiás**: Evolução da área colhida e produção das principais culturas comerciais entre 2000 e 2007

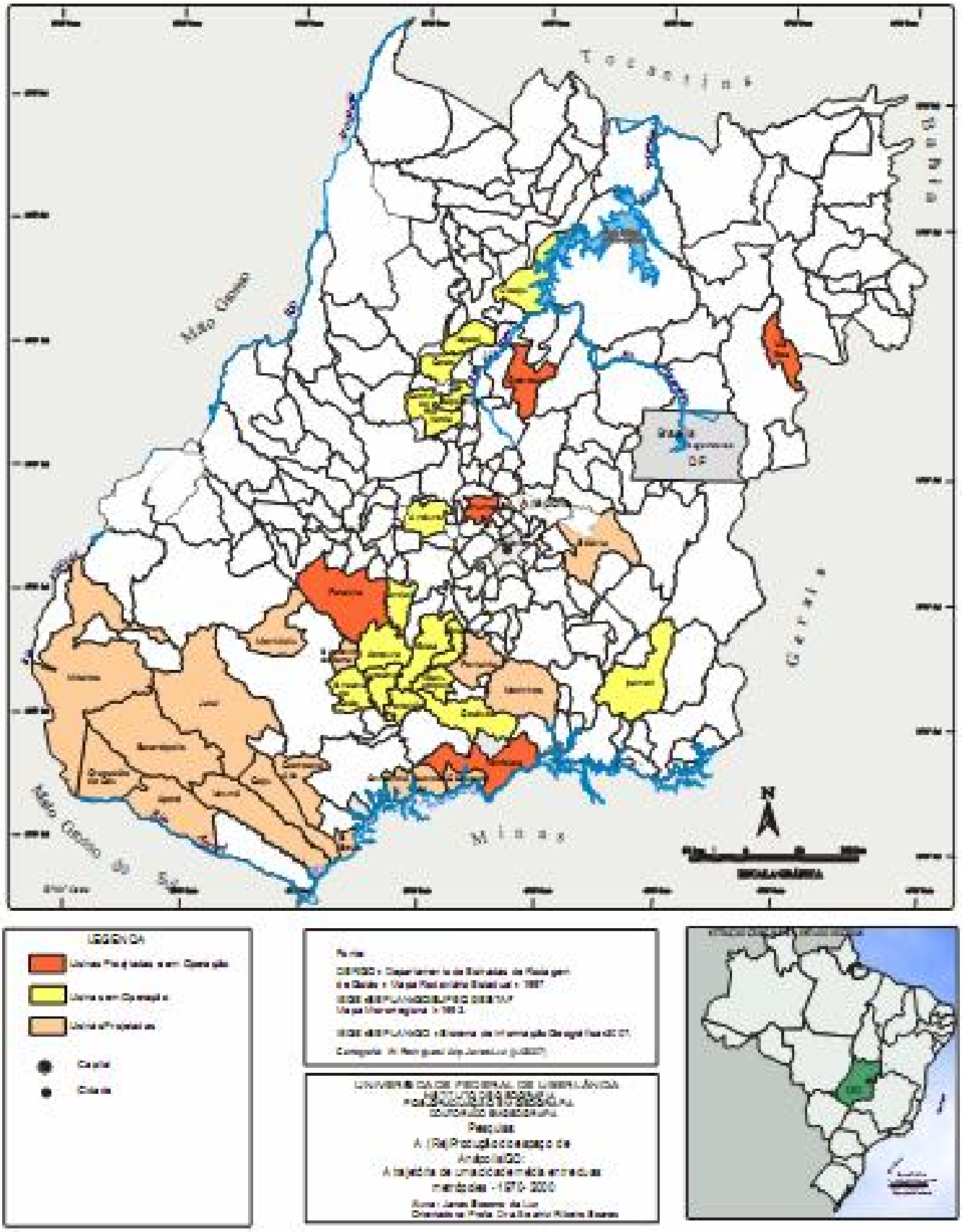
Cultura	2000		2007		2000/2007 (%)	
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)
Milho	839.844	3.659.475	832.224	4.169.313	-0,92%	12,23%
Algodão	96.718	254.476	82.807	296.553	-16,80%	14,19%
Soja	1.491.066	4.092.934	2.168.441	5.937.727	31,24%	31,07%
Cana-de-açúcar	139.186	10.162.959	273.870	22.063.677	49,18%	53,94%

Fonte: IBGE, Seplan-GO / Sepin, Gerência de Estatística Socioeconômica (2008). Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin> (acesso em out./2008)

Organização: Luz (2008)

O crescimento da área e da produção da cana-de-açúcar impacta diretamente o setor agroindustrial em Goiás, por exemplo, em 2000, as usinas produziram 318.431 m^3 de álcool, enquanto em 2007, essa produção passou para 1.213.733 m^3, um acréscimo de 73,8%, conforme dados da SEPLAN (2008). Dessa forma, expandiram-se as empresas desse segmento, pois, em 2007 o Estado de Goiás possuía 27 usinas de açúcar e álcool em funcionamento, todavia, mais 40 novas plantas estavam projetadas ou em fase de implantação por todo o território, principalmente na parte sul, onde antes predominava o cultivo de soja e milho (Mapa 7).

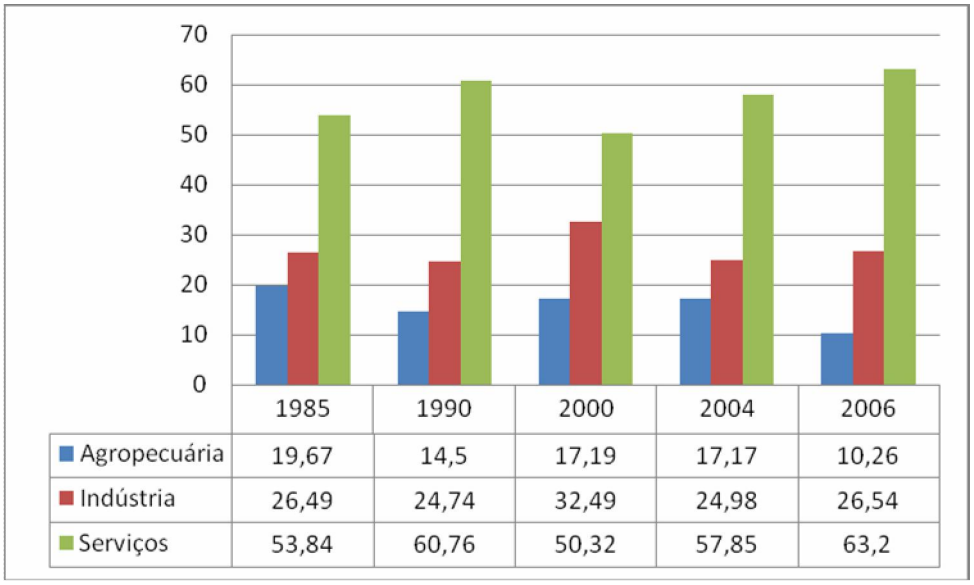
[35] As implicações desse desenvolvimento acelerado necessitam de um maior aprofundamento, pois, suas implicações na dinâmica social e econômica local não estão claras, porém, questões como a exploração da mão-de-obra passaram a constar nos noticiários regionais, bem como, os problemas ambientais provocados por essa forma de exploração.



Mapa 7- **Estado de Goiás**: Expansão das Usinas de Álcool e Açúcar – 2008

Fonte: Seplan/Sepin (2008)

No geral, nos últimos dez anos, ocorreu um crescimento da produção industrial em Goiás, perceptível nos dados sobre a estrutura do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, considerando as principais atividades, conforme dados da SEPLAN/GO (2006), (Gráfico 7):



	1985	1990	2000	2004	2006
Agropecuária	19,67	14,5	17,19	17,17	10,26
Indústria	26,49	24,74	32,49	24,98	26,54
Serviços	53,84	60,76	50,32	57,85	63,2

Gráfico 7 **– Estado de Goiás**: Estrutura do Produto Interno Bruto por setores de atividades – 1985 -2006

Fonte: SEPLAN/SEPIN, Contas Regionais (1985/2004). Disponível em <http://seplan.go.gov.br/sepin> (acesso em fev./2008)

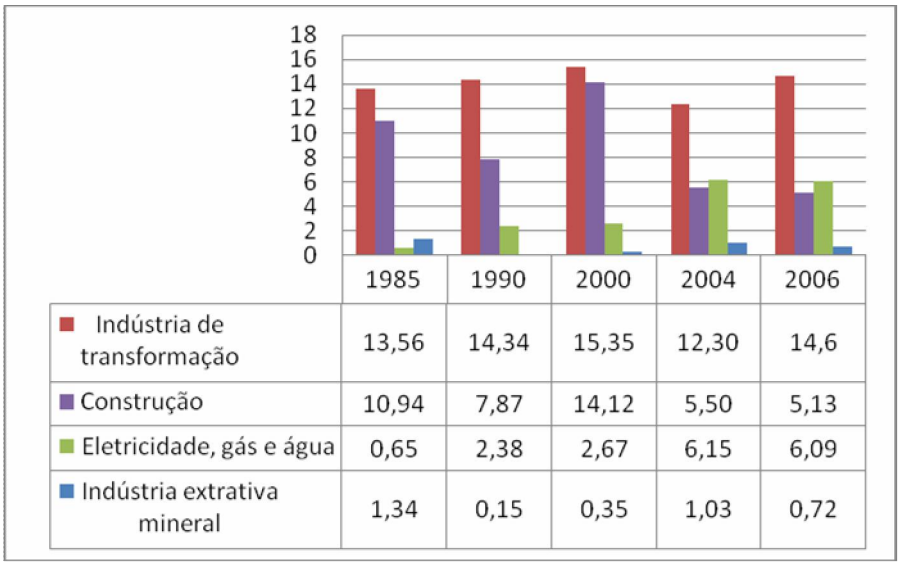
Organização: Luz (2008)

Credita-se a desaceleração do crescimento do setor industrial aos problemas que ocorreram no setor agrícola, principalmente em 2005, uma vez que a atividade industrial goiana está ligada de forma direta com a produção agropecuária, conforme ressaltamos antes. A atividade industrial, por sua vez, agrega os segmentos da transformação, extrativa mineral, construção e produção de eletriciadade, água e gás. Destes segmentos o de transformação é o mais representativo, todavia, trata-se de uma estrutura industrial que é composta, principalmente, por empresas de pequeno e médio porte (97,87%)[36] que são, relativamente, recentes conforme destaca Silva (2002, p. 168):

[36] De acordo com dados da SEPLAN/GO (2005), trabalhados a partir do número de empregados em cada estabelecimento fornecido pelo Ministério do Trabalho (RAIZ/CAGED) para 2005.

> Ressalte-se que o parque industrial goiano era relativamente recente. A década de 1980 representou, nesse aspecto, um divisor na indústria de transformação, que, logo após o movimento de especialização em produtos agrícolas, do surgimento de pequenos, médios e grandes investidores, formou-se um leque de diversificação, concretizando-se em fábricas de calçados, roupas, embalagens de papel, alumínio, papelão e plástico, além de biscoitos, conservas, panificação, mobiliário, metalúrgicas, material elétrico, cerâmica, açúcar e álcool, etc.

Ainda, de acordo com os dados do Produto Interno Bruto, no contexto estadual, a indústria de transformação se destaca como a que contribui, seguida pela indústria de construção, de produção de eletricidade,água e gás, além da indústria extrativa mineral (Gráfico 8):



	1985	1990	2000	2004	2006
Indústria de transformação	13,56	14,34	15,35	12,30	14,6
Construção	10,94	7,87	14,12	5,50	5,13
Eletricidade, gás e água	0,65	2,38	2,67	6,15	6,09
Indústria extrativa mineral	1,34	0,15	0,35	1,03	0,72

Gráfico 8 – **Estado de Goiás**: Estrutura do Produto Interno Bruto por segmentos da atividade industrial – 1985/2006

Fonte: SEPLAN/SEPIN, Contas Regionais (1985/2004). Disponível em <http://seplan.go.gov.br/sepin> (acesso em fev./2008)

Organização: Luz (2008)

Nesse sentido, a indústria de transformação se destaca em Goiás, com 97,9% do número de estabelecimentos industriais, enquanto a indústria extrativa mineral responde por 2,1% do total, de acordo com dados do IBGE (2006) da Pesquisa Industrial Anual das Empresas. No que tange, a composição do ramo ou segmento de transformação que se apresenta de forma variada, destacam-se as empresas de

produtos alimentícios e bebidas, seguida das empresas de confecção de artigos do vestuário e acessórios, (ver Tabela 7):

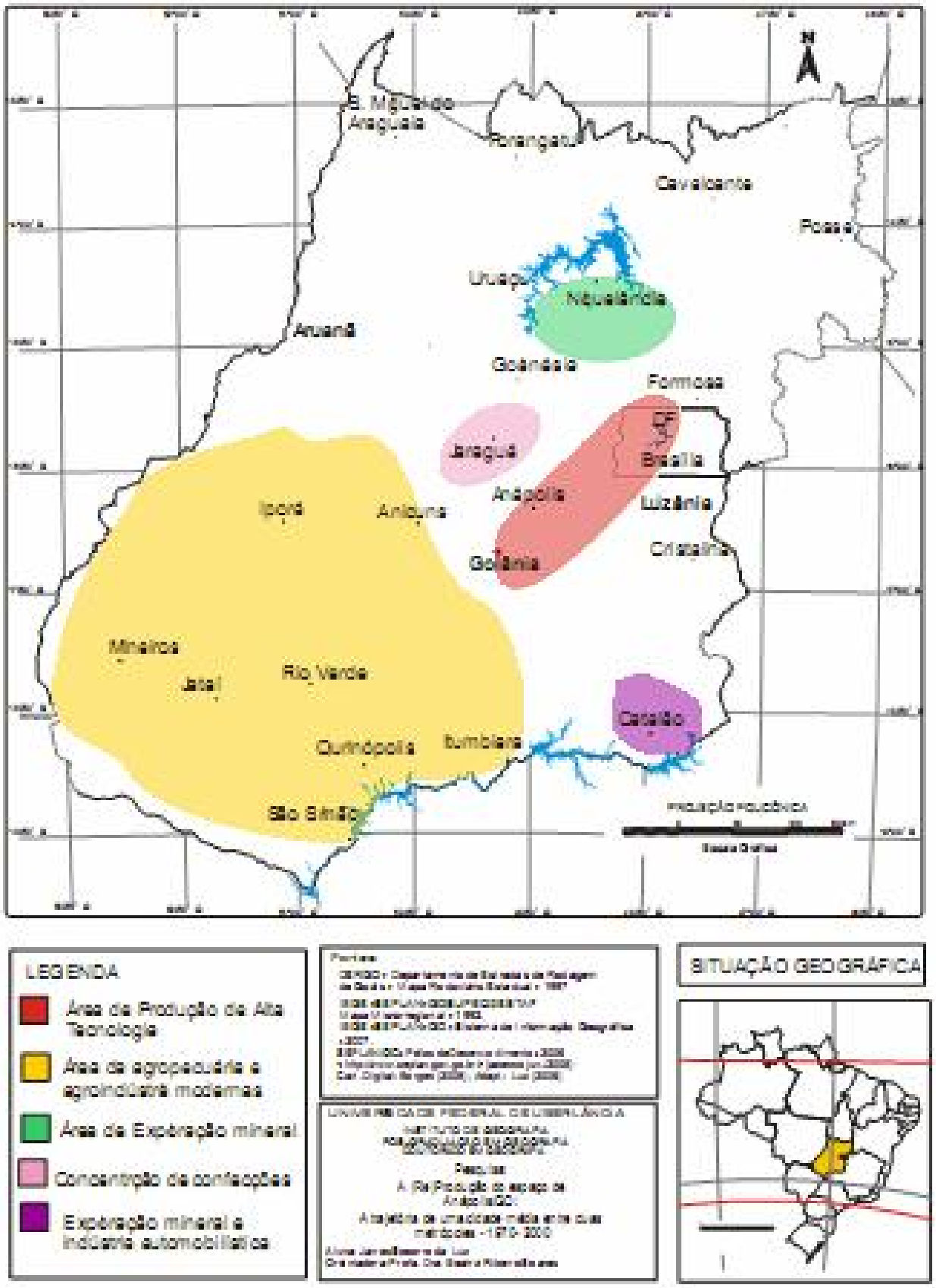
Tabela 7 – **Estado de Goiás**: Estrutura do segmento industrial de transformação - 2006

Classificação das atividades empresariais	No. de empresas	(%)
Produtos alimentícios e bebidas	1.290	25,62%
Artigos de vestuário e acessórios	1.182	23,47%
Produtos minerais não-metálicos	421	8,36%
Fabricação de móveis e ind. Diversas	301	5,98%
Produtos de metal- exceto máquinas e equipamentos	284	5,64%
Edição, impressão e reprodução de gravações	281	5,58%
Produtos químicos	227	4,51%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	184	3,65%
Fabricação de artigos de borracha e plásticos	160	3,18%
Fabricação de máquinas e equipamentos	154	3,06%
Fabricação de produtos de madeira	91	1,81%
Fabricação de produtos têxteis	90	1,79%
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	90	1,79%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	55	1,09%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	51	1,01%
Metalurgia básica	45	0,89%
Reciclagem	42	0,83%
Fabricação de equipamentos de transporte	28	0,56%
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar e similares	23	0,46%
Coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	16	0,32%
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos de comunicações	10	0,20%
Fabricação de máquinas e equipamentos de informática	6	0,12%
Fabricação de produtos de fumo	5	0,10%
Total	**5.036**	**100,00%**

Fonte: IBGE (2008), Pesquisa Industrial Anual – Empresas. Disponível em <http://www.sidra.ibege.gov.br> (acesso em jun./2008)

Organização: Luz (2008)

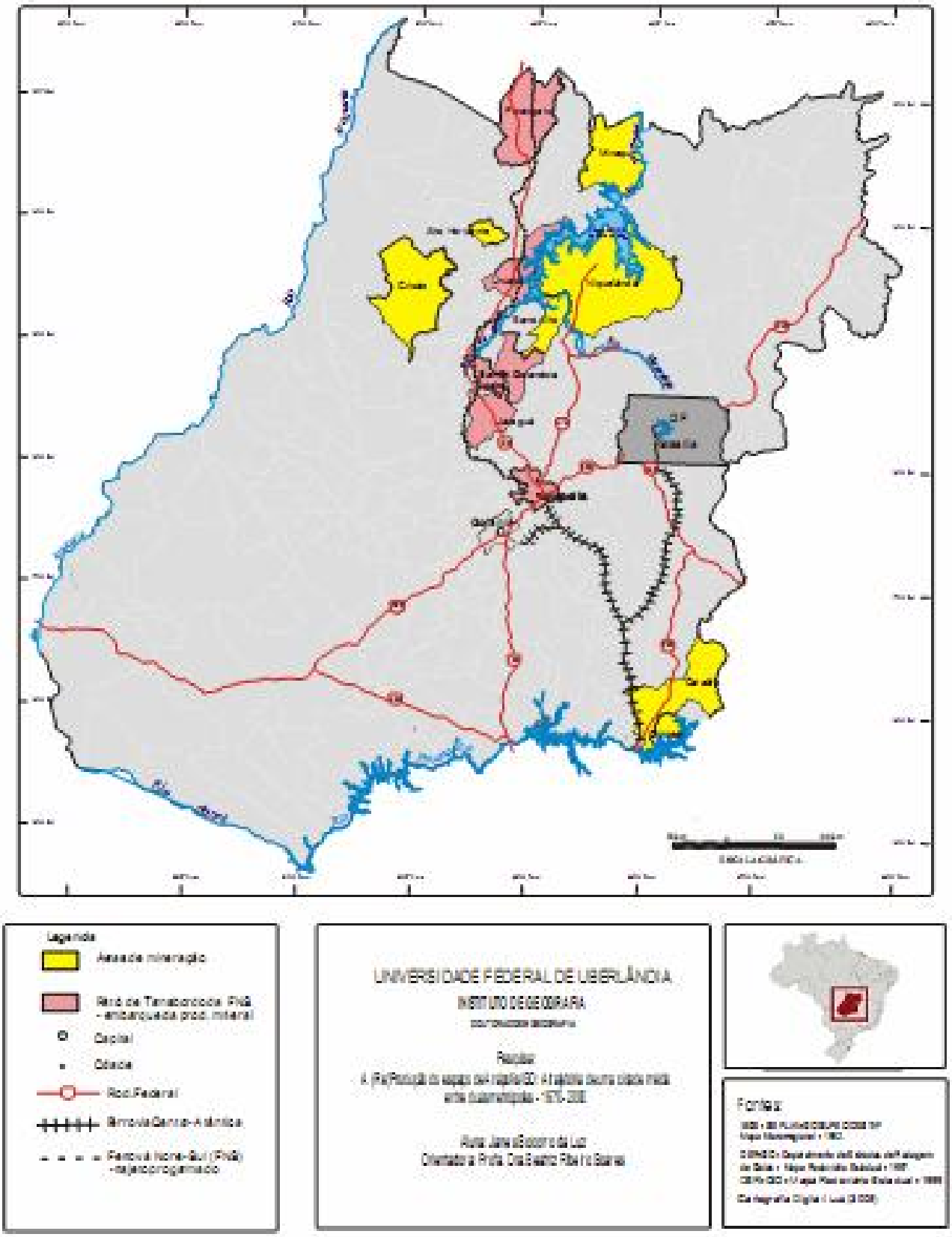
De forma geral, de acordo com as informações da SEPLAN/GO (2008), a atividade industrial se configura da seguinte forma no Estado de Goiás: na parte sul, destaca-se a agropecuária moderna e o segmento agroindustrial, em destaque nas cidades de Rio Verde e Jataí; na parte sudeste, a cidade de Catalão centraliza a indústria automobilística (Mitsubishi) e, também, a exploração mineral; ao norte, encontramos a cidade de Niquelândia que se destaca pela exploração mineral; mais ao centro, surge a cidade de Jaraguá que polariza o segmento do confeccionista e do vestuário no estado; por fim, a área do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, comporta as principais indústrias de transformação de Goiás, com destaque para o Pólo Farmacêutico de Goiás com 23 empresas, centralizado em Anápolis, um aspecto que analisaremos no próximo capítulo, (Mapa 8):



Mapa 8 – **Estado de Goiás:** Distribuição das principais áreas de concentração industrial, mineral e de agropecuária moderna - 2007

A indústria extrativa mineral, apesar de apresentar a menor participação no PIB estadual, tem se projetado em Goiás, com destaque para a exploração de concentrado fosfático (Catalão), ouro (Crixás e Alto Horizonte), amianto (Minaçu), níquel e liga de ferro-níquel (Niquelândia e Barro Alto), além de ferro-nióbio (Ouvidor). Inclusive, com a construção a da ferrovia Norte-Sul a indústria extrativa goiana ganhará maior fluidez, ampliando sua capacidade de escoar a produção, fato que contribuirá para o desenvolvimento dos centros urbanos que sediarão os pátios de transbordo, Anápolis, Jaraguá, Goianésia, Uruaçu e Porangatu, (Mapa 9).

Ademais, a Ferrovia Norte-Sul ampliará a competitividade dos produtos goianos com a redução do custo do transporte e aumento do volume transportado, inclusive, segundo projeções realizadas pela empresa Valec e associados, a ferrovia reduzirá em 60% os custos por tonelada transportada (Revista Economia & Desenvolvimento, 2000, p.6). Além disso, a articulação entre a Ferrovia Norte e Sul (FNS) e a Ferrovia Centro Atlântica, em Anápolis, na área da Estação Aduaneira do Interior (EADI/Centro-Oeste) e da Plataforma Logística Multimodal de Goiás dinamizará o segmentos comercial e de logística, aspectos que aprofundaremos no próximo capítulo.



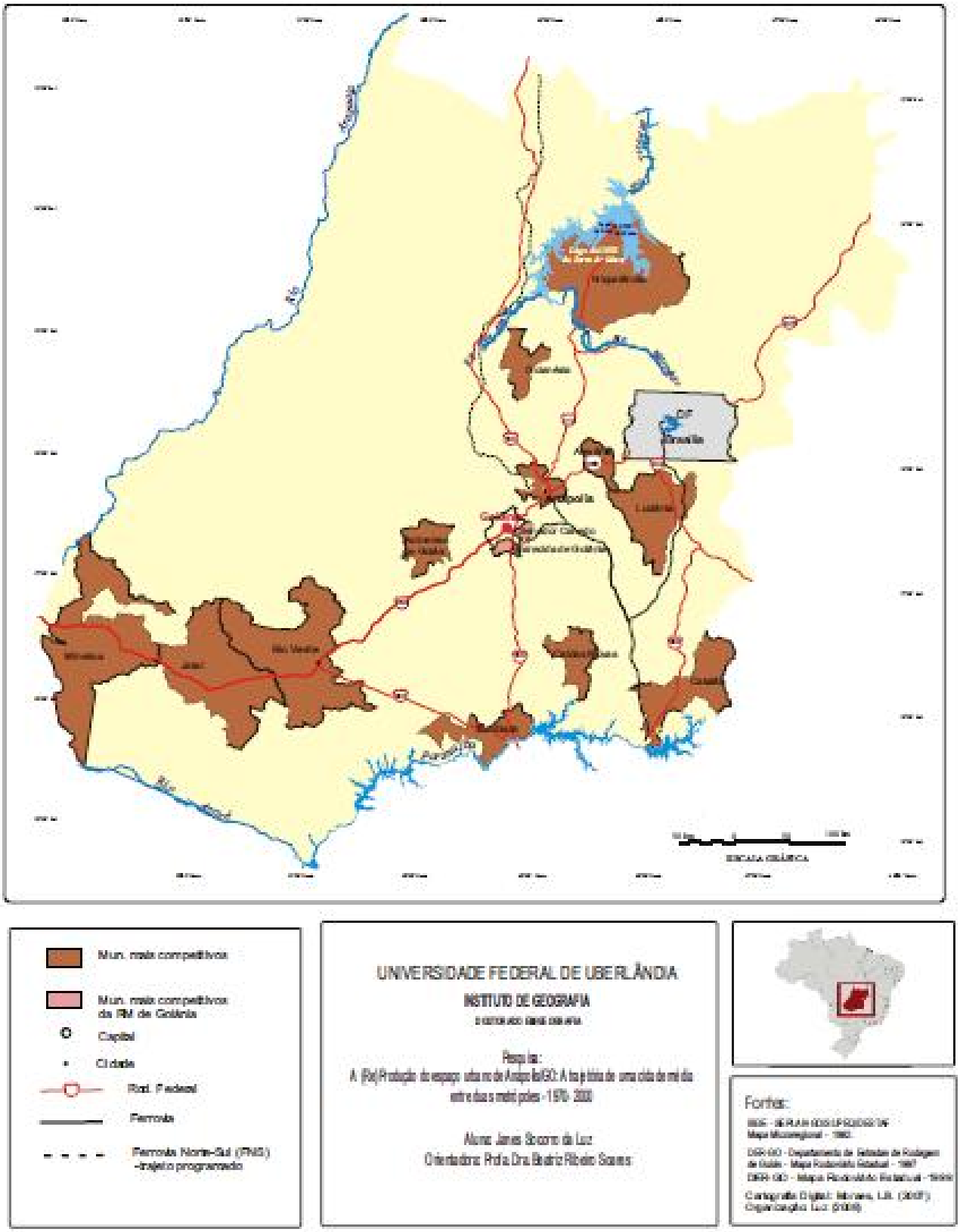
Mapa 9 – **Estado de Goiás**: áreas de exploração mineral e projeção dos pátios de transbordo da Ferrovia Norte-Sul

Uma síntese da dinâmica econômica do território goiano, pode ser vizualizada através do *ranking* elaborado pela SEPLAN/GO (2007) com a classificação dos Municípios mais competitivos de Goiás, sem a participação de Goiânia, considerando aspectos como o dinamismo econômico, concentração de riquezas e infra-estrutura, oferta de empregos, desenvolvimento tecnológico, incentivos fiscais e qualidade de vida, (Quadro 5 e Mapa 10):

Municípios		Dinamismo	Riqueza econômica	Infra-estrutura econômica, localização estratégica e logística	Qualidade de vida	Mão-de-obra	Infra-estrutura tecnológica	Políticas de incentivos financeiros e tributários	Média (ponderada)
1	Anápolis	30,44	90,35	77,77	64,14	20,23	70,00	18,59	57,42
2	Rio Verde	54,73	71,19	63,84	67,60	20,15	42,65	17,10	56,00
3	Catalão	52,84	54,34	72,80	68,32	20,75	17,17	7,22	49,47
4	Aparecida de Goiânia (RMG)	35,59	84,50	74,15	52,35	20,10	14,15	8,08	46,36
5	Itumbiara	33,50	38,93	67,87	72,43	19,28	17,37	5,35	41,17
6	Senador Canedo (RMG	49,16	34,60	73,32	50,88	13,14	0,00	1,40	38,81
7	Jataí	44,65	31,56	43,37	67,36	17,24	7,89	5,43	37,45
8	Luziânia (RIDE)	39,90	41,94	66,30	42,77	12,58	10,77	2,18	36,62
9	Caldas Novas	28,82	17,83	64,79	67,89	15,56	6,80	2,28	33,26
10	Niquelândia	50,79	21,79	25,36	56,38	19,03	6,20	1,72	33,15
11	Goianésia	43,02	14,74	45,66	61,10	16,15	2,86	2,04	32,66
12	Mineiros	32,85	14,86	45,45	66,99	15,37	3,47	11,18	31,86
13	Palmeiras de Goiás	43,62	6,07	43,96	66,65	11,30	0,09	4,11	31,34
14	Alexânia (RIDE)	49,78	6,57	44,63	52,39	9,97	0,00	0,14	30,47
15	Quirinópolis	15,92	9,98	70,69	63,68	14,75	4,06	7,76	28,97

Quadro 5 **– Estado de Goiás**: Ranking dos quinze municípios mais competitivos em 2007

Fonte: SEPLAN/GO (2007). Disponível em <http://seplan.go.gov.br/sepin> (acesso em out../2008)



Mapa 10 - **Estado de Goiás:** Ranking dos quinze municípios mais competitivos em 2007

Portanto, estabelece-se uma fluidez territorial que transforma as relações internas e criam novas racionalidades na produção do espaço, pois, de acordo com Moraes (1996, p. 15) “o espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem”. No decorrer do processo surgem complementaridades e articulações inter-regionais que qualificam o campo e a cidade, inserido o território nos circuitos produtivos nacionais e internacionais.

2.3 A urbanização do território em Goiás: a modernização em curso

Até o momento, neste capítulo, em linhas gerais foram analisadas as variáveis que contribuíram para estruturar o território goiano e propiciaram as condições para desenvolver o processo de urbanização, conforme discutimos anteriormente, que se caracteriza pela “urbanização do território”. Inclusive, nessa direção, Santos (1997b, p. 82), observa:

> Pela forma como o capital fixo novo é distribuído pelo espaço, é possível discernir as articulações que se criam ou se podem criar, neste ou naquele momento, tanto a articulação interna a cada subespaço como também aquelas entre subespaços. São ambas essas articulações que nos vão explicar o movimento da urbanização e sua repartição no território.

Nesse sentido, a análise da evolução da apropriação e fragmentação do território goiano, da ação estatal, bem como da dinâmica produtiva que desenvolve, indica para a existência de uma dinâmica que transforma de forma acelerada a realidade e as características sociais e econômicas regionais, imprimindo sobre a base territorial, o Estado de Goiás, um padrão de urbanização que se estende por todo o território. Todavia, a compreensão dessa “urbanização do território”, Santos (1996b), pressupõe que análise da distribuição do “capital fixo”, Santos (1997b), considere as articulações internas e a organização dos subespaços.

Os subespaços se configuram como parcelas do território que para efeito de análise em função, também, da disponibilidade das informações, acompanha as divisões territoriais que estabelecem microrregiões, mesorregiões e regiões de planejamento em Goiás. Dessa forma, nesta parte, insere-se a discussão sobre estas divisões territoriais estabelecidas para agregar os municípios, ou seja, trata-se

de iniciativas que procuram organizar os “subespaços”, racionalizando as diferentes dinâmicas que se desenvolvem no espaço como um todo.

Depois, discute-se a tessitura da rede urbana goiana e as suas características inerentes, bem como a sua estrutura e hierarquia, considerando o conjunto formado, principalmente, pelas cidades grandes e médias, contudo, sem deixar de destacar a questão das pequenas cidades que perfazem a maioria das cidades no Estado de Goiás[37]. E, na parte final deste capítulo, retomamos a questão específica de Anápolis, enquanto cidade média, no contexto da produção do território goiano.

2.3.1 O território dividido: as Mesorregiões, Microrregiões e Regiões de Planejamento

A partir da análise da dinâmica urbana estadual, torna-se possível discernir as regionalizações do território goiano a partir de duas abordagens: a estabelecida pelo IBGE que cria as meso e microrregiões; e, a estadual que foi desenvolvida pela SEPLAN/GO e que implantou 10 Regiões de Planejamento (RP). As duas abordagens se articulam com as necessidades político-administrativas do Estado, pois, enquanto agente na produção do espaço e, consequentemente, do território, desenvolve ações e estratégias de intervenção que exigem informações prévias da área ou locais em que serão executadas. Com isso, os municípios são agregados conforme suas características históricas, econômicas ou mesmo naturais, perfazendo regiões.

Todavia, são subdivisões impostas sobre o território e que refletem um determinado momento e contexto político-econômico. Com isso, essas subdivisões nem sempre conseguem conter as transformações que atingem e configuram o território, pois, segundo Santos (1996b, p. 41):

> As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe.

[37] Em um artigo anterior, Soares, Melo e Luz (2006) discutimos a questão das cidades médias goianas e destacamos o caso das pequenas cidades.

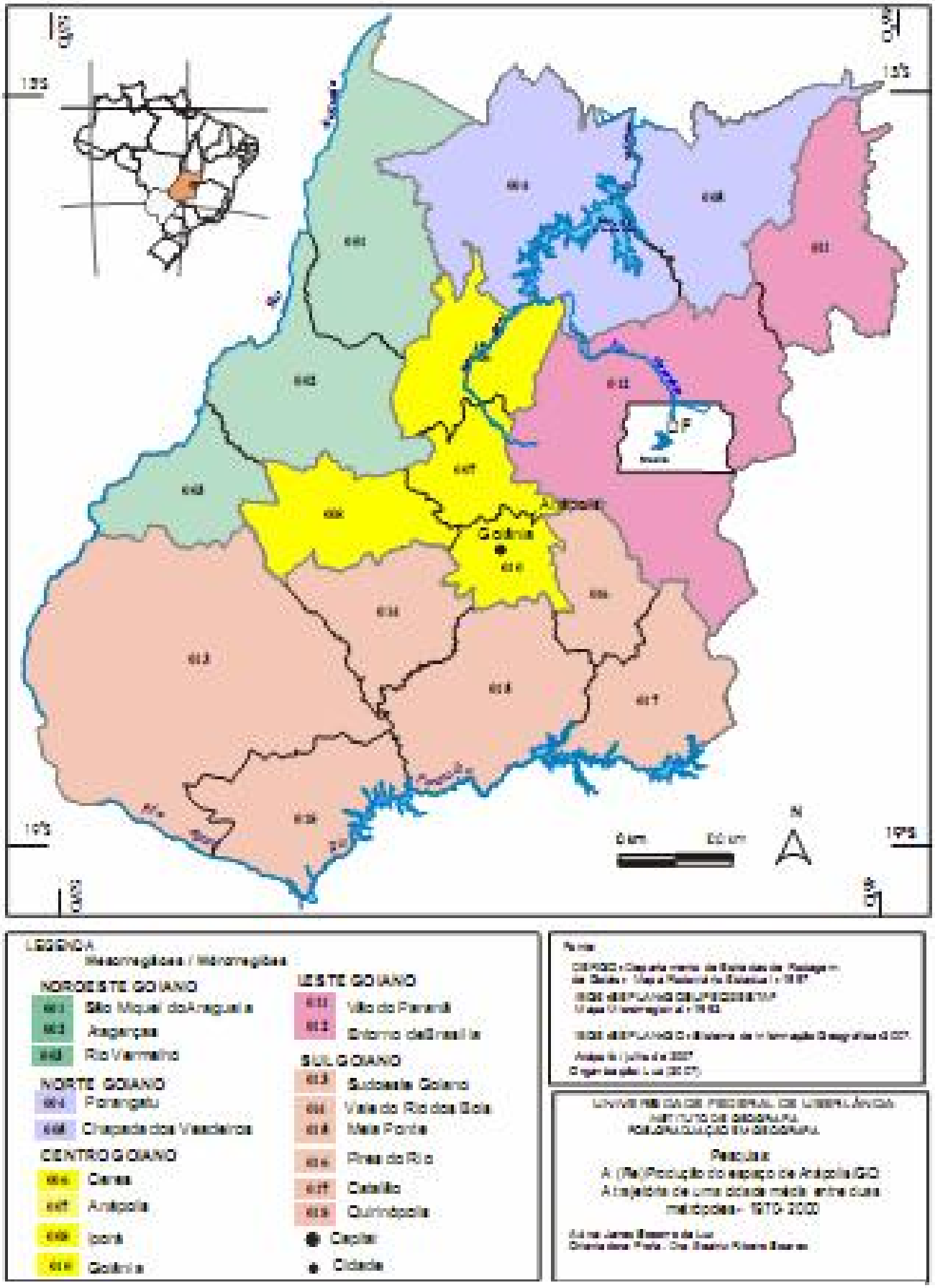
A representação do território que segue as diretrizes da regionalização estabelecidas pelo IBGE, obedece à divisão política dos municípios (246) que são agregados em cinco Mesorregiões e dezoito Microrregiões, considerando o contexto espacial e socioeconômico dos municípios, Arrais (2004), (Tabela 8 e Mapa 11):

Tabela 8 – **Estado de Goiás**: Divisão Regional em Mesorregião e Microrregião – IBGE /2007

Mesorregião/ Microrregião	População	Área (Km^2)	Dens. Demográfica	Núm. de Municípios
Noroeste Goiano	**216.528**	**55.840,80**	**3,88**	-
001 - São Miguel do Araguaia	76.625	24.471,8	3,1	7
002 - Rio Vermelho	86.362	20.277,1	4,3	9
003 - Aragarças	53.541	11.091,9	4,8	7
Norte Goiano	**281.061**	**56.763,1**	**5,0**	-
004 - Porangatu	220.794	35.287,5	6,3	19
005 - Chapada dos Veadeiros	60.267	21.475,6	2,8	8
Centro Goiano	**2.924.950**	**41.038,8**	**71,3**	-
006 – Ceres	215.820	13.224,4	16,3	22
007 - Anápolis	517.221	8.386,8	61,7	20
008 – Iporá	58.845	7.096,6	8,3	10
009 - Anicuns	100.759	5.483,1	18,4	13
010 - Goiânia	2.032.305	6.847,9	296,8	17
Leste Goiano	**1.063.068**	**55.664,8**	**19,1**	-
011 - Vão do Paranã	102.927	17.453,0	5,9	12
012 - Entorno de Brasília	960.141	38.211,8	25,1	20
Sul Goiano	**1.161.428**	**131.982,0**	**8,8**	-
013 - Sudoeste de Goiás	397.387	56.293,3	7,1	18
014 - Vale do Rio dos Bois	107.317	13.653,6	7,9	13
015 - Meia Ponte	338.147	21.274,5	15,9	21
016 - Pires do Rio	90.327	9.404,5	9,6	10
017 - Catalão	133.156	15.238,6	8,7	11
018 - Quirinópolis	95.094	16.117,5	5,9	9
Total - Goiás	**5.647.035**	**341.289,5**	**16,5**	**246**

Fonte: IBGE (2007), Contagem da População Residente. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br > (acesso em jul./2008)

Organização: Luz (2008)



Mapa 11 – **Estado de Goiás**: Divisão em Microrregiões – IBGE/2007

A partir dos dados da Tabela 8, verifica-se a presença de uma área dinâmica que corresponde à Mesorregião do Centro Goiano. Esta, apesar de possuir a menor extensão territorial, agrega 33% dos municípios goianos e as mais altas taxas de densidade demográfica, além disso, comporta em seu interior os dois principais centros urbanos do Estado de Goiás, Goiânia e Anápolis, e suas respectivas microrregiões, (Gráfico 9).

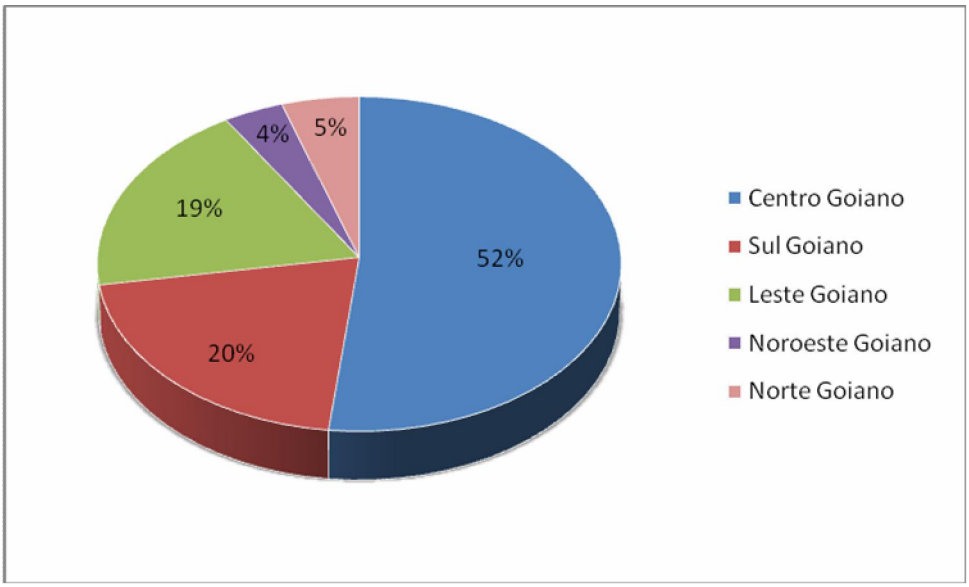


Gráfico 9 – **Estado de Goiás**: Distribuição da população por Mesorregião -2007

Fonte: Contagem da População, IBGE (2007). Disponível em <http://www.sidra.ibege.gov.br > (acesso mai./2008)

Organização: Luz (2008)

A Mesorregião do Centro Goiano, por sua vez, agrega a maior parte da área que compreendia o antigo Mato Grosso Goiano, ou antes, o Mato Grosso de Goiás, portanto, representa a base do processo de apropriação e ocupação do território goiano, ou seja, possui um significado que se alicerça ao longo da evolução social, econômica e política do Estado de Goiás. Esta Mesorregião concentra 51,8% da população goiana, sendo que as Microrregiões de Goiânia e Anápolis respondem por 87,16% deste total, (ver Tabela 0), o que significa 45, 1% do total absoluto de população do Estado de Goiás, de acordo com dados do IBGE (2007).

Tabela 9 – **Mesorregião do Centro Goiano**: Estrutura, densidade demográfica e número de municípios - 2007

Microrregião / Mesorregião	População	(%)	Área (Km^2)	Dens. Demográfica	Núm. de Municípios
Ceres	215.820	7,3	13.224,40	16,3	22
Anápolis	517.221	17,6	8.386,80	61,7	20
Iporá	58.845	2,0	7.096,60	8,3	10
Anicuns	100.759	3,4	5.483,10	18,4	13
Goiânia	2.032.305	69,4	6.847,90	296,8	17
Centro Goiano	**2.924.950**	**100,0**	**41.038,80**	**71,3**	**82**

Fonte: IBGE, Contagem da População (2007). Disponível em <http://www.ibge.gov.br> (acesso em jan./2009)
Organização: Luz (2009)

Trata-se de uma área que, além de concentrar população, gera 52,6% do PIB de Goiás, de acordo com dados da SEPLAN/GO (2006), enquanto, que a cidade de Anápolis gera 6,6% e Goiânia 27,8%, ou seja, mais de um terço de toda a produção estadual se realiza nestas duas áreas. Outro indicador da produção nesta região corresponde aos percentuais de arrecadação do ICMS em 2008, ainda segundo informações da SEPLAN (2008), 77,8% do total de impostos foram arrecadados no Centro Goiano, sendo 6,1% em Anápolis e 47,6% em Goiânia.

Também no Centro Goiano se encontram os maiores percentuais de emprego formal de Goiás, segundo dados de 2007 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), esta mesorregião ofereceu 66% dos empregos formais naquele ano, sendo que em Anápolis foram 5,9% de empregos (62.455) e em Goiânia foram 42,5% (450.843). Com isso, a área se torna atrativa para as populações que residem nas cidades menores, conforme destacamos anteriormente, pois, além de empregos o Centro Goiano concentra a oferta de serviços nas áreas de saúde e educação, bem como, dispõe de melhores condições de infra-estrutura.

Dessa maneira, não é difícil compreender porque 29% do número de hospitais goianos estão em Anápolis (5%) e em Goiânia (24%), o que representa 41,4% dos leitos hospitalares, sendo que em Anápolis estão 5% e em Goiânia mais 24%, conforme dados do Ministério da Saúde/CNES (2009). Outro exemplo que caracteriza a centralidade exercida pelo Centro Goiano se refere à extensão das redes de água e esgoto, no primeiro caso, 30,5% da rede está em Anápolis e

Goiânia, além de 52% da rede de esgoto do Estado de Goiás, conforme dados de 2006 da Empresa de Saneamento de Goiás (SANEAGO).

Todavia, fica clara a disparidade que separa os índices que a cidade de Goiânia apresenta em relação à Anápolis que agrega, fora da Região Metropolitana de Goiânia, os melhores indicadores econômicos e sociais do Estado, apresentando uma realidade mais próxima do restante dos municípios goianos que, predominantemente, possuem menos de 20.000 habitantes. Nesse sentido, a análise que se desenvolve sobre o quadro formado pelos municípios da Microrregião de Anápolis caracteriza, em parte a trajetória de (re)produção e configuração do território goiano e enfatiza a centralidade de Anápolis

A Mesorregião do Centro Goiano, além da concentração demográfica, centraliza a base da produção regional e parte dos sistemas de engenharia que garantem a fluidez do território, conforme destacamos anteriormente, com uma posição estratégica que a conecta com as demais mesorregiões. Inclusive, em sua origem estão presentes os principais elementos que contribuíram para o desenvolvimento do processo de apropriação e modernização do território goiano, pois, comporta o espaço do antigo Mato Grosso de Goiás, onde se instalaram os primeiros núcleos de ocupação, ainda na no período da mineração, referenciados no início deste capítulo.

Ou seja, a Mesorregião do Centro Goiano se configura como uma área que reúne diferentes conteúdos técnicos e socioeconômicos, (SANTOS, 1997a), perfazendo o espaço da racionalidade, uma forma-conteúdo que exprime a existência do território, enquanto norma, conforme destacamos anteriormente. Pois, a Mesorregião do Centro Goiano como espaço da racionalidade funciona “como um mecanismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado” (SANTOS, 1997a, p. 240).

Em relação às demais mesorregiões, percebe-se que o Sul e Leste Goiano se assemelham em relação à concentração de população, porém, o Leste Goiano apresenta disparidades sociais mais profundas em função da presença da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Nesta Mesorregião a presença de Brasília influencia na dinâmica local e promove a diferenciação desta parcela do território goiano denominada de entorno que é

composta pelos municípios adjacentes ao Distrito Federal. Por sua vez, o Sul Goiano representa uma área onde o meio técnico-científico e informacional tende a se propagar com rapidez em função da recente modernização das atividades agrícolas e industriais, impulsionadas pela exploração comercial. As mesorregiões do Norte e Noroeste Goiano, apresentam rugosidades inerentes às práticas agrícolas mais tradicionais, como a pecuária extensiva, porém, mostram-se abertas às novas atividades com o desenvolvimento do turismo, nas regiões do Rio Araguaia e da Chapada dos Veadeiros, e do extrativismo mineral.

No que tange ao contexto socioespacial, essas mesorregiões apresentam um quadro repleto de disparidades, por exemplo, considerando o setor de serviços, a partir das variáveis número de hospitais e de leitos, observa-se que somente no Centro Goiano e Leste Goiano, onde se inserem os municípios da RIDE, houve a ampliação no número de unidades hospitalares entre 2000 e 2009, porém, apenas na Mesorregião do Leste Goiano ocorreu um acréscimo no número de leitos. Essa excessiva centralidade, com a consequente redução dos leitos provoca uma grande pressão sobre esse segmento nas áreas mais dinâmicas que passam a absorver os excedentes das outras regiões, (Tabela 10).

Tabela 10 – **Estado de Goiás**: Distribuição por Mesorregiões das unidades hospitalares e número de leitos – 2000/2009

Mesorregiões	**Número de Hospitais**			**Número de Leitos**		
	2000	**2009**	**2000/2009**	**2000**	**2009**	**2000/2009**
Centro Goiano	208	256	23,08%	13968	12211	-12,58%
Sul Goiano	112	110	-1,79%	4170	3766	-9,69%
Leste Goiano	29	39	34,48%	808	1159	43,44%
Noroeste Goiano	41	34	-17,07%	1452	848	-41,60%
Norte Goiano	44	32	-27,27%	1475	873	-40,81%

Fonte: Ministério da Saúde (2009). SEPLAN/SEPIN (2009). Disponível em <http://www.seplan.gov.go.br/sepin> (acesso jan./2009). Org.: Luz (2009)

Outra variável que exemplifica essas diferenças e destacam o Leste Goiano e o Centro Goiano se refere ao serviço de saneamento básico, por meio dos dados sobre a expansão da rede de abastecimento de água, em todas as mesorregiões ocorreu crescimento no setor, mas novamente, o Leste Goiano e o Centro Goiano

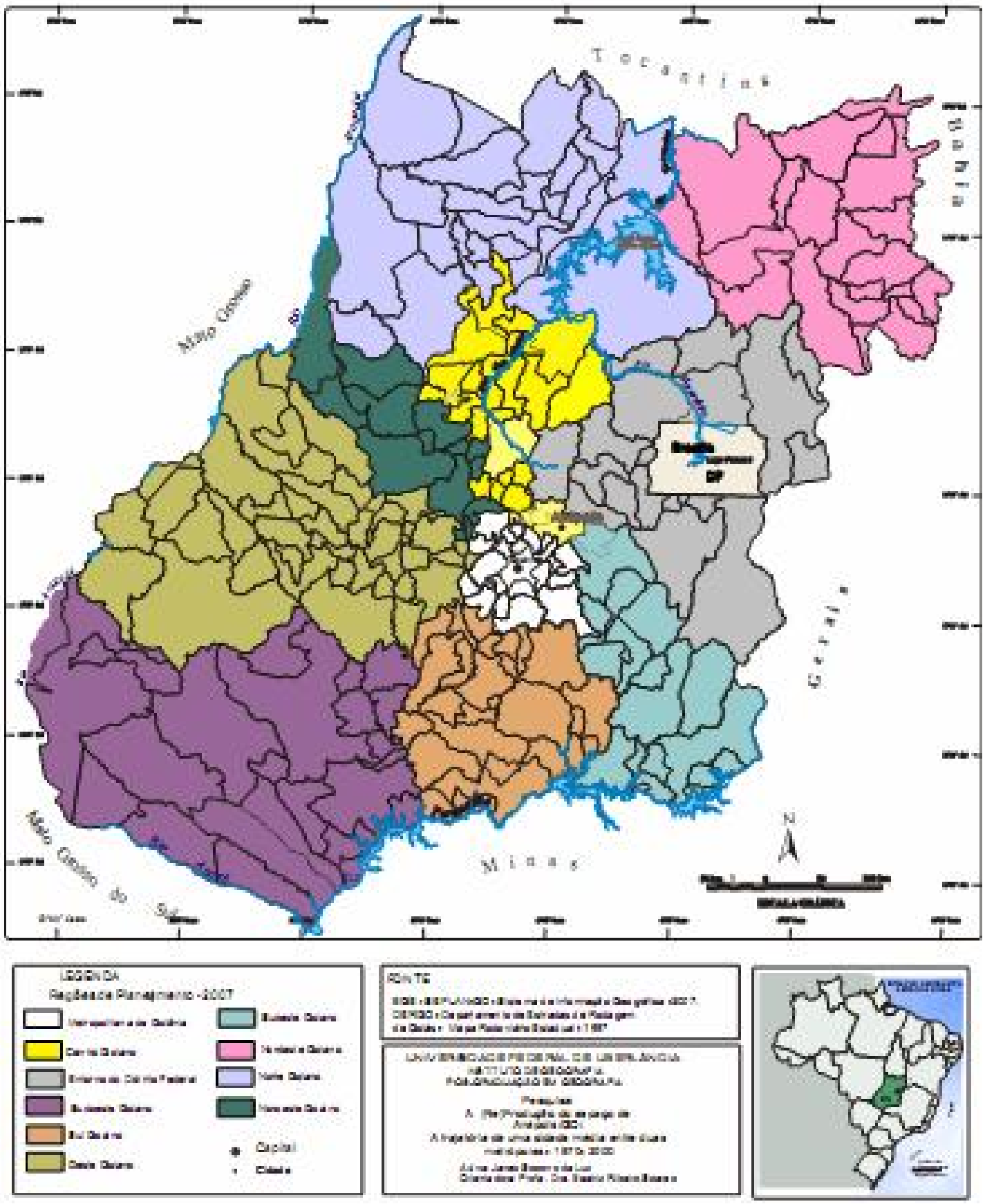
apresentaram os resultados mais expressivos com percentuais de 79,5% e 36,9%, respectivamente, enquanto nas demais mesorregiões os acréscimos foram na ordem de 20%, conforme dados da Empresa de Saneamento do Estado de Goiás (SANEAGO) para o período entre 2000 e 2007[38].

A divisão do Estado de Goiás em Regiões de Planejamento, estabelece um número maior de subdivisões, ou seja, foram delimitadas dez regiões, sendo que as alterações mais contundentes são: a subdivisão da parte sul em, cerca de quatro regiões; a valorização dos eixos rodoviários, BRs 153 e 060 (GO 060), como elementos estruturantes na produção do espaço; o reconhecimento das disparidades existentes na Mesorregião do Leste Goiano e, com isso, promoveu a sua subdivisão; o resgate do contexto histórico que atribui especificidades regionais às áreas da Estrada do Boi na parte oeste e, também, da Estrada de Ferro no sudeste; e, por fim, a ampliação da área de influência de Anápolis, 31 municípios, separando-a da área de abrangência da Região Metropolitana de Goiânia.

No processo de criação da Região de Planejamento (RP) em um total de dez, foram seguidos os seguintes critérios, conforme informações da SEPLAN/GO (2008): primeiro, manutenção dos limites da RIDE e da Região Metropolitana de Goiânia, incluindo os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento de Goiânia; também, respeitaram-se as características sócio-econômicas inerentes às áreas que compõem o norte, nordeste e sudoeste goianos; valorizaram-se os aspectos históricos culturais que imprimem suas marcas na configuração do território, como por exemplo, no noroeste com a Estrada do Boi e, sudeste, Estrada de Ferro; por fim, foram considerados os eixos rodoviários da GO 060 e BR 153, como no caso da Região do Centro Goiano, (Mapa 12).

---

[38] Sobre esse assunto, veja a os estudos da SEPLAN/GO, *Índices de Desenvolvimento Econômico – IDE e Índice de Desenvolvimento Social –IDS dos municípios goianos* (2003), além das coletâneas sobre o PIB estadual, anuais, disponíveis em <http://www.seplan.gov.go.br>

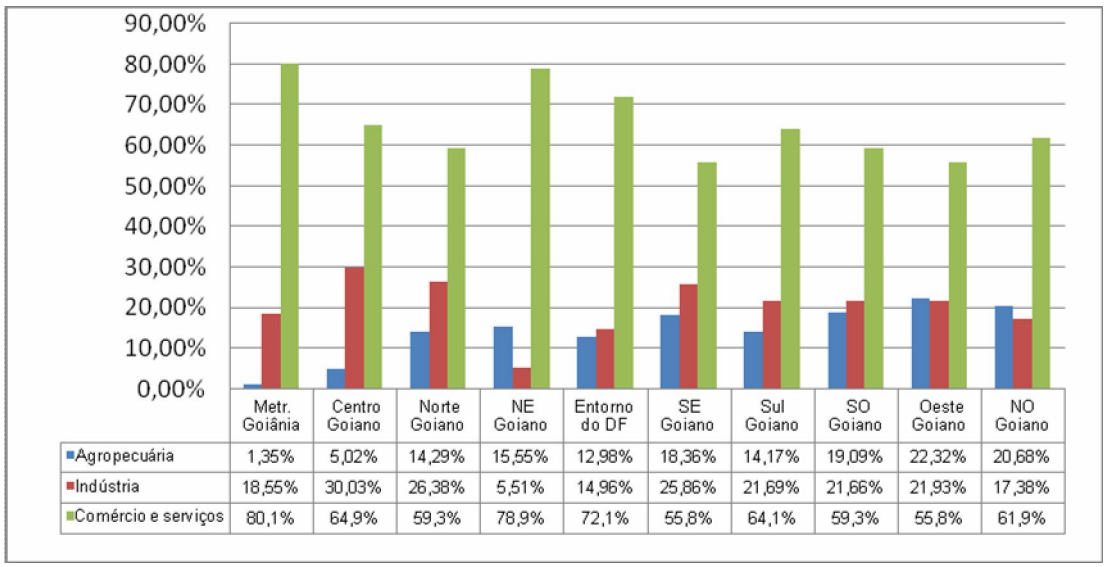


Mapa 12 – **Estado do Goiás**: Regiões de Planejamento – SEPLAN/GO – 2007

No cômputo geral das Regiões de Planejamento a Região Metropolitana de Goiânia e a do Centro Goiano, polarizada por Anápolis, além da Região do Entorno do Distrito Federal possuem as mais elevadas densidades demográficas do Estado de Goiás. Também, respondem pelos maiores índices de arrecadação de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo que 62% do ICMS de 2006 foram gerados na Região Metropolitana de Goiânia, enquanto a área de Anápolis ficou em segundo lugar com 6,1% e, o Sudoeste Goiano alcançou a terceira posição com 4% da arrecadação, conforme dados da SEPLAN/GO (2007).

Como as Regiões de Planejamento apresentam uma estrutura mais subdividida, os resultados do crescimento demográfico ficam mais evidentes. Por exemplo, de um lado, encontram-se as regiões metropolitanas de Goiânia e do Entorno do Distrito Federal que demonstram acréscimos de 138,66% e 284,76%, respectivamente, entre 1980 e 2008. Do outro lado, estão o Oeste Goiano e o Noroeste Goiano, com –0,53% e 5,23%, ou seja, representam os menores acréscimos, inclusive, indicando uma tendência de redução da população nestas áreas e sua absorção nas áreas mais dinâmicas, segundo dados da SEPLAN/GO (2008).

No que tange a geração de empregos formais, como indicativo da qualidade de vida e renda da população, a distribuição desses empregos pelos principais setores de atividades não difere dos resultados nacionais, ou seja, existe um amplo predomínio das atividades terciárias em todas as regiões, principalmente na Região Metropolitana de Goiânia e Entorno do Distrito Federal, além do Nordeste Goiano, onde os segmentos do turismo estão em ascensão, aliados à ampliação dos investimentos no setor energético, (Gráfico 10):



	Metr. Goiânia	Centro Goiano	Norte Goiano	NE Goiano	Entorno do DF	SE Goiano	Sul Goiano	SO Goiano	Oeste Goiano	NO Goiano
Agropecuária	1,35%	5,02%	14,29%	15,55%	12,98%	18,36%	14,17%	19,09%	22,32%	20,68%
Indústria	18,55%	30,03%	26,38%	5,51%	14,96%	25,86%	21,69%	21,66%	21,93%	17,38%
Comércio e serviços	80,1%	64,9%	59,3%	78,9%	72,1%	55,8%	64,1%	59,3%	55,8%	61,9%

Gráfico 10 – **Estado de Goiás:** Distribuição do emprego formal de acordo com os setores de atividades e Regiões de Planejamento – 2006

Fonte: Ministério do Trabalho RAIZ/CAGED, SEPLAN (2007). Disponível em <http://www.seplan.gov.go.br/sepin> (acesso out.2008)

Organização: Luz (2008)

Também, chama atenção o percentual de 30,03 de emprego formal na atividade industrial apresentado pela RP do Centro Goiano-Eixo da BR 153, inclusive, superior ao percentual de 18, 55 da RP Metropolitana de Goiânia. Esse fato se justifica em função, principalmente, da presença de Anápolis nesta região, por se tratar do principal centro industrial do interior do Estado de Goiás, um aspecto que será aprofundado no próximo capítulo. Além disso, os dados reafirmam a concepção de que a agropecuária moderna influi no desenvolvimento agroindustrial, conforme demonstram os percentuais das regiões Sul, Sudeste, Sudoeste e Oeste.

Em síntese, ambas as divisões regionais, tanto a do IBGE como a da SEPLAN, sobressaem a Região Metropolitana de Goiânia (Mesorregião do Centro Goiano), o Centro Goiano polarizado por Anápolis e a Região do Entorno do Distrito Federal (Mesorregião do Leste Goiano). Essa característica coaduna com as análises empreendidas sobre o processo de urbanização do território, (SANTOS, 1996b), produzindo áreas mais dinâmicas nas quais o desenvolvimento técnico-científico e informacional se expande com mais rapidez. Nessas áreas cidades se

transformam em locais cada vez mais especializados e modernizados, promovendo sua hierarquização.

Nesse sentido, na sequência deste capítulo, desenvolve-se a análise sobre esse processo a partir da configuração da rede urbana goiana, bem como sua ligação que se processa com a divisão territorial do trabalho, (CORRÊA,2006). Inclusive para o referido autor, a "rede urbana é simultaneamente um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho, historicamente, a forma mais avançada da divisão social do trabalho" (CORRÊA, 2006, p. 26, grifos do autor). Pois, as cidades se diferenciam funcionalmente por meio das atividades que desenvolvem e exercem, cada vez, funções que as colocam em conexão com as transformações propiciadas pela modernização das atividades agrícolas.

2.3.2 – A configuração da rede urbana goiana

A partir do processo de apropriação se desenvolveram as atividades econômicas e, em função da atuação estatal, as redes técnicas e de engenharia que são necessárias para estruturar e configurar o território goiano. Ou seja, no caminho do expansionismo dos interesses econômicos, políticos e sociais, se estabeleceu uma divisão territorial do trabalho que articula as diferentes parcelas ou frações do território. Os lugares, aos poucos se especializam e, neles, as relações que os transformam, pois, de acordo com Santos e Silveira (2001, p.135):

> Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção.

Para Elias (2006) as relações entre o campo e a cidade se intensificaram e integraram, pois, na cidade encontram-se, além da mão-de-obra, uma rede especializada de serviços e locais para processar a produção. "Quanto mais moderna se tornam a agropecuária e a agroindústria, mais urbana se torna sua regulação" (ELIAS, 2006, p. 290). Consequentemente, mais complexas e diversificadas são as novas relações criadas, além da ampliação dos fluxos entre

esses novos centros regionais de gestão e os centros nacionais, ou mesmo, entre os centros regionais e os globais.

Assim, os equipamentos e sistemas de engenharia transformam rapidamente as características de uma localidade, implementando novos arranjos e as condições necessárias para que se constitua o meio geográfico técnico-científico e informacional. De acordo com Santos (2000, p 88):

> A agricultura moderna se realiza por meio dos seus belts, spots, áreas, mas a sua relação como mundo e com as áreas dinâmicas do país se dá por meio de pontos. É o que explica, por exemplo, o importante relacionamento entre cidades regionais e São Paulo.

Por sua vez, Leme (2003,p. 624) complementa:

> A base logística, a incorporação da fronteira e a penetração de capitais privados – ao tempo em que reforçava a complementaridade do Centro-Oeste à economia paulista – conferiram a alguns núcleos urbanos, estrategicamente beneficiados pela infra-estrutura implantada, papel destacado no fomento da acumulação e da diversificação produtiva. Outros centros urbanos existentes foram menos favorecidos e tiveram alterados os seus pesos relativos na hierarquia regional, restringindo seu papel polarizador à medida que novos veios de articulação com as áreas dinâmicas do Sudeste se abriam.

Por sinal, na análise do processo de urbanização na Região Centro-Oeste, Soares e Bessa (1999)[39] apontam como determinantes recentes dessa dinâmica a construção da nova capital federal, Brasília, que demandou a expansão das redes de transporte e energia, fator que influiu na modernização das atividades agrícolas. Ainda, segundo essas autoras, a rede urbana regional "foi determinada pelo dinamismo das atividades econômicas e pela localização dos centros de poder, tanto federal quanto estaduais, bem como pela divisão política dos estados do Mato Grosso e Goiás" (SOARES e BESSA, 1999, p. 16). Enquanto, o estudo do

[39] Soares e Bessa (1999) analisam o processo de urbanização na área de Cerrados, ou seja, envolve um espaço que engloba parte dos estados nordestinos (Bahia, Maranhão e Piauí), do norte (Tocantins) e do sudeste (Minas Gerais), além, de todo Distrito Federal e a Região Centro-Oeste. Para efeito deste trabalho, consideramos o recorte que engloba a Região Centro-Oeste.

IPEA/IBGE/Universidade de Campinas (1999, p. 11) [40], ao traçar o perfil da rede urbana regional destacou:

> Embora provocadoras de alterações na estrutura urbana, como não poderia deixar de ser, as mudanças vividas pela economia do Centro-Oeste nos últimos anos, ainda que profundas, não foram suficientes para alterar, na essência, a base urbana anterior (...) Tanto as transformações na infraestrutura [sic] como o surgimento dos duas principais aglomerações urbanas, Goiânia e Brasília, com seus impactos consideráveis na economia e na espacialidade regionais, foram determinantes na configuração do sistema urbano do Centro-Oeste, tal como ele se apresenta atualmente. Na verdade, houve reforço da espacialização pré-existente, acentuando-se, ainda mais, o papel e a abrangência dos centros polarizadores.

Para Steinberger (2003, p. 614):

> Ao contrário, nos anos pós-1970 assistiu-se a uma concentração progressiva nessas duas cidades e suas periferias, e a uma perda generalizada de capacidade de reter população de praticamente todos os municípios de menor porte, acompanhada por um discreto crescimento dos poucos municípios com mais de 100 mil habitantes da região, a saber: Anápolis e Rio Verde em Goiás; Campo Grande e Dourados em Mato Grosso do Sul; e Cuiabá-Várzea Grande e Rondonópolis no Mato Grosso.

Inclusive, de maneira mais ampla, nas últimas décadas, a Região Centro-Oeste, onde se inserem as duas capitais, apresentou um significativo crescimento demográfico, como é possível visualizar no gráfico no qual está expressa a evolução demográfica da população regional que, além, de consolidar o processo de expansão, também, repercute na configuração do território goiano, (Gráfico 11):

[40] Trata-se do Relatório sobre a *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (1999), mimeo, elaborado pelo IPEA/IBGE/Unicamp.

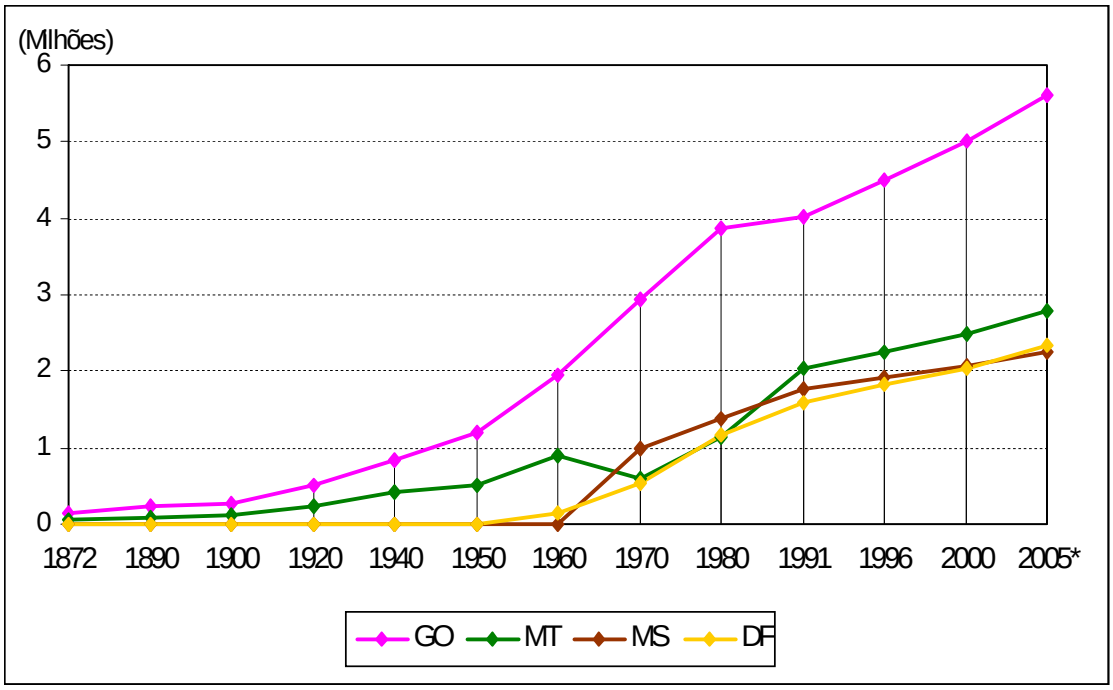


Gráfico 11 - **Região Centro-Oeste:** Evolução da População por Estados 1872 a 2005

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Séries Históricas, 2007/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em <http:// www.ipea.com.br> (acesso em jun./ 2007)

* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas 2005. Disponível em <http:// www.ibge.com.br/cidades> (acesso em jun./ 2007)
** O Distrito Federal foi implantado em 1960 e o Mato Grosso do Sul em 1977 a partir da divisão do território do Mato Grosso.
Organização: Luz (2007).

No caso específico do Estado de Goiás, entre 1970 e 2000, além da questão dos impactos da consolidação de Goiânia e construção de Brasília que discutiremos mais adiante, percebe-se que aliada à expansão demográfica ocorreu a evolução dos setores econômicos, com a inerente e gradativa redução dos percentuais de População Economicamente Ativa (PEA) do setor primário e sua, respectiva, ampliação nos setores secundários e terciários, típicos das áreas urbanas. Pois, a cidade "torna-se o *locus* [sic] da regulação do que se faz no campo" (SANTOS, 1998, p.52). Com isso, os centros urbanos mais dinâmicos passaram a concentrar as unidades de produção e gestão, o que justifica, em parte a inserção de Goiânia e

Brasília no debate, conforme destacaram os autores supracitados, apesar das especificidades que comportam.

Ademais, o crescimento dos percentuais de População Economicamente Ativa (PEA) urbana[41] e a respectiva redução do percentual rural, caracterizam-se como um aspecto da modernização que aos poucos reduz a necessidade de mão-de-obra no campo, como é visível na organização espacial em Goiás e que podem ser analisados a partir das informações sobre os dados relativos ao quadro estadual, envolvendo as últimas décadas do século XX, destacadas pelo IPEA (2007), (Gráfico 12):

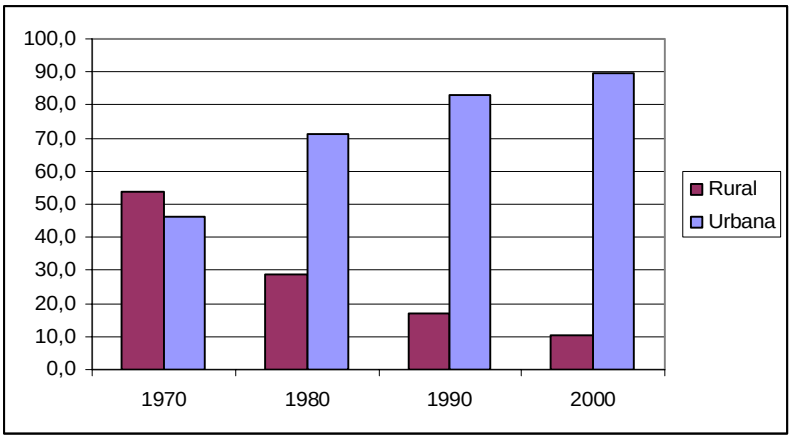


Gráfico 12 – **Estado de Goiás**: População Economicamente Ativa – Rural e Urbana – 1970 a 2000
Fonte: IPEADATAS/IPEA (2007), a partir dos Censos Demográficos do IBGE de 1970/1980/1991/1996. Disponível em <http://www.ipea.org.br/ipeadata> (acesso em jul./ 2007)
Organização: Luz (2007)

A gradativa transferência da população do campo para a cidade reforça a tendência de concentração demográfica nas áreas mais dinâmicas do território (Figura 06), onde se desenvolvem as atividades, principalmente as terciárias e industriais, ou mesmo, agroindustriais, conforme destacamos anteriormente.

[41] Segundo o IPEA (2007) os dados da PEA, foram obtidos a partir de informações dos Censos Demográficos do IBGE e se referem às pessoas que durante o ano,ou parte dele, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, etc., e as sem remuneração que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não trabalharam nos doze meses anteriores à data de referência do Censo mas que nos últimos dois meses tomaram alguma providência para encontrar trabalho.

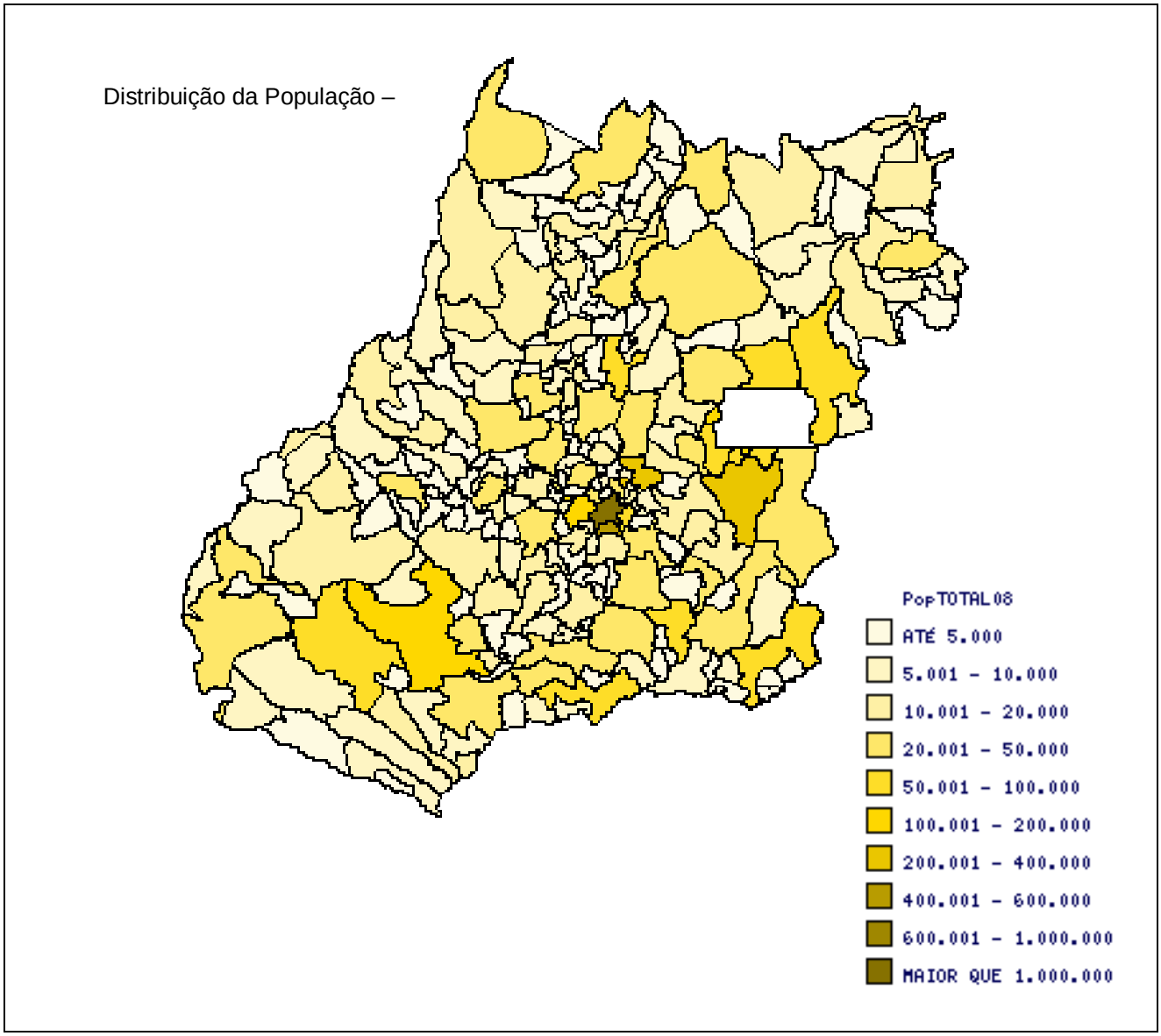


Figura 6 – **Estado de Goiás**: Distribuição da população pelo território e saldo de empregos – 2007.

Fonte: Seplan/Sepin (2008) Disponível em <http//: w.w.w.seplan.go.gov.br/sepin/sieg> (acesso em set./2008)

Porém a atividade industrial moderna, geralmente, não emprega grande quantitativo de mão-de-obra, o que explica o baixo saldo, admissões menos demissões, de empregos em localidades como, por exemplo, Rio Verde ao sul e Niquelândia ao norte, cidades que se destacam pelo desenvolvimento agroindustrial, no caso da primeira, ou como pólo de exploração mineral no caso da segunda, conforme apontam a representação do saldo de empregos em 2008, de acordo com dados processados pela SEPLAN/GO (2007), (Figura 7):

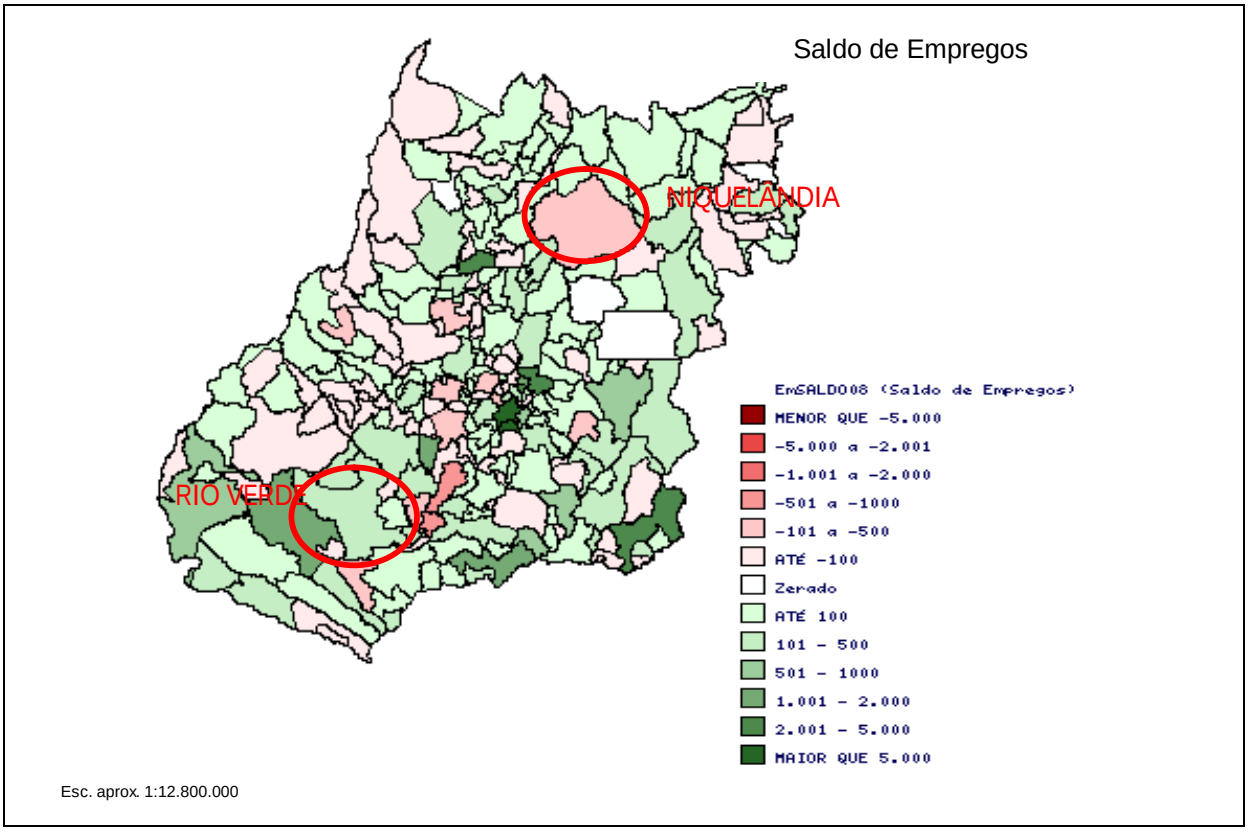


Figura 7 – **Estado de Goiás**: Distribuição da população pelo território e saldo de empregos – 2007

Fonte: Seplan/Sepin (2008) Disponível em <http//: w.w.w.seplan.go.gov.br/sepin/sieg> (acesso em set./2008)

A partir do recorte que considera o contexto goiano, as análises anteriores apontam para a configuração de uma área urbanizada que se destaca pela presença das duas capitais, Goiânia e Brasília, ambas com relações que abarcam a dimensão nacional, além da projeção das cidades de Rio Verde no sul e Anápolis na parte central. Tanto Goiânia como Brasília, criadas nas décadas de 1930 e de 1960, respectivamente, simbolizam o projeto estatal que buscava imprimir a concepção de modernidade e ruptura com a situação de atraso que caracterizava o quadro regional. Nesse sentido, as duas cidades surgem modernas, porém, aos poucos imergem na dinâmica local e, com isso, se transformam, Brasília, por exemplo, passa a contar com um apêndice denominado de Entorno do Distrito Federal[42] com

[42] A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno foi criada pela Lei Complementar no. 94 de 19 de fevereiro de 1998.

o qual se articula e estabelece relações constantes. Nesse caso, integra-se de forma dinâmica ao território goiano, pois, dos 21 municípios, mais o Distrito Federal, que formam a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal ou de Brasília (RIDE), 19 são goianos.

As cidades de Rio Verde e Anápolis guardam similitudes, porém, participam de forma diferenciada da divisão territorial do trabalho no Estado de Goiás. Enquanto, Rio Verde se caracteriza como um centro de gestão da agropecuária moderna e dos agronegócios, polarizando a parte sul do estado; a cidade de Anápolis, posicionada entre Goiânia e Brasília, respectivamente 50 e 150 quilômetros, destaca-se no cenário regional em função da atividade industrial de transformação, ao mesmo tempo em que, também, desenvolve a função comercial e, cada vez mais, se consolida como centro logístico que usufrui de uma localização estratégica. Mas, além dessas cidades existe um número expressivo de localidades, 243 no total, que compõe a rede urbana goiana, (Tabela 11).

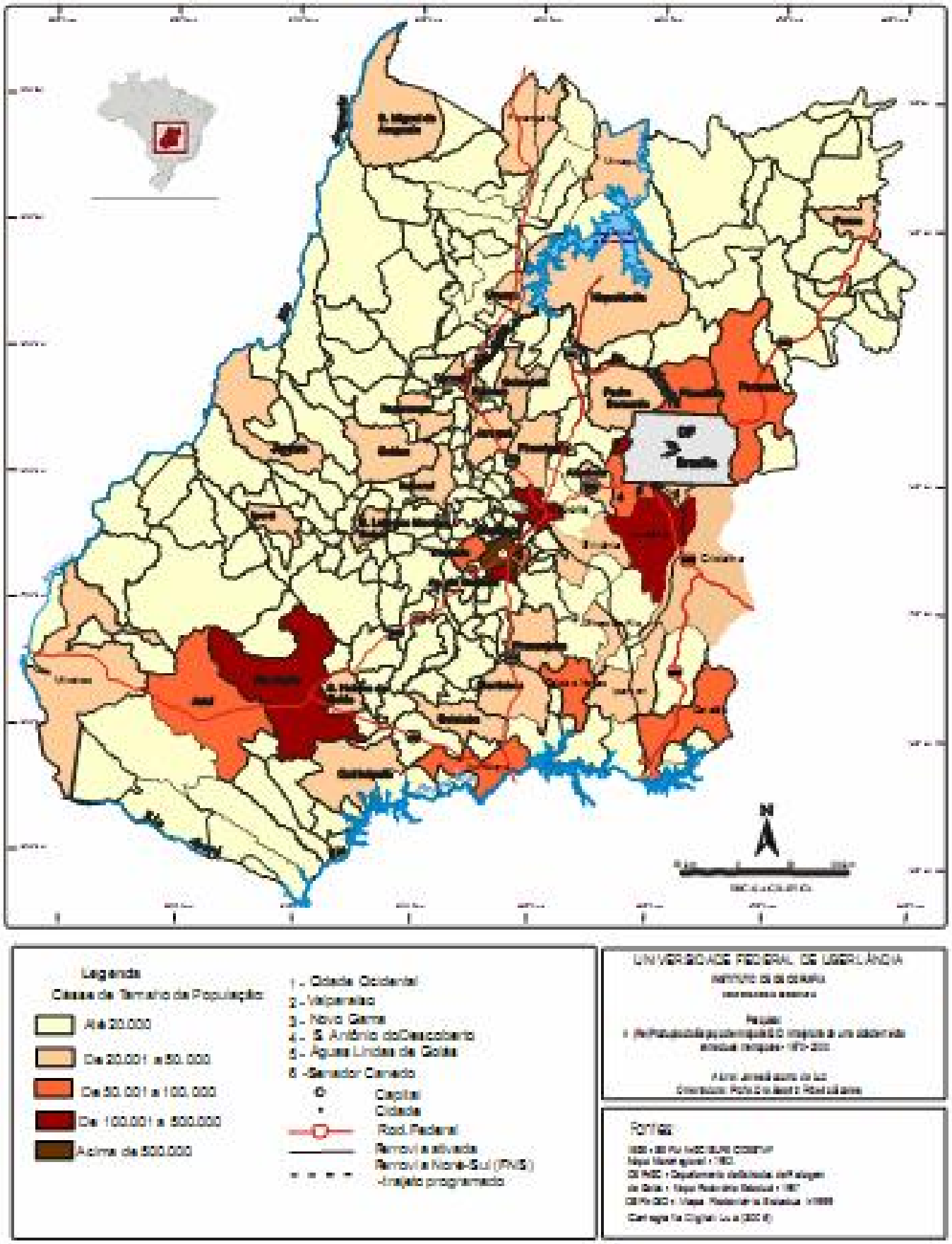
Tabela 11 – **Estado de Goiás**: Número de cidades classe de tamanho de população 2000 e 2007

Classe de Tamanho da População	População total			Número de Municípios		
	2000	2007	(%)	2000	2007	(%)
Até 20.000	1.372.113	1.334.719	23,64%	200	200	81,30%
De 20.001 a 50.000	915.815	839.490	14,87%	30	28	11,38%
De 50.001 a 100.000	634.436	835.572	14,80%	10	11	4,47%
De 100.001 a 500.000	987.857	1.392.609	24,66%	5	6	2,44%
Acima de 500.000	1.093.007	1.244.645	22,04%	1	1	0,41%
Total	**5.003.228**	**5.647.035**	**100,00%**	**246**	**246**	**100,00%**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000), Contagem da População (2007).
Org.: Luz (2008)

Porém, no conjunto dos municípios com até 20.000 habitantes, 200 localidades, 45,5% apresentaram perda de população entre 2000 e 2007; no conjunto entre 20.001 e 50.000 habitantes, 28 ao todo, 41% apresentaram redução de população e apenas dois municípios, Goianésia e Caldas Novas, mudaram de classe se incorporando no conjunto entre 50.001 e 100.000 habitantes. Já, Goiânia,

com uma população acima de um milhão de habitantes, coloca-se em um patamar distante das demais classes, pois, contava com um total de 1.093.007 de habitantes e 2000, passando para 1.244.645 habitantes em 2007, um acréscimo de 13, 8% no total da população, (Mapa 13):



Mapa 13 – **Estado de Goiás**: Distribuição por classe de tamanho da população – 2007

Na sequência estão relacionadas as cidades que compõem as classes intermediárias com o respectivo total de população e a referência se o município agrega ou não as áreas da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) ou a Região Metropolitana de Goiânia (RMG).

É no conjunto formado pelas cidades apresentadas no quadro anterior que identificamos as denominadas “cidades médias”. É claro que o tamanho demográfico não é único ou, mesmo, o melhor critério para se distinguir uma cidade média, contudo, essa abordagem permite uma primeira aproximação, Beltrão Sposito (2001) e Amorim Filho (1984), além disso, considerando as observações de Beltrão Sposito (2001, p. 627) o quantitativo de cidades dentro do conjunto inicial se reduz de forma considerável, pois:

> Em primeiro lugar, há um consenso sobre o fato de que cidades de porte médio que compõem áreas megametropolitanas, metropolitanas ou aglomeradas não são, de fato, cidades médias, pois que, se do ponto de vista demográfico, assim poderiam ser qualificadas, do ponto de vista econômico, compõem uma área urbana estruturada funcionalmente, com grau significativo de integração ou coesão interna e, por isso, não podem ser estudadas, com base nas divisões político-administrativas que orientam a coleta dos dados populacionais.

Dessa forma, do grupo composto por 17 cidades (Quadro 6), ficariam apenas sete cidades, duas com mais de 100 mil habitantes, Rio Verde e Anápolis, além de mais cinco com população entre 100 mil e 50 mil habitantes (Catalão, Caldas Novas, Jataí, Itumbiara e Goianésia). No caso, ainda seguindo a análise de Beltrão Sposito (2001), uma maior distância da cidade, dita média, em relação aos centros posicionados em patamares superiores da hierarquia urbana, favoreceria o desenvolvimento de serviços e, acrescentamos o exercício do comando regional. Nesse sentido, excluiríamos a cidade de Anápolis do conjunto das possíveis cidades médias goianas, em função da proximidade que esta cidade possui em relação às áreas metropolitanas de Goiânia e de Brasília, respectivamente, 50 e 150 quilômetros.

Municípios	**RIDE/RMG**	**2000**	**2007**	**Crescimento 2000-2007**
Águas Lindas de Goiás	RIDE	105.746	131.884	24,72%
Anápolis	_	288.085	325.544	13,00%
Aparecida de Goiânia	RMG	336.392	475.303	41,29%
Luziânia	RIDE	141.082	196.046	38,96%
Rio Verde	_	116.552	149.382	28,17%
Valparaíso de Goiás	RIDE	94.856	114.450	20,66%
Caldas Novas	_	49.660	62.204	25,26%
Catalão	_	64.347	75.623	17,52%
Goianésia	_	49.160	53.806	9,45%
Formosa	RIDE	78.651	90.212	14,70%
Itumbiara	_	81.430	88.109	8,20%
Jataí	_	75.451	81.972	8,64%
Novo Gama	RIDE	74.380	83.599	12,39%
Planaltina	RIDE	73.718	76.376	3,61%
Santo Antônio do Descoberto	RIDE	51.897	55.621	7,18%
Senador Canedo	RMG	53.105	70.559	32,87%
Trindade	RMG	81.457	97.491	16,45%

Quadro 6 – **Estado de Goiás**: Municípios com mais de 50.000 habitantes – 2007

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000), Contagem da População (2007)

Organização: Luz (2008)

Porém, no caso específico da cidade de Anápolis, a relevância que a cidade possui e a sua dinâmica econômica a diferencia no conjunto das cidades, por isso, a transforma em caso ímpar de análise, justamente, por sua posição geográfica estratégica em relação ao eixo Goiânia-Brasília, que consideramos para efeito de análise, possível de ser concretizado com a inserção de Anápolis, conforme enfatizamos em trabalho anterior [43]. Conforme ressalta o estudo sobre a *Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil: determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas pública* (IPEA/IBGE/Unicamp, 1999, p.24):

> Embora pressionado entre duas grandes aglomerações, o que compromete seu potencial de expansão futura, dada a função de grande mercado exercida pelo Distrito Federal, Anápolis, pela sua posição geográfica e pelo seu papel histórico, ainda absorve relevantes estímulo econômicos na divisão territorial do trabalho no eixo Goiânia-Brasília.

Nessa direção, percebemos a relevância da discussão proposta neste trabalho ao valorizar a importância de Anápolis, enquanto cidade média que estabelece uma rede de relações que a transforma em referência regional e nacional. Inclusive, de acordo com Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004, p.105) "Anápolis sempre desempenhou uma função comercial e industrial bem mais ativa do que todas as outras cidades goianas". Importância que pode ser exemplificada, também, pelo interesse dos governos estadual e federal na área, cujas intervenções repercutiram de forma decisiva para o seu desenvolvimento e que continuam a influenciar a trajetória da cidade, representando, na atualidade, um papel decisivo para o futuro da mesma. Portanto, a partir da terceira característica aplicável para caracterizar uma cidade como média, segundo Beltrão Sposito (2001, p.627)

> Esse terceiro aspecto parece-nos ser o mais importante, ou seja, não é possível reconhecer o papel intermediário que uma cidade média desempenha, sem avaliar as relações que ela estabelece com cidades de porte maior e menor, e entre si e os espaços rurais com os quais mantém uma vida de relações

[43] Cf. LUZ, J.S. *A especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis-GO.* Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, Brasília,2001.

Ademais, conforme aponta Corrêa (2007, p. 28) “a expressão cidade média deriva de uma construção intelectual e, enquanto tal, inserida em determinado contexto histórico e geográfico”. E, nessa direção, o autor propõe uma tipologia preliminar para identificar as possíveis cidades médias: o primeiro tipo possui uma relação direta com o desenvolvimento da atividade comercial e a existência de uma elite ligada a este segmento; o segundo tipo, envolve as cidades onde o predomínio de uma elite fundiária direciona os investimentos para setores ligados aos agronegócios, como por exemplo, a agroindústria, além de influir no desenvolvimento do comércio especializado.

O terceiro modelo, articula-se com os centros urbanos que se especializaram em determinadas atividades, o que propicia o desenvolvimento de relações em múltiplas dimensões ou escalas, nesse conjunto prevalece uma elite empreendedora que busca sempre se adequar às novas realidades, ou seja, possui flexibilidade e está aberta às inovações. E, por fim, Corrêa (2007,p.32) argumenta que “o terceiro tipo de cidade média aqui preliminarmente apresentada é, por excelência, o tipo que melhor descreveria uma típica cidade média”.

Portanto, na análise sobre o processo de urbanização do território no caso do Estado de Goiás, identifica-se uma estrutura que ultrapassa os limites políticos do território, uma vez que comporta a presença de duas metrópoles dinâmicas que se relacionam, tanto na escala local com suas regiões metropolitanas, como na regional com os centros locais e, também, nas escalas extra-regionais (nacional e internacional). Na outra ponta desta hierarquia, encontramos um grande número de cidades inferiores a 20 mil habitantes, ou seja, cidades pequenas, que apresentam uma dinâmica dependente das atividades primárias e, no caso das inseridas em espaços mais “opacos”, Santos e Silveira (2001), veem suas populações reduzirem a cada dia.

Em uma posição intermediária encontramos um conjunto de cidades que se subdividem em três subespaços; o primeiro, comporta as cidades que fazem parte das regiões metropolitanas, tanto de Goiânia como de Brasília; o segundo subespaço comporta as cidades que são centros regionais em sua área, mas, que possuem uma economia pouco diversificada ou mesmo dependente de um determinado segmento econômico, como no caso do turismo em Caldas Novas ou da agroindustrialização da cana-de-açúcar como acontece em Goianésia, além, de

Catalão, Jataí e Itumbiara onde existe uma diversificação maior no segmento industrial, comercial e de serviços; e, no terceiro subespaço se encontram as cidades de Rio Verde e Anápolis que possuem uma economia diversificada e atuam de forma dinâmica no exercício do comando regional, como centro de decisão e de gestão na escala sub-regional.

Porém, no caso de Rio Verde e Anápolis, apesar de inseridas em uma região onde a produção agropecuária moderna alicerça o desenvolvimento, possuem uma trajetória diferenciada conforme já destacamos. Por exemplo, de acordo com o estudo desenvolvido pelo IBGE (2007), sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC), considerando as variáveis que delimitam a centralidade exercida por cada cidade pesquisada, Rio Verde e Anápolis são identificadas como centros sub-regionais de nível A, mas, ao considerar as diferentes variáveis propostas para caracterizar os centros[44], Rio Verde se destaca em relação à Anápolis, apenas na variável atividades financeiras, dada a extensa conexão entre a agropecuária moderna e os centros de gestão localizados em outras regiões, conforme apontam Santos e Silveira (2001, p. 271):

> É uma produção de alimentos que se dá em fazendas modernas dispersas, a grades distâncias hoje facilmente franqueáveis, sob a demanda das firmas globais com sede na Região Concentrada, mesmo que os mecanismos de comando sejam pouco visíveis. Não havendo rugosidades materiais e organizacionais consideráveis, os novos objetos e as novas ações criam um espaço inteiramente novo e com grande participação na globalização.

Rio Verde se caracteriza, portanto, como uma cidade do agronegócio, conforme destaca Elias (2007, p.121), nestas localidades “é nítida a dependência da economia de alguma importante produção agrícola e/ou de sua transformação industrial”. E, acrescenta:

> Diferentemente do consumo consumptivo, que cria demandas heterogêneas segundo os extratos de renda, o consumo produtivo agrícola gera demandas heterogêneas segundo as necessidades de cada produto (agrícola ou agroindustrial), assim como durante as diferentes etapas do processo produtivo, diferenciando os equipamentos mercantis.

---

[44] Gestão (federal, empresarial e do território), serviços de saúde, ensino (graduação e pós-graduação), além das atividades econômicas e financeiras.

Nesse sentido, Rio Verde se diferencia da realidade anapolina que possui uma estrutura econômica alicerçada no consumo consumptivo e na especialização produtiva, por exemplo, do segmento farmacêutico, além de um consolidado segmento comercial atacadista que articula os circuitos superior e inferior da economia intra-urbana, bem como, uma ampla rede de serviços de saúde e, mais recentemente, vem se consolidando como pólo universitário.

Assim, no próximo capítulo destacamos, especificamente a discussão em torno da cidade de Anápolis, como uma cidade média inserida em um mundo de relações, enquanto desenvolve novas funções e papéis que alteram de forma rápida sua realidade e estrutura, ao mesmo tempo em que se especializa e diversifica.

CAPÍTULO 3 – A CIDADE MÉDIA EM UM MUNDO DE RELAÇÕES: Anápolis/GO no exercício do comando regional

CAPÍTULO 3 – A CIDADE MÉDIA EM UM MUNDO DE RELAÇÕES: Anápolis/GO no exercício do comando regional

> O presente é o real, o atual que se esvai e sobre ele, como sobre o passado, não temos qualquer força. O futuro é que constitui o domínio da vontade e é sobre ele que devemos centrar o nosso esforço, de modo a tornar possível e eficaz a nossa ação.
>
> Milton Santos (1997)

Neste capítulo, analisa-se a dimensão regional que envolve a atuação da cidade de Anápolis, com base em duas perspectivas: as divisões em mesorregiões e microrregiões, na qual se identifica a situação de Anápolis no contexto da Mesorregião do Centro Goiano e, também, da Microrregião de Anápolis; além, da Região de Planejamento do Centro-Goiano (Eixo da BR 153), estabelecida pela Secretaria de Planejamento de Goiás, na década de 1990, agregando 31 municípios com base em Anápolis; e, também, a os novos recortes territoriais que redimensionam a área de atuação da cidade.

Nesse sentido, inicialmente, são inseridos dados que visam contextualizar a cidade de Anápolis e, respectivamente, o município do ponto de vista histórico e espacial, objetivando a compreensão das dinâmicas que caracterizam a estrutura na qual a cidade atua no exercício do comando regional. Além disso, distinguem-se os principais aspectos inerentes aos subespaços que comportam os diversos municípios em cada conjunto sub-regional, relacionando as diferentes formas de articulação que são percebidas entre estes municípios e Anápolis.

3.1 A Cidade de Anápolis/GO no contexto histórico e espacial

Historicamente, a cidade de Anápolis se destaca no contexto regional pelo dinamismo econômico que apresenta e por sua localização estratégica. Sua origem remonta o final do século XIX e está relacionada a duas explicações ou justificativas que se complementam. Uma delas corresponde à presença de condições naturais favoráveis no local onde se desenvolveu o sítio urbano de Anápolis: um relevo de ondulações suaves, perfazendo 54 % de seu território e com 43% de áreas planas; um clima tropical com temperaturas amenizadas pela altitude de, aproximadamente,

1.017 metros acima do nível do mar; e, uma vegetação original composta por mata ciliar e cerrado. Por sinal, essas características influenciaram na escolha do local para o pouso das comitivas que realizavam o transporte de mercadorias entre os antigos núcleos mineradores goianos (Jaraguá, Pirenópolis, Corumbá, Pilar, etc.) com os centros econômicos do país situados no Sudeste. Dessa forma, em meados do século XIX, em torno das paradas ou pousos, às margens de rios e córregos, surgiram edificações comerciais e moradias que, depois, transformaram-se em povoados e cidades, como no caso de Anápolis, onde o córrego das Antas é um referência ao longo do processo de formação da cidade (Figura 8).

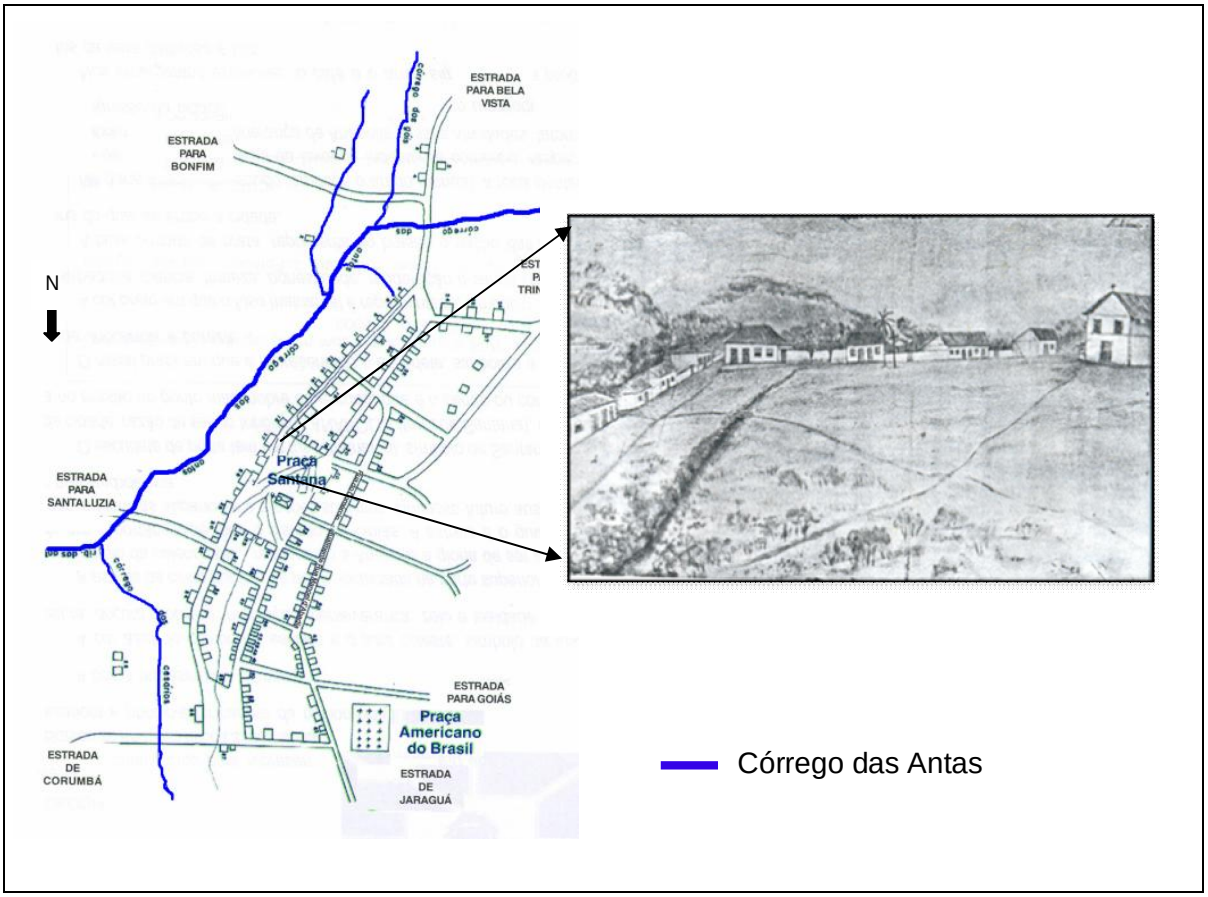


Figura 8 – **Anápolis/GO**: Croqui da Vila de Santana das Antas em 1904 com os principais acessos e a projeção do Largo de Santana

Fontes: Borges (1975) e Museu Histórico de Anápolis (2007)

A outra explicação, de acordo com Borges (1975), Ferreira (1981) e Rocha (2007), refere-se a motivação religiosa que influenciou na decisão de Ana das Dores Almeida, dona de uma comitiva em passagem pelo local, de construir uma capela em retribuição a uma graça atribuída à Sant'Ana. Com isso, ao redor da capela

edificada em 1871, estabeleceu-se o povoado de Santana das Antas que se transformou em freguesia no ano de 1873, depois, na vila com mesmo nome em 1887 e, por fim, na cidade de Anápolis em 1907, (Figura 9).

De forma geral, da fase inicial aos dias de hoje, é possível destacar três períodos que caracterizam o processo evolutivo da cidade de Anápolis: o primeiro compreende o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX; o segundo inicia-se com a chegada da ferrovia em 1935 e encerra-se na década de 1960 com a construção de Brasília; o terceiro se desenvolve a partir da década de 1960 e alcança o século XXI.

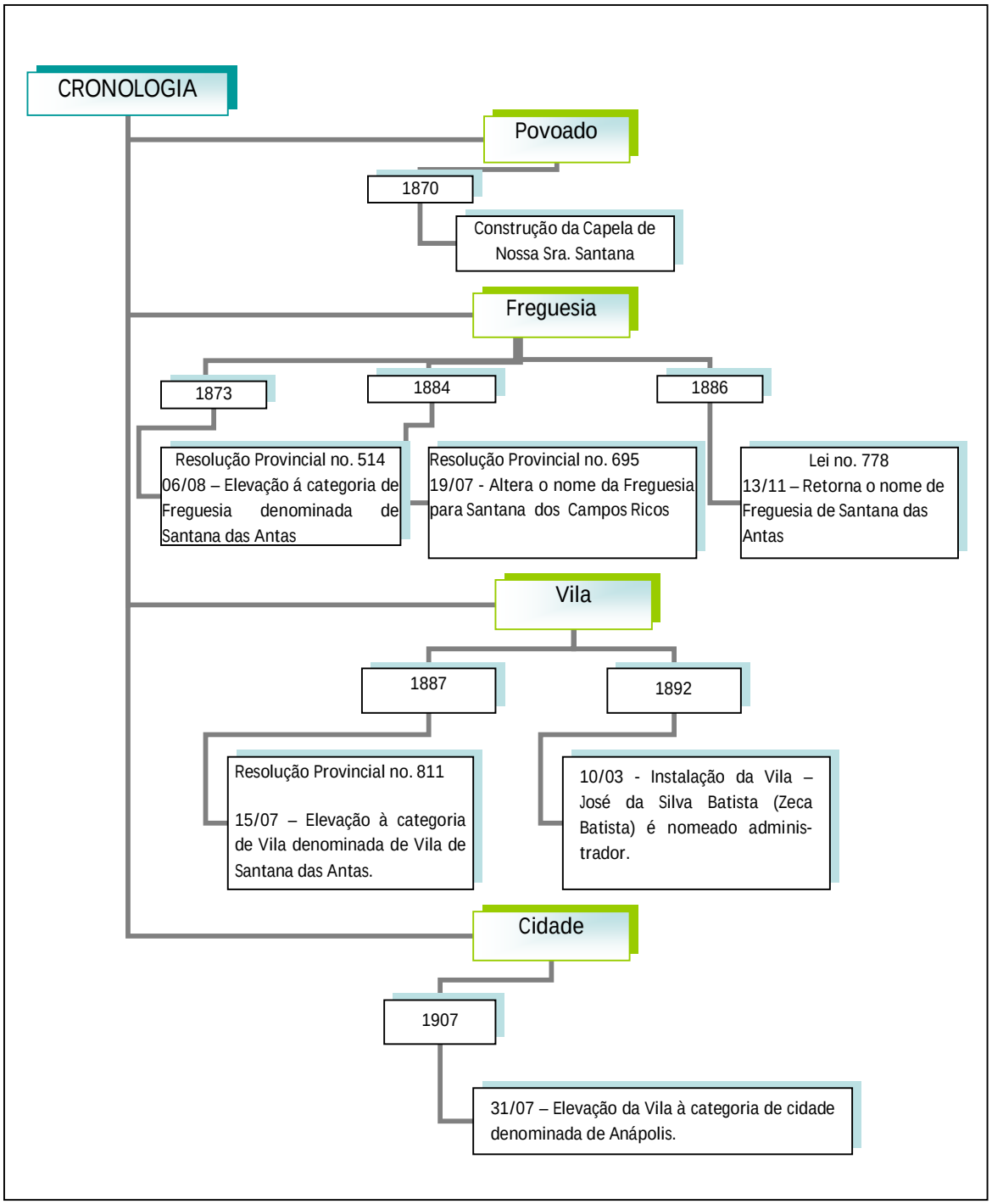


Figura 9 – **Município de Anápolis/GO**: Processo de instituição da cidade, 1870-1907

Fontes: Prefeitura Municipal de Anápolis (2006), Freitas (1995).

Organização: Luz (2007)

No primeiro período ocorreu a efetiva inserção da região do Mato Grosso Goiano, onde se localiza a cidade de Anápolis, no mercado nacional com a introdução do cultivo do café. Essa atividade transformou as áreas agrícolas voltadas, até então, para a subsistência em áreas de produção comercial, o que contribuiu para o crescimento demográfico de Anápolis (Gráfico 13), além de promover a valorização das terras e para estabelecer fluxos comerciais contínuos com os estados do Sudeste, atraindo e concretizando a chegada da ferrovia em 1935, inclusive a origem dos municípios de Nova Veneza e Nerópolis se relaciona com a expansão da cafeicultura nessa área.

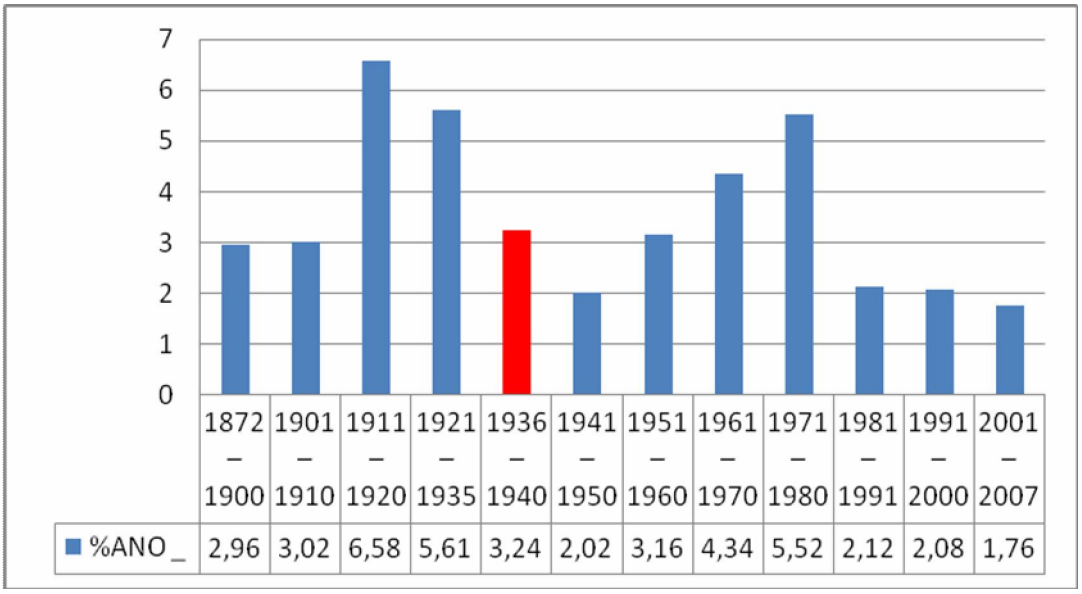


Gráfico 13 – **Anápolis-G0**: Taxa Geométrica de Crescimento da População de 1872 a 2007

Fontes: Polonial (2005). Dados censitários do IBGE (1872-1991). Estimativas do IBGE (2007) Disponível em < www.seplan.gov.go.br/sepin> Acesso em nov.2007.

Organização: Luz (2008)

Nesse sentido, o período que antecedeu a chegada da ferrovia em Anápolis, presenciou o incremento do mercado consumidor o que possibilitou a capitalização interna dos comerciantes. Pois, eles desempenhavam a função de fornecedores das mercadorias, ferramentas e dos créditos necessários ao plantio, ao mesmo tempo em que se encarregavam do beneficiamento, armazenagem, transporte e comercialização da produção agrícola. Para colocar esta cadeia produtiva em movimento, os comerciantes anapolinos se transformaram em empreendedores e políticos, investindo de modo direto e indireto em várias atividades. Inclusive, de acordo com Santos (1978, p.7):

> A especialização espacial impõe uma intensificação dos atos do comércio – de um comércio feito à distância – acompanhada pelo reforço e expansão do aparelho bancário, parabancário, comercial e administrativo, assim como pelos meios de armazenamento e transporte.

As características dinâmicas desde período são exemplificadas pela construção da Usina de Força e Luz em janeiro de 1924 e da abertura de várias casas comerciais, ruas, do serviço de iluminação pública e das estradas de rodagem, contribuindo para o desenvolvimento das infra-estruturas que influenciaram no comando regional exercido por Anápolis. Com relação às estradas, por exemplo, destacamos: Anápolis-Roncador, com uma extensão de 170 km, interligando a cidade à via férrea em 1920; a estrada Anápolis-Jaraguá em 1921, favorecendo a penetração para o interior e região norte, base para a implantação da BR 153; e a estrada Anápolis-Vianópolis em 1926, dinamizando o comércio local.

Também, ocorreu o processo de expansão das fronteiras agrícolas e das frentes pioneiras que transformaram Anápolis em um centro econômico, influenciando na dinamização do povoamento e no desenvolvimento econômico do Estado de Goiás e, principalmente para os municípios próximos que, posteriormente, constituíram a área de atuação da cidade. Dessa forma, a drenagem da renda fundiária consolidou e diversificou o desenvolvimento econômico, transformando Anápolis em uma área de intenso dinamismo, promovendo a expansão da Estrada de Ferro Goiáz até o centro da cidade, (Fotos 1 e 2), após décadas de atraso, uma vez, que no início do século os trilhos se encontravam na divisa com Minas Gerais,

pois, a expansão dos trilhos foi influenciada pelos conflitos políticos internos, conforme destacamos anteriormente.

Fotos 1 e 2 – **Anápolis/GO** – Imagens da cidade na década de 1930, Rua General Joaquim Inácio e Avenida Goiás.

Fonte: Museu Histórico de Anápolis (2007)

O segundo período que se inicia com chegada da ferrovia na cidade de Anápolis em 1935, caracteriza-se como um marco relevante para explicar o processo de desenvolvimento regional, (POLONIAL, 1995). Contudo, o caminho dos trilhos no território goiano é mais antigo e remonta o final do século XIX, inclusive, de acordo com Chaul (2002), trata-se um projeto que se arrastava desde o Império, mas que foi afetado pelas divergências políticas no cenário estadual e nacional. Por sua vez, Bertran (1978) destacou a importância do transporte ferroviário aliado a necessidade de ampliar a produção agrícola para atender às demandas da Primeira Guerra Mundial como aspectos que influenciaram na valorização das terras e na convergência de fluxos migratórios direcionados para o interior, acompanhando os trilhos que se instalaram no território goiano.

Nesse sentido, através da ferrovia, Goiás se inseriu no mercado nacional, exportando produtos agrícolas para o Sudeste e importando produtos industrializados e, nesse contexto, o papel de Anápolis é significativo. Segundo Polonial (1995), das primeiras décadas de sua existência à década de 1940, a cidade possuía uma área de influência que abrangia 36% da área estadual e influenciava economicamente mais de 31 municípios. Pois, com a chegada da ferrovia, tornou-se mais rápido o acesso aos centros econômicos do país, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, o que impulsionou, ainda mais, o comércio

local que se passou a abastecer o interior goiano. Todavia, a estrutura da ferrovia não foi capaz de atender a ampliação da demanda regional, pois, além da demora para realizar a baldeação das cargas, muitas vezes os vagões eram retidos ou extraviados, com prejuízo para os comerciantes e consumidores anapolinos. Segundo França (1974, p. 654):

> A via férrea, de bitola estreita e com composições em número reduzido, era insuficiente para a exportação dos volumes estocados. Além disso, a relativa velocidade das locomotivas, as baldeações de cargas, as retenções de vagões pela articulação de mercadorias, afetavam tanto a exportação como a importação de bens.

Dessa maneira, aos poucos a ferrovia que era um sinal de progresso foi perdendo prestígio a partir da década de 1940, quando o racionamento de combustíveis gerado pela Segunda Mundial agravou ainda mais a situação. Tanto que em 1976, os trilhos foram retirados do centro da cidade até o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) onde se localiza o Porto Seco, (Fotos 3 e 4).

Fotos 3 e 4 – **Anápolis/GO** – Dois momentos da Estrada de Ferro Goiáz - a inauguração em 1935 e a retirada dos trilhos da parte central da cidade em 1976

Fonte: Museu Histórico de Anápolis (2007).

O segundo período, também, se destaca pelo significado de ruptura com as antigas estruturas e pela chegada do novo, preconizado pela Revolução de Trinta. Pois, com o Governo Vargas e seu interventor estadual, Pedro Ludovico Teixeira, implanta-se uma política de modernização que caracterizaria a formação do Estado Novo em Goiás. E, nessa perspectiva, influiu diretamente no processo de

desenvolvimento da cidade de Anápolis, o principal centro econômico estadual, uma vez que a cidade foi escolhida para sediar a base da política de “Marcha para o Oeste” que estabeleceu a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) na cidade de Ceres. Além dessa iniciativa, também impactaram o processo evolutivo da cidade a instalação da Delegacia Nacional do Café e a construção de Goiânia.

A presença da Delegacia Nacional do Café e, conseqüentemente, do Serviço Técnico do Café visava à melhoria técnica da produção e da qualidade do produto, mediante a instalação, nas cercanias da cidade, de campos experimentais, laboratórios e uma usina de despolpamento que beneficiava o café. Entretanto, a crise econômica do início do século XX, também, afetou a produção cafeeira e incentivou o desenvolvimento da rizicultura, uma produção que, nas décadas seguintes, desempenharia um papel relevante para a economia local. Com isso, a partir da década de trinta, os comerciantes anapolinos passaram a aglutinar as funções de armazenadores e beneficiadores da produção de arroz, fortalecendo economicamente a cidade de Anápolis, conforme destaca Simões, (1950, p. 110)

> Anápolis é um dos mais prósperos municípios de Goiás. (...) É o centro de convergência obrigatória de toda a produção de arroz do ‘Mato Grosso de Goiás’, (...) O arroz é transportado em caminhões para Anápolis, onde é beneficiado para então ser exportado pela Estrada de Ferro Goiás (grifo do autor).

A concentração dos interesses econômicos regionais em Anápolis possibilitou o desenvolvimento das obras de infra-estrutura e a valorização das terras, mencionadas anteriormente, além de inclusive, em 1934, foi instalado o primeiro banco na cidade, denominado Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e, em 1940, comerciantes locais inauguraram, “com capitais próprios” o que seria o “primeiro banco genuinamente goiano” (SILVA, 1997, p. 86), o Banco Indústria e Comércio de Goiás.

Porém, com a construção de Goiânia, transformada em capital do Estado em 1937, iniciaram as relações de competitividade comercial e política entre Anápolis e Goiânia; um aspecto que foi ilustrado na discussão sobre o melhor local para a instalação da capital, conforme apresenta Guimarães (1949, p. 31): “É Anápolis, e não Goiânia, que exerce a função pioneira”. Com essa afirmativa o autor salientava a importância da cidade, para o contexto regional e nacional, uma vez que Anápolis

dispunha de infra-estrutura capaz de atender às necessidades administrativas do governo estadual, fato que não foi considerado. Pois, a construção de Goiânia possuía um caráter simbólico de ruptura com as “velhas” práticas oligárquicas dos grandes proprietários rurais e a chegada do “novo”, representado pelo Governo Vargas.

Em síntese, o processo de construção de Goiânia gerou para Anápolis: num primeiro momento, o aumento da demanda por materiais de construção e esse fato impulsionou as indústrias cerâmicas da cidade; depois, o processo de drenagem da renda local através dos impostos e do desenvolvimento do comércio na capital, provocando a redução da influência regional de Anápolis. Inclusive, para Estevam (1998, p.137) “enquanto Anápolis monopolizava o transporte ferroviário e servia-se das relações circunvizinhas, Goiânia valeu-se de ligações rodoviárias com o Sudeste do país e da sua condição de centro-administrativo estadual”.

Todavia, se por um lado a intervenção política do governo estadual contribuiu para a construção de Goiânia, gerando a competitividade comercial com Anápolis; por outro lado, a política de expansão e integração desenvolvida pelo Governo Vargas favoreceu o desenvolvimento de novas áreas de influência para Anápolis, em direção do interior do Estado de Goiás, no Vale do Rio São Patrício, onde se instalou a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), conforme observa Waibel (1947, p. 6):

> O espírito pioneiro, por conseguinte, se expande da frente ativa para a retaguarda, ao longo das estradas de comunicação até a base principal. E esta base é Anápolis, o grande ‘depósito’ da faixa pioneira do sul de Goiás. O povoamento de Anápolis não foi conseqüência da estrada de ferro, mas é consideravelmente mais antigo.

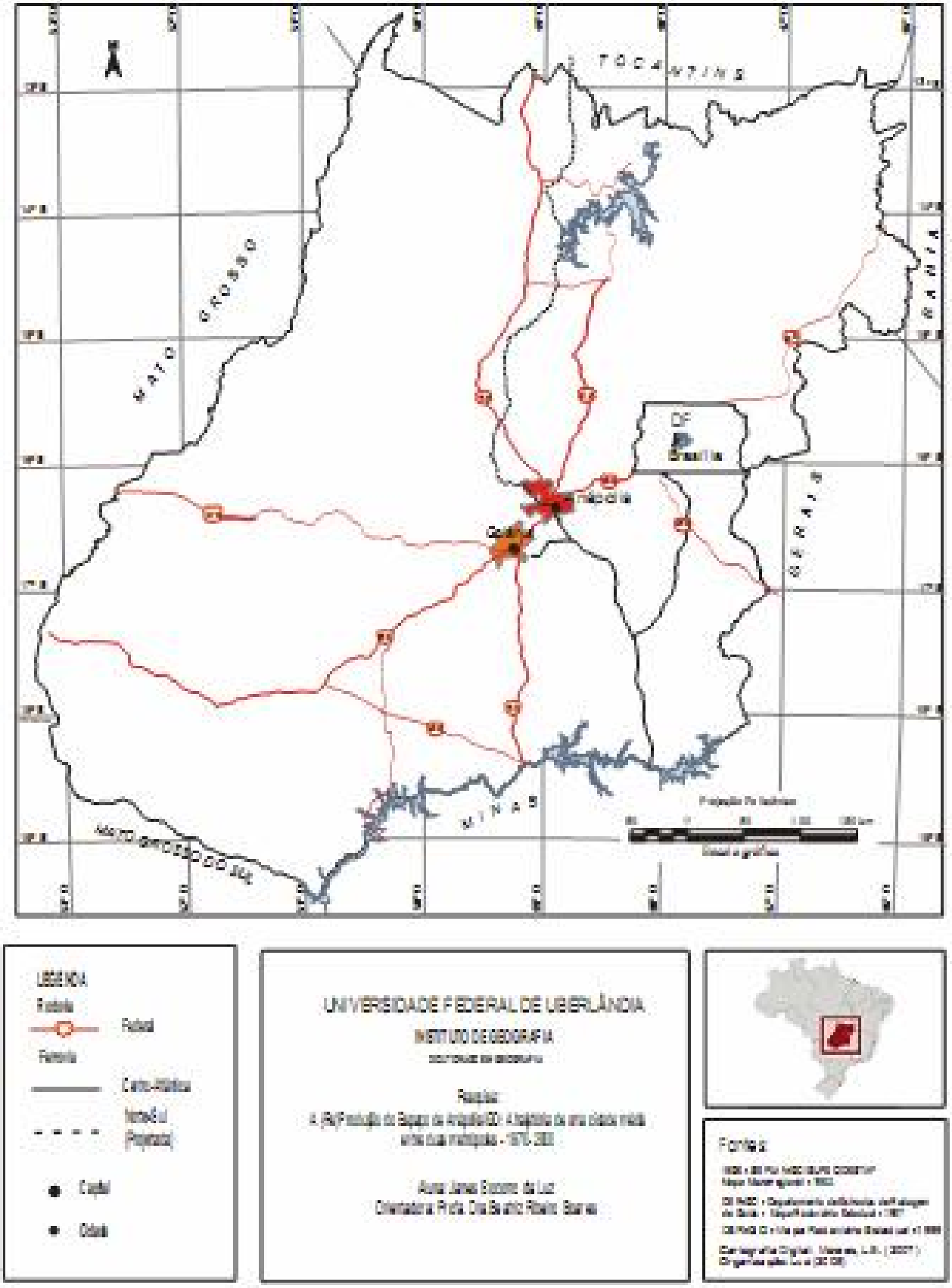
Ao longo das décadas de 1940 e 1950, mesmo com as dificuldades oriundas do período da Segunda Guerra Mundial, destacam-se dois exemplos que caracterizam a relevância de Anápolis no contexto regional: o primeiro, refere-se ao desenvolvimento do transporte aéreo na cidade, transformada em escala para vôos entre o Rio de Janeiro e Miami e, depois, em escala de vôos domésticos entre o Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão; o segundo, relaciona-se com a abertura das primeiras emissoras de rádio na cidade, a Rádio Carajá (1946) e a Rádio Impressa (1959). Os exemplos demonstram que existia um dinamismo interno que destacava a cidade no cenário regional, além de caracterizar a expansão das infra-

estruturas técnicas de transporte e comunicação, essenciais para o processo de acumulação do capital. Um dinamismo impregnado de otimismo com relação ao futuro da cidade que se observa na visão dos anapolinos na época do cinqüentenário da cidade em 1957, apresentado no editorial da Revista A Cinqüentenária (1957):

> Os anapolinos do futuro, por certo, serão milhões. Grandes jornais, grandes revistas, com monumentais oficinas, montadas em gigantescos edifícios, iluminados com a energia do átomo, farão por certo uma extraordinária festa para comemorar o centenário de Anápolis, com aparelhos de velocidade supersônica[sic] cortando os céus citadinos, veículos atômicos e objetos estranhos circulando por ruas calçadas por pisos plásticos, imprensadas entre arranha-céus que atingirão as nuvens...

No início da década de 1960, inaugurou-se o terceiro período no processo de desenvolvimento de Anápolis. Um período emblemático para a compreensão da dinâmica local e regional, pois, caracteriza-se pela introdução de novos elementos que impulsionaram a transformação e refuncionalização das estruturas internas. Um deles se alia ao processo de planejamento e edificação de Brasília, pois, conforme Santos (1981, p. 90) o “nascimento de Brasília foi marcado, primeiramente, pela criação de uma dupla infra-estrutura: transporte e energia”. Ao mesmo tempo, em função dos impactos desse projeto sobre a dinâmica regional, Egler (1996, p. 201) destaca que “o papel das cidades se ampliou e se diversificou, seja como suporte logístico e financeiro à agricultura, seja como centros de processamento industrial, comercialização e gestão do complexo agro-industrial”.

Por sua vez, a cidade de Anápolis que se encontra posicionada de forma estratégica no entroncamento das rodovias BR 060, BR 153 e BR 414, consolidou-se na função de entreposto e base logística regional (Mapa 14). Um aspecto, destacado por Santos (1981, p. 91) ao observar que “Anápolis foi o grande centro de transbordo e de entreposto” durante o processo de construção de Brasília.



Mapa 14 - **Estado de Goiás**: localização estratégica de Anápolis entre Goiânia e Brasília.

Por sinal, a abertura de rodovias para ligar a nova capital às diferentes partes do país foi uma iniciativa que alavancou a economia regional, uma vez que essas rodovias atravessam o território goiano, o que o beneficia de forma direta e indireta. Inclusive, de acordo com Barbosa, Neto e Gomes (2004), um exemplo contundente desse fato é a rodovia Belém-Brasília, a BR 153, cujo traçado constitui uma coluna ou dorsal ao longo da qual surgiram dezenas de cidades em Goiás e Tocantins, também, outras cidades viram suas economias renovadas com a passagem da mesma. E, acrescentam (BARBOSA, NETO e GOMES, 2004, p.79)

> No Tocantins, a BR 153 é mais que espinha dorsal que dá sustentação e viabilidade econômica e social ao seu território, porque ela é causa direta do seu desenvolvimento e crescimento urbano e até mesmo da criação do estado. Podemos afirmar sem nenhum constrangimento que o estado do Tocantins é "filho" da Belém-Brasília (grifo dos autores).

O caso das rodovias representa uma parcela, importante das alterações que ocorreram no território goiano, pois, além da ampliação das redes técnicas, a região atraiu fluxos migratórios de todo o país, provocando um significativo crescimento demográfico (Quadro 7). No geral, a região de Anápolis e Goiânia que concentrava 20,17% da população da Região Centro-Oeste em 1970, passou a concentrar 44,01% em 2007, de acordos com dados do IBGE.

Área/Localidade	**População Total**		
	1970	**2000**	**2007**
Anápolis	105.029	288.085	325.544
Goiânia	380.773	1.093.007	1.244.645
Região metropolitana de Goiânia	-	546.509	838.230
Brasília	537.492	2.051.146	2.455.903
Região Integrada em Goiás (RIDE)	**-**	810.701	955.097
Total	**1.023.294**	**4.789.448**	**5.819.419**
Goiás	**2.938.029**	**5.003.228**	**5.647.035**
Centro-Oeste	**5.072.530**	**11.636.728**	**13.222.854**

Quadro 7 - **Anápolis/GO**: Crescimento absoluto da população regional entre 1970 e 2007.

Fontes: IBGE, Censos Demográficos (1970 e 2000); Contagem da População e Estimativas (2007). Secretaria de Planejamento de Goiás (SEPLAN/SEPIN) Disponível em: < http://www.seplan.go.gov.br/sepin> (acesso em set./2008).
Organização: Luz (2009)

Porém, a expansão das metrópoles, Goiânia e Brasília, provoca a constrição da área de influência de Anápolis e gera relações de competitividade que afeta a dinâmica local nos segmentos comercial e industrial. Dessa forma, nas últimas décadas diversas iniciativas, conforme discutiremos a seguir, surgiram com o objetivo de alavancar a economia anapolina, principalmente, as ligadas com as atividades que se beneficiam da localização privilegiada da cidade para atrair novos investimentos.

Outro aspecto relevante articulado ao processo evolutivo da cidade, pós-década de 1960, relaciona-se com a modernização da atividade agrícola que transformou as estruturas técnicas e produtivas em Goiás e que contribuíram para sua industrialização e urbanização. Pois, de acordo com Castro (2004), o Estado de Goiás que era conhecido, até então, pela ênfase nas atividades agrícolas inicia um processo de preparação para industrialização com a criação de uma superintendência de distritos e áreas industriais para orientar e coordenar a política industrial estadual em consonância com as estratégias do Governo Federal preconizadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), Steinberger e Bruna (2001). E, em 1973, essa superintendência dá lugar à Companhia dos Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL), instituída no governo de Leonino Ramos Caiado e, a partir desse momento, foram tomadas as primeiras providências para a construção do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). Com isso, os investimentos no setor industrial contribuíram para transformar a cidade de Anápolis em um dos mais importantes centros industriais da Região Centro-Oeste.

Nesse sentido, a cidade de Anápolis que tem sua história alicerçada em uma forte tradição comercial, insere-se em uma nova etapa de desenvolvimento na qual a indústria passa a desempenhar um papel relevante na geração de riquezas. De início, trata-se de um processo que está articulado com a modernização agrícola em curso e com os interesses locais, depois, na esteira da descentralização industrial do país, a economia se diversifica e atrai novos investimentos, tanto para o setor industrial, no segmento de transformação, como para os segmentos comerciais e de serviços.

A cidade se reestrutura e desenvolve novos papéis ou funções, especializa-se e, conforme aponta Arroyo (2006), estabelece uma vida de relações que são, cada vez mais, multidimensionais, englobando áreas cada vez maiores de atuação, como

é o caso da Região de Planejamento do Centro Goiano (Eixo da BR 153), inicialmente analisada no capítulo anterior.

Inclusive, na década de 1970, a análise empreendida pelo IBGE para caracterizar a dinâmica urbana na Região Centro-Oeste, estabeleceu uma tipologia que agregava quatro categorias para classificar os centros urbanos[1], utilizando para diferenciá-las a deficiência, ou não, de infra-estrutura. Nesse sentido, chama atenção a categoria das "Cidades Comerciais e de Serviços com Boa Infra-Estrutura" (GUIMARÃES, 1977, p.340), integrando dois grupos: o primeiro formado por Campo Grande e Cuiabá, compondo um sistema urbano articulado ao Estado de São Paulo; e, o segundo, sob a influência de Goiânia, agregava os subsetores de Anápolis, Brasília, além das cidades menores que se estendiam do sul ao norte goiano e leste mato-grossense.

A cidade de Anápolis, por sua vez, se destacava pelo papel de centro regional que atuava em uma "área de 392.460 km^2, servindo uma população de 1.110.072 habitantes [..] área constituída por 88 municípios" (GUIMARÃES, 1977, p. 341). Ou seja, sua área de atuação alcançava cidades no Tocantins (Porto Nacional, Gurupi e Araguarína), Maranhão (Carolina) e o oeste da Bahia (Santana). Porém, com o passar do tempo, a ampliação da área de influência de Brasília e a consolidação de Goiânia reduziram, significativamente, a área de influência de Anápolis.

Por sinal, passados vinte anos, um novo estudo desenvolvido, agora, pelo IBGE, IPEA e UNICAMP (1999) reafirmou a tendência de ampliação da área de influência das metrópoles próximas. Neste contexto, acrescenta ao referir-se à Anápolis:

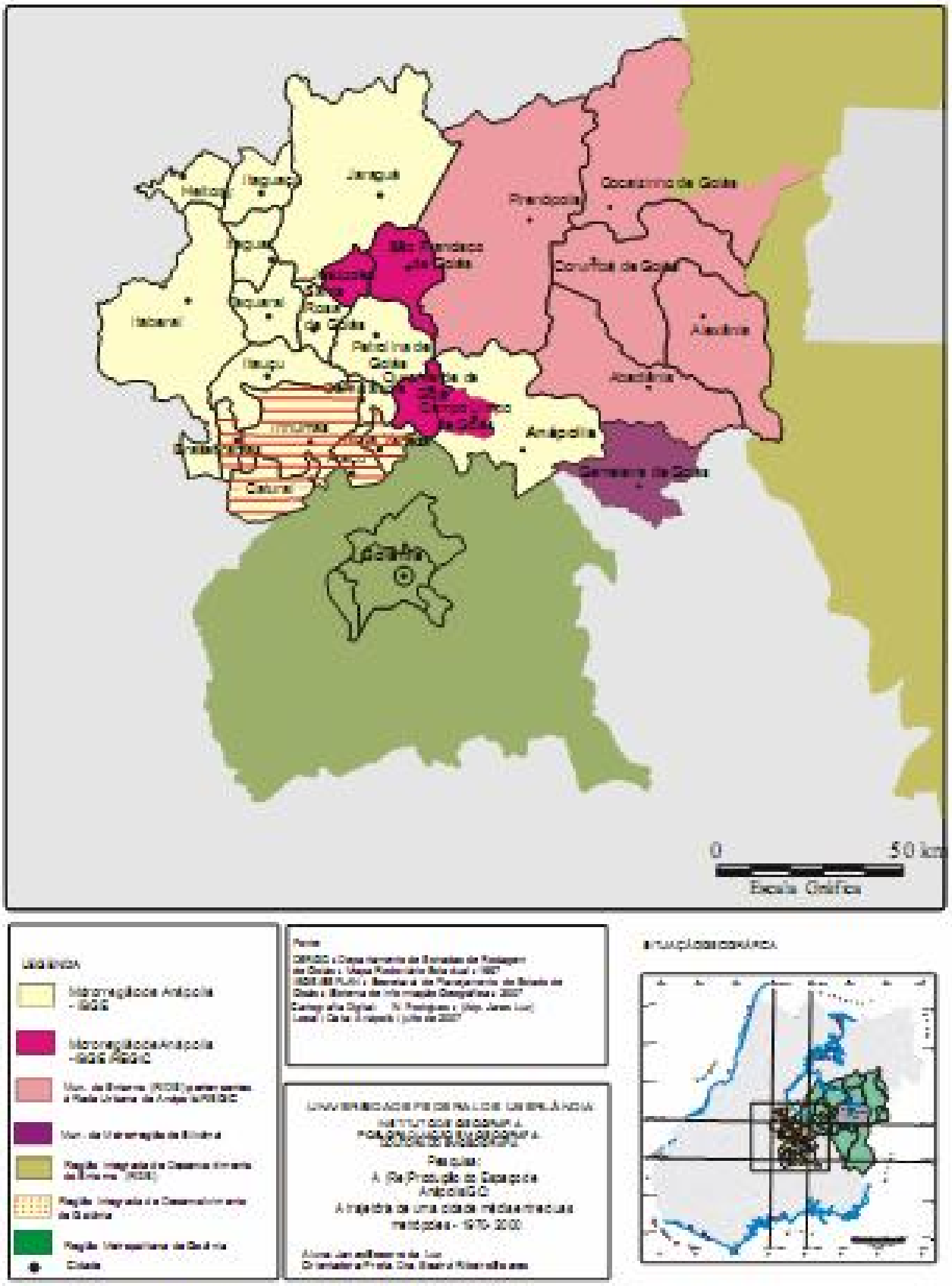
> Anápolis, principal entreposto atacadista do estado até os anos cinqüenta, foi o núcleo goiano que, pela proximidade com a nova capital, capitalizou o surto de desenvolvimento por ela suscitado, passando a exercer algumas funções estratégicas de apoio. Goiânia, por sua vez, carregando o trunfo de ser a sede administrativa do estado, consolidou-se como o mais importante núcleo regional do Centro-Oeste, reduzindo as vantagens da vizinha Anápolis (IDEM, 1999, p. 29).

---

[1] Cidades comerciais e de serviços com infra-estrutura deficiente;cidades industriais com infra-estrutura deficiente; cidades mistas; e, cidades comerciais e de serviços com boa infra-estrutura, Guimarães (1977).

A área de influência de Anápolis, conforme o estudo supracitado, se restringiria a uma área direta de influência que abarca municípios distantes cerca de 50 km da cidade, como é caso de: Nova Veneza, Ouro Verde, Damolândia e Goianápolis. Ou seja, uma área muito diferente da citada por Guimarães (1977), pois, corresponde a 5% do número anterior de municípios e compreende, apenas 2,16% do número de habitantes.

A pesquisa sobre as Regiões de Influência das Cidades, IBGE (2007), cita como municípios articulados à Anápolis: Abadiânia, Alexânia, Campo Limpo de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Gameleira de Goiás, Jesúpolis, Ouro Verde de Goiás, Pirenópolis e São Francisco de Goiás. Ou seja, também são municípios próximos, porém, que compõem, além da Microrregião de Anápolis, a Região Metropolitana de Goiânia, Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (Ride) e a Microrregião de Silvânia, (Mapa 15).



Mapa 15 - **Anápolis (GO)**: municípios que integram a área de influência da cidade, 2008

3.2. A cidade de Anápolis na escala interurbana

A partir da análise sobre o contexto histórico e espacial anapolino é possível perceber que a área na qual a cidade está localizada tem se transformado de forma rápida e abrangente, envolvendo outras localidades que com ela se relacionam. Inclusive, de acordo com Soares e Bessa (1999, p. 13):

> Essas transformações recentes permitem-nos pensar numa redefinição dos papéis urbanos, tanto no que se refere à metrópole e sua região como no que diz respeito às cidades grandes e médias, que passam a constituir pólos regionais ou metrópoles regionais, assim como com relação às pequena cidades do campo.

Essa correlação exprime uma complexidade maior de interações e envolve diferentes níveis hierárquicos, ao mesmo tempo em que demonstra a importância de compreender a cidade média em um contexto que abrange, também, a inserção da dimensão temporal na análise. Dessa forma, a partir dessas proposições, é possível perceber a importância de compreender o contexto espacial no qual a cidade de Anápolis se insere, considerando as múltiplas dimensões ou escalas que alcança, pois, de acordo com Sposito (2006, p. 146):

> Além disso, conforme formações socioespaciais em que se inserem essas cidades médias, no decorrer de suas histórias podem ter se alterado seus papéis, ou seja, desde suas gêneses elas podem ter pertencido a contextos regionais diversos, conforme mudanças relativas aos papéis econômicos desempenhados por determinados territórios, em uma economia dependente no âmbito do capitalismo internacional, como é o caso da brasileira.

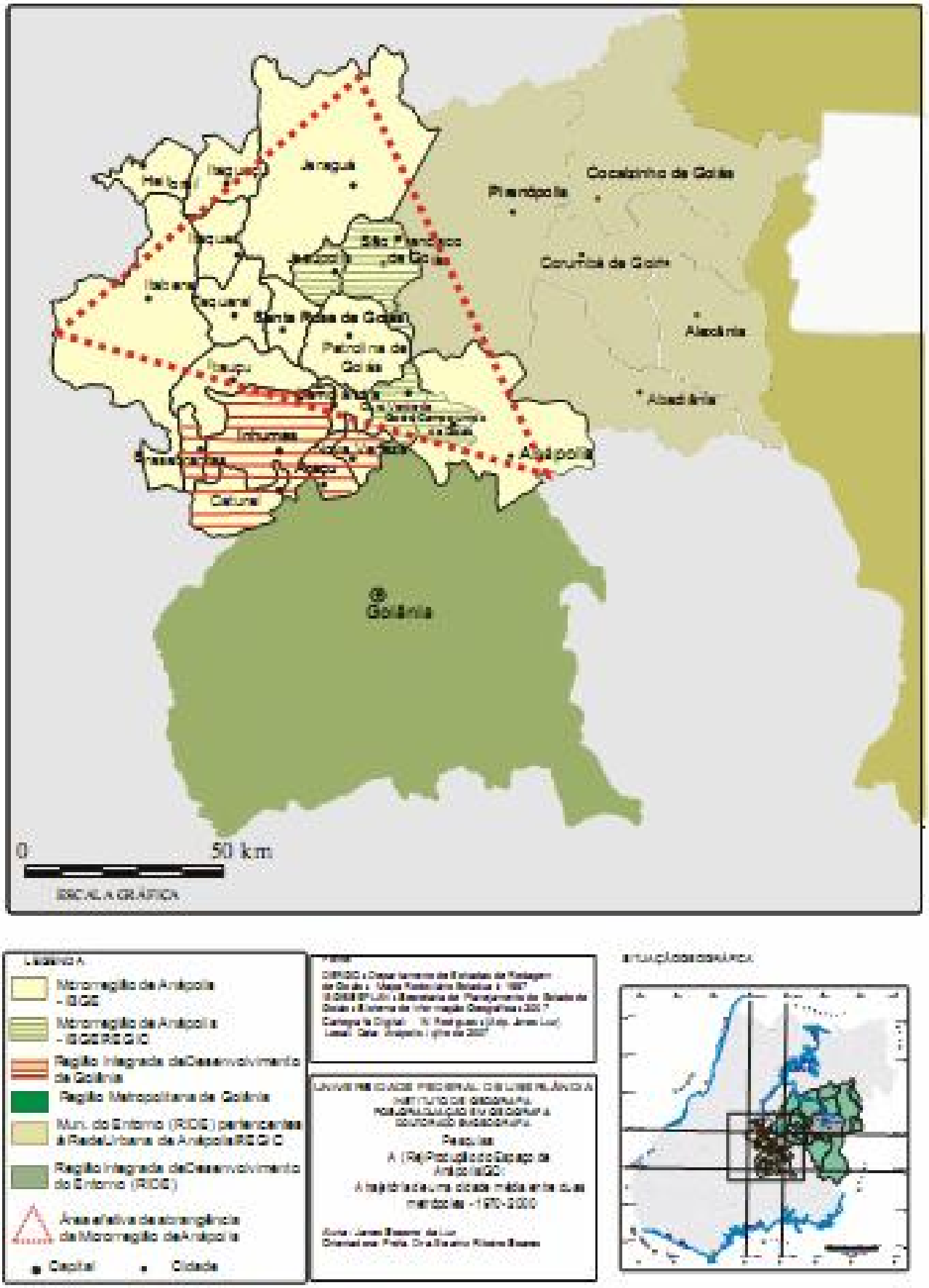
Na sequência do capítulo, desenvolve-se a análise do contexto espacial no qual se insere a cidade de Anápolis, utilizando como referência inicial as divisões regionais de mesorregião e microrregião, apresentadas no capítulo anterior, ao mesmo tempo em que, também, relaciona a inserção da cidade em uma escala interurbana mais ampla definida pela Região de Planejamento do Centro Goiano. Porém, também analisa os novos recortes territoriais que surgem a partir da atuação da cidade como centro de decisão na esfera regional, configurando novos espaços de influência, contínuos e descontínuos. Além disso, destaca a cidade média na intersecção entre o local e o global e a produção da fluidez territorial.

3.2.1. A configuração territorial da Microrregião de Anápolis: a presença de subespaços

Originalmente, a Microrregião de Anápolis é formada por vinte municípios que se originaram do desmembramento dos municípios de Goiás (Itaberaí) e de Pirenópolis (Jaraguá e Anápolis), antiga Meia Ponte, municípios que têm sua história ligada aos primórdios da formação política e administrativa de Goiás. E, a partir desses dois municípios se configuraram os territórios dos municípios de Jaraguá, Itaberaí e Anápolis que foram instituídos, ainda, no século XIX.

Nessa direção, os demais municípios que compõem a microrregião surgiram ao longo do século XX da fragmentação dos territórios de Anápolis, Jaraguá e Itaberaí. Porém, inicialmente, é necessário observar que nesta microrregião existem municípios que compõem, atualmente, a Região Integrada de Desenvolvimento de Goiânia (RIDG), criada pela Lei Complementar Estadual No. 27 de 30 de dezembro de 1999, portanto, que possuem uma ligação mais efetiva com aquela cidade. Tais municípios, por sua vez, agregam um subespaço que se distancia da cidade de Anápolis, são eles: Inhumas, outro município que se destaca no contexto microrregional; e, também, Brazabrantes, Damolândia, Nova Veneza e Caturaí.

Além desses municípios, destacam-se Jaraguá e Itaberaí pela dinâmica econômica e demográfica que apresentam e que constituem pólos em seus respectivos subespaços. Ao mesmo tempo, possuem uma posição estratégica na microrregião, Itaberaí na GO 070, Jaraguá na BR 153 e, indiretamente, na GO 080, formando com Anápolis, base da BR 153, uma triangulação que engloba em seu interior grande parte dos outros municípios desta microrregião, no interior desse triangulo se localizam os municípios da microrregião possuem uma ligação mais efetiva com a cidade, (Mapa 16). Portanto, na Microrregião de Anápolis encontram-se os subespaços formados pelos municípios da RIDG, além dos subespaços polarizados por Itaberaí e Jaraguá, este último mais articulado à Anápolis, o município sede da microrregião.



Mapa 18 – **Microrregião de Anápolis(GO)**: Municípios área efetiva de influência da cidade , 2008

Por fim, encontramos os municípios que surgiram a partir de sucessivas fragmentações territoriais, (ver Figura 10) que se desenvolveram em quatro grandes momentos: o primeiro entre 1931 e 1948 com 3 emancipações; depois, no período entre 1953 e 1958 com 8 emancipações, sendo que foram criados 72 municípios em todo o Estado neste período; o terceiro, corresponde ao ano de 1963, quando ocorreram 3 emancipações; e, por último, de 1989 até 2000, quando foram emancipados mais 3 municípios.

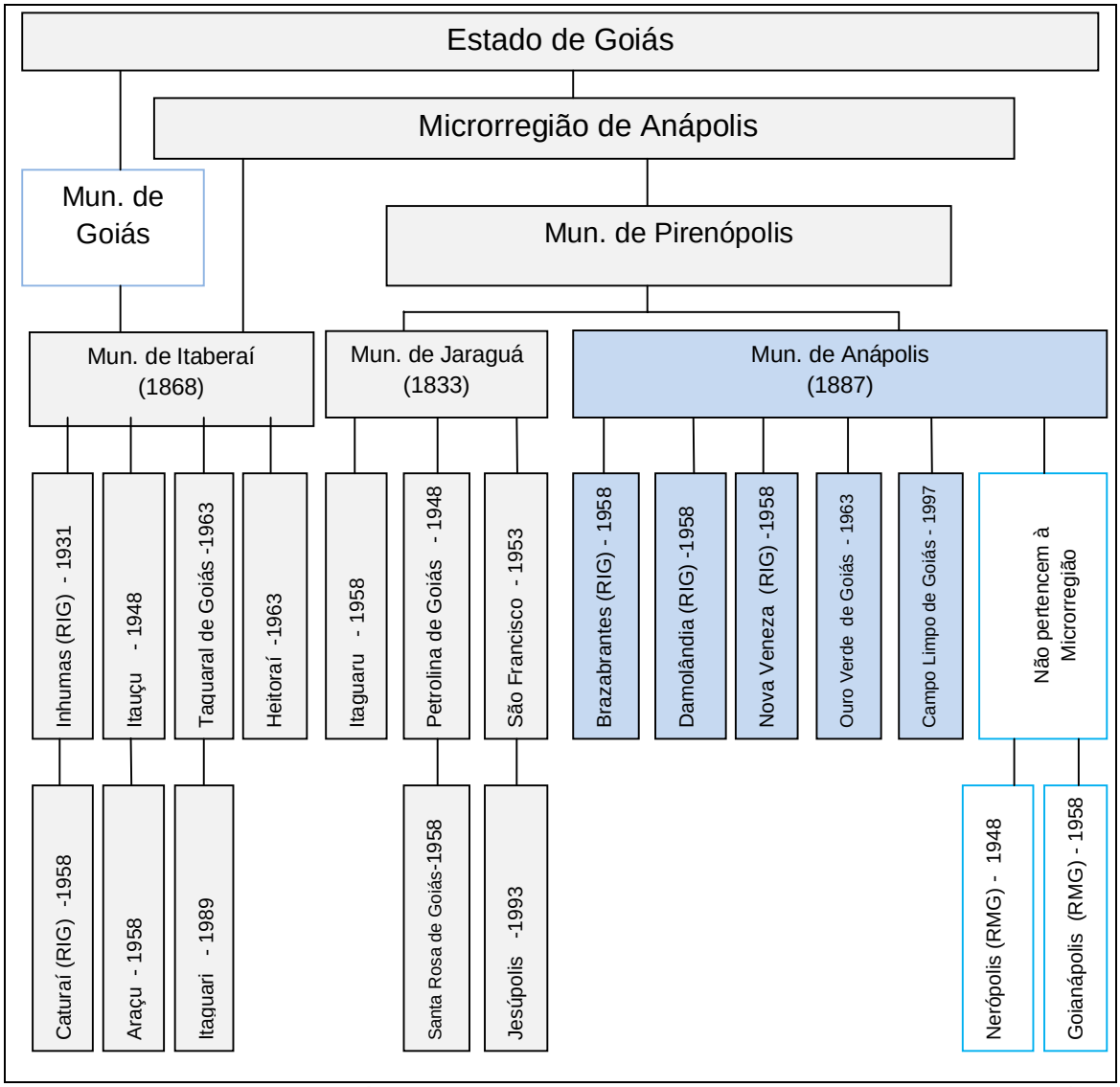


Figura 10 - **Estado de Goiás**: Fragmentação territorial na Microrregião de Anápolis de 1727 a 2000

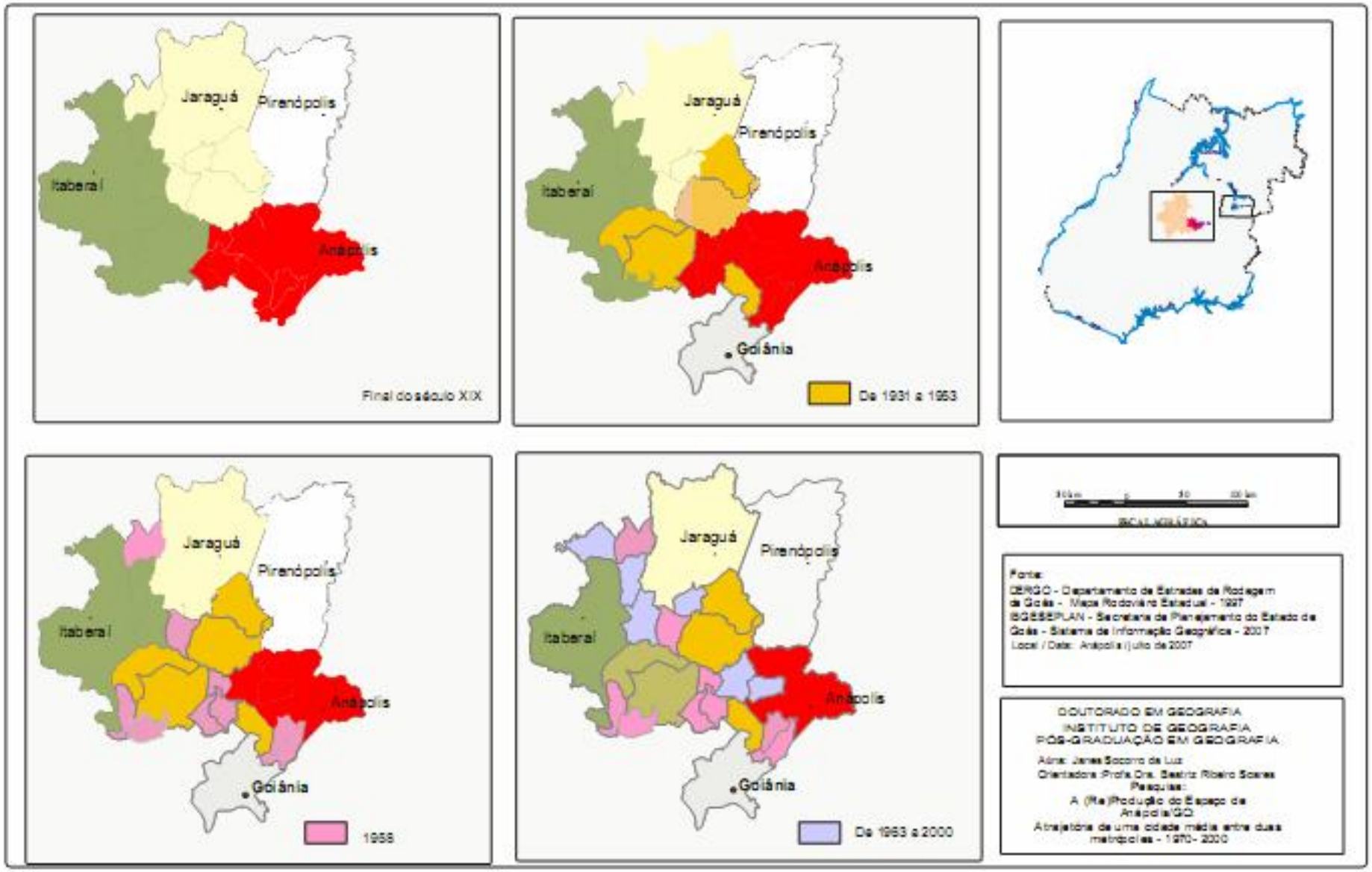
Fonte: SEPLAN/SEPIN (2009)
Organização: Luz (2009)

Para Freitas (1995), ao longo do tempo, o território do Município de Anápolis foi o que mais se fragmentou no conjunto entre os municípios que deram origem à Microrregião de Anápolis. Esse processo se iniciou com a emancipação de Nerópolis (1948) e, com isso, de uma área original de 2.096,5 km^2 passou para 1.891,6 km^2, depois, numa segunda leva de emancipações no ano de 1958, durante o governo de José Ludovico, foi a vez de Brazabrantes, Damolândia, Nova Veneza e Goianápolis, reduzindo a área para 1.288,6 km^2. Por fim, se emanciparam Ouro Verde e Campo Limpo, dessa forma, a partir de 2000, o município de Anápolis passou a contar com 918,375 km^2, significando uma redução de 56,4% do seu território, inclusive, desde 1999, Nerópolis e Goianápolis integram a Região Metropolitana de Goiânia, (ver Mapa 17).

A emancipação política que atribui identidade política a parcelas do território envolve diferentes expectativas, geralmente, ligadas ao interesse político eleitoral que objetiva consolidar na administração municipal lideranças locais e, para alcançar esse objetivo, evoca-se a possibilidade de melhoria de vida e de infra-estrutura, aspectos nem sempre satisfeitos. Pois, trata-se de um processo que envolve o interesse político dos grupos que disputam o poder na escala regional, por exemplo, no caso de Anápolis, em especial, ao considerar o quadro político pós-1947, Polonial (2007, p. 69) destaca sobre as emancipações territoriais:

> Essas emancipações fizeram aumentar o índice da população urbana e, também, a influência política de Jonas Duarte [candidato derrotado nas eleições de 1947], não sendo por acaso que ele foi eleito em 1960, embora a urbanização não tenha sido o único fator explicativo para a vitória do empresário anapolino (grifo nosso).

Ou seja, com as emancipações territoriais houve a tentativa de reduzir o poder dos grupos locais que se opunham ao governo, pois, as divergências políticas entre grupos oposicionistas e governistas sempre ocorreram na vida política local. Inclusive, entre 1957 e 1959, quando estava no governo estadual José Ludovico Teixeira, ocorreram 38 emancipações em todo o Estado de Goiás, sendo que desse total surgiram 4 novos municípios a partir do território anapolino, áreas que, por sinal, aglomeravam a oposição ao candidato governista à prefeitura municipal que venceu as eleições naquele ano, (POLONIAL, 2007). Porém, de acordo com Freitas (1995), mesmo assim, após a eleição do candidato governista, ocorreram as emancipações de Nova Veneza, Goianápolis, Brazabrantes e Damolândia.



Mapa 17 - **Microrregião de Anápolis**: Fragmentação territorial do final do século XIX ao inincio do século XX

Nessa perspectiva, a análise do processo de desenvolvimento de Anápolis e a respectiva consolidação como centro regional propicia a compreensão mais efetiva da dinâmica que envolve o exercício do comando regional da cidade, conforme discutimos em trabalho anterior, (LUZ, 2001). Além de subsidiar a discussão que envolve atuação de Anápolis na respectiva microrregião, apesar das disparidades internas que se verificam entre o município sede e demais componentes.

Aliás, essa disparidade reaparece de forma significativa nos dados relativos ao total da população, sendo que entre 1980 e 2007 ocorreu um acréscimo no número total da população anapolina de 80,8%. Enquanto, entre 2000 e 2007, na Microrregião de Anápolis, além da sede, apenas dois municípios apresentaram crescimento da população acima da média do Estado de Goiás, Brazabrantes e Jaraguá. Porém, em sete municípios ocorreu perda de população, principalmente, em Santa Rosa de Goiás e Araçu, -19,6% e -6% em respectivo, além de Petrolina de Goiás, Itaguari, Itaguaru, São Francisco de Goiás e Taquaral de Goiás. Entretanto, no caso de São Francisco de Goiás e Taquaral vale relembrar o desmembramento recente de seus territórios com a criação de Jesúpolis (1993) e Itaguari (1989). Ademais, considera-se que no conjunto dos municípios da Microrregião de Anápolis, 80% dos municípios possuem menos de 20 mil habitantes, bem distante da realidade anapolina que supera 300 mil habitantes, (Tabela 12).

Tabela 12 – **Microrregião de Anápolis**: Crescimento percentual da população total, 2000/2007

MUNICÍPIO	1980	2000	2007	Crescimento 2000/2007
Anápolis	180.012	288.085	325.544	13,0%
Araçu	3.908	4.127	3.880	-6,0%
Brazabrantes	2.241	2.772	3.142	13,3%
Campo Limpo de Goiás	-	-	5.596	-
Caturaí	3.899	4.330	4.477	3,4%
Damolândia	2.366	2.573	2.688	4,5%
Heitoraí	3.283	3.445	3.556	3,2%
Inhumas	31.430	43.897	44.983	2,5%
Itaberaí	25.822	27.879	30.609	9,8%
Itaguari	-	4.385	4.254	-3,0%
Itaguaru	7.130	5.696	5.467	-4,0%
Itauçu	9.770	8.277	8.710	5,2%
Jaraguá	36.559	33.284	38.968	17,1%
Jesúpolis	-	2.123	2.201	3,7%
Nova Veneza	5.083	6.414	6.884	7,3%
Ouro Verde de Goiás	3.844	4.358	4.430	1,7%
Petrolina de Goiás	12.153	10.381	9.864	-5,0%
Santa Rosa de Goiás	4.236	3.548	2.851	-19,6%
São Francisco de Goiás	9.427	6.028	5.713	-5,2%
Taquaral de Goiás	9.154	3.587	3.404	-5,1%
Microrregião	**350.317**	**465.189**	**517.221**	**11,2%**
Estado de Goiás	**3.860.174**	**5.003.228**	**5.647.035**	**12,87%**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 2000 e Contagem da População de 2007. SEPLAN/SEPIN (2008)

Organização: Luz (2009)

A disparidade interna entre Anápolis e os demais municípios que compõem a microrregião fica, ainda, mais evidente ao se considerar os percentuais de participação de cada município no PIB total da área em tela, nesse caso, temos 75,1% do total da microrregião produzido em Anápolis, enquanto, Inhumas, Itaberaí e Jaraguá em conjunto somam outros 16,5 %, ou seja, apenas esses municípios geram mais de 91% do PIB total, (Gráfico 14), sendo que no cálculo do PIB se considera a soma de produção nos principais setores da economia, além, da arrecadação de impostos no período considerado.

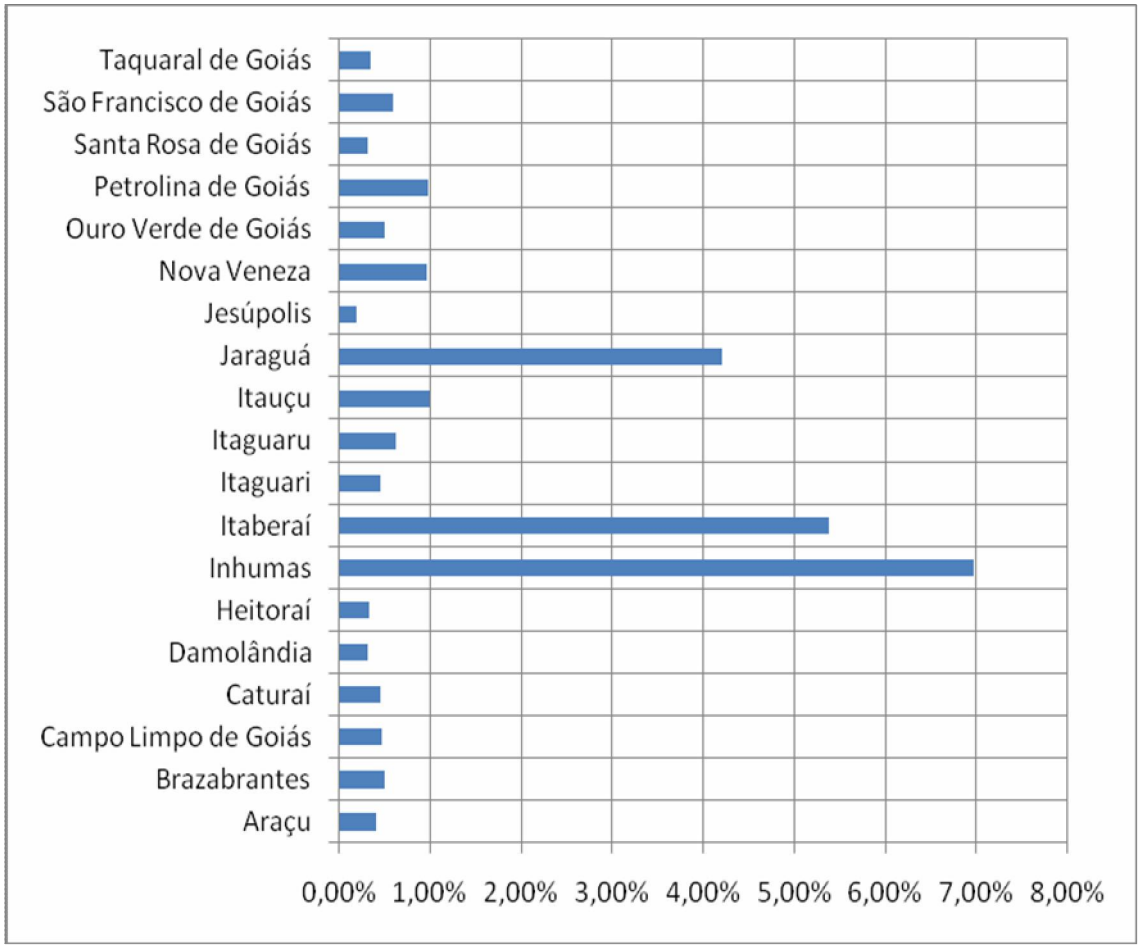


Gráfico 14 – **Municípios da Microrregião de Anápolis**: Produto Interno Bruto – 2006

Fonte: SEPLAN/SEPIN (2009). Disponível em <http://www.seplan.gov.go.br/sepin> (acesso em jan./2009)
Organização: Luz (2009)

* Não apresenta os dados de Anápolis

A base da economia microrregional se relaciona, principalmente, com as atividades agrícolas, destinada ao abastecimento da população e de indústrias situadas nas cidades circunvizinhas com destaque para a Região Metropolitana de Goiânia. Inclusive, em 70% dos municípios predomina a produção ligada à agricultura, com destaque para Brazabrantes e Ouro Verde, enquanto, na produção industrial aparecem, entre outros, Inhumas, Jaraguá e Nova Veneza, no que tange ao setor de serviços, em todos os municípios ele aparece com mais de 40%, criando uma uniformidade dentro da microrregião, (Gráfico 15).

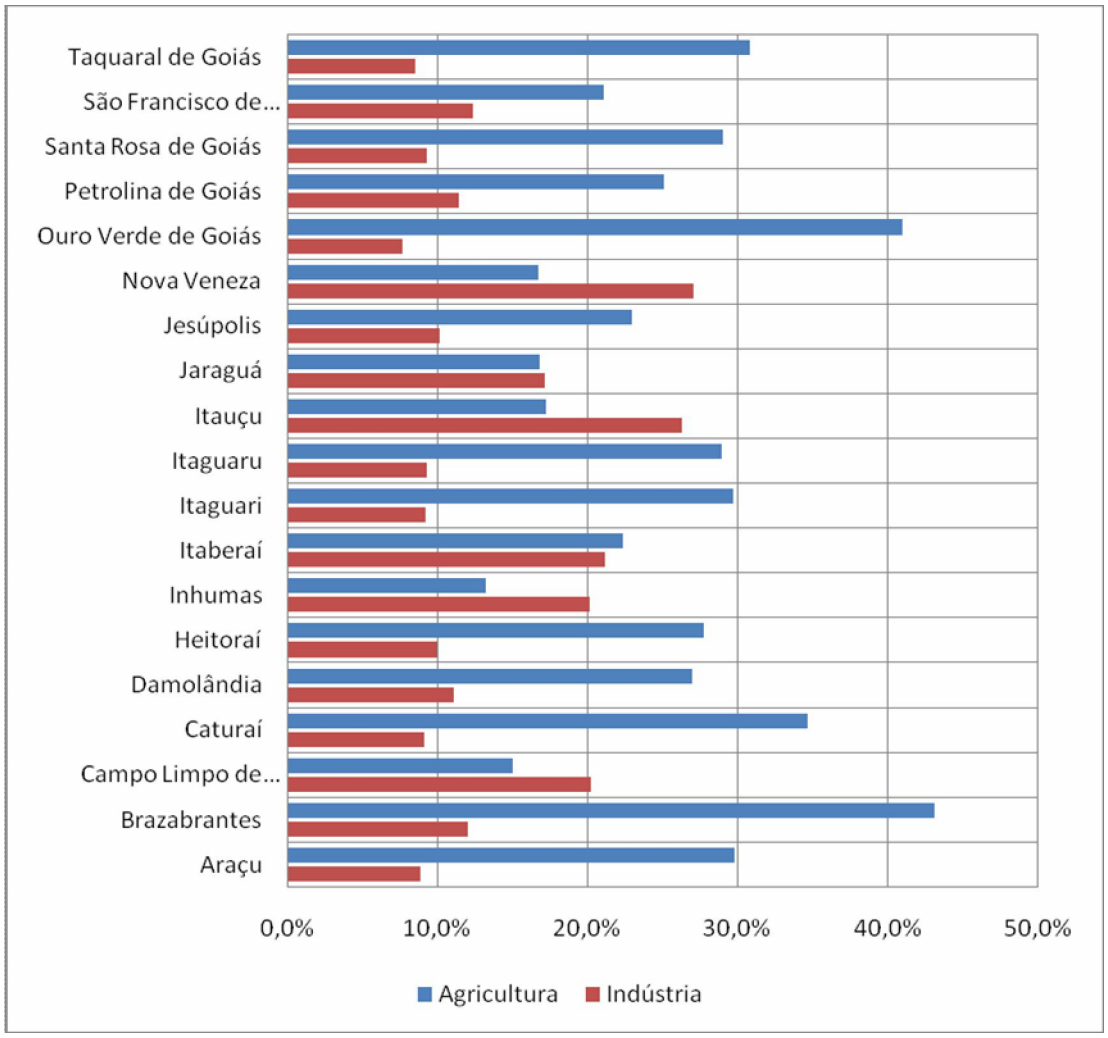


Gráfico 15 – **Municípios da Microrregião de Anápolis:** Valor adicionado ao Produto Interno Bruto pela agricultura e indústria em valores correntes -2006

Fonte: IBGE, Contas Regionais, (2009). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidade> (acesso em fev./2009)

* Não apresenta os dados de Anápolis

No caso, Anápolis concentra 82,7% da produção industrial e 74,8% da oferta de serviços, isso, considerando o total do valor adicionado por estas atividades ao PIB (valores correntes) produzidos pela Microrregião de Anápolis em 2006, de acordo com dados do IBGE (2009). Soares (2007, p. 489) ressalva:

> Nesse sentido, as cidades médias têm um importante papel a desempenhar em relação ao seu entorno, especialmente núcleos rurais e pequenos, pois têm a função de contribuir para a reabilitação econômico/social das pequenas cidades, uma vez que as diferenças entre cada cidade em relação ao seu entorno socioeconômico revelam, uma vez mais, a força do fator histórico e regional na conjuntura que as determinam.

Essa questão, torna-se ainda mais evidente na análise dos dados relativos à arrecadação de ICMS em 2008, de acordo com dados da SEPLAN/GO (2009). Enquanto Anápolis arrecada 91,7% de impostos, Inhumas, Itaberaí e Jaraguá somam 6,3%, o que significa 98% do total de ICMS da Microrregião, dado que, também, se relaciona com uma maior diversidade interna da economia e no maior mercado consumidor presente nessas cidades (Gráfico 16).

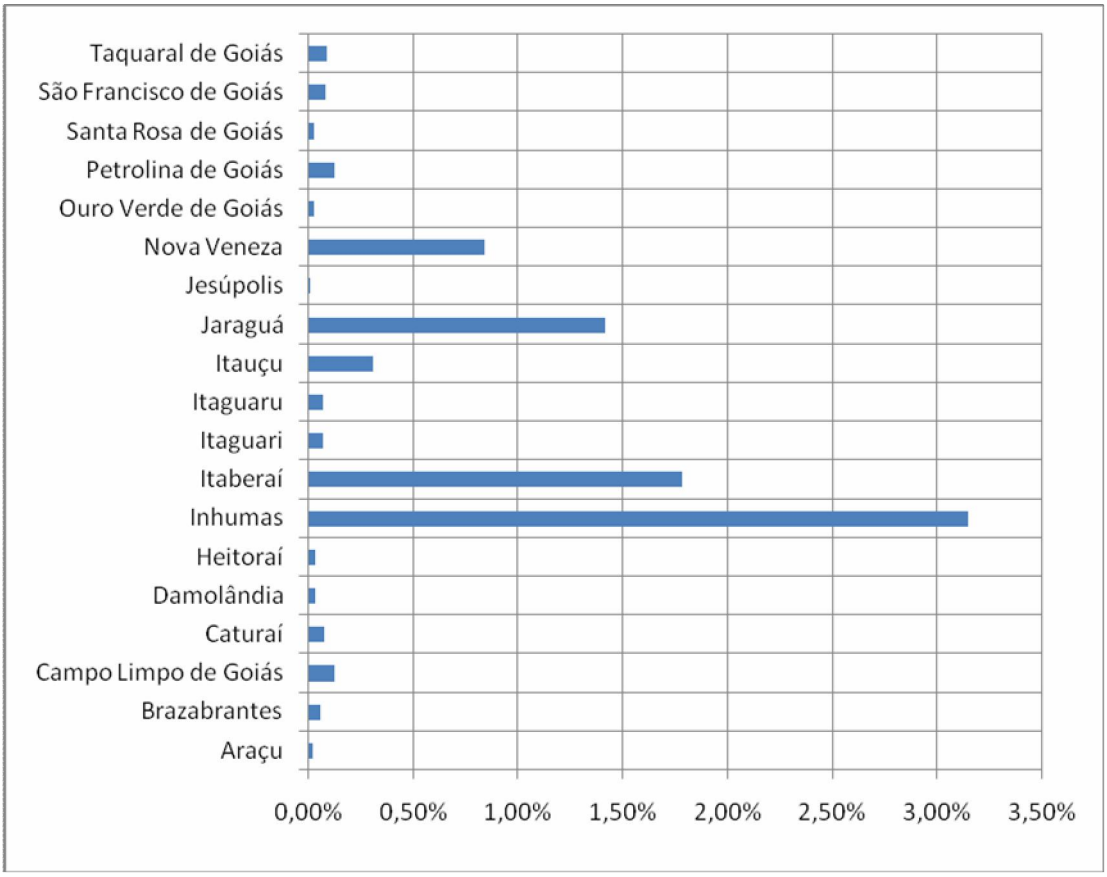


Gráfico 16 – **Municípios da Microrregião de Anápolis:** Arrecadação de ICMS em 2008

Fonte: SEPLAN/SEPIN (2009). Disponível em <http://www.seplan.gov.go.br/sepin> (acesso em jan./2009)
Organização: Luz (2009)

* Não apresenta os dados de Anápolis

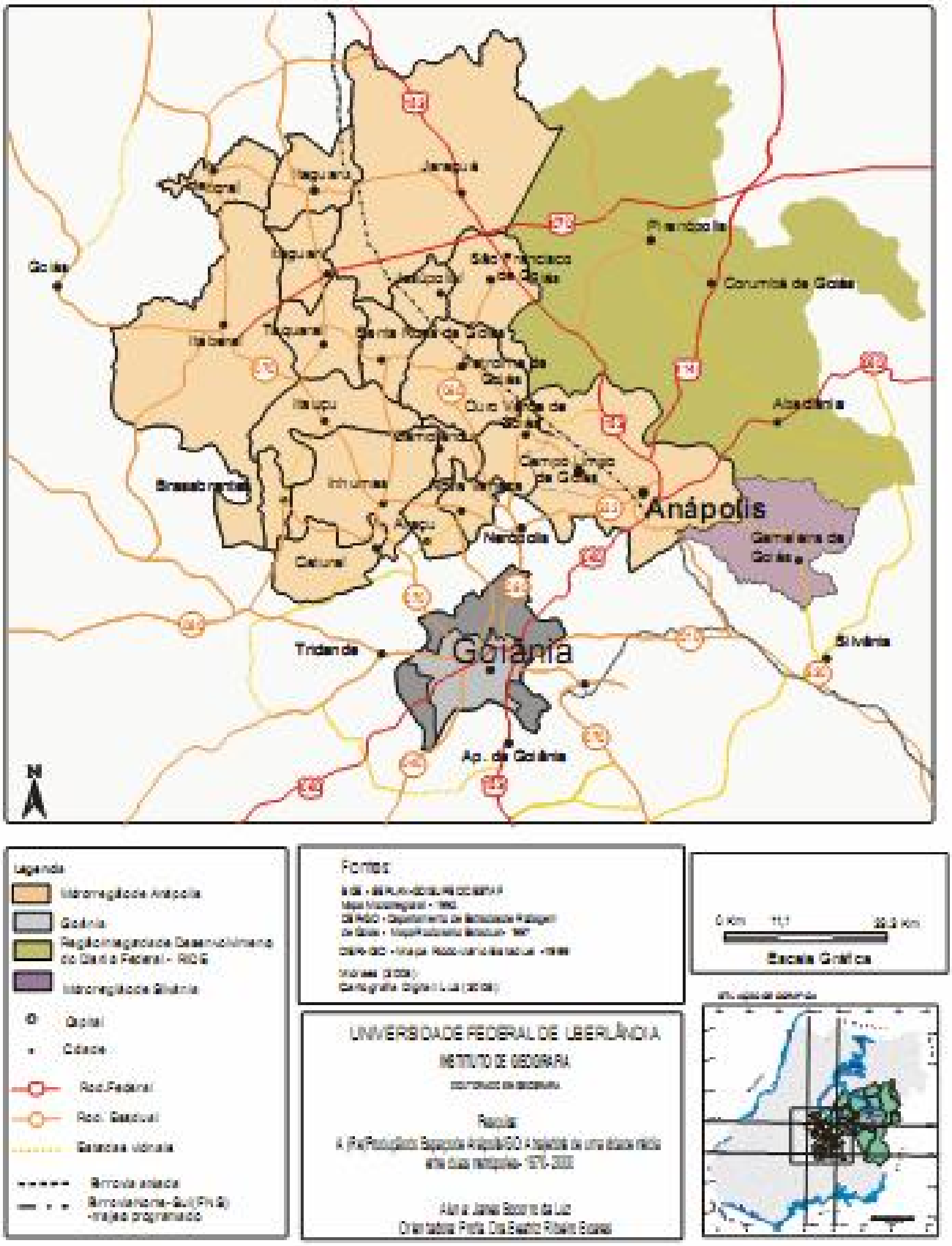
Dessa forma, reafirma-se a concepção que a Microrregião de Anápolis se estrutura da seguinte forma: pela presença de Anápolis, município sede que centraliza população e produção de riquezas; também, pela existência de subespaços formados pelos municípios de Itaberaí, Jaraguá e Inhumas, este último,

compondo a Rede Integrada de Desenvolvimento de Goiânia; e, finalmente, o conjunto dos pequenos municípios. A partir da análise realizada em campo e dos dados estatísticos da SEPLAN/GO e do REGIC (2007), percebe-se que a Microrregião de Anápolis se estrutura no sentido sul-norte, a partir da presença das rodovias estaduais e federal, ou seja, as GO 070 e GO 080 que se articulam de forma direta com Goiânia, além da BR 153 que possui como referência a cidade de Anápolis, (Quadro 8 e Mapa 18).

Rodovias Federais[1]	
	Descrição
BR 153	Pista duplicada no sentido Anápolis – Goiânia e no Anel Viário de Anápolis Sinalização e acostamentos normais
BR 060	Trecho duplicado entre Anápolis e Goiânia coincidente com a BR 153 Duplicada de Anápolis a Brasília Sinalização e acostamentos normais
BR 414	Pista simples, com sinalização e bom estado de conservação
Rodovias Estaduais[2]	
GO 330	Rodovia transversal que articula Anápolis com o sudeste goiano e a divisa de Minas Gerais no sentido sul. No sentido oeste, permite o acesso à GO 080 (Petrolina de Goiás), sendo, que no perímetro urbano o traçado da rodovia é interrompido, retornando na área do DAIA, saída da Bonfinópolis. Pista simples com problemas de conservação e sinalização. Acostamento irregular
GO 222	Rodovia diagonal que oferece outro acesso aos municípios da RM de Goiânia. Pista simples com problemas de conservação, sinalização e acostamento.

Quadro 8 – **Anápolis/GO:** Rodovias de acesso federais e estaduais - 2008

Fontes:
[1] DNIT (2008). Disponível em < http://www.dnit.gov.br> (acesso em set. /2008)
[2] Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP), 2008. Disponível em <http: //www.agetop.go.gov.br> (acesso em set./2008)
Organização: Luz (2008)



Mapa 18- **Microrregião de Anápolis**: Principais eixos rodoviários - 2007

Por sinal, conforme dados do REGIC (2007) relativos às ligações entre Anápolis e demais localidades da microrregião, no que tange, aos aspectos do lazer, saúde, compras e realização de cursos, surgem somente cidades situadas nos eixos da GO 070 e BR 153, além, dentre outras, de cidades da RIDE e Região Metropolitana de Goiânia. Em referência ao destino dos insumos agrícolas, a partir de Anápolis, se destacam como destinos Jaraguá, Petrolina de Goiás, Jesúpolis, Campo Limpo, Ouro Verde e Santa Rosa de Goiás. Novamente, tratam-se de localidades situadas ao longo do eixo da GO 080 e BR 153. Nesse sentido, verifica-se que as cidades do eixo da GO 080 e BR 153 possuem uma ligação maior com Anápolis que as localidades do Eixo da GO 070, como, por exemplo, no caso de Inhumas, conforme destacamos a seguir.

a. Localidades da Microrregião de Anápolis na área de abrangência do eixo da GO 070.

Nesse conjunto se encontram os municípios de Itaberaí, Caturaí, Araçu, Inhumas, Itauçu, Taquaral e Brazabrantes, além de Nova Veneza que se situa em uma parte intermediária, inclusive, exceto os dois últimos, todos os demais surgiram do desmembramento do território de Itaberaí, conforme destacamos antes. Entre todos, sobressaem os municípios de Inhumas, Nova Veneza e Itaberaí. Inhumas se sobressai na produção industrial e de serviços o que significa 57,5% de participação no PIB municipal e, junto com Nova Veneza apresentam o setor comercial e de serviços mais desenvolvido dentro da Microrregião, depois de Anápolis, mas, articulam-se através da GO 070 à Goiânia, (Fotos 5 e 6).

Fotos 5 e 6 – **Inhumas/GO**: Aspectos da área comercial na parte central da cidade, Av. Goiás e da Praça Belarmino Essado, 2007.
Fonte: Luz (2007)

Além, de uma estrutura comercial que conta com a presença de filiais de redes nacionais de comercialização de eletrodomésticos, a cidade possui agências bancárias (Caixa, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e HSBC), sedia uma Unidade Universitária da Universidade Estadual de Goiás e possui instalações de um distrito industrial, o Distrito Agroindustrial de Inhumas (DAÍ), neste segmento, possui destilaria, frigoríficos e laticínios.

Também, Itaberaí se destaca no segmento agroindustrial com a presença do Pólo Frigorífico São Salvador Ltda. (Super Frango) que integra abatedouro, fábrica de rações, incubadora, etc., agregando um conjunto de empresas complementares à produção e que impulsionam a avicultura no município. Trata-se de uma empresa que surgiu no início da década de 1970 e se configura como a maior geradora de empregos privados na cidade, (Foto 7).

Foto 7 – **Itaberaí/GO:** Entrada principal da empresa Abatedouro São Salvador (Super Frango), às margens da GO 070, 2007

Fonte: Luz (2007)

A rodovia GO 070 constitui um importante eixo que atravessa a cidade e acaba por estruturar seu sistema viário. Ao longo desta avenida, encontram-se lojas comerciais especializadas em produtos agropecuários, como adubos e rações, além de máquinas e implementos diversos, (Fotos 8, 9 e 10).

Fotos 8 e 9 – **Itaberaí/GO**: Rodovia GO 070, sentido norte e sul, que corta a cidade e se configura como eixo que estrutura a circulação interna da cidade, 2007

Fonte: Luz (2007)

Foto 10 – **Itaberaí/GO:** Empresa Somafértil, especializada na comercialização de máquinas agrícolas localizada na rodovia GO 070, 2007.

Fonte: Luz (2007)

Os demais municípios que agregam o subespaço de abrangência da rodovia GO 070, possuem uma economia pouco diversificada ligada ao setor primário. As pequenas cidades dessa área possuem uma rede de serviços básicos e dependem de forma direta dos serviços mais especializados presentes nos núcleos mais desenvolvidos das proximidades, conforme é possível visualizar nas imagens que apresentam exemplos de equipamentos e instalações que compõem a paisagem urbana nas sedes dos municípios, (Fotos 11 e 12; 13 e 14; 15 e 16; 17 e 18).

Fotos 11 e 12 - **Araçu/GO:** Área central da cidade e imagem a entrada principal do Hospital Municipal de Araçu, 2007.

Fonte: Luz (2007)

Fotos 13 e 14 - **Caturaí/GO:** Aspectos das sedes do poderes legislativo e executivo municipais, 2007.

Fonte: Luz (2007)

Fotos 15 e 16 - **Itauçu/GO**: Praça Ilete Bueno, centro de serviços com destaque para a Secretaria Municipal de Saúde e, também, a fachada do pronto socorro municipal, 2007.

Fonte: Luz (2007)

Fotos 17 e 18 - **Taquaral/GO**: Entrada principal do Hospital Municipal Doralice Galdino Rocha e da Prefeitura Municipal. 2007

Fonte: Luz (2007)

b. Localidades da Microrregião de Anápolis na área de abrangência do eixo da GO 080 e BR153

Neste subespaço encontramos os municípios de Jaraguá, São Francisco de Goiás, Jesúpolis, Petrolina de Goiás, Santa Rosa, Damolâdia, Ouro Verde e Campo Limpo de Goiás. Entre todos, destaca-se o município de Jaraguá, que centraliza um dos maiores pólos confeccionista do Estado de Goiás, com 561 empresas e que gera em torno de 10 mil empregos, (Revista Economia & Desenvolvimento, 2005, p. 43). Inclusive, nos últimos anos, ao desenvolver e comercializar marcas próprias o perfil desse setor se transformou com a redução da informalidade e ilegalidade, aspecto que projetava a cidade como centro da falsificação de marcas. Dessa forma, consolidou-se um arranjo produtivo local que agrega os segmentos ligados a produção têxtil, centralizados em Jaraguá, (Fotos 19 e 20; 21 e 22), porém, que se estende pelos municípios vizinhos, através das facções e da terceirização como, por exemplo, Jesúpolis e São Francisco de Goiás.

Fotos 19 e 20 – **Jaraguá/GO**: Aspectos da Avenida Bernardo Sayão, onde se localizam dezenas de lojas que revendem a produção do pólo confeccionista da cidade, 2007.

Fonte: Luz (2007)

Fotos 21 e 22 **– Jaraguá/GO**: Área central, Praça Sílvio de Castro Ribeiro, local de comercialização informal de confecções, ao lado se destaca a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha, 2007.

Fonte: Luz (2007)

Os demais municípios deste subespaço, também, possuem uma economia articulada ao setor primário e uma estrutura de serviço que dá suporte a essa atividade, porém, articulam-se de forma mais efetiva com os dois principais centros urbanos da área, Jaraguá e Anápolis. No geral, excetuando os principais municípios e Petrolina de Goiás, apesar da perda de população que este último apresenta, trata-se de municípios com deficiência de infra-estrutura e de uma rede adequada de

serviços capazes de atender à demanda interna, conforme é possível observar nas imagens que reproduzem aspectos da paisagem urbana nessas localidades, a sede do município se localiza as margens da GO 080, através da qual se articula à Goiânia e por meio de vias secundárias aos municípios de Ouro Verde de Goiás, Campo Limpo e, por fim, Anápolis.

Um exemplo, desse quadro se encontra em Campo Limpo de Goiás, emancipado do Município de Anápolis em 1997, neste município existem três escolas que totalizam 30 salas de aula para atender 1549, sendo 279 no ensino médio, além disso, depende da rede médico hospitalar dos municípios próximos, principalmente de Anápolis, pois não tem instalações hospitalares ou um posto melhor equipado para o atendimento da população, (Fotos 23 e 24; 25 e 26; 27 e 28; 29 e 30).

Fotos 23 e 24 - **Campo Limpo/GO:** Aspectos da área central da cidade, 2007.

Fonte: Luz (2007)

Fotos 25 e 26 - **Petrolina de Goiás/GO**: Área comercial ao longo da GO 070 e prédio onde se localiza a Prefeitura Municipal da cidade, 2007.

Fonte: Luz (2007)

Fotos 27 e 28 - **Ouro Verde de Goiás/GO**: Aspectos do comércio na parte central da cidade e o do terminal rodoviário, 2007.

Fonte: Luz (2007)

Fotos 29 e 30 - **Santa Rosa de Goiás/GO**: Terminal rodoviário e Hospital Municipal, 2007

Fonte: Luz (2007)

c. Municípios isolados, fora dos eixos das GO 070 ou 080

Os municípios de Itaguaru (1958) e Heitoraí (1963) se articulam através de vias secundárias aos centros urbanos de Itaberaí, do qual surgiram, e Jaraguá. Enquanto, Itaguari (1989) se liga a Taquaral, município do qual se emancipou, e a Jaraguá. Os três possuem uma estrutura que se assemelha aos demais pequenos municípios da Microrregião de Anápolis. Inclusive, Itaguaru e Itaguari apresentam redução de população e, em conjunto, com Heitoraí possuem uma economia, predominantemente, agrícola, (Fotos 31 e 32; 33 e 34; 35 e 36).

Fotos 31 e 32 - **Itaguaru/GO**: Aspectos da área central, Rua Antonio Lourenço de Sá e, também, do terminal rodoviário da cidade, 2007

Fonte: Luz (2007)

Fotos 33 e 34- **Itaguari/GO:** Rua José do Couto, área central, além do Centro de Saúde Dona Lia, 2007

Fonte: Luz (2007)

Fotos 35 e 36 - **Heitoraí/GO**: Hospital Municipal e instalações da prefeitura da cidade, 2007

Fonte: Luz (2007).

3.2.2 A Região de Planejamento do Centro Goiano: a área de expansão do Eixo da BR 153

A análise dos dados relativos ao desenvolvimento do Município de Anápolis e de sua atuação na esfera regional destaca a importância dos eixos rodoviários estaduais, no que tange à Microrregião de Anápolis, e federal no que se refere à RP do Centro Goiano na BR 153, Belém-Brasília, conforme destacamos antes, esta rodovia representa um eixo de fundamental importância para o desenvolvimento goiano. Nesse eixo, Anápolis possui uma posição privilegiada, configurando-se como porta de entrada para o norte do Estado de Goiás e Tocantins. Uma função que será, ainda mais, reafirmada com a finalização da Ferrovia Norte-Sul (FNS) que se conecta com a Ferrovia Centro-Atlântica em Anápolis.

Em conjunto, a FNS e a BR 153, comporão os principais eixos de circulação e escoamento da produção goiana, conforme destaca Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transportes do Estado de Goiás (PDTG/2007). Esses modais de transporte se articulam, na esfera nacional, aos corredores de exportação ligados aos portos de Santos e Tubarão, litoral da Região Sudeste; além do porto de Itaqui no Maranhão, litoral da Região Nordeste. Portanto, constituem as principais vias que propiciam que sejam exportados os produtos goianos, ao mesmo tempo em que viabilizam as importações necessárias para o desenvolvimento local.

No Estado de Goiás, estima-se que a área de influência da FNS abrangerá 130 municípios, ou seja, 52,8% do total dos municípios no estado, compreendendo 18,4 milhões de hectares de área, sendo que apenas 5,7% deste total estão sendo explorados pela agropecuária, enquanto, outros 43,5% correspondem à áreas cobertas por matas e florestas, segundo informações da SEPLAN (2008). Ainda, a partir de dados da SEPLAN (2008), dos 516 quilômetros de extensão da FNS em Goiás, 54% estão em obras, com a construção de pontes, aterros, túneis e, demais, elementos básicos de infra-estrutura, com destaque para o trecho urbano em Anápolis e que liga à Petrolina de Goiás, (Fotos 37 e 38). Inclusive, o Governo Federal divulga para 2010 a inauguração da FNS em Goiás, porém, estimativas do PDTG (2007), estabelece como possibilidade 2015 ou, mesmo, um período de quinze anos, ou seja, 2022.

Fotos 37 e 38 **– Estado de Goiás**: Abertura da FNS, trecho Anápolis-Petrolina de Goiás e na área urbana de Anápolis, trevo de saída para Goiânia e entrada para o DAIA, BR 060/153, 2009.

Fonte: Luz (2007) e (2009)

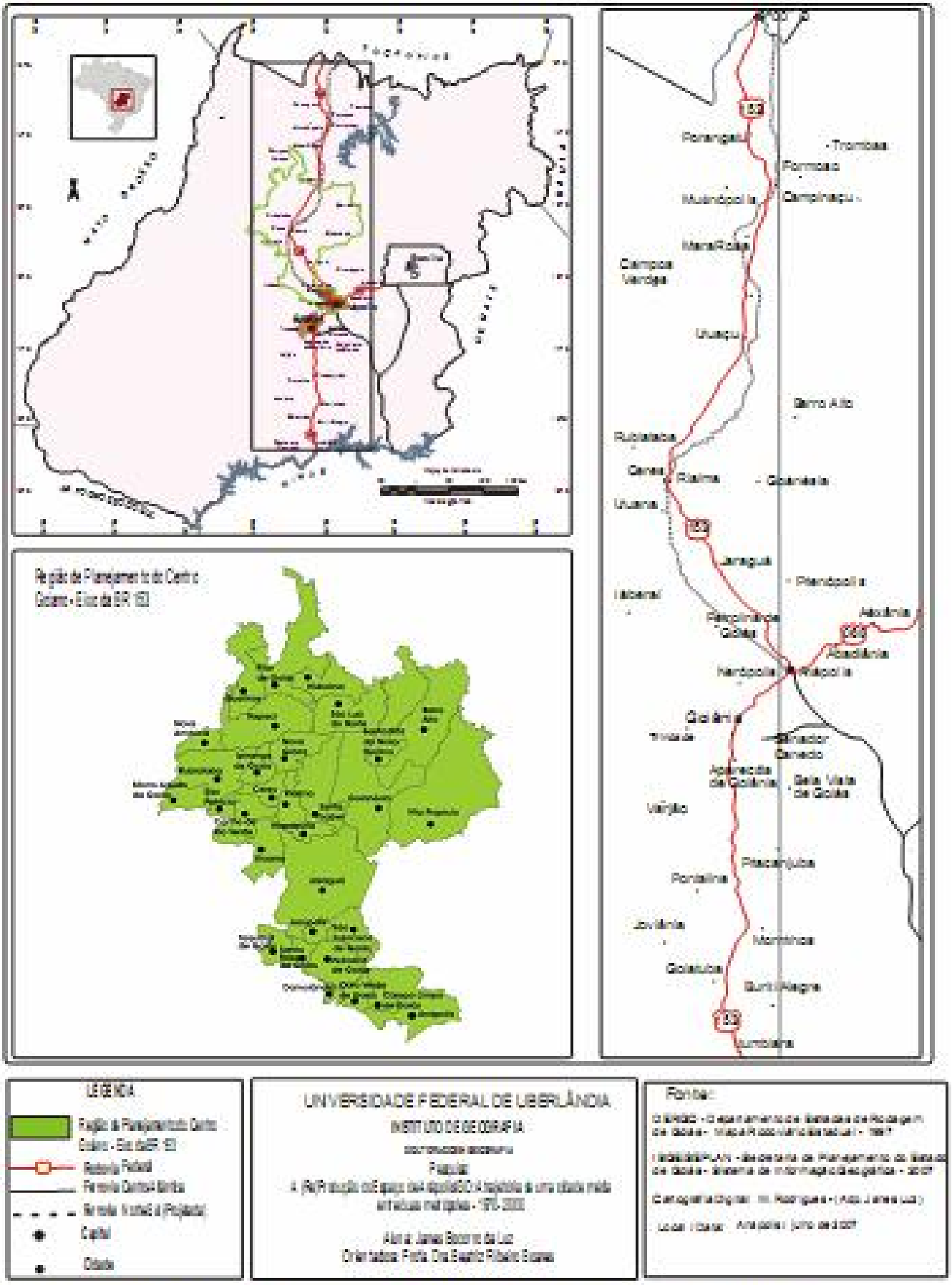
A construção da FNS contribui para atrair investimentos para o Estado de Goiás, principalmente, ligados à agroindústria e exploração mineral, tendo em vista a presença dos pólos sucroalcooleiro de Goianésia e de exploração mineral que abrangem Crixás, Alto Horizonte, Barro Alto, Minaçu e Niquelândia, destacados no capítulo anterior (Tabela 13). Também, as áreas adjacentes aos municípios de Jaraguá, Uruaçu, Porangatu e Anápolis, onde a estrutura do Porto Seco, no Distrito Agroindustrial de Anápolis, realiza um papel relevante para a economia regional. Nesse sentido, o Projeto da Plataforma Multimodal de Goiás, em desenvolvimento na cidade de Anápolis, complementará esse segmento e, assim, dinamizará o setor de logística na cidade, em destaque pela projeção alcançada pela atuação do Porto Seco.

Tabela 13 - **Estado de Goiás**: Intenção de Investimentos na Área de Influência da Ferrovia Norte-Sul, 2008

Atividades	Intenção de investimento (R$ 1.000,00)	(%)	Projetos
Álcool/ açúcar	3.974.094	35,53	17
Atividade mineral e beneficiamento	2.204.808	19,71	10
Transporte e logística	1.486.808	13,29	5
Alimentos e bebidas	1.140.494	10,20	87
Químico/ farmacêutico	571.692	5,11	47
Plásticos/ embalagens	349.520	3,12	27
Biodiesel	344.234	3,08	8
Outras atividades industriais	319.838	2,86	57
Higiene, beleza e limpeza	239.322	2,14	16
Siderurgia	180.108	1,61	1
Geração de energia	150.437	1,34	2
Insumos agropecuários	130.206	1,16	17
Metal-mecânico	36.694	0,33	4
Comércio atacadista e varejista	32.742	0,29	32
Reciclagem	23.348	0,21	8
Serviços	1.926	0,02	4
Total	**11.186.271**	**100,00**	**342**

Fonte: SEPLAN/SEPIN – Pesquisa de Intenção Investimentos (ago./2008), Revista Economia &Desenvolvimento (2008, p.42)

Dois municípios da Região de Planejamento do Centro Goiano, estabelecidos ao longo da FNS, integrarão o sistema de articulação multimodal da ferrovia, Anápolis e Jaraguá, nestas localidades se instalarão elementos de suporte e logística, além de áreas de carregamento e armazenagem de mercadorias. O trajeto programado para FNS acompanha o da BR 153 a partir de Anápolis, (Mapa 19).



Mapa 19 – **Estado de Goiás**: municípios localizados ao longo da BR 153 - 2008

No geral, destacam-se no conjunto regional as RP do Entorno do Distrito Federal e RP Metropolitana de Goiânia com 19 e 20 municípios em respectivo, agregando os maiores contingentes populacionais e as mais elevadas densidades demográficas do Estado, seguida da RP do Centro Goiano,onde se localiza Anápolis. Nesse sentido, em relação ao crescimento demográfico, de um lado, temos a RP do Entorno e a RP Metropolitana de Goiânia que apresentaram acréscimos de, respectivamente 267,62% e 132,11% nos seus contingentes populacionais entre 1980 e 2007, enquanto, os percentuais das demais RP variavam entre 42,3% (RP Centro Goiano) e 65% (RP Sudoeste Goiano). De outro lado, a RP do Noroeste Goiano apresentou um crescimento de 2,18% e, também, a RP do Oeste Goiano com - 3,39%, ou seja, perdeu população entre 1980 e 2007, (Tabela 14).

Tabela 14 - **Estado de Goiás**: Área, população residente e densidade demográfica, segundo as Regiões de Planejamento -1980 - 2007

Região	**Área (km²)**	**População Residente**			**Densidade Demográfica 2007**
		1980	**2000**	**2007**	
Met. de Goiânia	7.397,203	897.382	1.743.297	2.082.875	281,576
Centro Goiano	18.493,049	417.807	541.440	594.897	32,169
Norte Goiano	59.553,224	260.072	300.807	297.419	4,994
Nordeste Goiano	38.726,364	108.663	147.986	163.194	4,214
Entorno do DF	35.950,001	259.804	810.701	955.097	26,567
Sudeste Goiano	25.120,227	167.576	212.252	232.399	9,251
Sul Goiano	25.122,039	249.054	350.266	375.829	14,960
Sudoeste Goiano	61.498,463	294.469	433168	487.566	7,928
Oeste Goiano Noroeste	52.682,234	335.767	328.504	324.384	6,157
Goiano	15.543,894	130.531	134.807	133.375	8,581
Estado de Goiás	**340.086,698**	**3.121.125**	**5.003.228**	**5.647.035**	**16,605**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1980 e 2007), Contagem da População (2007). SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2008)
Organização: Luz (2009)

Inclusive, a distância entre as demais RP e a RP Metropolitana de Goiânia fica, ainda mais evidente ao considerar, por exemplo, a arrecadação de ICMS, nos anos de 2000 e 2006, (Gráfico 17). Pois, a RP Metropolitana de Goiânia arrecadou 2.955.020 (milhões de reais) em 2006, cerca de dez vezes mais que a segunda posição, ocupada pela RP do Centro Goiano que arrecadou 292.720 (milhões de reais), uma disparidade que se amplia centenas de vezes ao considerar o montante arrecadado pela RP do Noroeste Goiano de 13.895 (milhões de reais), conforme informações da SEPLAN/GO (2007).

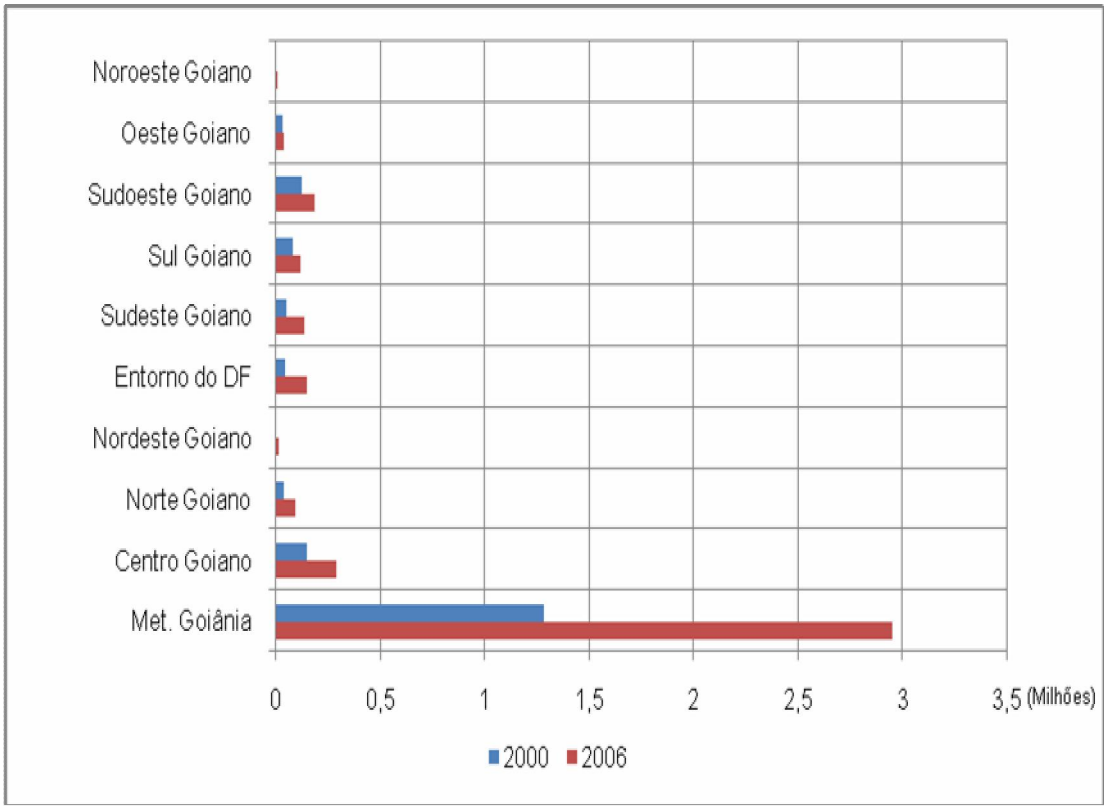


Gráfico 17 – **Estado de Goiás**: Arrecadação de ICMS segundo as Regiões de Planejamento, 2006

Fonte: SEPLAN/SEPIN, Gerência de Estatística Socioeconômica (2008). Disponível em <http://www.seplan.go.gov/sepin> (acesso em nov./2008)
Organização: Luz (2008)

Por sua vez, a RP do Centro Goiano e composta por 31 municípios que têm na BR153 um ponto de referência, pois, além de Anápolis, sede da RP, a BR 153 passa pelas cidades de Jaraguá, Rialma, Rianápolis e São Luiz do Norte. Porém, a cidade de Anápolis centraliza a produção de riquezas e geração de trabalho formal

nesta RP, (Gráfico 18), bem como, a oferta de serviços especializados, junto com Jaraguá, Goianésia e Ceres, inclusive, nesta última, o setor de serviços se destaca com a presença de 9 hospitais, um Instituto Federal de Educação Técnica, uma unidade da UEG e uma extensão da UniEvangélica, instituições sediadas em Anápolis.

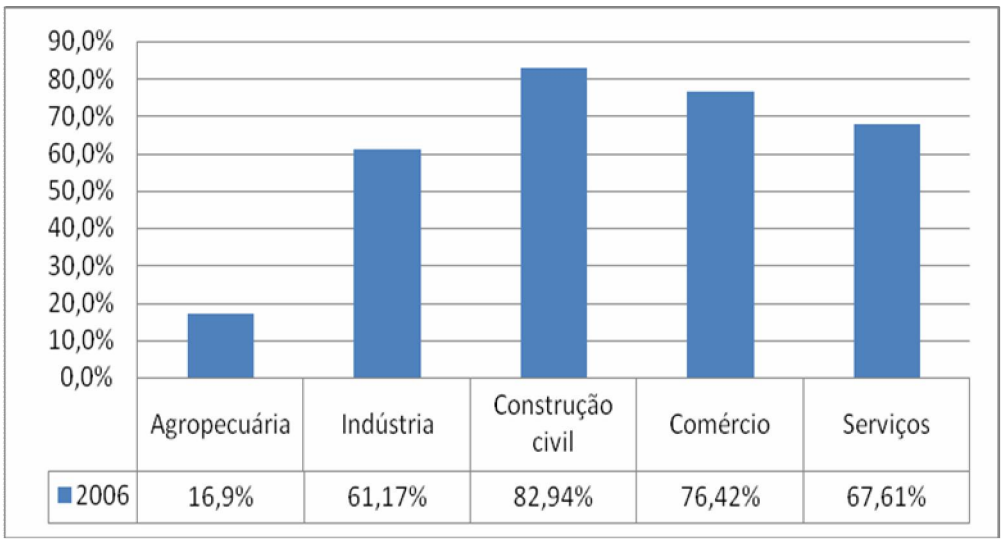


Gráfico 18 - **Anápolis/GO**: Participação na geração de empregos formais na Região de Planejamento do Centro Goiano, 2006

Fontes: SEPLAN/SEPIN (2007)

Na RP do Centro Goiano 38,9% dos municípios apresentaram taxas geométricas de crescimento da população com valores negativos, como por exemplo, Ceres (-1,86%) e Pilar de Goiás (-1,87%), sendo que as taxas de Ceres e Santa Rosa de Goiás mantém a tendência de queda desde 1991. Enquanto, Anápolis, Itapaci, Jaraguá e Vila Propício apresentam as maiores taxas de crescimento em toda região, bem como, Barro Alto que passou de -5% (1991/2000) para 0,83% (2000/2008). Este caso em especial, demonstra a relação direta que há entre investimentos no setor produtivo e a fixação da população nas pequenas cidades, pois, nos últimos anos a cidade vem se consolidando como pólo mineral (exploração de níquel) e agrícola (cana-de-açúcar).

Todavia, as cidades desta RP, exceto Anápolis (525.544), Goianésia (53.806) e Jaraguá (38.968), possuem menos de vinte mil habitantes, sendo que em 22,6 % dos municípios predomina a população rural, enquanto, em 42% dos municípios os

percentuais de população urbana estão entre 51% e 80%. Nesse sentido, entre os municípios mais dinâmicos da RP estão os que concentram mais população como, por exemplo, Anápolis (54,72%), Jaraguá e Goianésia, (Gráfico 19)

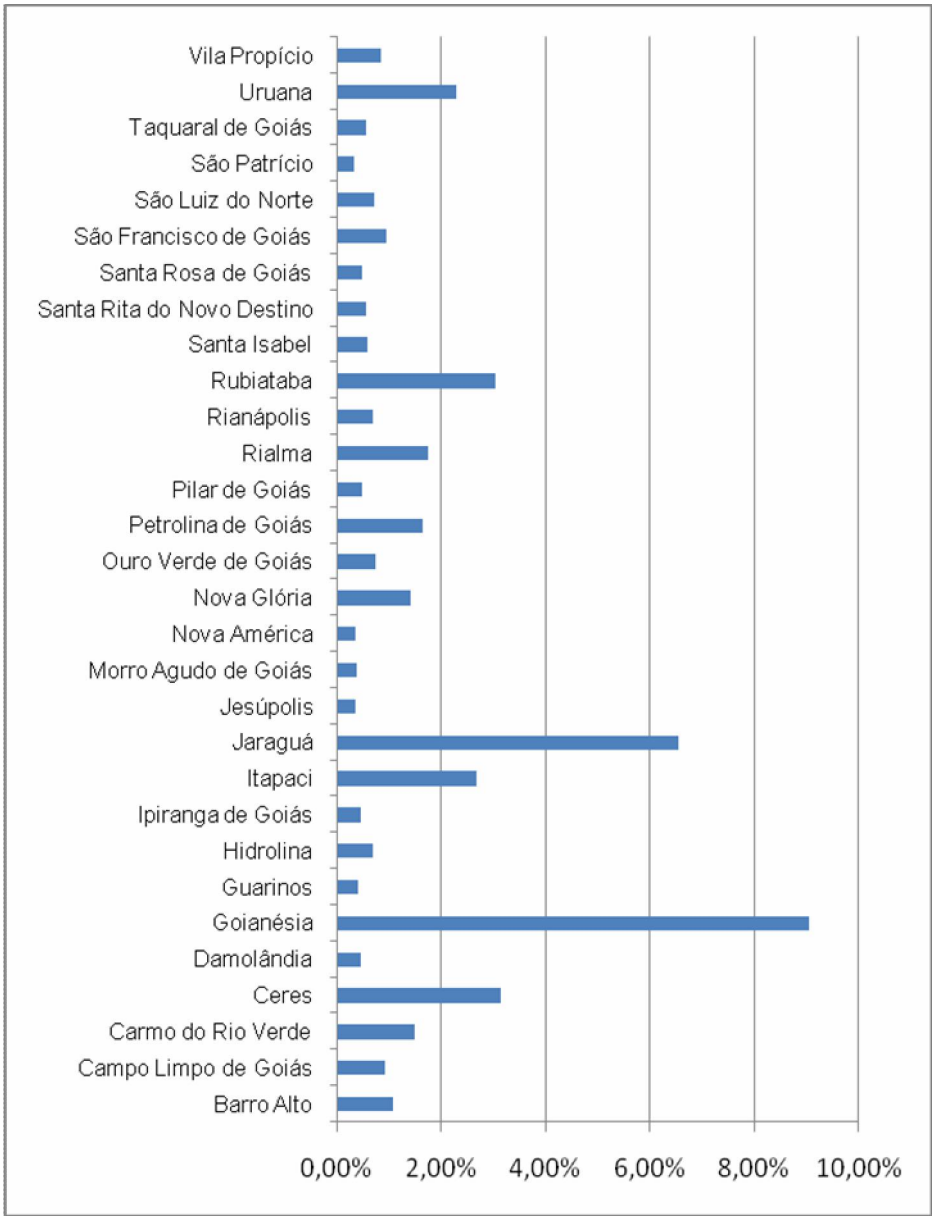


Gráfico 19 – Municípios da Planejamento do Centro Goiano: Participação dos municípios no total da população, 2007

Fonte: IBGE, Contagem da População (2007)

Organização: Luz (2008)

* Não constam os dados de Anápolis

Dessa forma, a dinâmica da RP do Centro Goiânia reproduz em uma escala mais ampla as características destacadas antes para os municípios da Microrregião de Anápolis, todavia, na RP do Centro Goiano, apesar do predomínio das pequenas

cidades e da base agrícola tradicional de suas economias, a expansão da cultura da cana-de-açúcar, conforme discutimos no capítulo anterior, com o respectivo crescimento do setor agroindustrial e a presença do pólo mineral especializado na exploração de níquel, têm transformado a realidade dessas localidades. Com isso, Anápolis consolida um importante mercado de consumo para sua produção industrial e de serviços especializados sobre a área que compreende os municípios próximos que compõem, tanto a Microrregião de Anápolis como a RP do Centro Goiano. Por sinal, essa área se torna, ainda mais, ampla ao inserirmos os municípios que compõem os novos recortes territoriais que redimensionam a o papel da cidade média, mesmo, os que se estabelem a partir de critérios político-administrativos, tanto na esfera estadual como federal.

3.3 A inserção de novos recortes territoriais

Os novos recortes territoriais demonstram a multidimensionalidade a cidade média apresenta, redimensionado a área de influência sobre a qual a cidade exerce o comando regional. Nos exemplos anteriores de regionalização, cuja base é a cidade de Anápolis, as relações se desenvolvem em função, principalmente, da proximidade. Nesses casos, existe uma continuidade territorial que se consolida através dos fluxos comerciais e pelas relações de consumo que configuram a área de influência da cidade, inclusive, ressalva Sposito et.al. (2007, p. 49).

> O papel da proximidade continua a ter importância, mas as distâncias a partir das quais os consumidores estão dispostos a se deslocar ampliaram-se, porque o tempo para esses deslocamentos tem diminuído, já que melhoram as formas de transportes, inclusive, com o aumento do número de veículos próprios, bem como a frequência das viagens propiciadas pelo sistema de transporte coletivo. Esses fluxos definem-se, assim, no âmbito da região e marcam e são marcados pela existência de um espaço de **continuidade territorial**, cuja configuração é a de uma **área** (grifos das autoras).

Ademais, como a divisão do Estado de Goiás em Regiões de Planejamento não foi empregada para direcionar as ações político-administrativas do Governo de Goiás, cada Secretaria de Estado desenvolveu sua própria regionalização. Dessa forma, configuram-se diferentes recortes territoriais a partir de aspectos como, por exemplo, regionais de saúde, vigilância sanitária, ensino, entre outras. Também,

configuram-se outros recortes, compreendendo as regionais que estão sediadas em Anápolis, mas que se articulam à administração federal, configurando um território no qual surgem redes que se estabelecem em escalas mais amplas e, muitas vezes, de forma descontínua.

Nessa perspectiva são apresentados exemplos de recortes territoriais que estabelecem regionalizações que atendem às demandas especificas, mas, que inserem uma nova dimensão para a atuação de Anápolis, abrangendo áreas da RIDE, Região Metropolitana de Goiânia e Microrregião de Silvânia, ou seja, novos espaços e dimensões. Esses recortes assumem características que configuram a existência de redes contínuas e, também, as marcadas pela descontinuidade, todavia, nos dois casos reafirma-se a importância da cidade média como um centro que se projeta regionalmente.

As divisões regionais desenvolvidas, por exemplo, pelas secretarias estaduais nas áreas da saúde e da produção agropecuária, além, da regionalização desenvolvida pelo Ministério da Previdência Social, destacam novos recortes territoriais que reafirmam a função de centro regional exercida pela cidade, agora, em dimensões multiescalares. Pois, até o momento, nas regionalizações que trazem como base a cidade de Anápolis os municípios que as compõem possuem uma ligação histórica com a cidade, por exemplo, no caso da Microrregião de Anápolis muitas cidades surgiram a partir do desmembramento do território anapolino. Também, existe essa conexão na RP do Centro Goiano, pois, o fato de Anápolis ter sido a base da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, estabelecida no município de Ceres na década de 1940, além de entroncamento rodo-ferroviário que marca a entrada para o norte do Estado de Goiás estabeleceu relações históricas com os demais municípios ao longo da BR 153 que compõem a RP do Centro Goiano, uma vez que a cidade respondia pela função de entreposto comercial e de armazenagem e beneficiamento da produção regional.

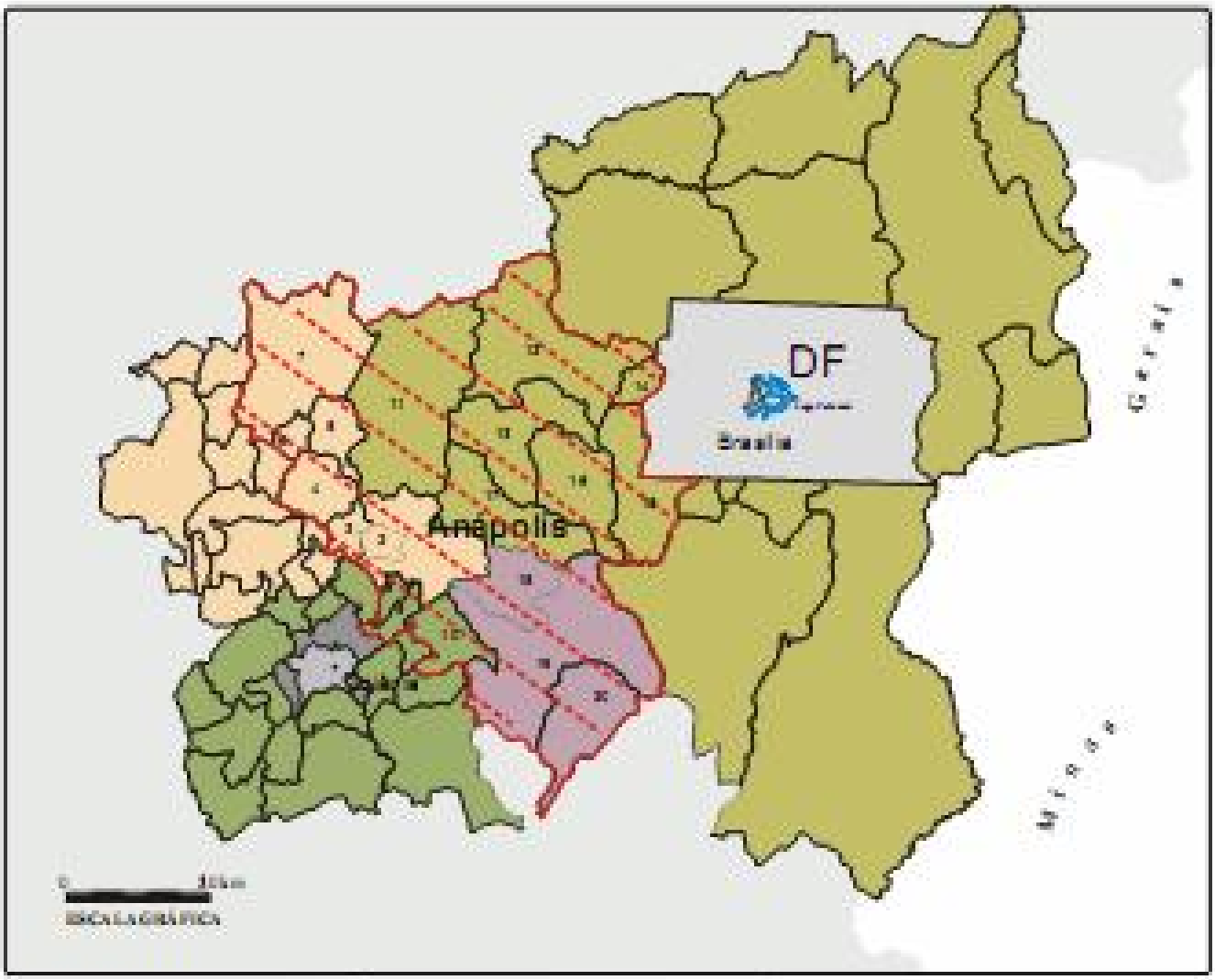
No que se refere aos recortes territoriais analisados o que une os municípios é mais uma relação político-administrativa do que laços históricos, ou mesmo, comerciais que se desenvolveram com o passar do tempo, apesar das exceções presentes nos casos de Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Neronópolis e Goianápolis. Nesse sentido, a própria configuração territorial das regiões metropolitanas de Goiânia e da RIDE do Distrito Federal, cria uma nova dimensão dentro da hierarquia

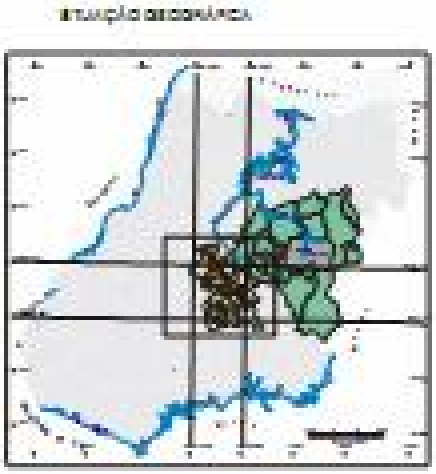
urbana regional, ou seja, a área de atuação da cidade de Anápolis passa a envolver, também, municípios que integram a dimensão metropolitana, portanto, em escalas diferentes mesmo se tratando de pequenos municípios.

Pois, a rede urbana goiana se destaca pela presença dos pequenos municípios, todavia, a presença das metrópoles, Goiânia e Brasília, promove a formação de duas regiões metropolitanas, agregando municípios de pequeno e médio porte localizados em áreas circunvizinhas. Nesses espaços as relações típicas das cidades pequenas se alteram em função das novas relações que surgem com a influência das metrópoles, como é o caso da existência dos fluxos pendulares entre essas cidades e os núcleos das regiões metropolitanas. Por isso, a inserção desses municípios na área de atuação das regionais sediadas em Anápolis estabelece uma perspectiva multidimensional para a análise, pois, trata-se de uma cidade média que atua em parcelas de um território no qual a organização espacial é regida pela presença de um espaço polarizado pela metrópole.

De forma geral, novamente, a presença das rodovias federais, estaduais e vias vicinais que conectam a cidade de Anápolis com essas áreas, em especial, influencia na circulação entre essas localidades e a cidade, com isso, é possível compreender a existência das sedes sub-regionais de órgãos da administração estadual e federal que se estabeleceram em Anápolis e desenvolveram suas respectivas regionalizações. Inclusive, esse foi o caso da Agência Rural, órgão ligado à Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás que presta assessoria técnica aos agricultores e pecuarista, além de estabelecer normas e regras para o setor.

Trata-se, portanto, de um órgão que possui uma função clara de regulação e fiscalização que precisa controlar de forma eficiente as diversas parcelas do território, daí, a criação das regionais por todo o Estado, como é o caso da Regional Rio das Antas, sediada em Anápolis, (Mapa 20). A Regional Rio das Antas da Agência Rural é composta por 19 municípios mais a sede, o córrego das Antas que dá nome a regional nasce dentro do perímetro urbano de Anápolis, percorre no sentido sul-norte a cidade e atravessa o município para desaguar no Rio Corumbá. Portanto, a escolha do nome da regional se associa mais com a cidade do que com a área da bacia do córrego das Antas, uma vez que a mesma não abrange os demais municípios que compõem a regional.





Mapa 20 - **Estado de Goiás**: área de abrangência da Agência Rural, 2008

Por meio da Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (AGENCIARURAL) se realizam atividades ligadas à assistência técnica e extensão rural, treinamento técnico e são geradas informações que subsidiam a prática da agropecuária estadual, por exemplo, ligadas ao geoprocessamento, meteorologia e engenharia. A Regional Rio das Antas é uma das 14 regionais existentes no Estado e possui, no município de Anápolis um centro de pesquisa que se destaca no segmento da hortifruticultura. Como subsidiária da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (SEAGRO) essa regional integra uma rede que também articula a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA) e as Centrais de Abastecimento de Goiás S. A. (CEASA).

A presença desta agência regional em Anápolis reafirma a importância da agropecuária e a complexidade do agronegócio no Estado. Entretanto, o município de Anápolis com uma área de 918,375 km^2 não se caracteriza pela produção agropecuária na escala comercial, apesar de ter 57% deste total ocupado por estabelecimentos agropecuários, apenas 4% desenvolvem lavouras permanentes, enquanto, 14% são lavouras temporárias, 65% correspondem às pastagens naturais e 16% compõem a área de matas e florestas, conforme os resultados preliminares apontados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2006). Dos 1.137 estabelecimentos agropecuários pesquisados pelo IBGE (2006), apenas 175 apontaram a existência de tratores (249 unidades), ou seja, menos de 9% dos estabelecimentos. Inclusive, 70% do total de pessoal ocupado na produção (2.891 pessoas), nos estabelecimentos pesquisados, possuem laços de parentesco com o produtor, demonstrando um perfil familiar da prática agropecuária no município, uma atividade que conta com o apoio da extensão rural desenvolvida pela Regional Rio das Antas da SEAGRO.

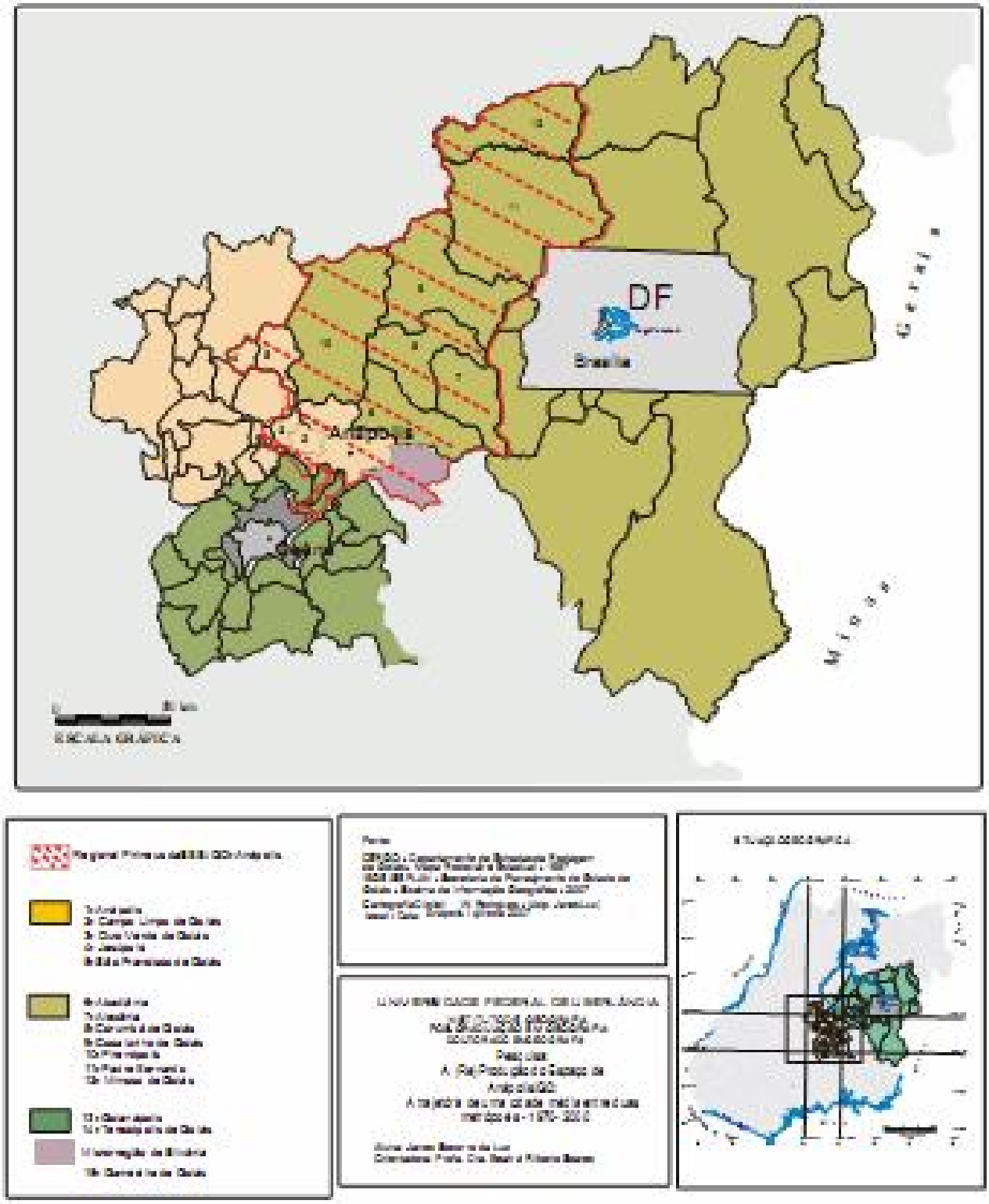
Porém, a área de abrangência dessa regional envolve, também, municípios onde a produção agropecuária possui uma escala mais comercial, como é o caso, entre outros, de Jaraguá, Silvânia e Vianópolis, inclusive, nestes dois últimos, têm ocorrido a expansão do cultivo de soja, conforme destacamos no capítulo anterior. Ademais, na área compreendida por essa regional se encontra o maior mercado consumidor, composto pela população das regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília, além de Anápolis, transformando os municípios adjacentes às regiões

metropolitanas em fornecedores de produtos agrícolas, principalmente, leite, verduras e legumes, uma produção que se destina, também, à produção industrial.

Nesse sentido, a cidade de Anápolis se destaca, pois, sedia o mais importante distrito industrial do interior de Goiás, o DAIA, onde se encontram, aproximadamente, 110 empresas, sendo que 23 são indústrias ligadas ao setor agrícola, como por exemplo, na produção de adubos, fertilizantes e sulfatos, além das indústrias de produtos veterinários, processamento de soja, alimentos, sal mineral e rações, aspectos que analisaremos no próximo capítulo. Dessa forma, a cidade é uma referência produção industrial e na comercialização desses produtos, tanto para os grandes produtores regionais como para os pequenos produtores que desenvolvem a agricultura familiar.

No caso dos recortes territoriais estabelecidos pela Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES/GO), no total de 15 regionais, os critérios seguidos para estabelecer cada regional, de acordo com informações da SES/GO (2008) foram: a contigüidade territorial; as características sociais, econômicas e culturais; a existência de redes de infra-estrutura de transportes e comunicação; e, a presença das redes de assistência à saúde, como os centros médicos, hospitais, clínicas, laboratórios, etc.. Nesse sentido, no processo de territorialização, valorizam-se os equipamentos urbanos ligados ao setor presentes nas cidades sedes, uma vez que esses municípios desempenham um papel de base fundamental para viabilizar o Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse recorte possui duas diferentes dimensões, uma se articula à existência de uma área marcada pela contigüidade que corresponde a Regional Pirineus da SES/GO, sediada em Anápolis, agregando 15 cidades, principalmente, da área da RIDE do Distrito Federal, (Mapa 21). A outra, destaca a existência de uma rede mais ampla e, parcialmente, contínua que configura a área composto por municípios que desenvolvem uma gestão integrada do SUS.



Mapa 21 - Estado de Goiás: municípios da regional Pirineus da Secretaria de Saúde do Estado

Por sua vez, a Regional Pirineus agrega 12 cidades da RIDE que se articulam à Anápolis através da BR 414, além da BR 060 (Abadiânia e Alexânia). No geral, a população dessa regional soma 469.442 habitantes, sendo que 69,3% desse total se encontra em Anápolis. Os demais municípios com maior número de habitantes são: Padre Bernardo (25.969) e Alexânia (20.033); enquanto, os com menor população são os municípios de Jesúpolis (2.201), Mimoso de Goiás (2.836) e Gameleira de Goiás (3.289). Ou seja, 11 são pequenos municípios, com menos de 20.000 habitantes, 3 têm entre 20.000 e 25.000 habitantes e, apenas, 1 possui mais de 300.000 habitantes, segundo dados do IBGE (2008).

Dessa forma, também, no que tange aos equipamentos e estabelecimentos ligados à área da saúde persiste a tendência de concentração de serviços e produção no município base, Anápolis. Inclusive, no Estado de Goiás existem cadastrados no Ministério da Saúde 2.294 estabelecimentos, conforme dados disponíveis para o ano de 2009. Por sua vez, a Regional Pirineus comporta 13,1% deste total, sendo que em Anápolis se encontram 74,4% dos estabelecimentos cadastrados, no qual são tipificados os estabelecimentos de saúde existentes na Regional Pirineus e em Anápolis, (Quadro 9).

Relação dos estabelecimentos de saúde	Regional Pirineus	Mun. de Anápolis
Central de Regulação de Serviços de Saúde	1	1
Centro de Atenção Psicossocial	3	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	75	41
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	42	41
Consultório Isolado	66	63
Cooperativa	1	1
Hospital Dia	2	2
Hospital Especializado	6	6
Hospital Geral	21	15
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	1	_
Policlínica	13	12
Posto de Saúde	24	3
Pronto Socorro Geral	2	1
Unid. Mista – atend. 24h: atenção básica, intern./urg.	1	_
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	39	33
Unidade de Vigilância em Saúde	2	1
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	1	1
Unidade Móvel Terrestre	1	1
Total	**301**	**224**

Quadro 9 - **Regional Pirineus**: Distribuição do total de estabelecimentos segundo a atividade e a localização, 2009

Fonte: MS/CNES (2009). Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe> (acesso em jan./2009)
Organização: Luz (2009)

Outras duas variáveis, também, destacam essa centralização dos serviços em Anápolis, a primeira se refere ao número total de leitos e os que são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas localidades da Regional que possuem hospitais, (Tabela 15). Porém, em Anápolis estão os únicos hospitais especializados, de média e alta complexidade, como por exemplo: o Hospital de Urgência Dr. Henrique Santillo; a Santa Casa de Misericórdia; o Hospital Evangélico Goiano, o Hospital de Queimaduras e o Hospital Espírita de Psiquiatria.

Tabela 15 – **Regional Pireneus SES/GO**: Quantidade de leitos disponibilizados, total geral e do SUS, 2009

Localidade	Quant. geral	(%)	Quant. SUS	(%)
Alexânia	39	2,2%	39	2,7%
Anápolis	1.516	87,1%	1.213	85,3%
Cocalzinho de Goiás	35	2,0%	35	2,5%
Corumbá de Goiás	29	1,7%	13	0,9%
Goianápolis	35	2,0%	35	2,5%
Padre Bernardo	25	1,4%	25	1,8%
Pirenópolis	62	3,6%	62	4,4%
Total	**1741**	**100,0%**	**1422**	**100,0%**

Fonte: MS/CNES (2009). Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe> (acesso em jan./2009)
Organização: Luz (2009)

A segunda variável que reafirma a centralização exercida por Anápolis dentro da Regional Pirineus se refere à presença de equipamentos utilizados no diagnóstico com o uso de imagem, como por exemplo: mamógrafos, Raio X, tomógrafo computadorizado, ressonância magnética, ultrassom e equipamentos odontológicos completos, (Tabela 16).

Tabela 16 - **Regional Pireneus SES/GO**: Equipamentos em uso para diagnóstico por imagem, 2009

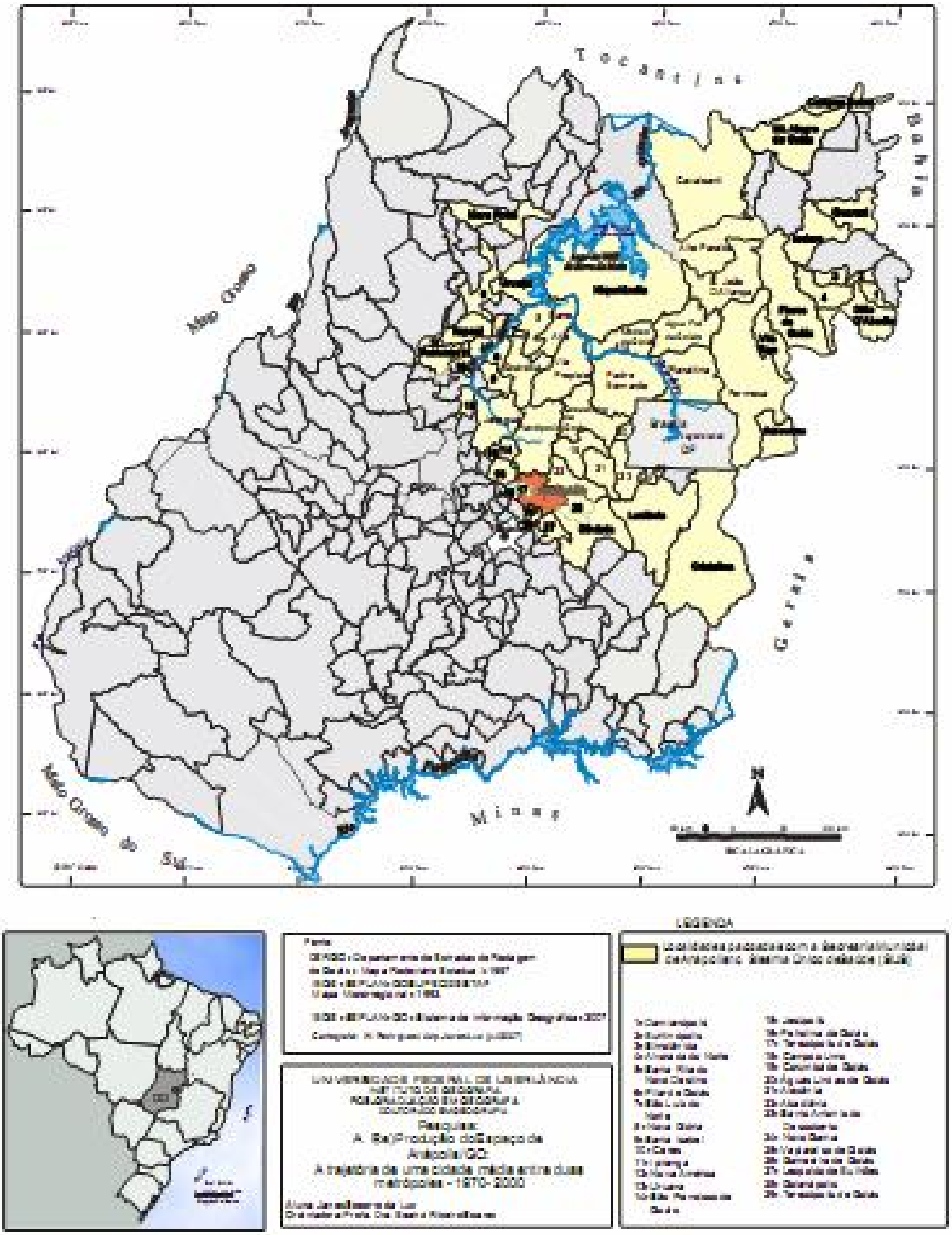
Município	Quant. de equipamentos	Regional Pirineus (%)
Abadiânia	1	0,50%
Alexânia	6	3,00%
Anápolis	177	88,50%
Cocalzinho de Goiás	2	1,00%
Corumbá de Goiás	4	2,00%
Goianápolis	2	1,00%
Mimoso de Goiás	1	0,50%
Padre Bernardo	3	1,50%
Pirenópolis	4	2,00%
Total	**200**	**100,00%**

Fonte: MS/CNES (2009). Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe> (acesso em jan./2009)
Organização: Luz (2009)

Com isso, se estabelecem fluxos constantes entre os municípios pertencentes à Regional Pirineus e os centros que dispõem de hospitais e equipamentos para auxiliar no diagnóstico, ou seja, são interações que se desenvolvem e que dinamizam a economia das localidades que dispõem de mais recursos. Inclusive, em Anápolis, além da concentração de hospitais, leitos e equipamentos, foram identificados 23 laboratórios de análises clínicas de acordo com o cadastro no MS (2008), além, de 35 postos de saúde distribuídos pela cidade, conforme informações contidas no Plano Diretor de Anápolis (2007). Aliados a esses serviços se encontram dezenas de consultórios e clínicas particulares que, também, influenciam na reestruturação interna do espaço urbano da cidade com a especialização de setores onde, antes, predominava o uso exclusivo para moradia, um aspecto que será analisado o próximo capítulo.

Porém, torna-se necessário observar que no setor da saúde existe uma rede, ainda, mais ampla do que a estabelecida pela Regional Pirineus, essa rede compreende 61 municípios goianos e se formou a partir da realização de acordos ou pactos entre as prefeituras municipais mediadas pela SES/GO, com o objetivo de atender as diretrizes previstas na Constituição Federal de 1988 que preconiza a organização da rede do sistema com base na gestão municipal dos recursos, porém, mediante a articulação do Governo Estadual.

Dessa forma, estão pactuados com a Prefeitura Municipal de Anápolis 61 municípios goianos, envolvendo diferentes especialidades de baixa, média e alta complexidade (Mapa 22). Com isso, as prefeituras das localidades que estão pactuadas com Anápolis realizam a triagem prévia dos pacientes e os encaminham para a cidade. Porém, esse processo gera inúmeros conflitos em função da desinformação, pois, a relação das especialidades que constam no pacto varia de uma localidade para a outra.



Mapa 24 - Estado de Goiás: municípios pactuados no Sistema Único de Saúde

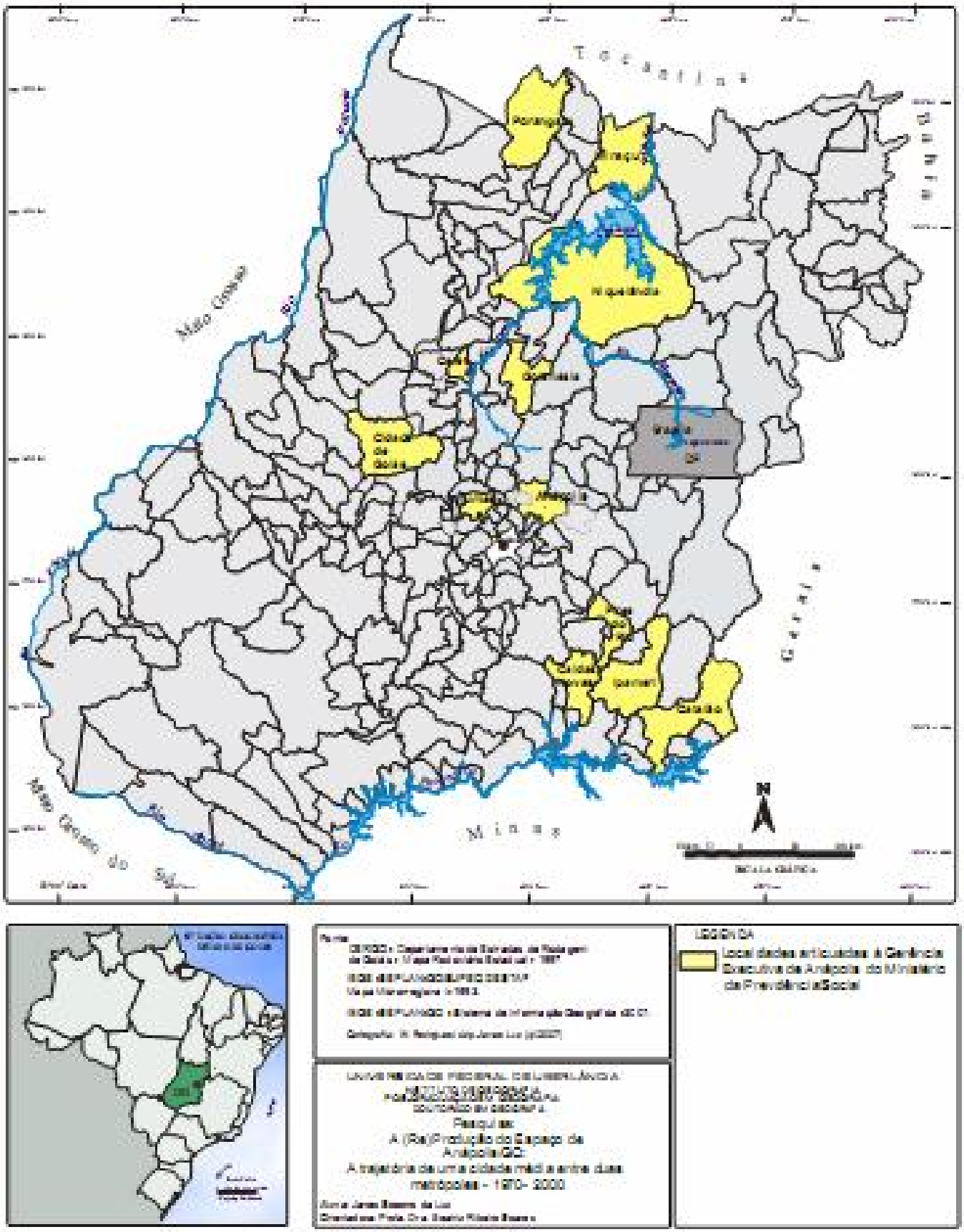
Por sinal, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Anápolis, em 2008 foram encaminhados 7.808 pacientes para serem atendidos na rede hospitalar da cidade nas especialidades de psiquiatria, obstetrícia, pediatria, cirurgia e clínica médicas, além dos atendimentos considerados de alta complexidade[2]. Inclusive, todos os municípios encaminharam pacientes de psiquiatria, um fato que se justifica pela presença do Hospital Espírita de Psiquiatria na cidade, uma referência regional nesta área.

Dessa forma, trata-se de um movimento que gera fluxo e interações espaciais, conforme destaca Corrêa (2007, p. 30), admite-se "que a cidade média apresente interações espaciais intensas, complexas e multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade". Ainda, de acordo com Corrêa (2001), nesse caso especifico, a rede que se estrutura na dimensão organizacional: destaca o Estado como agente social; possui uma origem planejada; e, a natureza dos fluxos envolve pessoas; sua função é de suporte; a finalidade é de solidariedade; com uma existência que tanto se caracteriza por ser real, como material e virtual; com construção imaterial; também, é formal e marcada pela complementaridade. Já, com relação à dimensão temporal: a duração é curta; a velocidade dos fluxos é variável entre rápida e instantânea; e, sua freqüência é permanente. Enquanto, na dimensão espacial: a escala é regional; a forma espacial é dendrítica; e, a conexão entre os diferentes componentes da rede é interna.

Além desses dois recortes, destaca-se um terceiro que, indiretamente, está associado à saúde, ou melhor, à previdência e seguridade social. Neste caso, trata-se de uma rede que se estrutura de forma descontínua e que articula os municípios que integram a Gerência Executiva do Ministério da Previdência Social, sediada na cidade de Anápolis. Neste exemplo, percebe-se que na esfera administrativa federal existe uma tendência a se constituírem redes descontínuas, como é o caso da rede que a Previdência Social estabelece a partir da Gerência Executiva presente em Anápolis, (Mapa 23).

---

[2] Em referência à legislação federal, Ramires (2007, p. 176) relaciona os seguintes atendimentos de alta complexidade: "oncologia, gastroenterologia, cardiologia, lesões lábios-palatais e deformações faciais, doenças do sono, ortopedia, transplantes, neurocirurgia e tratamento da Aids".



Mapa 23 - Estado de Goiás: gerência executiva da Previdência Social

Nessa rede, identifica-se a presença de municípios situados na parte sudeste do Estado de Goiás, Catalão, Ipameri, Pires do Rio e Caldas Novas, municípios da parte central como Goiás, Inhumas, Ceres e Goianésia, mais os municípios do norte goiano como é o caso de Uruaçu, Niquelândia, Minaçu e Porangatu. Nessas localidades, centralizam-se as atividades de gestão e administração do sistema de previdência social nos municípios do entorno e, posteriormente, esses dados são retransmitidos para a Gerência Executiva em Anápolis que se articula, por fim, com a Previdência Social em Brasília.

No caso da formação de redes caracterizadas pela descontinuidade territorial, ganham relevância os sistemas modernos de transporte, informação e comunicação que viabilizam as interações à distância. Segundo Santos (1997a, p. 179):

> O mundo de hoje é o cenário do chamado "tempo real", em que a informação se pode transmitir instantaneamente, permitindo que, não apenas no lugar escolhido, mas também na hora adequada, as ações indicadas se dêem, atribuindo maior eficácia, maior produtividade, maior rentabilidade, aos propósitos daqueles que as controlam (grifo do autor).

Nesse processo, destaca-se a fluidez territorial que permeia relação entre a cidade e as diferentes localidades e dimensões. E, nesse sentido, Sposito et.al. (2007, p. 50) observa:

> De fundamental importância são, sobretudo, aquelas infra-estruturas que possibilitam uma circulação mais rápida, como as autopistas rodoviárias, **eixos** que, fixos ao território, organizam uma **rede** de circulação, cuja espacialização é muito mais fixa do que as definida pela comunicação por satélite, embora os percursos possam ser múltiplos, já que são traçados pelos veículos e não previamente pelo sistema. Nesse caso, a configuração que se organiza não é a área com continuidade territorial, mas de uma **fluidez territori**al definida ao longo dos eixos de circulação (grifo das autoras)

Nessa perspectiva, reafirma-se a importância da abordagem econômica na análise do território, onde se estabelecem os territórios-rede marcados pela descontinuidade territorial, Haesbaert (2004), ao mesmo tempo, em que remete para a importância das verticalidades e horizontalidades proposta por Santos (1994) e Santos e Silveira (2001), cuja dinâmica infere na organização espacial. Dessa forma, a cidade média se consolida como um lugar estratégico para a atuação dos

agentes ligados às diferentes regionalizações na esfera político-administrativa, também, como um local de concentração de população, produção e serviços. Pois, a produção da fluidez associa os interesses privados e estatais, segundo Santos (1997a, p. 220) é um processo seletivo, portanto, portanto, deve-se “distinguir entre a produção de uma expectativa de fluidez, isto é, a criação das condições para sua existência e o uso da fluidez por um agente, isto é, sua efetivação empírica”.

Portanto, os exemplos destacados ao longo deste capítulo reafirmam a importância da cidade de Anápolis no exercício do comando regional e demonstra que os recortes espaciais redesenham a área de atuação da cidade em um padrão que se diferencia do recorte em microrregiões ou mesorregiões. Essa percepção direciona a análise para a discussão sobre a dinâmica territorial que influi na produção e reprodução das condições técnicas, sociais e econômicas que garantem a posição privilegiada que a cidade possui no cenário regional, ao mesmo tempo, que a projeta em escalas mais amplas, ou seja, para além da escala regional e a coloca na intersecção entre o local e o global.

CAPÍTULO 4 - A DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO NA CIDADE MÉDIA: a dinâmica territorial anapolina

CAPÍTULO 4 - A DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO NA CIDADE MÉDIA: a dinâmica territorial anapolina

> Por um lado, desenvolvo uma teoria geral, mas, por outro, preciso sentir o enraizamento em algo que acontece no meu próprio jardim.
>
> David Harvey (2005)

A análise da dinâmica territorial anapolina pressupõe a compreensão da forma como os elementos que compõem o espaço de produção, circulação e de idéias se organizam, estruturam e movimentam, ou seja, interagem ao longo do tempo. Nessa perspectiva, também, envolve a distribuição do trabalho pelo território, gerando a sua divisão social que "vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho" (SANTOS, 1997a, p. 112).

Dessa forma, neste capítulo são caracterizadas as dimensões econômica e política que configuram a dinâmica de (re)produção do espaço de Anápolis, enquanto cidade média, estabelecendo as bases que consolidam sua atuação na esfera regional. Conforme Pontes (2006, p. 335):

> Portanto, o urbano é a soma das determinações emanadas dos setores produtivos que, especialmente, representa na verdade o *lócus* por excelência de uma divisão social do trabalho que mudou a situação dos proprietários, separou trabalhadores dos meios de produção, produziu uma mudança nos mercados de força de trabalho, em função de novas tecnologias, e, nessa progressão, expandiu e redimensionou a divisão do trabalho nas esferas da circulação, distribuição e consumo (grifo da autora).

Ao mesmo tempo, considera-se a relevância da análise do desenvolvimento econômico e político integrado, relacionados com o movimento que gera a fluidez territorial e posiciona a cidade na intersecção entre o local e o global. Apesar do estudo se desenvolver a partir de um recorte de tempo que destaca as três últimas décadas do século XX, que se relaciona, também, outros tempos, pois, de acordo com Beltrão Sposito (2006, p.145):

> É necessário relacionar o período escolhido a outros tempos, tanto aqueles que o ensejaram, como aqueles que lhe poderão advir, afinal, o conhecimento sobre o passado e o presente deve sempre conter a possibilidade de se pensar o futuro e o novo e, dessa forma, pode e deve conter utopias.

O capítulo contempla, portanto, a abordagem econômica na análise do território associado à questão das cidades médias. E, neste caso, encontra-se contextualizado a partir do exemplo da cidade de Anápolis/GO, uma perspectiva que, inclusive, tem permeado a discussão desde o início, em função das especificidades que esta cidade apresenta e que se relacionam com uma localização estratégica, privilegiada e, acima de tudo, complexa.

4.1 A Dimensão Econômica: produção, circulação e consumo

Essa dimensão envolve a análise dos elementos ligados a produção, circulação e consumo, que integram a vida da sociedade, ou seja, conforme aponta Carlos (2004, p. 21), “se vincula a produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é, por ela, determinado”. A produção se articula tanto ao sistema econômico que a norteia como, também, às inerentes atividades que envolvem esse processo e compõem sua estrutura produtiva. Pois, conforme ressalva Smith (1988, p. 72):

> Produzindo os meios para satisfazer as suas necessidades, os seres humanos coletivamente produzem a sua própria vida material, e no processo produzem novas necessidades humanas cuja satisfação requer outras atividades produtivas.

Para Lefevbre (1974) e Carlos (2004) a produção, também, exprime sua inseparabilidade do processo de reprodução, bem como, sua relação intrínseca com as forças produtivas, a técnica, o saber e a divisão do trabalho. Na perspectiva de contemplar o processo de reprodução do espaço urbano são inseridas as transformações que promovem o desenvolvimento e a redefinição das formas, funções, estruturas e processos, além da especialização produtiva e territorial da cidade, aspectos que atribuem às cidades médias a refuncionalização de seus papéis com o surgimento de novas atividades, processos produtivos e formas de organização

Nessa direção, sua organização inscreve como elementos básicos a existência de um espaço formado por fixos e fluxos, conforme preconizam Santos (1988, 1997a, 1997b e 1998c), também, Santos e Silveira (2001). Na esfera da produção os fixos "são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens" (SANTOS, 1997b, p. 77). Enquanto, os fluxos se relacionam com o movimento que viabiliza, integra e articula os fixos, ou seja, corresponde à distribuição e circulação, portanto, diz respeito às relações que se processam e ao consumo, tanto produtivo como consumptivo. Uma vez que, segundo Santos (1997a, p. 219), "não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. E em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção". Também, Arroyo (2006, p.79) destaca:

> As diferentes fases do processo de produção, ou instâncias produtivas, mostram a divisibilidade espacial desse processo. Cada fase se desenvolve de forma desagregada no espaço, embora não desarticulada. A dissociação geográfica da produção e do consumo, a especialização produtiva dos lugares, a divisão territorial do trabalho são noções que expressam essa divisibilidade. Esta última porém não é absoluta, dado que as instâncias produtivas estão articuladas através da circulação.

A referida autora acrescenta que:

> A circulação repercute sobre a produção, obrigando-a a modernizar-se. Os fluxos multiplicam-se, diversificam-se, tornam-se ainda mais importantes para a realização da produção. Os circuitos e os círculos estendem-se, alargam a dimensão dos contextos, organizam uma trama de relações além das fronteiras nacionais (...) A partir da construção de certas formas – aquelas encarregadas de garantir a fluidez – e a partir do desenho de certas normas – aquelas que regulam a porosidade – , essas empresas e instituições têm uma participação importante nos processos de competição, cooperação e controle do território, isto é, são decisivas no seu uso (ARROYO, 2006, p. 81)

A produção e a circulação são forças que se complementam na estruturação do território e que repercutem na própria divisão territorial do trabalho que envolve a dinâmica de (re)produção das cidades. Todavia, comportam especificidades que as diferenciam, enquanto, no âmbito da produção são os elementos fixos que se destacam, na circulação e consumo são os fluxos de mercadorias, informações, pessoas, entre outros, que são responsáveis pela movimentação que exprime a

dinâmica que envolve as cidades. Neste trabalho, os fixos e fluxos, mais que elementos são considerados como variáveis que se articulam à produção e consumo, partes inerentes da dimensão econômica, conforme destacamos no início desta pesquisa. Nesse sentido, o próximo tópico destaca a análise sobre os elementos fixos que envolvem as atividades produtivas, técnicas e de serviços que caracterizam a dimensão econômica da cidade de Anápolis.

4.1.1 Os elementos fixos: produtivos, técnicos e de serviços

A análise da produção, enquanto variável da dimensão econômica, desenvolve-se a partir da caracterização das respectivas infraestruturas que articulam e viabilizam o funcionamento de empresas, serviços e sistemas de engenharia. Todavia, difere da compreensão de infraestrutura econômica, Dowbor (2003), pois, não se reduz às redes técnicas ou sistemas de engenharia, mas, agrega as firmas e os equipamentos públicos, além de envolver a compreensão de que esses elementos materiais se inserem na divisão territorial trabalho na cidade. Conforme, ressalvam Santos e Silveira (2001, p. 21):

> A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade.

Para Santos (1988) a infraestrutura em conjunto com os homens, as firmas, as instituições e o meio ecológico, compõem os elementos do espaço. Nessa perspectiva, a infraestrutura é pensada como elemento de suporte ou base que permeia as atividades produtivas e que permite a sua existência e realização. Dessa forma, a infraestrutura produtiva, técnica e de serviços, operacionaliza a análise dos fixos, pois, representa exatamente a materialização do trabalho que se torna geografizado nas diferentes formas presentes no espaço urbano, (SANTOS,1988).

Nesse sentido, com base nos setores de atividades, no que tange ao setor primário, observa-se que o município de Anápolis não possui uma tradição agrícola significativa no contexto regional, todavia, o desenvolvimento econômico local está associado à trajetória de expansão da agropecuária no Estado de Goiás, pois, ao longo do tempo, a cidade tem desempenhando a função de entreposto comercial

para a produção regional se encarregando da armazenagem, processamento e, respectiva, distribuição. Em 1956, por exemplo, na cidade de Anápolis existiam 39 estabelecimentos agroindustriais que beneficiavam arroz e café, perfazendo 50% do total de estabelecimentos industriais da época, além de cerâmicas, marcenarias, frigorífico e tecelagem, conforme dados da publicados na Revista A Cinqüentenária (1957). Um aspecto ressaltado por Oliveira (1957, p.66):

> A economia do município tem seus alicerces na agricultura e na pecuária. Estas duas fontes de riqueza estimulam o comércio e industria. E Anápolis se apóia nas quatro forças – agricultura, pecuária, comércio e indústria – para se projetar em outros ramos da atividade humana. (...) E à medida que a produção aumenta, novas máquinas vão sendo montadas, e novos armazéns vão sendo construídos. E os caminhões, no período das colheitas, transportam, dia e noite, café, arroz, feijão etc..

Com isso, a produção regional que convergia para a cidade era transportada, posteriormente, via estrada de ferro para os demais centros no Sudeste, (Foto 39). Segundo Polonial (2005), esse processo contribuiu para a especialização da atividade comercial com o desenvolvimento do setor atacadista e, também para a acumulação interna de capital dando origem, entre as décadas de 1930 e 1950, à dois bancos: “o primeiro estava ligado ao grupo Pina e outro, ao seu opositor Jonas Duarte, o que mostrava, em alguma medida, a opulência da economia de Anápolis” (POLONIAL, 2005, p.29).

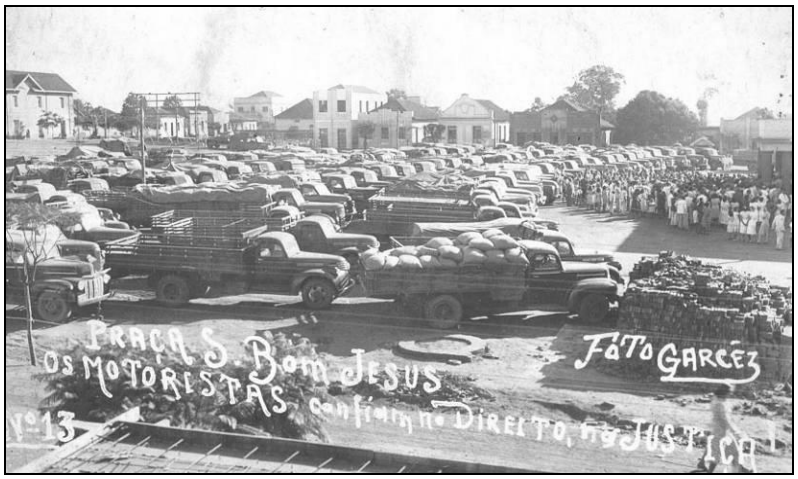


Foto 39 – **Anápolis/GO**: Assembleia dos caminhoneiros que realizavam o transporte rodoviário na Praça Bom Jesus por melhorias nas condições de trabalho em 1948

Fonte: Museu Histórico de Anápolis (2007), Polonial (2005)

Nesse sentido, França (1973, p.656) acrescenta:

> A evolução das vias de transporte, ampliando cada vez mais a circulação de bens e pessoas, transformou a cidade de Anápolis em centro intermediário de comércio, funcionando como grande coletor e exportador de gêneros agro-pecuários de extensa área primária e redistribuidor de bens manufaturados.

Após a década de 1950, as sucessivas fragmentações territoriais que produziram novos municípios em Goiás, também, resultaram na significativa redução da área produtiva do município de Anápolis, além do número de estabelecimentos e pessoal ocupado na atividade agrícola, conforme apontam os dados censitários de 1960 a 1985, (Quadro 10). Outra transformação se deu no perfil da atividade, pois, antes o município se destacava nos cultivos tradicionais de café e arroz, depois, passou a desenvolver a horticultura, inclusive, entre 1960 e 1985 a área ocupada pela horticultura cresceu 831% no município, enquanto, os cultivos tradicionais sofreram uma redução de 59% de acordo com dados do IBGE para o período.

Censo	No. de estabelecimentos	Área explorada (ha)	Pessoal ocupado
1960	1.178	95.841	6.015
1970	1.227	93.830	3.928
1980	976	87.752	3.410

Quadro 10 - **Município de Anápolis/GO**: Número de estabelecimentos ligados à produção agropecuária e pessoal ocupado na atividade, 1960 a 1980

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980

Organização: Luz (2009)

Essa tendência, inclusive, manteve-se nos últimos anos, com isso, o município de Anápolis tornou-se um dos principais fornecedores de produtos da horticultura para o CEASA de Goiânia, além de abastecer o mercado interno e circunvizinho, através da comercialização que se realiza, principalmente, no Mercado do Produtor, uma central de abastecimento e distribuição da produção local que agrega, também, produtores das cidades próximas, (Fotos 40 e 41).

Fotos 40 e 41 - **Anápolis/GO**: Aspectos internos do Mercado do Produtor – central de distribuição da produção oriunda da hortifruticultura regional, 2009
Fonte: Luz (2009)

No geral, a produção agrícola apresenta uma pequena participação no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas atualmente no município, por exemplo, quando consideramos a distribuição por setor de atividade do produto interno bruto a preços correntes para o ano de 2006, segundo dados da SEPLAN/GO (2006), (ver Gráfico 20), a participação da agropecuária foi de 1%, enquanto a indústria e o segmento terciário produziram, respectivamente, 35% e 64%. Das culturas comerciais se destacam no município a produção de milho e arroz, com uma safra em 2007 de, respectivamente, 7.200 e 150 toneladas. Enquanto, na pecuária se sobressaem as criações de aves e bovina, voltada para a produção leiteira, também, destinadas ao abastecimento interno.

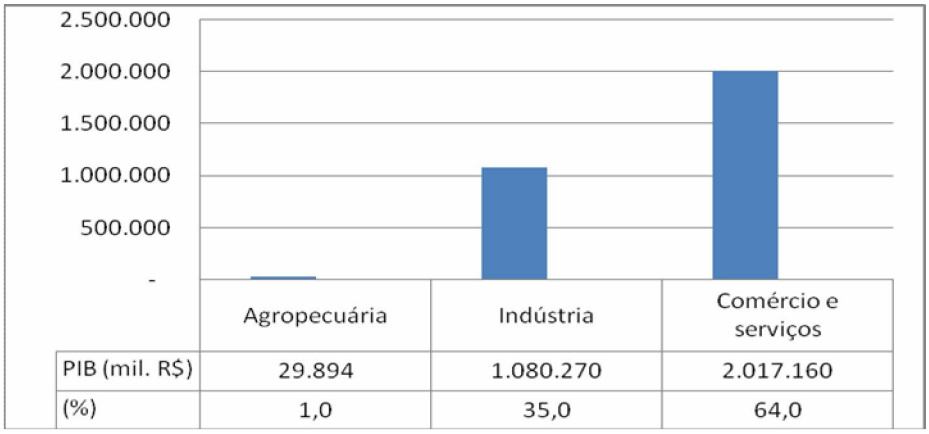


Gráfico 20 – **Município de Anápolis/GO**: Produto Interno Bruto a preços correntes -2006
Fonte: Seplan/Sepin (2006). Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin> (acesso em jan./2009)
Organização: Luz (2009)

Em relação às atividades comerciais articuladas ao setor agrícola, percebe-se que no município de Anápolis esse segmento desempenha uma função de relevância regional, conforme destacamos anteriormente. Nesse sentido, na cidade existem desde empresas especializadas na comercialização de produtos veterinários, sementes, maquinários, adubos químicos e defensivos agrícolas até prestadores de serviços na área de irrigação, também, conta com oito agências de serviços de consultoria direcionados para o setor de agronegócios.

Também, identifica-se a influência do segmento agrícola no ensino superior, através dos cursos de graduação em medicina veterinária ministrado pela Anhangüera Educacional (UniAnhagüera) e de engenharia agrícola, graduação e mestrado (Engenharia de Sistemas Agroindustriais, Recursos Hídricos e Meio Ambiente) da Universidade Estadual de Goiás(UEG); além desses, existem os tecnológicos de produção sucro-alcooleira e de gestão empresarial do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica). Na pesquisa científica o destaque se dá pela presença da unidade de transferência de tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além do escritório regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Estado de Goiás (EMATER/GO).

No tocante aos equipamentos industriais relacionados à produção agropecuária, existem empresas situadas dentro e fora do distrito industrial da cidade. As empresas localizadas fora do distrito industrial são, principalmente, voltadas para a produção e beneficiamento de alimentos, com destaque para duas grandes empresas: a unidade de esmagamento e processamento de soja da indústria Produtos Alimentícios Orlândia S.A, o Arroz Brejeiro, próxima ao centro da cidade; e, a empresa Cervejaria de Brasília S.A (CEBRASA), do grupo Ambev, localizada à margem da rodovia BR 060 na saída para Brasília e está na cidade desde 1967, (Fotos 42 e 43). Além dessas empresas, em 2008, foi reativada a unidade do Frigorífico Friboi, Grupo JBS, localizado na parte oeste da cidade, saída para Campo Limpo de Goiás, na Vila Fabril.

Fotos 42 e 43 - **Anápolis/GO**: Arroz Brejeiro e Cervejaria de Brasília S.A (CEBRASA), do grupo Ambev, 2009. Fonte: Luz (2009)

Na área do distrito industrial de Anápolis estão localizadas, aproximadamente 110 empresas, sendo 23 do segmento agroindustrial, com destaque para a produção de adubos, fertilizantes e sulfatos, além das indústrias de produtos veterinários, processamento de soja, alimentos, sal mineral e rações, (Quadro 11).

Ramos	Empresas
Adubos, fertilizantes e sulfatos em geral	Adubos Araguaia Indústria e Comércio
	Adubos Moema Indústria e Comércio
	Adubos Rio Vermelho
	Brazmo Indústria e Comércio
	Bünge Fertilizantes
	Fertilizante Centro-Oeste
	Fertilizante Mitsui S/A Indústria e Comércio
	Sologran Indústria e Comércio
Sal mineral e rações	Agrocria Comércio e Indústria
	Alisul Alimentos S/A
	Centro-Oeste Rações – Guabi
	Fersan Indústria e Comércio
	Navimix de Goiás
Produtos veterinários	Champion Farmoquímico
	Kelldrin Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas
	Biogenesis-Bagó (vias de implantação)
Cerealista	Agroindústria de Cereais Arroz Central
	Cereal – Cereais Araguaia
Esmagamento de soja	Granol Indústria Comércio e Exportação S/A
Margarina	Companhia Leco de Produtos Alimentícios
Moagem de trigo	Sótrigo – Sociedade Tritícola Goiás
Derivados de milho	Roan Alimentos
Sucos e bebidas	Doce Vida Indústria e Comércio de Produtos de Alimentos Naturais

Quadro 11 **- Anápolis/GO**: Empresas do distrito industrial ligadas ao setor agrícola – 2008

Fontes: Relação dos maiores contribuintes de ICMS do Estado de Goiás em 2006 (SEPLAN) Disponível em <http:/www.seplan.go.gov.br> (acesso em dez./2008). Trabalho de campo (2008). Org. Luz (2008)

O processo de implantação e desenvolvimento do distrito industrial de Anápolis demonstra a relação entre este distrito, em especial, com a expansão da agropecuária em Goiás, pois, quando ele foi concebido no início da década de 1970 se inseria no projeto estatal de viabilizar a industrialização como suporte para o setor agropecuário, inclusive o próprio nome - Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) - reforça essa concepção. Por sinal, inicialmente, previa-se a transferência gradual para o local das empresas de beneficiamento de cereais (arroz), torrefação de café e cerâmicas, o que não ocorreu de fato.

Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, os incentivos fiscais, aliados a própria descentralização da produção nacional, promoveram a diversificação da estrutura do DAIA, os ramos da construção e farmacêutico passaram a ocupar um espaço cada vez maior no distrito e, a partir da década de 1990, se consolidou um pólo farmacêutico especializado na produção de medicamentos genéricos de projeção nacional. Por último, em abril de 2007, o grupo CAOA iniciou a instalação de uma montadora de automóveis da empresa coreana Hyundai Motor Company, abrindo um novo segmento industrial no DAIA, conforme analisaremos a seguir.

Dessa forma, a partir da década de 1970, a atividade industrial assumiu um papel relevante no desenvolvimento local. Nesse período, em concomitância, o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Desenvolvimento II (II PND) que preconizava a descentralização da produção industrial, centrada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte. A essa estratégia federal aliou-se a política do governo estadual de incentivar o desenvolvimento industrial, com isso, foram implantados distritos industriais, por exemplo, em Anápolis e Itumbiara. No caso de Anápolis, Maia (2005, p. 206) destaca:

> O então governador de Goiás, Dr. Irapuan Costa Júnior, teve o mérito e a coragem de conduzir a abertura para a industrialização em solo goiano, mesmo sem a ajuda ou simpatia explícita das autoridades federais. Criou os distritos industriais de Itumbiara, de Anápolis, de Gurupi e de Araguarína. No DAIA de Anápolis, foram aplicados recursos próprios para a instalação da infra-estrutura, o que chegou a causar um ligeiro desequilíbrio na distribuição da renda setorial, já que tais recursos deslocados comprometeram a agropecuária, nossa principal fonte de renda.

Dessa forma, em 1976, se instalou em Anápolis o primeiro distrito industrial de Goiás, implantado numa área de 879,47 hectares na parte sudoeste da cidade, a

7 km do centro na saída para Goiânia (Figura 11). Segundo Dias (2007) e Castro (2004), a área onde se instalou o DAIA possui uma topografia favorável, praticamente sem grandes desníveis, além de um sistema natural de drenagem, aliada a uma rede hidrográfica que, inclusive, é empregada no abastecimento das empresas. Para viabilizar a implantação de empresas no local foram desenvolvidas as redes de infra-estrutura, transporte, saneamento e energia, além dos serviços de apoio, como por exemplo, posto da Agência de Correios e Telégrafos, atendimento bancário, policiamento e agência da receita estadual.

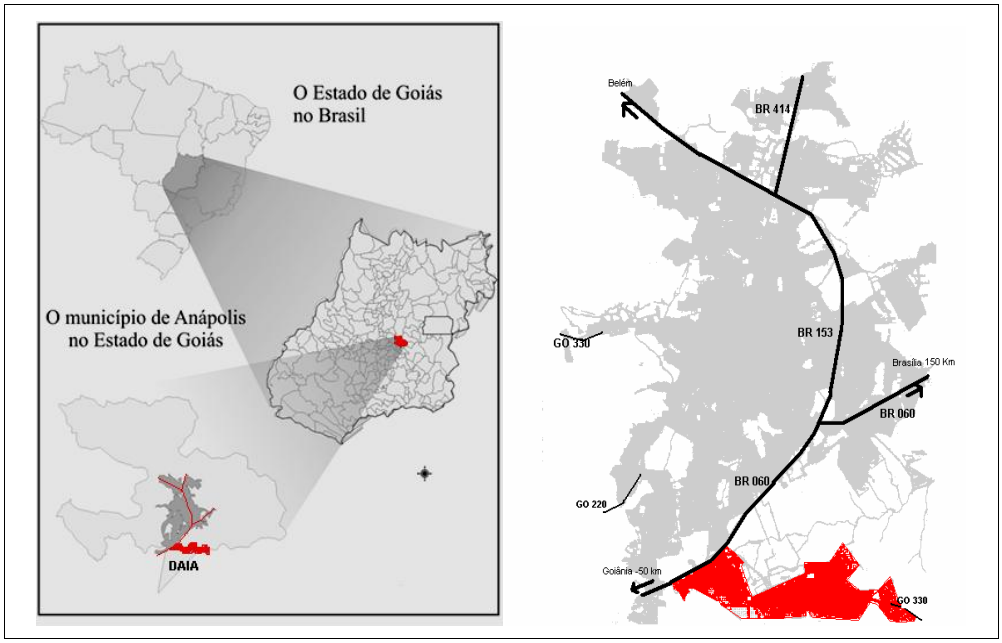


Figura 11 - **Anápolis/GO:** Projeções da Localização da Cidade e do Distrito Agroindustrial de Anápolis

Fonte: Freitas (2005), Luz (2007)

O distrito conecta-se com as demais regiões do país através de um sistema rodo-ferroviário que será ampliado com a conclusão da Ferrovia Norte-Sul. Inclusive, o marco inicial da Ferrovia Norte-Sul em Goiás se localiza no DAIA, nas proximidades do Porto Seco Centro-Oeste, onde se conectará a Ferrovia Centro-Atlântica, ramal da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), integrante do corredor de exportação Goiás - Minas Gerais - Espírito Santo, (Plano Diretor de Anápolis 2005/2006). Em conjunto com o transporte ferroviário, as rodovias que cortam a cidade e que possibilitam o acesso ao DAIA compõem o denominado Trevo Brasil, articulando as rodovias federais BR 060, BR 414 e BR 153, além das rodovias

estaduais GO 222 e GO 330, importantes para a fluidez da economia regional (ver Fotos 44 e 45).

Fotos 44 e 45 **-** **Anápolis/GO:** Trevo de acesso ao DAIA, BRs 060 e 153, com detalhes do canteiro de obras da Ferrovia Norte-Sul que passará através de um túnel sob o local

Fontes: Freitas (2005) e Luz (2008)

Se nos primeiros anos de funcionamento, final da década de 1970 e início de 1980, o distrito contava com apenas 14 empresas, em 2008, o DAIA passou a contar com 110 empresas, um acréscimo de mais de 80%, distribuídas nos segmentos: farmacêutico; de construção; e, de produtos agrícolas, dentre outras; de acordo com a relação dos maiores contribuintes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no ano de 2006, apresentada pela SEPLAN (2007), (Quadro 12)

Segmento	Empresa	Grupo ou Holding	No. de func.	Faturamento
Farmacêutico	NeoQuímica	Não	1459	US$ 165,3 milhões (vendas 2007)
	Laboratório Teuto	Não	1345	US%158,9 milhões (vendas 2007)
Construção	Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A	Cecrisa	s/d	R$ 498,9 milhões (faturamento bruto do grupo)
	Precon Goiás Industrial Ltda.	Grupo Eternit	120	R$ 36 milhões (vendas 2007)
Alimentos	Roan Ind. de Alimentos	Não	s/d	s/d
Isolantes térmicos	Isoeste Isolantes	Não	285	US$ 68,5 milhões (vendas 2007)

Quadro 12 – **Anápolis/GO:** Relação de Empresas do DAIA que se destacaram na arrecadação de ICMS em 2006

Fonte: SEPLAN (2007) Disponível em <http:www.seplan.go.gov.br> (acesso em jul./2008). Revista Exame, Melhores e Maiores, (2008)
s/d – sem dados

Dentre os fatores que contribuíram para essa ampliação se destacam: os incentivos fiscais fornecidos através dos fundos de fomento estadual, como o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), instituído pela Lei Estadual no. 9.489 de 19 de julho de 1984, depois, pelo Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (PRODUZIR), Lei Estadual no. 13.591 de 18 de janeiro de 2000; dos recursos disponibilizados pelo governo federal através do Fundo Constitucional para o Centro-Oeste (FCO), regulamentado pela Lei Federal no. 7.827 de 27 de setembro de 1989; além da isenção por tempo variável dos tributos municipais.

Os incentivos concedidos, em específico, no âmbito do governo municipal envolviam, inicialmente, a isenção total por cinco anos dos seguintes tributos: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); taxas e contribuição de melhoria, extensiva aos serviços de execução do projeto de obras civis desde o início de sua implantação. Depois, de acordo com Castro (2004) e Dias (2007), com a instituição da Lei Municipal no. 1.915 de 12 de dezembro de 1991, as empresas passaram a se beneficiar, também, da isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e da taxa de construção.

Na esfera estadual, conforme Paschoal (2001), Silva (2002) e Melo (2007), o programa FOMENTAR se estruturou através dos incentivos fiscais concedidos, principalmente, via empréstimos de até 70% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a ser recolhido pela empresa, por um período inicial de cinco anos que, depois, foi expandido para trinta anos. De modo geral, o Fomentar aprovou 978 projetos de empresas para o Estado de Goiás entre 1983 e 2000, contribuindo para industrialização local. Porém, a forma como os empréstimos foram efetivados implicam em uma política indireta de renúncia fiscal, mediante o uso privado de recursos públicos, pois, além da constante prorrogação dos prazos para o pagamento dos empréstimos o governo oferecia descontos para a liquidação antecipada dos débitos, por exemplo, no vigésimo leilão de ativos realizado em dezembro de 2008, os descontos para o pagamento antecipado dos débitos chegaram até a 89%, conforme informações da Secretaria da Indústria e do Comércio do Estado de Goiás (SIC).

O programa PRODUZIR, por sua vez, veio para substituir o FOMENTAR a partir de 2000, com isso, foram criados mecanismos que permitiram que as empresas migrassem do antigo fundo para o novo programa de incentivos. Nos primeiros anos de vigência, 2000 a 2005, o PRODUZIR atraiu 931 projetos empresariais para o Estado de Goiás, sendo que para Anápolis foram aprovados para implantação ou expansão 44 projetos, (Gráfico 21).

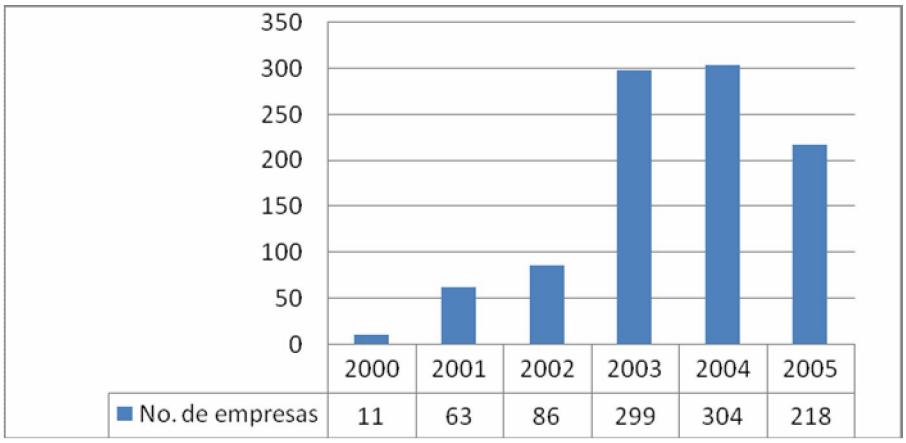


Gráfico 21 - **Estado de Goiás**: Projetos aprovados pelo programa PRODUZIR de 2000 a 2005

Fonte: SEPLAN/SIC, Secretaria Executiva do Produzir (2007) Disponível em <http//:www.seplan.go.gov.br/rev/revista22/cap09.pdf > (acesso em jan. 2009)
Organização: Luz (2009)

Com o objetivo de viabilizar o PRODUZIR, paralelamente, criaram-se outros instrumentos, como por exemplo: o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR) para dar suporte financeiro para o programa de incentivo ao setor industrial promovido pelo governo estadual; a Agência de Fomento do Estado de Goiás (GOIÁSFOMENTO) que oferece linhas especiais de financiamento e crédito; além de um fundo direcionado para o setor mineral e um programa especial de crédito produtivo para as pequenas empresas. Sobre as diferenças entre o FOMENTAR e o PRODUZIR, Rodrigues da Silva (2002, p.141) destaca:

> Uma das principais diferenças do PRODUZIR em relação ao FOMENTAR consistia na alegação de que este não se configurava como isenção fiscal. No PRODUZIR, o beneficiário quitaria junto ao Erário Público todo seu débito (mensal) de ICMS. O estado, depois de ter recebido (não havendo, portanto, renúncia fiscal), “devolveria”

> à empresa, em forma de financiamento, valor equivalente a até 73% do imposto gerado no período, driblando, assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este financiamento, com juros de 2,4% a.a., capitalizados mensalmente, não teria correção monetária. Outra distinção importante era no prazo de fruição, que seria de no máximo15 anos, com data prevista para encerramento em 2020.

Outra característica presente no PRODUZIR é a existência de subprogramas, como por exemplo, entre outros: o destinado às micro e pequenas empresas (MICROPRODUZIR); para os operadores logísticos (LOGPRODUZIR); no segmento do comércio exterior (COMEXPRODUZIR); além do subprograma direcionado para o setor de telecomunicação (TELEPRODUZIR).

No âmbito federal, o FCO se constitui em outro instrumento de incentivo para a industrialização e modernização da atividade industrial em Goiás, mediante a aplicação de 29% dos recursos destinados ao Centro-Oeste para investir em projetos ligados ao desenvolvimento rural, turismo regional, reforma agrária e meio ambiente. Em específico, no Estado de Goiás entre 1999 e 2005, somente, o FCO totalizou 79.378 contratos que geraram 282.791 empregos e financiaram um volume aproximado de 3 bilhões de reais (Revista Economia & Desenvolvimento, 2006, p. 23). E, de acordo com a programação do FCO para o ano de 2008, elaborada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), foram destinados 846.208 milhões de reais para investimentos em Goiás nos segmentos empresarial (indústria, infraestrutura, turismo, comércio e serviços) e rural, mas, o montante dos recursos contratados superou esse valor, conforme as informações da SEPLAN/GO sobre o FCO no período entre 2006 e 2008, (Tabela 17):

Tabela 17 - **Estado de Goiás**: Quantidade e Valores Contratados de Recursos do FCO – 2006 a 2008

Programa	**Quantidade de contratos**			**Valores contratados (R$ milhões)**		
	2006	**2007**	**2008**	**2006**	**2007**	**2008**
Empresarial	877	1.785	3.640	179.824	382.851	391.267
Rural	29.543	30.573	21.064	455.764	528.761	651.642
Total	**30.420**	**32.358**	**24.704**	**635.588**	**911.612**	**1.042.909**

Fontes: Banco do Brasil/ FCO (2008). SEPLAN/SEPIN (2009) - Disponível em <http: www.seplan.gov.go.br/sepin> (acesso em jan./2009). Organização: Luz (2009)

Nesse sentido, a instituição do FOMENTAR/PRODUZIR, a disponibilidade de recursos do FCO e das agências de fomento são ações que marcam o desenvolvimento industrial da cidade de Anápolis na década de 1990, pois, propiciou a diversificação da economia e a instalação de dezenas de empresas, inclusive, contribuindo para a formação de um pólo farmacêutico na cidade, além das empresas ligadas à construção, alimentação, processamento de soja e, por último a automobilística (ver Fotos 46 e 47).

Fotos 46 e 47 – **Anápolis/GO**: vista parcial do Distrito Agroindustrial e do Laboratório Teuto Ltda.
Fontes: SEPLAN (2008), Disponível em <http: www.seplan.gov.go.br> (acesso em jan./2009). Material de Divulgação do Laboratório Teuto Ltda. Disponível em <http: teuto.com.br> (acesso em jan./2009)

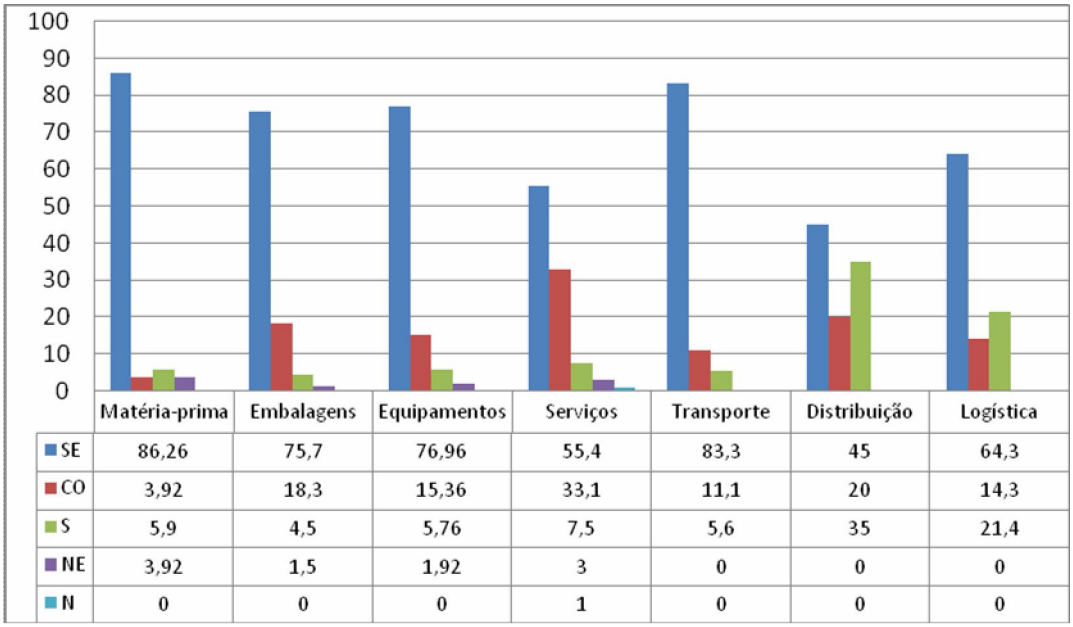
Por sinal, as empresas farmacêuticas do DAIA compõem o Pólo Farmacêutico de Goiás considerado o terceiro maior do país, composto por 23 empresas que estão situadas no eixo Goiânia-Anápolis, conforme informações do Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica (IGTF) e SEPLAN (2008). No DAIA funcionam 18 empresas deste pólo, especializadas, principalmente, na produção de medicamentos genéricos, como é o caso do Laboratório NeoQuímica Ltda. e Laboratório Teuto Ltda., 10ª e 15ª maiores empresas do segmento farmacêutico no país, segundo dados apresentados pela Revista Exame, Maiores e Melhores (2008). Porém, existem empresas, por exemplo, de produtos hospitalares (Bioline Ind. e Com. de Fios Cirúrgicos Ltda.), complementos alimentares (Midway Tecnologia em Alimentos Ltda.) e veterinária (Champion Ind. Química Ltda.), (Quadro 13).

Empresas/Laboratórios	Ano de criação
1. Laboratório NeoQuímica Ltda.;	1989
2. Vitapan - Indústria Farmacêutica Ltda;	1990
3. Greenpharma Agroquímica Ltda;	1992
4. Laboratório Teuto Ltda;	1993
5. Bioline Ind. e Com. de Fios Cirúrgicos Ltda.	1993
6. Champion Ind. Química Ltda;	1993
7. Laboratório Kinder Ltda;	1996
8. Midway Tecnologia em Alimentos Ltda;	1996
9. Laboratório Ducto Indústria Farmacêutica Ltda; (NeoQuímica)	1997
10. Beraca Ind. e Comércio LTDA	1999
11. Nova Farma Ind. Farmacêutica	1999
12. FBM Ind. Farmacêutica	2000
13. Pharma Nostra Comercial LTDA	2001
14. Gênix Indústria Farmacêutica Ltda	2001
15. Brazmo S.A	2002
16. Laboratório Genoma Ltda;	2003
17. Laboratório Geolab	2003
18. Melcon Indústria Farmacêutica	-----

Quadro 13 **- Anápolis/GO:** Relação de Empresas do Pólo Farmacêutico de Goiás presentes no DAIA -2008

Fonte: IGTF (2008), Pesquisa de campo (2008)
Organização: Luz (2008)

As empresas que compõem o Pólo Farmacêutico de Anápolis conectam a cidade às demais regiões do país através de uma rede de empresas que compõem sua cadeia produtiva, envolvendo empresas: fornecedoras de matéria-prima, embalagens, equipamentos e serviços; transportadoras; distribuidoras; e, empresas de logística. No caso, a maior parte das empresas fornecedoras do pólo anapolino está no Sudeste, principalmente, no Estado de São Paulo que possui mais de 80% destas empresas associadas à cadeia produtiva farmacêutica de Anápolis, enquanto, as empresas locais, sediadas no eixo Goiânia-Anápolis se destacam, principalmente, na oferta de serviços, (Gráfico 22).



	Matéria-prima	Embalagens	Equipamentos	Serviços	Transporte	Distribuição	Logística
SE	86,26	75,7	76,96	55,4	83,3	45	64,3
CO	3,92	18,3	15,36	33,1	11,1	20	14,3
S	5,9	4,5	5,76	7,5	5,6	35	21,4
NE	3,92	1,5	1,92	3	0	0	0
N	0	0	0	1	0	0	0

Gráfico 22 – **Anápolis/GO**: Participação das Empresas na Cadeia Produtiva do Pólo Farmacêutico de Anápolis por Região – 2008

Fonte: IGTF (2008). Disponível em <http:www.igtf.com.br> (acesso em dez./2008)
Organização: Luz (2009)

Por sinal, essa cadeia produtiva se estruturou a partir da criação do Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica (IGTF) em 2001. Trata-se de um órgão gestor que surgiu a partir de acordos firmados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (SECTEC), além de universidades, centros tecnológicos, empresas e associações classistas, objetivando o desenvolvimento técnico e humano, através do incentivo à pesquisa, inovação tecnológica e qualificação de mão-de-obra (IGTF, 2008). Nesse sentido, o IGTF contribui para promover a integração entre a produção, pesquisa e tecnologia, inclusive, com a consolidação do pólo farmacêutico em Anápolis surgiram vários cursos de graduação, públicos e privados, voltados para este segmento, por exemplo, o curso de Farmácia é oferecido por três Instituições de Ensino Superior (IES): a Universidade Estadual de Goiás (UEG), o Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica; e, a Anhangüera Educacional. Inclusive, a UEG e a UniEvangélica realizam o mestrado interinstitucional em Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Farmacêutica, além de cursos de especialização relacionados com a gestão empresarial, segurança do trabalho e tecnologia.

Dessa forma, a atividade industrial transformou a cidade de Anápolis em referência regional e a projeta no cenário nacional como um dos principais centros industriais da Região Centro-Oeste. E, a esse fato se agrega, também, a dinâmica interna do setor comercial, tradicional na cidade, compondo um quadro que diferencia a cidade regionalmente, apesar da presença de duas aglomerações urbanas de caráter metropolitano: a Região Metropolitana de Goiânia e a Rede Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Nessa direção, a posição geográfica estratégica de Anápolis contribuiu para o desenvolvimento industrial e a modernização da atividade comercial, conforme a análise do processo evolutivo de Anápolis. Efetivamente, a localização estratégica de Anápolis concorre para o desenvolvimento da atividade comercial atacadista[48], uma vez que as empresas anapolinas alcançam com facilidade os dois centros urbanos mais populosos da região Centro-Oeste e que apresentam um ritmo acelerado de urbanização. O que amplia a demanda e acirra a competitividade intra-urbana e inter-regional, uma vez que a melhoria das redes técnicas favorece a organização dos sistemas de transportes e distribuição, possibilitando que a atividade comercial se realize com áreas mais distantes.

Assim, a localização estratégica de Anápolis para o desenvolvimento da atividade comercial é reafirmada ao consideramos a articulação, atual, da cidade que proporciona a existência de um eixo dinâmico interligando Brasília-Anápolis-Goiânia. Dessa forma, Anápolis ao mesmo tempo em que se integra na dinâmica urbana inter-regional mantém um comércio atacadista competitivo e um setor industrial em crescimento, além de permitir que as empresas, situadas no espaço intra-urbano e que agregam os circuitos, superior e inferior, da economia usufruam da localização da cidade através dos investimentos e contingentes populacionais atraídos pelas metrópoles próximas.

Inclusive, na caracterização dos circuitos superior e inferior[49], Santos (1979, p. 33) destaca que "a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de

[48] Mais informações sobre o comércio atacadista de Anápolis, ver Luz (2001),

[49] Conforme Santos (1979, p.31) o circuito superior compreende as atividades terciárias modernas, por exemplo: bancos, atacadistas, transportadores, indústria e comércio de exportação. Enquanto, o inferior envolve as atividades consideradas mais simples "não-modernas" do comércio varejista e indústria.

organização". Ou seja, a tecnologia empregada pelas atividades do circuito superior que dispõem de crédito bancário é importada e de alto nível. Ela é produzida, geralmente, no local ou área de influência, adaptada ou recriada, ao mesmo tempo em que indica na articulação externa desses segmentos.

Outro aspecto que diferencia os dois circuitos é o volume de mercadorias manipuladas. No entanto, o circuito superior tem acesso aos melhores produtos, não precisando de grandes estoques. Com isso, o circuito superior pode concorrer pelas melhores ofertas, além de utilizar os recursos da publicidade e as técnicas modernas de gestão que otimizam o tempo e os recursos, contrapartida, geralmente, não encontrada no circuito inferior. Portanto, o controle sobre o sistema de produção, circulação e consumo é maior pelas atividades do circuito superior e mistas. O que justifica o interesse pelas atividades comerciais no segmento atacadista e transportador.

Os comerciantes atacadistas, por sua vez, contribuem para que o processo de circulação e distribuição de mercadorias e capitais se efetive, articulando as atividades urbanas. Pois, eles fazem a conexão entre a produção agrícola, armazenagem, industrialização, estocagem e distribuição. Nesse processo de articulação entre produção, circulação e estruturação do espaço geográfico, eles passam a exercer poder, segundo Santos (1979, p.61):

> Os comerciantes atacadistas, pelo qual passam todas as relações extralocais, extra-regionais e extranacionais, substitui assim a classe dos industriais (contribuindo por outro lado para retardar seu nascimento), e numa certa medida, os bancos

Os atacadistas, por um lado, são responsáveis pelo abastecimento dos varejistas, que por sua vez abastecem o consumidor final. Por outro, ao dispor de uma capacidade de armazenagem maior, ele obtém dos fornecedores, dos quais compra grandes volumes a preços que permitem a oferta de crédito aos pequenos comerciantes. Assim, para ampliar sua rentabilidade, procuram viabilizar a expansão de sua rede de atendimento ao fornecer créditos e realizar transações financeiras, como, por exemplo, a compensação de cheques de terceiros. A transformação do atacadista em atacadista-transportador, como acontece com as maiores empresas do ramo em Anápolis, alicerça-se na necessidade de aumentar a

velocidade de circulação das mercadorias e também do controle que os empresários passaram a possuir sobre a distribuição.

A atividade atacadista é muito diversificada e comercializa, desde alimentos, produtos de higiene e limpeza, além de combustíveis, arames, ferramentas e outros produtos. Os atacadistas necessitam de impor um ritmo mais acelerado no processo de distribuição para garantir que não ocorram perdas dos estoques ou que estes se desvalorizem. Nesse sentido, é comum que ocorra dentro do setor a formação de empresas que se especializam na distribuição de alguns produtos, por exemplo, higiene, limpeza, etc.. Essa estratégia favorece a formação de pólos comerciais, ao mesmo tempo em que estabelece a coesão organizacional no segmento.

A questão dos custos de transporte das mercadorias é outro fator que influencia na formação dos pólos comerciais em áreas que concentram um amplo mercado interno que viabiliza o escoamento inter-regional das mercadorias. Por isso, os centro urbanos que possuem localização estratégica exercem a atração sob os empresários atacadistas, como ocorreu em Anápolis e no Triângulo Mineiro, principalmente, Uberlândia, conforme destaca Singer (1998, p.149)

> O comércio atacadista se localiza quase sempre em áreas metropolitanas, quando estas já existem, pelo simples fato de que o tamanho do mercado metropolitano reduz os custos de transporte, quando o centro de redistribuição dos produtos se encontra próximo dele.

Enfim, os comerciantes atacadista-transportadores estão inseridos na dinâmica da divisão social do trabalho que se territorializa com a expansão de sua rede de influência, conectando novas áreas e estabelecendo, através dos fluxos que passam a desenvolver, novas relações que irão ampliar seu poder e capacidade competitiva. Como analisa Pintaudi (1999, p.156) a “atividade comercial sempre envolveu algo mais do que o simples ato de comprar e vender e se constituiu num elemento de integração de relações sociais estabelecidas no cotidiano.”

Ademais, o desenvolvimento dos meios de comunicação e publicidade, também, contribui para que as empresas se tornem cada vez mais conhecidas, possibilitando que utilizem sua marca nos produtos que comercializam. Além disso, as facilidades geradas pela informática permitem realizar um controle mais eficiente

sobre os estoques e a distribuição das mercadorias, o que favorece os negócios. São as infraestruturas que se estabelecem concretizando as redes técnicas.

A atividade comercial possui um papel relevante no processo de formação da cidade de Anápolis. Inicialmente, essa atividade impulsionou o crescimento do espaço urbano e, depois, contribuiu para a diversificação e especialização da cidade de entreposto comercial a centro de distribuição e logística. Esse fenômeno torna-se mais complexo com a expansão da atividade industrial e, consequente, ampliação da demanda por serviços dos mais comuns aos mais especializados, intensificando o processo de terciarização da economia. Todavia, esse processo acompanha a entrada de novas práticas e relações de trabalho com a ampliação da terceirização, contribuindo para a precarização do mercado de trabalho e o crescimento da informalidade.

Dessa forma, a partir dos anos oitenta, o setor atacadista anapolino passou a investir na criação de frota própria de caminhões para realizar a distribuição das mercadorias. Assim, a criação de frota própria de transportes garantiu uma maior agilidade e controle sobre o mercado fornecedor e consumidor. E, em decorrência dessa ação foi necessário relocalizar os armazéns em função dos problemas encontrados na parte central da cidade, onde se localizavam até então, transferindo-os para áreas próximas aos trevos de saída da cidade, principalmente, nos trevos de Goiânia e, também, de Brasília.

A relocalização das empresas comerciais atacadistas é um aspecto que ganha relevância, pois, na atualidade o crescimento demográfico e a ampliação do número de veículos particulares congestionam o tráfego e dificultam a realização de negócios das empresas situadas na área central, principalmente que envolvam grandes volumes de mercadorias, ainda mais, quando recordamos a origem da cidade que possui ruas centrais estreitas que dificultam, ou mesmo, impedem o trânsito nos dois sentidos, bem como, estacionar os veículos.

A saída das empresas da área central e a criação de uma frota própria de veículos contribuíram para a diferenciação do setor comercial atacadista anapolino em dois grupos, o setor tradicional e o moderno. Enquanto, os atacadistas tradicionais mantêm-se na área central, as empresas modernas buscam as áreas fora do perímetro urbano ou adjacências, onde o acesso dos veículos e

consumidores é possível sem grandes problemas de trânsito, como ocorre na parte central.

A relocalização das empresas melhora a acessibilidade que passa a ser um elemento decisivo na escolha do novo local para fixar a empresa. A empresa situada em uma posição estratégica passa a impor um ritmo mais veloz para as atividades de distribuição, conseguindo conectar o cliente local e os mais distantes com eficiência. Ou seja, as empresas ao articularem os fornecedores e os consumidores projetam a cidade de Anápolis para regiões cada vez mais amplas e distantes. Com isso, verifica-se que as empresas atacadistas-transportadoras modernas de Anápolis possuem um papel significativo no processo de articulação no campo econômico, tanto interna como externamente, permitindo que se estabeleçam relações dinâmicas com Goiânia e outros centros urbanos.

As empresas que formam o setor atacadista-transportador são consideradas modernas por utilizar os recursos das redes técnicas-informacionais formadas por sistemas técnicos que são "entendidos como objetos e também como formas de fazer e de regular" (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.11), capazes de organizar o espaço e os elementos que o compõem[50], o que contribui para a modernização e especialização do setor atacadista. A atuação das firmas, empresas atacadistas modernas, rastreando via satélite o percurso dos veículos é uma forma de controle e regulação que se tornou possível com desenvolvimento das redes técnicas de informação.

Os atacadistas-transportadores modernos, também, utilizam os recursos da informática, através dos computadores em rede, que possibilita a articulação de modo interno, dentro dos vários setores da empresa, e externo, contatando clientes, instituições ou vendedores. Dessa maneira, as empresas ganham tempo no acesso às informações sobre os estoques disponíveis, previsão de entrega, atualização de valores e dados dos clientes. Pois, a informação garante um poder de decisão e controle capaz de gerar resultados mais rápidos para a empresa que atua em um mercado competitivo. Nesse caso, a modernização dos sistemas de comunicação e informação é uma exigência dos novos tempos dominados pelas redes técnicas da era técnica-informacional, promotora da redução das distâncias.

---

[50] Santos (1985, p.06) destaca como elementos do espaço os homens, as firmas as infraestruturas e as instituições.

A utilização de computadores no controle de estoques ou das vendas é comum no setor atacadista moderno e tradicional. Entretanto, os modernos utilizam os computadores em rede e, assim, ganham agilidade, conseguindo ampliar sua área de atuação. O acesso aos recursos da rede técnica de informação transforma-se em estratégia empresarial na concorrência pelo mercado. A política de uma empresa, moderna ou em vias de modernização, liga-se com as estratégias adotadas ao utilizar os recursos técnicos disponíveis para obter os melhores resultados. São as estratégias políticas desenvolvidas na utilização dos recursos disponíveis na rede técnica que diferenciam uma empresa tradicional de uma moderna. E, nesse sentido, Santos (1997, p.177) ressalva:

> Não é a técnica em si que leva envelhecimento rápido das situações, mas a política. Desse modo, podemos conceber um mundo onde não sejamos obrigados a considerar como velhos, objetos recentes e que instalamos recentemente.

No setor atacadista-transportador moderno existem empresas que apresentam relações de trabalho tradicionais, no caso específico, são empresas que ainda se localizam na parte central da cidade. Nessas empresas, predominam as relações nas quais ocorrem a divisão de tarefas e a remuneração pro rata, ou seja, conforme a especificação da função no momento do contrato. No caso das empresas tradicionais, enquanto o serviço interno é realizado por funcionários contratados pela própria empresa que dispõem de assistência médica, condições de segurança e salubridade, os trabalhadores que realizam os serviços externos de carga e descarga não possuem vínculo empregatício, trabalham nas calçadas e ruas em que as empresas se localizam, sendo obrigados a se desviar do trânsito de pedestres, veículos e mercadorias colocadas aleatoriamente sobre as calçadas, colocando em risco a própria segurança e a de terceiros, além de estarem submetidos às intempéries do tempo, esses trabalhadores realizam o trabalho braçal e são denominados, popularmente, de “chapas”.

Assim, podemos destacar que o desenvolvimento do setor atacadista-transportador moderno de Anápolis é uma resposta à necessidade de inserção do setor na dinâmica espacial dos circuitos produtivos que se desenvolvem na atualidade com as redes técnicas, que estabelecem novos padrões de organização interna nas empresas e de relações entre os centros econômicos.

No segmento comercial varejista, chama atenção a entrada recente de lojas, 2007, que compõem redes nacionais de varejo, nos segmentos dos eletrodomésticos e do vestuário, como por exemplo, a Eletrosom (3 lojas), Ricardo Eletro (MIG), Tecelagem Avenida, Renner, Marisa e Americanas (2 lojas), que se instalaram nos últimos anos na cidade, além da ampliação no número de lojas das empresas que já atuavam na cidade, Casas Bahia (2 lojas), Ponto Frio (3 lojas), Novo Mundo (4 lojas), Fujioka (2 lojas). Também, destaca-se a entrada de redes regionais de calçados que se instalaram na cidade, como a Aggitus (Brasília) com 3 lojas, Cazu Azze (Goiânia) com 2 lojas, Savan (Goiânia) 3 lojas e Flávio's (Goiânia) com uma loja, competindo com as empresas locais, que reduziram o número de lojas, ou mesmo, mudaram de nome e expandiram para fora da área central, como por exemplo, a Mônica Calçados (4 lojas), que não existe mais, substituída pela Passarela Calçados com duas lojas no centro e duas fora dessa área.

Foto 48 e 49 – **Anápolis/GO**: Imagens do centro da cidade, Rua Engenheiro Portela, área de concentração da atividade comercial varejista e de serviços, 2009

Fonte: Luz (2009)

Outro segmento do varejo que se projetou nos últimos anos foi o de supermercados, onde se destaca a rede local de porte médio denominada de Supervi com nove lojas e que, recentemente, se expandiu para Goiânia (duas lojas). Além dessa, destacam-se três outros supermercados locais o Floresta Supermercados (2), o HiperVi (2) e o Rio Vermelho (2), inclusive, este último se articula a empresa atacadista transportadora-moderna Rio Vermelho Ltda. A partir de 2008, também, entrou em funcionamento uma loja da rede de hipermercados Carrefour, que se instalou no Brasil Park Shopping.

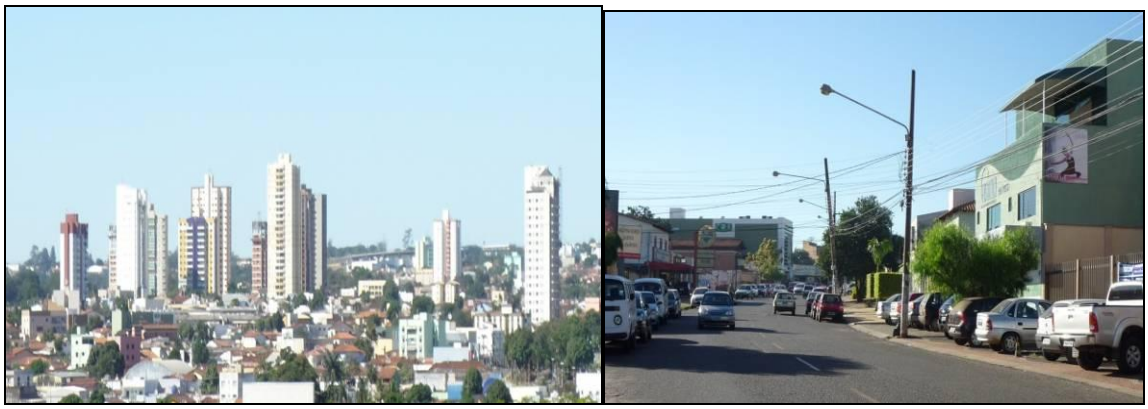
Nesse sentido, a expansão do número de lojas das empresas ocorre, principalmente, na parte central da cidade, todavia, percebe-se uma tendência em descentralizar a atividade em duas direções: a primeira, com a abertura de filiais nos shoppings Anashopping e Brasil Park Shopping; a segunda, diz respeito à abertura de lojas na Grande Vila Jaiara, ao norte da cidade, uma área de concentração de população de camadas mais populares[51]. Esse sentido, inclusive, também é percebido no que tange aos serviços da administração pública, clínicas odontológicas, farmácias, supermercados e banco, produzindo uma área dinâmica da atividade comercial fora da área central, (Fotos 50 e 51).

Fotos 50 e 51 – **Anápolis/GO**: Imagens da Av. Fernando Costa, via que estrutura a área central da Grande Vila Jaiara ao norte da cidade e do posto de atendimento dos serviços municipais "Rápido", 2009

Fonte: Luz (2009)

O Bairro Jundiaí é outra área que tem se expandido nos últimos anos, nesse caso, porém, trata-se de um modelo de expansão que se articula com os serviços na área da saúde. Pois, no alto do Bairro Jundiaí se localiza a Santa Casa de Misericórdia, um dos maiores hospitais da cidade, com isso, criou-se um eixo entre o centro e esse hospital e, nessa direção diversos consultórios médicos e odontológicos, clínicas especializadas, além de laboratórios estão sendo abertos, (Fotos 52 e 53).

[51] Conforme dados da obtidos pela Pesquisa Desigualdades Sócio-Espaciais em Anápolis-GO, desenvolvida sob nossa coordenação, junto ao Curso de Geografia da UEG-Anápolis, em 2003, envolvendo a análise comparativa dos microdados do IBGE, setores censitários, de 1990 e 2000.



Fotos 52 e 53 – **Anápolis/GO**: Visão panorâmica do alto do Bairro Jundiaí, marcada pela verticalização e da Av. Santos Dumont, ao longo da qual se instalaram diversas clínicas, 2009

Fonte: Luz (2009)

Também, a entrada em funcionamento do Brasil Park Shopping na Avenida Brasil dinamizou o segmento comercial na cidade, pois, atraiu diversas lojas para o seu interior e criou uma opção a mais para os consumidores, fora da parte alta do centro da cidade, também, a modernização e ampliação do Anashopping, parte nordeste, contribuiu para essa dinâmica, (Fotos 54 e 55, Quadro 14):

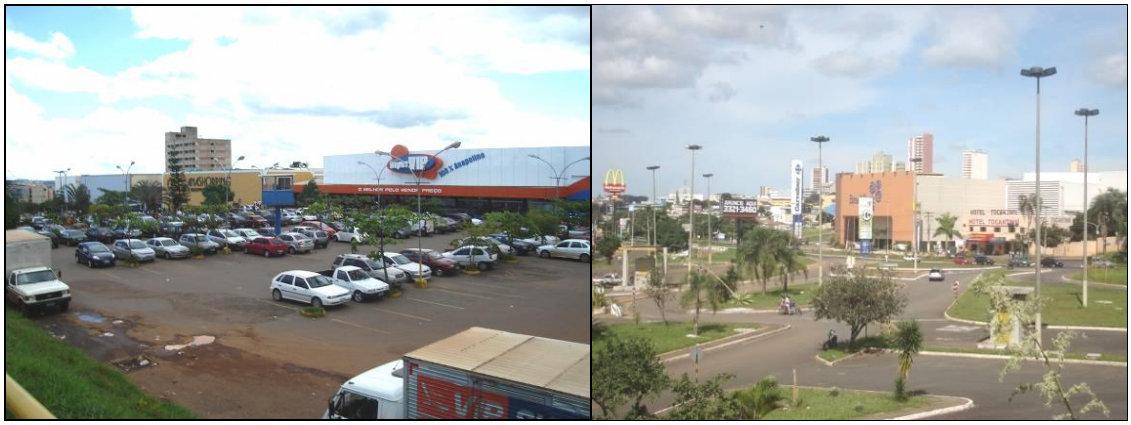
Informações	**Anashopping [1]**	**Brasil Park Shopping [2]**
Área total do terreno	50.000 m^2	30.000 m²
Área total construída	22.800 m^2	25.000 m^2
Pisos	02	02
Área Bruta locável	18.000 m^2	19.000 m^2
Número de lojas	54	120
Lojas âncoras	O3	06
Praça de alimentação	s/d	400 lugares
Lazer	02 salas de cinema	05 salas de cinema
Ala de serviços	05 lojas	08 lojas
Estacionamento	1200 vagas	1200 vagas
Público estimado	350.000 mês	400.000 mês

Quadro 14 - **Anápolis/GO**: Shopping Centers em funcionamento na cidade - 2008

Fontes: Trabalho de campo (2008), sites dos estabelecimentos.

[1] www.anashopping.com.br

[2] www.brasilparkshooping.com.br/ material publicitário



Fotos 54 e 55 **-** **Anápolis/GO**: shopping centers Anashopping e Brasil Park Shopping, situados em respectivo na Av. Universitária e Av.Brasil, 2009

Fonte: Luz (2009)

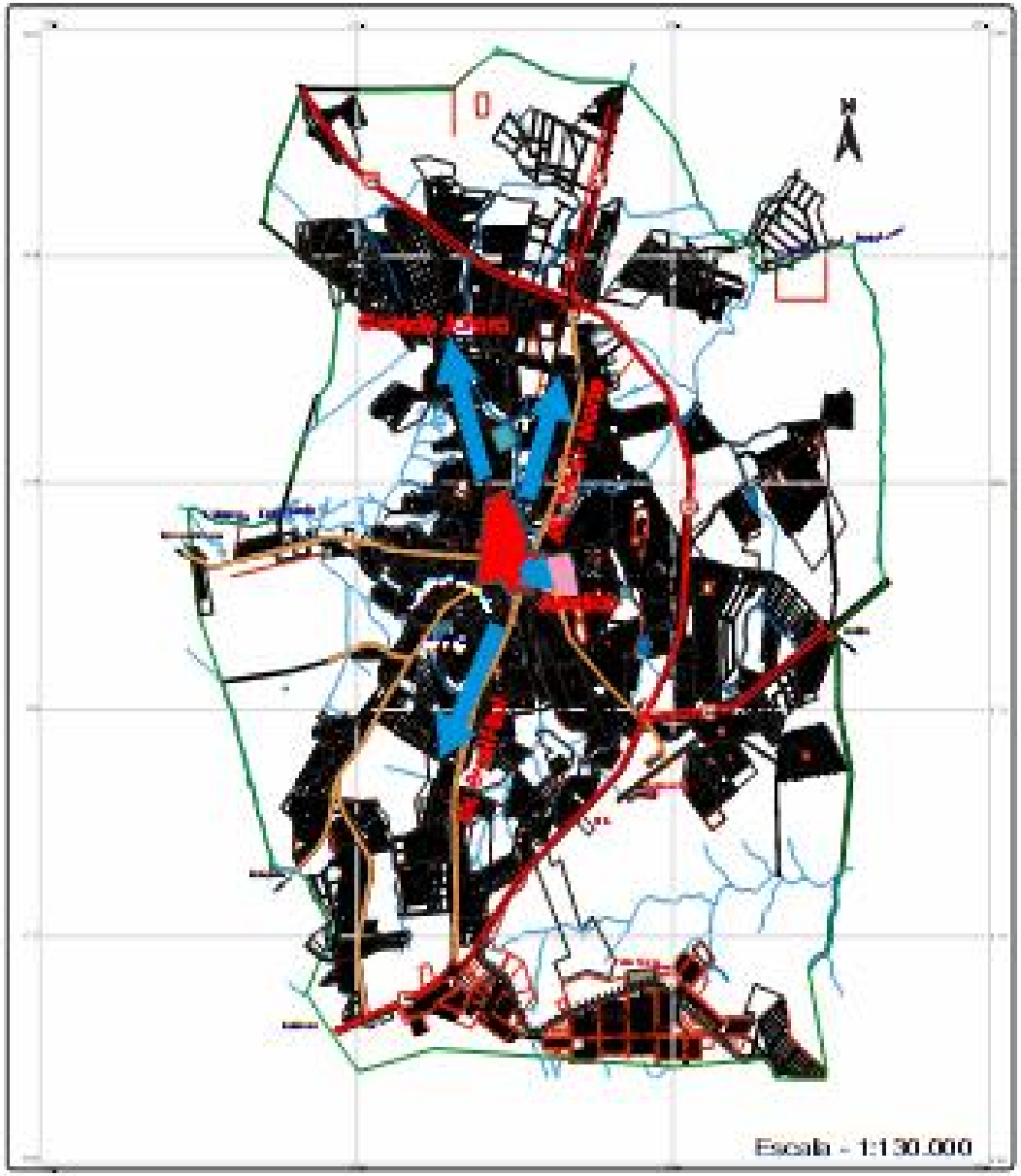
Além desses segmentos, também, é possível observar o crescimento das revendas de automóveis, que se instalaram em duas áreas em especial: ao longo da Avenida Brasil Sul na saída para Goiânia (Saga Motors/Toyota, Grupo Liberté/Citröen, Autoeste Automóveis Ltda./Fiat, Nasa Veículos Ltda./Volkswagen, Saint Martin/Peugeot, Salinas Automóveis/Ford, Hyundai/Saga Hyundai, Anadiesel S.A/ Mercedes Benz e a Cotril Motors Ltda./Mitisubishi), além das concessionárias de motos (Suzuki, Honda e Yamaha); e, na área do Anashopping (Planeta/Chevrolet e Renaulto Veículos/Renault), (Fotos 56 e 57).

Foto 56 e 57 – **Anápolis/GO**: Imagens da Av. Brasil norte e sul, eixo que estrutura o sistema viário da cidade, 2009

Fonte: Luz (2009).

Dessa maneira, em uma perspectiva mais ampla identificam-se quatro grandes áreas que se destacam na atividade comercial na cidade de Anápolis: a parte central que representa a primeira opção para a fixação e ampliação das empresas; a Grande Vila Jaiara que vem atraindo lojas de rede, supermercados, etc., e que se consolida como uma área em expansão; o Bairro Jundiaí, com as clínicas, consultórios e serviços especializados; e, o eixo da Av. Brasil, ao norte, com empresas de construção e ao sul, principalmente, com revendas e concessionárias de automóveis além de grandes oficinas e armazéns atacadistas, (Mapa 24).

Em relação aos serviços, Anápolis se destaca no setor bancário, de saúde e, cada vez mais, se consolida como pólo universitário. Segundo dados da SEPLAN/GO (2007), existem 26 agências bancárias em Anápolis, Caixa Econômica Federal (4), Banco do Brasil S. A (3), Banco Itaú S/A (6), Bradesco (5), HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo (2), além do BRB - Banco de Brasília S/A, Unibanco, Banco ABN AMRO Real S/A, Banco Santander Banespa S/A, Banco Sudameris do Brasil S/A e o Banco Mercantil do Brasil S/A. Destes bancos, apenas a Caixa, Banco do Brasil, Itaú e HSBC possuem agências fora da área central. Além das agências, o Branco do Brasil possui 11 postos de atendimentos disseminados pela cidade, a Caixa possui aproximadamente 40 pontos de atendimento, entre correspondentes bancários e lotéricas, enquanto, o Itaú possui mais seis postos de atendimento. Em síntese, em Anápolis existe uma ampla rede bancária composta por agências, postos de atendimento, correspondentes bancários, lotéricas e caixas de auto-atendimento. Inclusive a cidade é sede das superintendências regionais da Caixa e do Banco do Brasil.



Área central

Área central ampliada

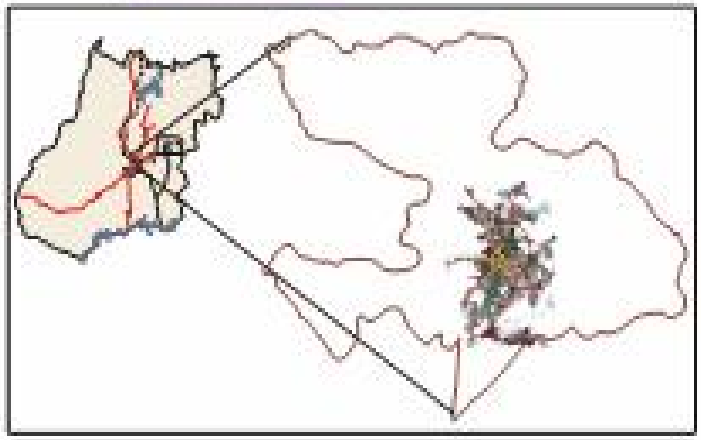
Direções da expansão da atividade comercial de serviços

Rodovias Federais

Vias coletoras (avenidas)

Área verde

Garagens



Mapa 24 - Anápolis (GO): descentralização da atividade comercial, 2008

No setor da saúde é necessário realizar algumas observações iniciais sobre a organização desse segmento. A Secretaria de Saúde Municipal de Anápolis, integrada ao Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde (MS), articula uma rede com 55 municípios, o que corresponde a 22,35% do total de municípios goianos (246), conforme destacamos no capítulo anterior, além disso, a cidade é sede da Regional Pirineus da Secretária Estadual da Saúde, que envolve 13 municípios (Quadro 15), também, sedia a base do Serviço Médico de Urgência (SAMU), que atende aos municípios da Regional Pirineus, mais o município de Padre Bernardo no Entorno do Distrito Federal.

Município	**Regionalização**
Anápolis	Microrregião de Anápolis
Campo Limpo de Goiás	Microrregião de Anápolis
Ouro Verde de Goiás	Microrregião de Anápolis
Jesúpolis	Microrregião de Anápolis
São Francisco de Goiás	Microrregião de Anápolis
Abadiânia	Entorno de Brasília
Alexânia	Entorno de Brasília
Cocalzinho de Goiás	Entorno de Brasília
Corumbá de Goiás	Entorno de Brasília
Pirenópolis	Entorno de Brasília
Mimoso de Goiás	Entorno de Brasília
Goianápolis	Região Metropolitana de Goiânia
Terezópolis	Região Metropolitana de Goiânia

Quadro 15 - **Estado de Goiás**: Municípios de Regional Pirineus da Secretária de Saúde do Estado de Goiás- 2008

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (2008)

Organização: Luz (2009)

Nesse sentido, observa-se que existe uma demanda efetiva sobre a rede de serviços ligados à saúde em Anápolis. De forma simples, essa rede é composta por 35 unidades básicas (postos de saúde), 9 centros especializados e 18 hospitais, destacando os hospitais: de média e alta complexidade, (Quadro 16): Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo; a Santa Casa de Misericórdia de Anápolis; o Hospital Municipal Jamel Cecílio; o Hospital Evangélico Goiano; além dos especializados, Hospital de Queimaduras de Anápolis, Hospital Espírita de Psiquiatria de Anápolis e a Maternidade Dr. Adalberto Pereira da Silva. Também, podem ser agregados à lista o Hospital N. Sra. Aparecida, o Hospital da Criança e a Clínica Matermaria, mais restritos, bem como, diversas clínicas médicas localizadas por toda a cidade[52] e 23 laboratórios de análises clínicas, (Fotos 58 e 59; 60 e 61;62 e 63).

Nome/Razão Social	Natureza da Organização	Nível de Complexidade	No. de Leitos	Bairro
Hosp. Mun. Jamel Cecílio (Prefeitura Municipal de Anápolis)	Púb/Mun.	alta	46	Vila Jussara
Hospital Evangélico de Anápolis (Fundação James Fanstone)	Privada	alta	180	Centro
Hosp. de Urgência DR. Henrique Santillo (HUANA/FASA)	Púb/Est.	alta	81	Cidade Universitária
Santa Casa de Misericórdia de Anápolis (FASA)	Priv./Benef.	alta	227	Jundiaí
Hosp. Espírita de Psiquiatria de Anápolis (Sanatório Espírita de Anápolis)	Priv./Benef.	alta	341	Vila Isabel
Hospital de Queimaduras Anápolis LTDA.	Privada	média	34	Vila Góis
Hospital da Criança de Anápolis LTDA	Privada	média	32	Centro
Maternidade DR. Adalberto Pereira da Silva	Priv./Benef.	média	56	Centro
Clinica Hospitalar Matermaria LTDA	Privada	média	3	Centro

Quadro 16 - **Anápolis/GO**: Relação dos principais hospitais em funcionamento - 2007

Fonte: Ministério da Saúde (2008). CNES/Datasus (2007) Disponível em <www.cnes.gov.br; www.datasus.gov.br > (acesso em dez./ 2007). Organização: Luz (2009).

[52] A relação completa dessas unidades está disponível plataforma de informações do DATASUS/MS.

Foto 58 e 59 – **Anápolis/GO**: Imagens do Hospital Municipal, Av. Miguel João e entrada do Pronto Socorro da Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, 2008

Fonte: Luz (2008)

Fotos 60 e 61 – **Anápolis/GO:** Hospital Evangélico Goiano, especializado no atendimento de alta e média complexidade, fachada principal e entrada do pronto socorro, 2008

Fonte: Luz (2008)

Fotos 62 e 63 – **Anápolis/GO**: Hospital de Queimaduras e Hospital Espírita de Psiquiatria, unidades de atendimento especializado, 2008

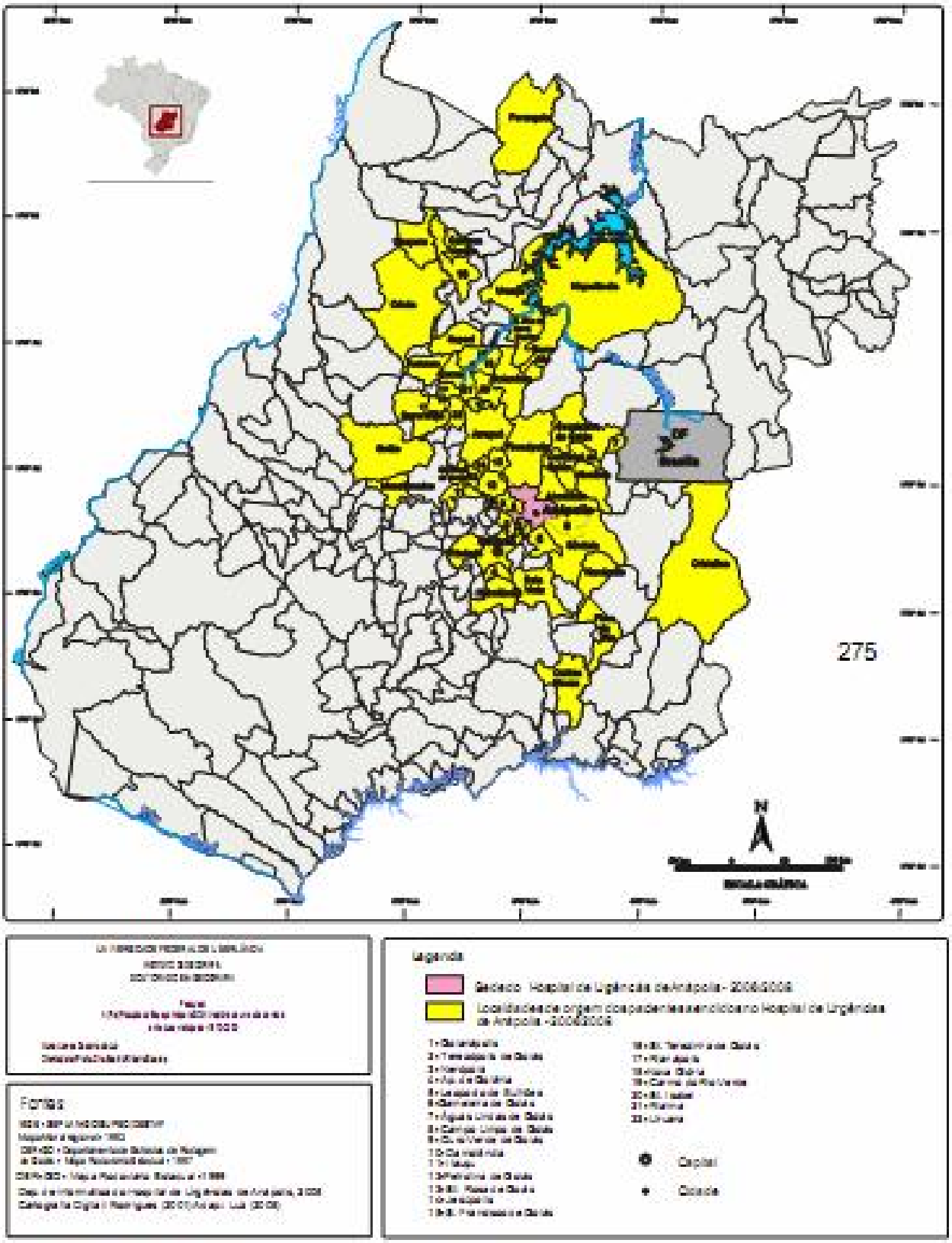
Fonte: Luz (2008)

Para exemplificar a dinâmica desse setor na cidade, utilizamos os dados do Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo (HUANA), disponibilizados pelo setor de estatística da unidade de saúde (2009). O HUANA foi inaugurado em 2005 pelo Governo do Estado para atender os casos de emergência e urgência, sob a administração da Fundação de Assistência Social de Anápolis (FASA) que, também, administra a Santa Casa de Misericórdia de Anápolis e se configura como uma entidade sem fins lucrativos, (Foto 64).

Foto 64 – **Anápolis/GO:** Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo (HUANA), localizado na Avenida Brasil Norte, 2008.

Fonte: Luz (2008)

Em sua estrutura interna, o hospital possui pronto socorro (5 boxes), 3 unidades com 25 leitos de terapia intensiva (UTI), salas especializadas e 4 salas cirúrgicas, além de espaços para o atendimento, triagem, administração, recepção, etc., todavia, oferece apenas 81 leitos para internação, pois, o hospital após o atendimento inicial direciona os pacientes para outras unidades, conforme dados do setor de informações do HUANA (2009), (Mapa 25).



Mapa 25 - Estado de Goiás: área de abrangência do Hospital de Urgência de Anápolis

Este hospital possui um papel relevante na estrutura de atendimento da cidade e, também, da região, realizando de 2006 a 2008 conforme informações da administração do HUANA (2009), um total de 177.669 atendimentos no setor de urgência e emergência, além de 730.609 serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, oriundos do município de Anápolis e de mais 55 municípios goianos, (Tabela 18).

Tabela 18 – **Estado de Goiás**: Origem do encaminhamento de pacientes para atendimento no Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo, 2006 a 2008.

Encaminhamento dos pacientes	**No. de pacientes**	**(%)**
Comunidade/demanda espontânea	149.267	84,0%
SAMU e Bombeiros	14.276	8,0%
Rede ambulatorial do município	8.858	5,0%
Santa Casa de Misericórdia	4.614	2,6%
Polícia	654	0,4%
Total	**177.669**	**100,0%**

Fonte: HUANA, setor de informações e estatística, (2009)

Organização: Luz (2009)

Porém, no geral, detecta-se um quadro preocupante no setor da saúde em Anápolis, pois, nos últimos anos cinco estabelecimentos foram fechados na cidade ou desativaram as internações, com isso, a pressão sobre as unidades restantes se ampliou, o que gera inúmeros problemas, pois, a capacidade de atendimento é inferior à demanda. Nesse sentido, a rede pública de saúde passou a contar com o sistema de agendamento de consultas e exames, assim, a espera por esses serviços tende a se prolongar por semanas e meses, o que não se diferencia do quadro nacional.

No setor de serviços ligados ao ensino superior, a cidade de Anápolis agrega instituições de ensino superior (IES) pública, privadas e, também, associadas ao sistema SESC/SENAI. No caso, são oito estabelecimentos em funcionamento, sendo que apenas um é público a Universidade Estadual de Goiás, um quadro que deverá se alterar em 2010, com entrada em funcionamento do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) em Anápolis, (Quadro 17):

Instituição	**Ano de Instalação**	**Natureza da Organização**	**Cursos de Graduação**		**Cursos de Pós-Graduação**	
			Lic.	**Bac.**	**Esp.**	**Mest.**
Universidade Estadual de Goiás-UEG (Anápolis)	1999	Púb./Est.	8	9	36	3
Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica	1961	Priv.	7	11	16	2
Faculdade Anhanguera de Anápolis - Anhanguera Educacional S.A.	2002	Priv.	2	18	_	_
Fundação do Instituto Brasil – FIBRA	2001	Priv.	_	8	14	_
Faculdade de Tecnologia SENAI -Roberto Mange	2004	Priv.	_	2	_	_
Faculdade Raízes	2004	Priv.	_	1	_	_
Faculdade Católica de Anápolis (Faculdade de Filosofia São Miguel).	1995	Priv.	_	2	_	_

Quadro 17 - **Anápolis/GO**: Instituições de Ensino Superior – 2007

Fonte: SEPLAN/GO (2008), trabalho de campo (2008)

Nesse segmento, destacam-se a Universidade Estadual de Goiás (UEG), o Centro Universitário (UniEvangélica) e a Faculdade Anhanguera (Anhanguera Educacional). Por sua vez, a UEG, possui dez anos e surgiu a partir a articulação da antiga Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA) e a Escola Superior de Educação Física de Goiás (ESEFEGO). A partir do momento de sua criação irradiou unidades por 37 cidades goianas, mantendo o pólo central em Anápolis, onde se situam duas Unidades Universitárias (UnU), a Unidade de Ciência e Tecnologia (UnUCET) e a Unidade de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas (UnUCSEH). A

UEG disponibiliza em todo o Estado de Goiás um total 128 cursos, sendo 77 cursos de licenciatura, 32 bacharelados e 19 tecnológicos, além de três mestrados que funcionam na cidade de Anápolis, sendo que dois são interinstitucionais, (Quadro 18):

Relação de cursos		
Bacharelados	**Licenciaturas**	**Tecnológicos**
Administração	Ciências Biológicas	Agropecuária
Administração - (Agronegócios)	Educação Física	Alimentos
Administração – (Hotelaria)	Geografia	Design de Modas
Agronomia	História	Gastronomia
Arquitetura e Urbanismo	Letras (Português/Inglês)	Laticínios
Ciências Contábeis	Informática	Logística
Ciências Econômicas	Matemática	Mineração
Comunicação Social	Pedagogia	Redes de Computadores
Enfermagem	Química	Gestão de Turismo
Engenharia Agrícola		
Engenharia Civil		
Química Industrial		
Sistemas de Informação		
Zootecnia		

Quadro 18 - **Anápolis/GO:** Relação de cursos da Universidade Estadual de Goiás, 2008.

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação/ UEG (2008)

No caso específico das unidades da UEG existentes em Anápolis, são oferecidos 17 cursos (10 na UnUCET e 7 na UnUCSEH), ou seja, 10% do total dos cursos de graduação que funcionam na Universidade, atendendo 14,95% do total de alunos (22.146), sendo que a UnUCET possui 2.151 alunos e a UnUCSEH 1.158, segundo dados das secretarias acadêmicas das unidades para 2007. Na pós-graduação, as unidades em Anápolis, lideram a oferta de cursos de especialização, *latu sensu* e *stritu sensu*, no âmbito da Universidade, UnUCSEH executou 13 cursos e possui 2 em andamento e um novo curso aprovado, enquanto a UnUCET executou 2 e possui 3 cursos aprovados para iniciarem suas atividades, inclusive,

esta unidade oferece os cursos de mestrado em Engenharia Agrícola, Ciências Moleculares e Tecnologia Farmacêutica (interinstitucional/ Universidade Católica de Goiás e UniEvangélica).

O Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) surgiu a partir da integração dos cursos que compunham a Associação Educativa Evangélica, segundo dados da IES, o Centro Universitário oferece cerca de 5.000 vagas, em 18 cursos. Trata-se de um Centro Universitário que se consolidou a partir da oferta inicial dos cursos de licenciatura (Pedagogia) e, principalmente, de odontologia e direito, depois, a partir de 2000, ampliou seu leque de cursos oferecendo, entre outros, os cursos de fisioterapia, educação física, engenharia civil, farmácia, além do curso de medicina que se iniciou em 2008. Outro segmento que vem sendo explorado pela UniEvangélica é o dos cursos denominados de Superiores de Tecnologia, com duração de dois anos, nesse caso, são oferecidos seis cursos nessa modalidade (UniEvangélica, 2008). Na pós-graduação são oferecidos 33 cursos de especialização, um mestrado próprio e dois interinstitucionais.

Por sua vez, a UniAnhangüera, integra o Grupo Anhanguera Educacional (São Paulo) que atua em 52 cidades nas diferentes regiões do Brasil. Em Anápolis, a Instituição se estabeleceu ao encampar a estrutura da Faculdade Latino Americana. E, de acordo com informações do Ministério da Educação (2009), possui 30 cursos cadastrados, porém, no site da unidade de Anápolis, foram abertas inscrições para o vestibular 2009 em 20 cursos, mais cinco de Educação Tecnológica. Destacam-se, nessa Instituição os cursos, entre outros, de medicina veterinária e farmácia.

As outras IES que atuam em Anápolis possuem um número menor de cursos, como por exemplo, a Fibra (8), a Raízes (1) e a Faculdade Católica (2). Também, pode-se agregar a este grupo a Faculdade de Tecnologia Roberto Mange (SENAI) com dois cursos criados recentemente, porém, com uma projeção otimista de crescimento uma vez que dispõe de uma estrutura física consolidada e de uma larga tradição na profissionalização da mão-de-obra para o mercado local. Todavia, em conjunto estas IES perfazem, apenas, 25% da oferta de cursos de graduação na cidade.

A presença dessas IES atrai alunos das cidades vizinhas, sendo possível identificar veículos que realizam o transporte diário dos mesmos, oriundos de cidades num raio de, até, 100 quilômetros de distância, a exemplo de Jaraguá, São Francisco de Goiás, Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Alexânia. Bem como, das cidades da Região Metropolitana de Goiânia, como Aparecida de Goiânia, Neropólis e Goiânia. De acordo com Soares (2007, p. 466):

> No Brasil, ao mesmo tempo em que as cidades médias dinamizam vários pontos do território, elas também capitalizam os recursos dos centros urbanos vizinhos. Enquanto muitos deles enfrentam precárias condições de existência, as cidades médias polarizam atividades e recursos e, consequentemente, promovem o esvaziamento de funções tradicionais em outras cidades de seu entorno.

Inclusive, o crescimento dinâmico a economia anapolina repercute na ampliação do Produto Interno Bruto, total e per capita, que a cidade apresentou nos últimos anos. Por sinal, também, em arrecadação de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a cidade se destaca no cenário estadual, entre as maiores arrecadadoras do interior de Goiás, ou seja, perde apenas para Goiânia com R$ 2.604.552 (mil) e Senador Canedo, R$ 954.493 (mil), com uma arrecadação em 2008 de R$ 332.426 (mil). Porém, em relação ao repasse por parte do Governo Estadual dos recursos oriundos do ICMS, a posição da cidade se alterna, por exemplo, em 2001 ficou na terceira posição, em 2008 na quarta e, no primeiro trimestre de 2009, subiu retomou a terceira posição, se colocando atrás apenas de Goiânia e Senador Canedo (pólo de distribuição petroquímica).

Nesse sentido, a presença de uma estrutura comercial, atacadista e varejista, aliada a um setor de serviços que se expande, principalmente, na educação superior, além do papel relevante que a cidade desempenha na área da saúde, contribuem para dinamizar a economia local, ao mesmo tempo, que promove a sua especialização e refuncionalização. Ademais, no setor de serviços, as atividades comerciais e a administração pública correspondem a 67,3% do número de empregos formais gerados em Anápolis, portanto, são fundamentais para estruturar a economia local.

Essas atividades e as ligadas à indústria movimentam a economia local e confirmam o papel de centro que Anápolis exerce no Estado de Goiás. Na

sequência, discute-se a importância da circulação e do consumo na produção dos fluxos, bem como as características sociais e econômicas da população local.

4.1.2 A circulação e o consumo

Os fluxos se realizam a partir das necessidades de consumo das pessoas, empresas, instituições, etc., sendo que por meio da circulação as diversas atividades produtivas se articulam e promovem a estruturação do território. Com isso, as diferentes relações que se processam na escala local e extra-local se tornam relevantes tanto quanto os elementos que integram essas escalas como consumidores e/ou participantes do mercado de mão-de-obra local. Ao mesmo tempo, essa dinâmica pressupõe a existência de elementos que viabilizam a existência de fluxos cada vez mais intensos que promovem a expansão da cidade numa escala que extrapola os limites regionais. Para Santos (1997a, p. 214):

> Como no processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação. O próprio padrão geográfico é definido pela circulação, já que esta, mais numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço.

Em relação às características sociais e econômicas da população local que compõem o mercado de consumo consumptivo, destaca-se o rápido crescimento demográfico registrado nas últimas décadas. Pois, entre 1970 e 2007 ocorreu um acréscimo de 210% no quantitativo de habitantes no município de Anápolis, segundo dados do IBGE (2007). Por sinal, dados estimados da população para 2007 destacam um quantitativo de 325.544 habitantes no município de Anápolis, IBGE (2007). Trata-se de um contingente populacional que cresceu, principalmente, graças aos fluxos migratórios internos, ou seja, os movimentos interurbanos que se realizam na escala estadual, (Tabela 19):

Tabela 19 - **Anápolis/GO**: População residente de acordo com o local de nascimento - 2000

Local de nascimento dos residentes	No. de residentes	(%)
Estado de Goiás	229.806	79,77
Outros Estados	57.708	20,03
Local não especificado	59	0,02
Exterior	512	0,18
Total	**288.085**	**100,00**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.
Organização: Luz(2008)

De forma mais ampla, em que pese o contexto estadual, percebe-se que Anápolis, entre 1970 e 2007, não apenas ampliou como, também, passou a concentrar um maior quantitativo de população. Pois, em 1970, o município respondia por 3,6% da população estadual e, em 2007, esse percentual passou para 5,8% do total, conforme dados do IBGE (2008). Esse crescimento decorre da dinâmica econômica local que projeta a cidade entre as melhores localidades da região Centro-Oeste na oferta de oportunidades de emprego, perdendo apenas para as capitais, o que a transforma em um local de atração de população, inclusive de outros estados.

Em relação aos fluxos provenientes de outros estados, destacam-se os oriundos das regiões sudeste e nordeste, especialmente de Minas Gerais e da Bahia, seguidos do Distrito Federal e São Paulo, entre outros. Por sinal, a entrada de mineiros, paulistas e baianos no território anapolino acompanha o processo evolutivo da cidade, contribuindo para a formação das bases culturais da população anapolina, (Gráfico 23):

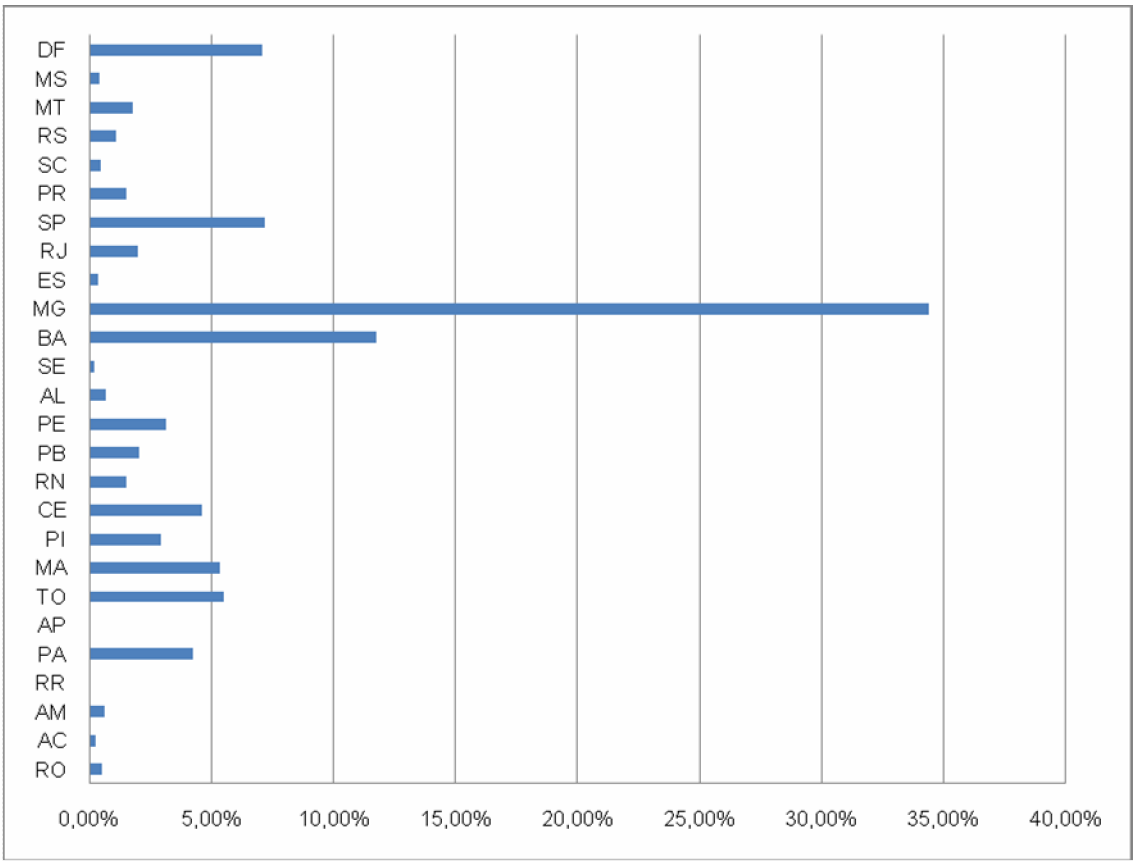


Gráfico 23- **Anápolis/GO**: Local de nascimento dos residentes por Estado – 2000
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

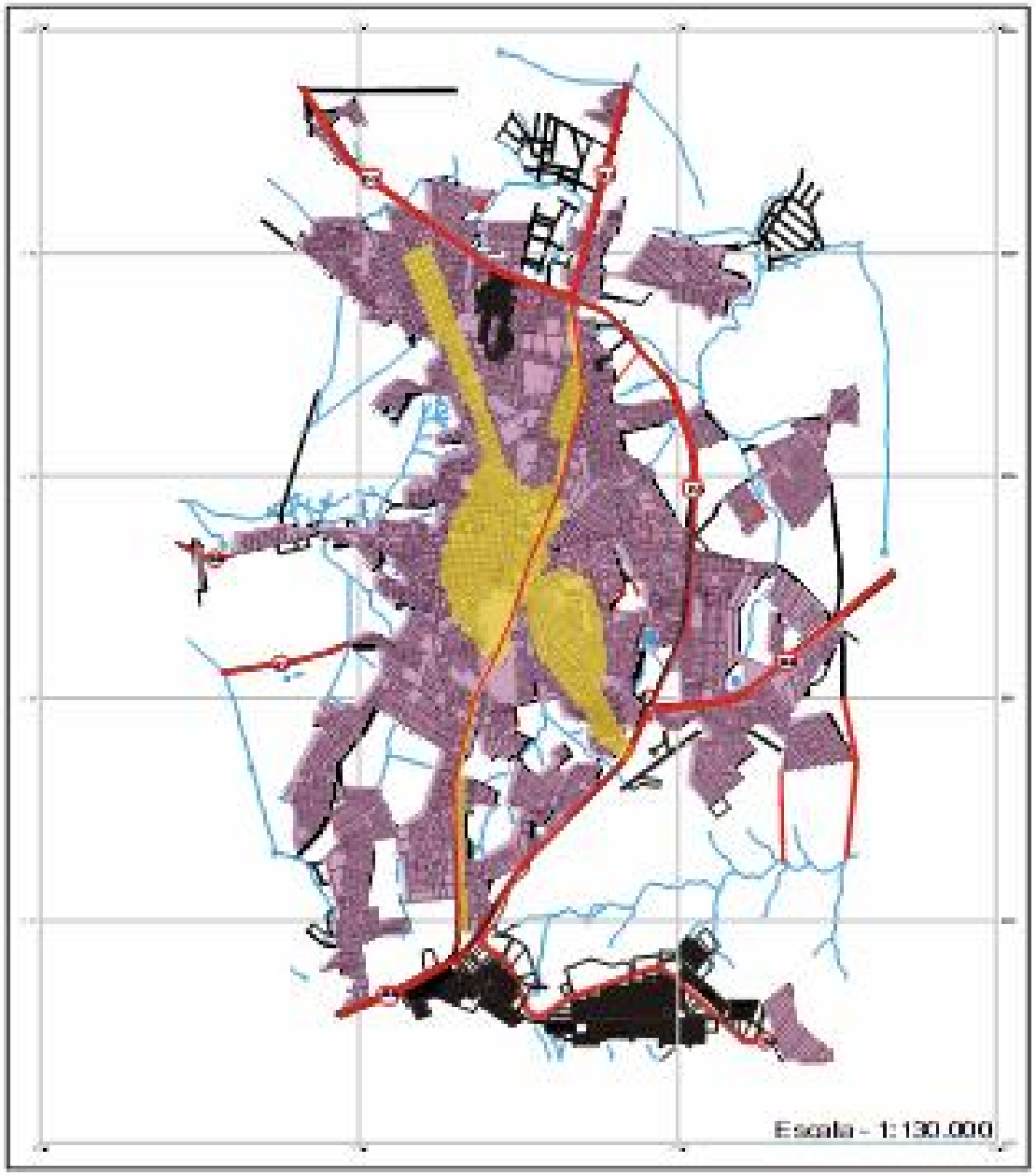
Organização: Luz(2008

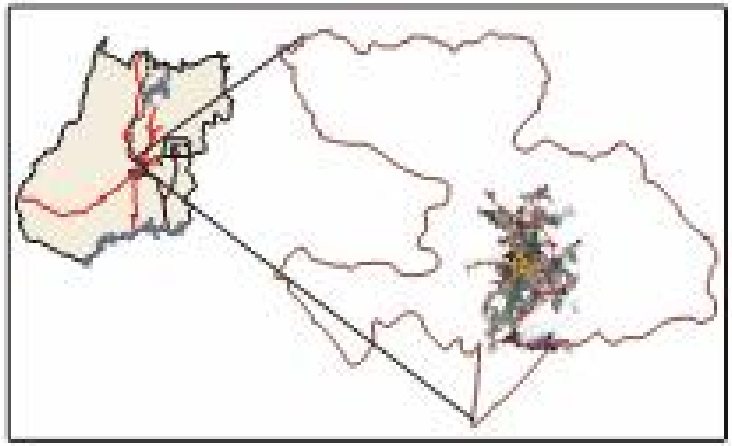
A atratividade que a cidade exerce e que a insere como o município goiano mais dinâmico do interior de Goiás, também, se articula com as questões ligadas, entre outras, à qualidade de vida da população. Pois, o crescimento populacional que expande de forma considerável a área urbana da cidade cria uma demanda efetiva por moradia e serviços de infraestrutura.

Bernardes e Tavares (2007), inclusive, destacam que o caso de Anápolis ilustra essa perspectiva e com base no estudo sobre os impactos ambientais na cidade que subsidiaram a elaboração do novo plano diretor da cidade, afirmam que o crescimento econômico "ocorreu sem controle e provocou uma grande dispersão das atividades urbanas (comerciais, industriais, habitacionais, institucionais e de lazer)" e acrescentam que essa forma de expansão "espraiada com grandes vazios urbanos, prejudica significativamente a compatibilização entre as formas de

produção, distribuição e consumo e as atividades de habitar e recrear" (BERNARDES; TAVARES, 2007, p.6).

Esse processo de crescimento acompanha, principalmente, o trajeto da BR 153, perímetro urbano, que vem sendo duplicado com a construção do anel viário de Anápolis, (Mapa 26). Ao longo desse anel, surgiram diversos empreendimentos imobiliários como loteamentos e residenciais, um fato que provocará a necessidade de reordenamento do sistema de transporte público que atende aos diversos setores da cidade, além da ampliação dos serviços públicos e redes de abastecimento.





Mapa 26 - Anápolis (GO):Expansão da área urbana, 1970 -2000

No geral, trata-se de um processo de crescimento que acompanha a expansão dos eixos comerciais e a descentralização da atividade comercial, conforme destacamos antes. Em paralelo com o espraiamento da cidade, outros problemas aparecem, como por exemplo, a existência de um déficit habitacional de 5.000 moradias para atender à demanda da população com renda de até três salários mínimos, conforme dados da Fundação João Pinheiro (2000), ou mesmo, a existência de um estoque de lotes ociosos de 63.099 na parte interna do perímetro urbano da cidade, segundo informações da Prefeitura Municipal de Anápolis (2006).

Ao mesmo tempo em que os problemas habitacionais se tornam mais complexos, percebe-se o impulso do setor construção civil na cidade, com a ampliação dos empreendimentos imobiliários, promovendo a ampliação da verticalização e a formação de condomínios horizontais fechados destinados a um mercado de maior poder aquisitivo, (Quadro 19).

Tipos	**Exemplos**	**Lotes**
Militares	Vilas dos Oficiais	92 res.
	Vila dos Suboficiais e Sargentos	250 res.
Não-consolidados	Anápolis City	2659
Surgimento aleatório (ruas fechadas)	Andracel Center	215
	Cidade Jardim	s/d
Planejados	Gabriela	60
	Florença	40
	SunFlower	247
	Rose´s Garden	156
	AnnaVille	328
	Sol Nascente	120

Quadro 19 – **Anápolis/GO**: Condomínios horizontais militares e particulares fechados, 2007

Fonte: Ribeiro e Luz (2003), Trabalho de Campo (2008)

Inclusive, até 2007, não existia uma política pública municipal para o setor habitacional, exceto pela existência de um novo Plano Diretor (2007), aprovado pela Lei Complementar No. 128 de 10 de outubro de 2006. Mesmo com a criação do Conselho Municipal da Cidade de Anápolis (ComCidade), por meio da Lei Municipal

No.2.855 de 29 de abril de 2002/ Lei No. 3.078 de 29 de julho de 2004, pois, os recursos destinados para o setor são pouco expressivos, segundo informações presentes no Plano Diretor (2005-2006).

Outro aspecto que caracteriza o quadro social se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No caso de Anápolis, percebe-se que entre 1991 e 2000, este índice apresentou melhorias nos indicadores de longevidade, educação e renda, que se mantiveram acima da média estadual e nacional, (Quadro 20).

Local	**IDH**		**IDH- Longevidade**		**IDH- Educação**		**IDH- Renda**	
	1991	**2000**	**1991**	**2000**	**1991**	**2000**	**1991**	**2000**
Anápolis	0,72	0,78	0,67	0,75	0,81	0,88	0,68	0,72
Goiás	0,70	0,77	0,67	0,75	0,77	0,87	0,67	0,71
Brasil	0,70	0,77	0,66	0,73	0,75	0,85	0,68	0,72

Quadro 20 – **Anápolis/GO**: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – 1991 a 2000

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. SEPLAN/GO (2007) Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/> (acesso em dez. 2008)

Organização: Luz (2008)

Por exemplo, em relação aos dados referentes à evolução do mercado de trabalho formal local, entre 1999 e 2007, ocorreu um crescimento de 76,3%, com um acréscimo de 118% no rendimento médio dos trabalhadores, conforme dados do Ministério do Trabalho (2007). Esses trabalhadores se concentram, principalmente, no setor terciário que engloba 70,8% da PEA das atividades comerciais e de serviços, enquanto, o secundário participa com 28,5% do total da PEA, principalmente ligado à indústria de transformação, conforme informações relativas ao ano de 2006, gerados pelo IBGE (2008), (Tabela 20).

Tabela 20 – **Anápolis/GO**: Percentuais de População Economicamente Ativa segundo as atividades econômicas, 2000 e 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	**2000**	**2006**
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	0,16	0,42
Pesca	-	0,01
Indústrias extrativas	0,06	0,14
Indústrias de transformação	25,45	24,68
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,17	0,17
Construção	1,67	3,76
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	31,18	28,80
Alojamento e alimentação	2,69	2,60
Transporte, armazenagem e comunicações	6,20	6,70
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1,61	1,20
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	4,20	4,11
Administração pública, defesa e seguridade social	11,86	11,58
Educação	4,72	6,65
Saúde e serviços sociais	5,79	4,20
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,24	4,98
Serviços domésticos	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Total	**100**	**100**

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas (2008). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/sidra> (acesso em dez./2008)

Organização: Luz (2009)

Em termos absolutos, os setores que mais geram empregos formais no município de Anápolis são o terciário, envolvendo os serviços e o comércio, além do secundário no ramo da transformação, (Quadro 21). O mercado de trabalho informal, composto pelos trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria, supera o formal e corresponde a 53% do quantitativo geral, segundo dados do Ministério do Trabalho (2008). Por sua vez, a produção agrícola no município de Anápolis se caracteriza pelo aspecto familiar, conforme destacamos antes, segundo informações geradas, também, pelo Ministério do Trabalho para o ano de 2008.

Setores de atividades	Quant. de empregos
Extrativa Mineral	105
Indústria de Transformação	16.858
Serviços Industriais de Utilidade Pública	322
Construção Civil	2.272
Comércio	14.857
Serviços	19.699
Administração Pública	7.493
Agropecuária	849
Total	**62.455**

Quadro 21 – **Anápolis/GO:** Empregos Formais por Setores de Atividades em 2008

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS (2008)
Organização: Luz (2008)

Dessa forma, configura-se o quadro social e econômico que reafirma a importância das atividades produtivas terciárias e secundárias para o desenvolvimento de Anápolis, enquanto cidade média que se enquadra na tipologia proposta por Corrêa (2007) de centro funcionalmente especializado. No caso, essa especialização se projeta no dinamismo que apresenta o setor de serviços, principalmente nas áreas da saúde e educação superior, além, da relevância da atividade comercial com o desenvolvimento do segmento de logística. Também, pela relevância do setor industrial que se diversifica e moderniza rapidamente, conforme destacamos antes.

Ao desenvolver atividades especializadas em logística ligadas ao setor comercial, a cidade se qualifica como centro de convergência das inovações técnicas que promovem o desenvolvimento das mesmas, ao mesmo, tempo insere-se em dimensões, cada vez, mais amplas, configuradas em área e/ou rede.

Por sinal, a discussão sobre logística em geografia não é recente, porém, antes estava articulada, especialmente, ao debate sobre geopolítica e geografia política. Todavia, com as alterações nos processos produtivos, reorganização do espaço de produção e a ampliação das atividades econômicas, em função dos avanços técnico-científicos e informacionais, essa discussão passou a ser

contemplada pela abordagem econômica que considera as questões territoriais inerentes ao processo, neste caso, relacionadas com o estudo da cidade média.

Nessa direção, Corrêa (2007) considera que existem três elementos essenciais para construir uma referência teórica que auxilie na compreensão da cidade média: a existência de uma elite empreendedora; a ocorrência de interações espaciais; e, uma localização relativa. Em que pese a questão da localização, percebe-se que o posicionamento estratégico da cidade representa um elemento de fundamental importância para o seu desenvolvimento e projeção nos cenários regional e nacional. Essa localização privilegiada e, ao mesmo tempo, estratégica repercute nas interações espaciais que a cidade desenvolve, estabelecendo fluxos marcados pela continuidade e, também, pela descontinuidade.

Por sua vez, a presença de uma elite empreendedora se articula à dimensão política, que compreende a organização e o desenvolvimento das estratégias de intervenção sobre o espaço e, consequentemente, contribuindo para sua (re)produção, conforme destacamos a seguir.

4.2 A Dimensão Política

A análise da dimensão política envolve a atuação estratégica dos agentes públicos, municipal, estadual e federal, uma vez que esses agentes, tanto como privados, contribuem de forma decisiva para a estruturação do território. Também, destaca a questão da localização de Anápolis no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e observa como o pertencimento ou não a uma região metropolitana, cuja delimitação depende de decisão no âmbito do poder legislativo e executivo estadual, influi na discussão sobre a cidade média e, portanto, impacta a cidade de Anápolis, situada entre as regiões metropolitanas de Goiânia e de Brasília.

Na sequência, caracteriza-se o exemplo de como a iniciativa local projeta a cidade no espaço global e, assim, amplia a influência externa sobre a dinâmica local, também, são apresentadas alternativas para o desenvolvimento das relações socioeconômicas, uma vez que a cidade se configura como local ideal para que o capital se realize.

Para Souza (2003, p. 28) a " cidade é o centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político", nela se estabelece a base político-administrativa do município, agregando os interesses públicos e privados que são representados por meio dos grupos políticos e empresariais. E, acrescenta:

> Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se reproduzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar (SOUZA, 2003, p. 28).

Inclusive, de acordo com Castro (2005, p. 134):

> A escala municipal é portanto significativa do fazer político no espaço e oferece um vasto campo para a geografia política contemporânea que vai desde a visibilidade de um espaço político de ação das organizações da sociedade civil até as decisões concretas que resultam em políticas públicas que impactam o território e a vida do cidadão. Paralelamente, este é o recorte que revela, em escala reduzida, comportamentos, valores e preferências que permitem compreender traços característicos e diferenças regionais na sociedade nacional.

No que tange à esfera municipal, antes, é necessário observar que ao longo da história o quadro político em Anápolis sempre foi repleto de conflitos internos que repercutem na sua representatividade estadual, Polonial (2007) e Freitas (1995). Um cenário ilustrado pela instabilidade política que permeia a administração municipal desde os primeiros anos de existência da cidade, ou seja, nas 52 gestões que existiram entre 1887 e 2007, 52% foram ocupadas por candidatos eleitos e 48% por nomeados, tanto pelo governo estadual como pelo federal, (Quadro 22).

Período	Função	Total de gestões	Forma de acesso ao cargo	
			Nomeados	Eleitos
1887-1907	Intendentes	6	1	5
1907-1930	Intendentes	6	-	6
1930-1947	Intendentes	11	11	-
1947-1965	Prefeitos	8	-	6 (mais 2 interinos)
1965-1973	Prefeitos	4	-	4
1973-1985	Prefeitos	9	9	-
1986-2000	Prefeitos	4	-	4
2000-2007	Prefeitos	4	1 (interventor)	2 (mais um interino)

Quadro 22 – **Anápolis/GO**: Trajetória das administrações públicas municipais entre 1887 e 2007

Fontes: Freitas (1995), Polonial (2007) e Ferreira (2009)

Organização: Luz (2009)

Polonial (2007) destaca a existência de quatro grupos políticos que representaram, cada um em seu tempo ao longo da história anapolina, a elite política da cidade: o primeiro, representado por José da Silva Batista, o Zeca Batista, marcou o início da história política da cidade com a sua emancipação de Pirenópolis em 1907, inclusive, Zeca Batista foi empossado governador de Goiás em 1909; o segundo, tornou-se representativo ao longo das décadas de 1910 e 1920, liderado pelo deputado estadual Arlindo Costa que possuía ligação com a oligarquia dos Caiados[53] que atuavam, também, na esfera estadual; o terceiro grupo exerceu o controle político entre as décadas de 1930 e 1960, com liderança emblemática de Aquiles de Pina que, inicialmente apoiava os Caiados e, depois, passou a apoiar Pedro Ludovico Teixeira e o Estado Novo; o quarto grupo, projetou-se na vida política anapolina na década de 1960 e era formado pelos Santillos.

[53] A partir das três últimas décadas do século XIX até a década de 1930, no cenário político estadual, destacaram-se dois grupos. O primeiro, formado pelos Bulhões, projetou-se na esfera nacional e estadual, mantendo uma relativa hegemonia política até o início do século XX. O segundo, colocava-se em oposição aos Bulhões e era composto pelos Caiados que atuaram de forma dominante até a década de 1930, quando se opuseram ao Estado Novo e representaram, de forma relativa, a oposição durante a vigência daquele regime.

A atuação dos grupos políticos na dinâmica interna anapolina exemplifica como a elite empresarial e intelectual, ao longo do tempo, assumiu o poder e o exerceu, garantindo que os interesses econômicos obtivessem êxito. Nesse sentido, entre os grupos apresentados se destacou o da família Pina, inicialmente, com Antonio Luiz de Pina, o Tonico de Pina, empresário comercial que influenciou no desenvolvimento regional da cidade.

A presença do grupo Pina na vida política da cidade exemplifica, também, o entrelace entre os interesses empresariais e políticos, uma vez que as lideranças desse grupo, em que se aliavam os irmãos Antonio Luiz de Pina, Aquiles de Pina e Carlos de Pina, eram representantes da elite empresarial comercial da cidade e se constituíam em empreendedores que atuavam, também, na prestação de serviços e indústria. Enquanto, membros dessa elite empresarial, também se envolveram na constituição de organizações classistas, como por exemplo "a formação da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Anápolis, Associação de Serralheiros de Anápolis, a Cia Goyana de Fiação e Tecelagem de Algodão" (SILVA, 2008, p.30). Ainda, segundo a autora:

> É na década de vinte que se consolida a formação de um forte grupo econômico na cidade, os Pina, hegemônico até a década de sessenta (...) se transferiram de Pirenópolis para Anápolis em 1911, que com uma diversidade econômica dominou a economia e a política por cinco décadas, com as seguintes atividades: máquinas de beneficiamento (responsáveis pela torrefação, moagem e comercialização do café), serralherias, cerâmicas, loja comercial, usina de Força e Luz (SILVA, 2008, p. 30).

A referida autora acrescenta, também, que além do campo político, no qual atuavam de forma paralela, o grupo Pina se destacou pela participação, enquanto, membros da elite empresarial local na constituição de organizações classistas, como por exemplo "a formação da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Anápolis, Associação de Serralheiros de Anápolis, a Cia Goyana de Fiação e Tecelagem de Algodão" (SILVA, 2008, p.30).

A oposição ao grupo Pina se dava por parte dos aliados de Jonas Duarte, um empresário do segmento comercial e bancário que foi responsável pela abertura do Banco Imobiliário Mercantil do Oeste Brasileiro S/A, que segundo Ferreira (2009, p. 78) " foi vendido para o Governo do Estado e transformado no Banco do Estado de Goiás S/A". Inclusive, Jonas Duarte, então vice-governador, assumiu o governo

estadual no final de 1955 e permaneceu por um ano no poder, por sinal, ao longo da história goiana foi o segundo anapolino, entre os cinco que atuaram nessa função, a assumir o cargo de governador. Depois, em 3 de outubro de 1960 foi eleito prefeito, com apoio de Aquiles de Pina, (POLONIAL, 2007).

O quarto grupo político destacado por Polonial (2007) atuou em Anápolis entre os anos sessenta e noventa, um período marcado pelo golpe militar de 1964. A liderança, também, era compartilhada pelos irmãos Santillo, principalmente Henrique Santillo, de origem paulista que se fixaram na cidade no início da década de 1940. Henrique Santillo era médico por profissão e, na vida política, atuou como vereador, prefeito, senador, governador, ministro da saúde, secretário estadual da saúde e, por fim, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Seu irmão, Adhemar Santillo, empresário e radialista, foi deputado federal e estadual, cargo também ocupado por sua esposa Onaide Santillo. Ademar Santillo foi eleito prefeito de Anápolis por duas vezes e exerceu o governo, primeiro entre 1985 e 1988, depois de 1997 a 2000.

Durante o exercício do primeiro mandato de Adhemar Santillo, na esfera nacional ocorreu a abertura política e a volta das eleições diretas, Henrique Santillo, então, se elegeu governador do Estado de Goiás[54] em 1986, ou seja, os Santillos estavam à frente dos executivos municipal e estadual, um fato inédito na história anapolina. Segundo Ferreira (2009, pp. 90-91, grifo do autor) a “campanha de Henrique Santillo em Anápolis tinha como principal motivação a frase: AGORA É A VEZ DE ANÁPOLIS”.

Os Santillos representaram, durante o período da ditadura, a força de oposição ao regime na cidade, estavam entre as lideranças regionais que criaram o Movimento Democrático Brasileiro, depois, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Porém, após a saída de Henrique Santillo do PMDB[55] no início

[54] Seu governo foi ofuscado pelo acidente radioativo em Goiânia com o Césio-137 ocorrido em setembro de 1987, além dos problemas políticos na esfera federal com a crise desencadeada no Governo Collor.

[55] Credita-se a desfiliação de Henrique Santillo do PMDB à rivalidade com Íris Rezende Machado, iniciada, no início dos quando Santillo apoiou Ulisses Guimarães em detrimento de Íris Rezende na disputa interna do Partido para escolher o candidato à presidência do País nas eleições de 1989. Depois, Henrique Santillo saiu do PMDB e ajudou a formar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), se tornando presidente regional do mesmo. Depois, o conflito entre os Santillos e o grupo de Íris Rezende provocou o afastamento do PMDB de Adhemar Santillo e, nas eleições de 1994, agora

da década de 1990, os Santillos entraram conflito e perderam força política, inclusive, se colocaram como concorrentes nas eleições para a Câmara Federal em 1994 e para a Prefeitura de Anápolis em 1996, quando Adhemar Santillo venceu as eleições. Com a ruptura do grupo Santillo, Henrique Santillo se tornou o articulador da campanha vitoriosa de Marconi Perillo (PSDB) para o governo de Goiás em 1998, quando disputou o cargo com Iris Resende Machado(PMDB), enquanto, Adhemar Santillo, após a tentativa de reeleição em 2000, aos poucos se afasta das disputas políticas.

Após esse período, se instala uma fase de instabilidade política na cidade, pois, o prefeito eleito para suceder Adhemar Santillo, o empresário Ernani de Paula que exerceu o governo entre 2001 e 2003, quando foi afastado em agosto daquele ano e a cidade passou a ser administrada pelo interventor nomeado pelo Governo Estadual durante um mês, no caso, o vice-governador Alcides Rodrigues. Depois, assumiu o vice-prefeito Pedro Sahium em dezembro de 2003 e completou o mandato até 2004, quando disputou e venceu as eleições para o executivo municipal. Porém, conforme relata Polonial (2007, p. 169): “Com efeito, em 20 de abril de 2006, a Justiça decretou o afastamento do prefeito Pedro Sahium da administração municipal, sob acusação de improbidade administrativa”. Como, o prefeito afastado recorreu da decisão judicial, conseguiu se manter até o final do mandato no poder, intercalando períodos de afastamento e retorno ao cargo.

Por fim, nos últimos anos, percebe-se a ascensão de um novo grupo ao poder representado, novamente, pelos irmãos Rubens Otoni Gomide e Antônio Roberto Gomide, representantes do Partido dos Trabalhadores. O primeiro, atua como deputado federal e, o segundo, foi eleito em 2007 para o cargo de prefeito de Anápolis, após um período de doze anos como vereador. As recentes vitórias deste novo grupo, que se consolida na cidade, encontram apoio na administração federal, também, sob o comando do Partido dos Trabalhadores, fato que tem impulsionado a atuação federal na cidade[56].

Todavia, mesmo com o considerável número de eleitores, foram 206.218 considerados aptos a votar nas eleições de 2006 (POLONIAL, 2007, p. 172),

---

no Partido Social Democrático, foi derrotado na disputa para deputado federal, inclusive, sem a presença de Henrique Santillo que apoiou Marconi Perillo.

[56] Inclusive, o presidente do Banco Central, no governo de Inácio Lula da Silva, Henrique Meirelles, é de Anápolis, sendo apontado para disputar as eleições de 2010 para o governo estadual.

percebe-se que o cenário político local é permeado pela instabilidade e crises, fatos que influem de forma direta na administração municipal e na baixa representatividade que a cidade apresenta no cenário estadual, apenas um deputado estadual foi eleito na cidade. Para Polonial (2007, p. 178) explicam essa realidade:

> Primeiro, o grande número de partidos e candidatos que disputam os pleitos eleitorais, o que fragmenta o voto do eleitor anapolino; segundo muitos os candidatos de outras cidades que canalizavam os votos do eleitor local; e terceiro, porque os candidatos de Anápolis são muito anapolinos, ou seja, não conseguem votos fora da cidade, ou conseguem muito pouco, o que não permite a eleição dos mesmos.

Inclusive, os problemas políticos internos obscurecem a relevância das lideranças locais no cenário estadual e nacional, com isso, perde-se no campo político um canal de discussão que é fundamental para viabilizar os recursos necessários para estimular o desenvolvimento local que possui relações estreitas com a ação dos governos estadual e federal. Nesse sentido, é necessário considerar que Anápolis, enquanto cidade média, desenvolve múltiplas relações e exerce um comando regional que, apesar dos problemas locais, se impõe em função do dinamismo econômico e localização estratégica.

Nesse sentido, repercutem de forma positiva as intervenções realizadas na cidade, principalmente, por iniciativa dos governos Federal e Estadual. Na esfera federal, destacam-se quatro iniciativas: a primeira, na década de 1970, com a criação da Base Aérea de Anápolis; depois, a duplicação rodovia BR 060/153, no trecho entre Itumbiara e Brasília, facilitando o escoamento da produção e o acesso à Goiânia e Brasília; também, a realização do anel viário ao longo do trajeto da BR 153 no trecho do perímetro urbano de Anápolis; e, recentemente, o início da construção da Ferrovia Norte-Sul que propiciará um avanço significativo do setor comercial anapolino. Portanto, desenha-se um cenário otimista para o desenvolvimento de Anápolis, consolidando a importância regional da cidade e da sua localização geográfica estratégica que contribui para ampliar as atividades especializadas em logística, como por exemplo, os centros de distribuição e de serviços voltados para o comércio externo.

Essas intervenções desencadeiam novas ações que redimensionam as funções urbanas que Anápolis desempenha. Por exemplo, com implantação do complexo militar da Base Aérea de Anápolis (BAAN) no início da década de 1970, a cidade se transformou em área de segurança nacional, sediando a 1ª. Ala de Defesa Aérea, depois, transformada em 1º. Grupo de Defesa Aérea, responsável pelo monitoramento e segurança do espaço aéreo na região central do país, especialmente, do Distrito Federal. De início, essa ação interferiu de forma direta na questão político-administrativa da cidade, transformada em área de interesse nacional, conforme o Decreto de Lei No. 1.284 de 28 de agosto de 1973, o que se prolongou até o final de 1985, quando ocorreu a eleição do prefeito da cidade.

Com a construção da BAAN, dezenas de militares e familiares foram deslocados para a cidade, dessa forma, foram construídos dois condomínios horizontais para acomodá-los denominados de Vila dos Oficiais, na parte norte e, o segundo, Vila dos Sub-Oficiais e Sargentos na parte sudeste da cidade, (Fotos 65 e 66).

Fotos 65 e 66 – **Anápolis/GO**: Vista aérea da Vila dos Oficiais e Vila dos Sub-Oficiais e Sargentos da BAAN, 2008

Fonte: Prefeitura da Aeronáutica, 2003. Ribeiro, (2003)

A partir de 2002, as instalações da BAAN passaram a abrigar, também, o 2º Esquadrão do 6º. Grupo de Aviação que integram o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). O aeroporto militar possui duas pistas, uma com a extensão de 3.300 metros e a outra com 2.233 metros, para atender ao fluxo de aeronaves que realizam voos para o SIVAM ou mesmo para os aviões de caça que realizam o

patrulhamento e a segurança do espaço aéreo na parte central do país, uma frota que se encontra em processo de renovação desde 2006[57]. Inclusive, unidades das antigas aeronaves de caça Mirage que foram desativadas passaram a compor a paisagem da área central da cidade e do acervo do Museu Histórico de Anápolis, (Foto 67).

Foto 67 – **Anápolis/GO**: Aeronave Mirage posicionada na Praça Americano do Brasil, setor central da cidade, 2009

Fonte: Luz (2009)

Com a implantação do SIVAM, a BAAN passou a desempenhar, também, o papel de suporte logístico e estratégico para a coleta e processamento de dados e informações sobre a Amazônia. Inclusive, se aventa a possibilidade de agregar a esse complexo um pólo de alta tecnologia, associada à informática, contudo, trata-se de uma discussão na fase inicial.

Também são relevantes as intervenções recentes do governo federal na área da infraestrutura de transportes, tanto na ligação inter-regional como na articulação do espaço intra-urbano, ou seja, a duplicação da BR 060/153, eixo Goiânia-

[57] Além do aeroporto militar, em Anápolis existe um aeroporto comercial que atende pequenas aeronaves e as empresas locais de táxi aéreo. Também, encontra-se em licitação o processo de construção de um aeroporto de cargas.

Anápolis-Brasília, e do anel ou contorno viário de Anápolis, conforme ressalva Rocha (2007, p. 233):

> No dia 20 de abril de 2007, faltando, portanto, um pouco mais de quatro meses para a data do centenário de Anápolis, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a cidade para inaugurar o complexo de obras que constituem o Contorno Viário, como serviços de duplicação na BR 153, perímetro urbano, construção de vias laterais, a ponte sobre o Córrego das Antas, e sete viadutos, entre eles os denominados Fernando Costa, Airton Senna e Corumbá.

Trata-se de obras de fundamental importância para desenvolvimento local, uma vez que proporcionam mais fluidez para o transporte de mercadorias e pessoas que utilizam as vias que cortam a cidade, inclusive, segundo Santos (1997a, p. 220):

> A produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder e do setor privado. Cabe ao Estado, diretamente ou por concessões, e aos organismos supranacionais, prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam.

Em tese, a construção do contorno viário prossegue, agora, com a extensão da duplicação da BR 153 até o distrito de Interlândia, saída norte, perfazendo 8,6 quilômetros, além da construção de quatro trincheiras, vias laterais e do sistema de iluminação, (ver Fotos 68 e 69). No setor de transportes, outra iniciativa federal que tem repercutido nos últimos anos é a construção da Ferrovia Norte-Sul, conforme destacamos antes, pois, em conjunto com as rodovias consolidará o papel de entroncamento e centro estratégico que Anápolis possui.

Fotos 68 e 69 – **Anápolis/GO:** imagens do anel viário da cidade na parte norte e trevo de Brasília, 2009

Fonte: Luz (2008)

Na esfera estadual, além da criação da Universidade Estadual de Anápolis e da implantação do Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo, destaca-se a construção da Plataforma Logística Multimodal de Goiás (PLMGO) que influencia na especialização da cidade como centro logístico, segundo informações do portal da SEPLAN (2008)[58]:

> A Plataforma Logística Multimodal de Goiás promoverá pela primeira vez no Brasil o conceito de central de inteligência logística, combinando multimodalidade, telemática e otimização de fretes. Por meio do acesso eficiente aos eixos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroportuário, permitirá a integração com as principais rotas logísticas do País.

Nessa direção, a PLMGO representa um avanço significativo e, antes mesmo de sua efetiva consolidação, se discutem dois projetos paralelos, um diz respeito à instalação do Entreposto de Distribuição da Zona Franca de Manaus, que se encontra no estágio inicial, o outro, refere-se à construção do aeroporto de cargas, cujo, projeto está no estágio de licitação. Ou seja, com esses projetos em conjunto com as obras federais em curso na cidade, Anápolis reafirma sua função de centro logístico com a articulação dos modais aéreo, rodoviário e ferroviário.

A atuação estatal, nas diferentes esferas de poder, coaduna com os interesses privados que se estruturam na cidade, um exemplo emblemático dessa articulação está atuação dos empresários que compõem a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA). Trata-se de uma organização que surgiu na década de 1930, precisamente, em 8 de fevereiro de 1936, quando uma sessão solene empossou a primeira diretoria da entidade.

Essa associação possui um papel relevante no desenvolvimento local ao atuar de forma decisiva na articulação dos segmentos empresariais e políticos que atuam na cidade, por exemplo, na implantação do DAIA e, atualmente, no projeto que implantará o aeroporto de cargas na PLMGO, financiado pela ACIA, além da participação nas discussões sobre a implantação da Zona de Processamento de

---

[58] Seplan/GO (2008). Disponível em <http://www.plataformalogistica.go.gov.br> (acesso em fev./2008)

Exportação (ZPE) que se encontra em tramitação, bem como na indicação de lideranças locais para o exercício de cargos na administração estadual.

A Associação Comercial e Industrial de Anápolis possui uma atuação relevante no cenário local e estadual, indicando os últimos titulares que ocuparam a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás. Inclusive, na análise sobre a história dessa organização empresarial, faz-se presente a participação atuante de membros da colônia sírio-libanesa que agrega inúmeros empresários do segmento comercial e industrial. No início, era a venda de porta em porta que ocupava uma parte desses colonos e, segundo Luppi (2006, p. 34) “Muitos árabes começaram suas atividades comerciais dessa forma e, alguns anos depois passaram a proprietários de lojas varejistas e atacadistas”.

França (1985), Polonial (2006), Rocha (2007), destacam que a evolução da colônia árabe, composta por sírios, libaneses e palestinos, ocorreu de forma gradativa, a partir do início do século XX e se ampliou com a chegada da ferrovia em 1935, os membros dessa colônia “contribuíram decisivamente para a expansão econômica da cidade” (FRANÇA, 1985, p. 117). A trajetória dessa colônia se confunde com a da cidade de Anápolis, ao mesmo tempo em que reafirma sua identidade perante a sociedade anapolina em função da participação na vida econômica local, apesar da dúbia generalização que os reconhecem como turcos, inclusive, aferindo a um logradouro públicos a denominação de “Rua dos Turcos”, onde se concentram lojas populares do comércio varejista, (Foto 70 e 71).

Fotos 70 e 71 – **Anápolis/GO:** Rua General Joaquim Inácio, “Rua dos Turcos”, área central de Anápolis, 2008

Fonte: Luz (2008)

Além da ACIA, destaca-se como organização empresarial a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Anápolis, origina-se em 1962 a partir da criação do Serviço de Proteção ao Crédito na cidade, sendo que a instituição da CDL ocorreu em 1994. A CDL desenvolve um importante serviço de apoio aos seus associados, disponibilizando informações de crédito, necessárias nas operações comerciais em que a venda à prazo se desenvolve, possui cerca de 1.300 associados na cidade, de acordo com dados da CDL (2009).

Trata-se de organizações privadas formadas por empresários locais que se articulam por meio de parcerias com instituições congêneres na esfera estadual e federal. Com relação aos sindicatos, predominam os ligados aos prestadores de serviço e profissionais liberais, seguidos pelos que representam os trabalhadores da indústria, comércio e, apenas, um está associado aos trabalhadores rurais. No caso dos conselhos regionais, na cidade foram identificados os de: odontologia, farmácia, contabilidade e de engenharia e arquitetura. Os sindicatos e conselhos atuam, basicamente, na área de abrangência do município, também, possuem conexões na escala estadual e federal.

No geral, o poder econômico que as elites empresarias detém as transformam em agentes na produção e no processo de organização do território[59]. Inclusive, a dinâmica local, repercute na atração de empresários e investimentos de outros locais. Nesse sentido, destacam-se os seguintes exemplos: a empresa Scania-Vabis do Brasil Motores Diesel instalou um armazém regional de peças de reposição na cidade, o segundo fora da fábrica em São Bernardo do Campo/SP; também, a DHL (DHL Solutions), uma empresa norte-americana especializada em logística, em parceria com a Roche do Brasil estabeleceu um centro de distribuição de produtos farmacêuticos no DAIA; além, dos diversos investimentos no setor comercial varejista, conforme analisamos antes. Pois, segundo Soares (2007, p. 462):

> A revalorização dos espaços locais e os impactos das políticas públicas reiteram a existência da cidade média como um espaço de atração de pessoas, bens e capitais, que cria uma rede de relações recíprocas com o entorno regional em múltiplos planos e, sob vários aspectos, reforça suas particularidades.

[59] Também é significativa a presença de empresários locais que atuam expandiram suas atividades para outras localidades, como no setor de transportes com Josias Moreira Braga, além da usinas de álcool e hotelaria, Grupo Naoum.

Em Anápolis, ao longo da história, discernir sobre a composição das elites políticas e econômicas representa uma tarefa infrutífera, pois, conforme destacamos, os grupos políticos que exerciam a liderança na cidade, com raríssimas exceções, eram formados por membros da elite empresarial local, composta por comerciantes e industriais, além de profissionais liberais que também atuavam como empresários. Com isso, reafirma-se a concepção de que a cidade média possui uma organização interna complexa, na qual se complementam as dimensões econômicas e políticas, ampliando a sua influência regional e a transformando em um local em constante transformação.

Nesse sentido, a compreensão da dinâmica que envolve Anápolis e destaca a importância de analisar como o desenvolvimento econômico e político integrado repercute na organização espacial da cidade. Assim, na sequência, discute-se esta questão por meio da análise importância da iniciativa local e de como o comando externo influi nas mudanças que se processam na cidade. Por fim, examina outro aspecto correlato, referente à localização da cidade no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, uma vez que o posicionamento da cidade se caracteriza como uma especificidade de Anápolis enquanto cidade média.

4.3- A O Desenvolvimento Econômico e Político Integrado

A cidade como um todo, constitui-se em um espaço fértil para o que se estabeleçam diversos níveis de solidariedade. Essa perspectiva se alicerça na compreensão que a dinâmica interna da cidade se configura territorialmente, produzindo dinâmicas que se articulam em múltiplas escalas de forma coesa e flexível, ou seja, capazes de se adaptarem a diferentes situações ou lugares. De acordo com Pires (2006, p. 53): “As dinâmicas territoriais podem ser definidas como um encontro entre as estratégias das empresas com um potencial local de recursos (gerais e específicos) que revelam ou ativam essas estratégias”.

As iniciativas locais constituem dinâmicas territoriais que expressam como atuam os agentes políticos e privados sobre parcelas do território, conforme Santos e Silveira (2001, P. 94) “são os seus produtores e possuidores – empresas, Estado, sociedade – que vão decidir dos seus usos”. Porém, os autores advertem que a especialização, cada vez maior, dos lugares e a formação de um meio sob o domínio da técnica “imprime ao território novos usos e, portanto, novas dinâmicas”

(SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 99). Com isso, a análise compreende essa percepção e a integra à discussão sobre a cidade média, apresentada a seguir.

4.3.1 A iniciativa local e o comando externo

Para Arroyo (2006, p. 82) a "cidade permite, mais do eu qualquer lugar, a coexistência dos diferentes, albergando uma multiplicidade de redes, de fluxos, de conexões, de projetos". Portanto, a compreensão da dimensão política, bem como dos agentes públicos e privados que a compõem, constituindo os grupos que exercem o poder na e a partir da cidade, destacam sua importância como centro de decisões. Todavia, trata-se de um centro que se articula em rede com os demais centros com os quais interage e se complementa. De acordo com Soares (2005, p. 274) "cada cidade é um todo complexo e contraditório, pois as variáveis necessárias à sua reprodução abarcam o sistema produtivo e a rede de consumo em uma relação estreita com a região".

Na relação com a região, a cidade de Anápolis projeta-se, cada vez mais de forma multidimensional e multiescalar. Esta interação se reflete na mudança do perfil da cidade de Anápolis e das funções que desenvolve. Trata-se de um processo que evolui por meio da refuncionalização e especialização que têm atingido, amplamente, o setor comercial e de serviços, além da indústria. Um exemplo que destaca a refuncionalização pela qual passa a cidade se verifica por meio da presença, desde 1999, da Estação Aduaneira do Interior (EADI/Centro-Oeste), o Porto Seco. Trata-se de um terminal alfandegado que funciona com administração privada a partir de concessão pública aferida por meio de concorrência, também, pública. Nessa direção, Santos (1997a, p. 220) destaca que a "produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado".

Esse empreendimento demonstra como a articulação entre o setor público e privado é capaz de transformar a realidade econômica de uma cidade, principalmente com a participação efetiva do empresariado local nas discussões e eventos que projetam e dinamizam a imagem da cidade. Inclusive, conforme Sánchez (1999, p. 119): "O poder público constrange muito menos o setor privado

para investir proveitosamente no espaço urbano e frequentemente há uma clara confluência de interesses entre o governo da cidade e os setores empresariais".

A Estação Aduaneira do Interior (EADI/Centro-Oeste), possui em sua estrutura interna: armazéns alfandegados, gerais, de grãos e minério de cobre; terminal de containeres; três ramais ferroviários; além de áreas específicas para a armazenagem de insumos utilizados pelas indústrias farmacêuticas da cidade. Trata-se de um espaço especializado em logística que desenvolve as atividades de armazenagem e controle aduaneiro de mercadorias, inclusive com o desembaraço alfandegário, uma vez que nas dependências do Porto Seco no DAIA existem unidades de fiscalização da Receita Federal, Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde, (Fotos 72 e 73).

Fotos 72 e 73 – **Anápolis/GO:** Estação Aduaneira do Interior, Porto Seco Centro-Oeste, armazéns e silos nas proximidades da Ferrovia Centro-Atlântica

Fonte: Administração do Porto Seco (2007). Disponível em <http://www.portocentrooeste. com.br> (acesso em jun. 2008). Trabalho de campo (2007).

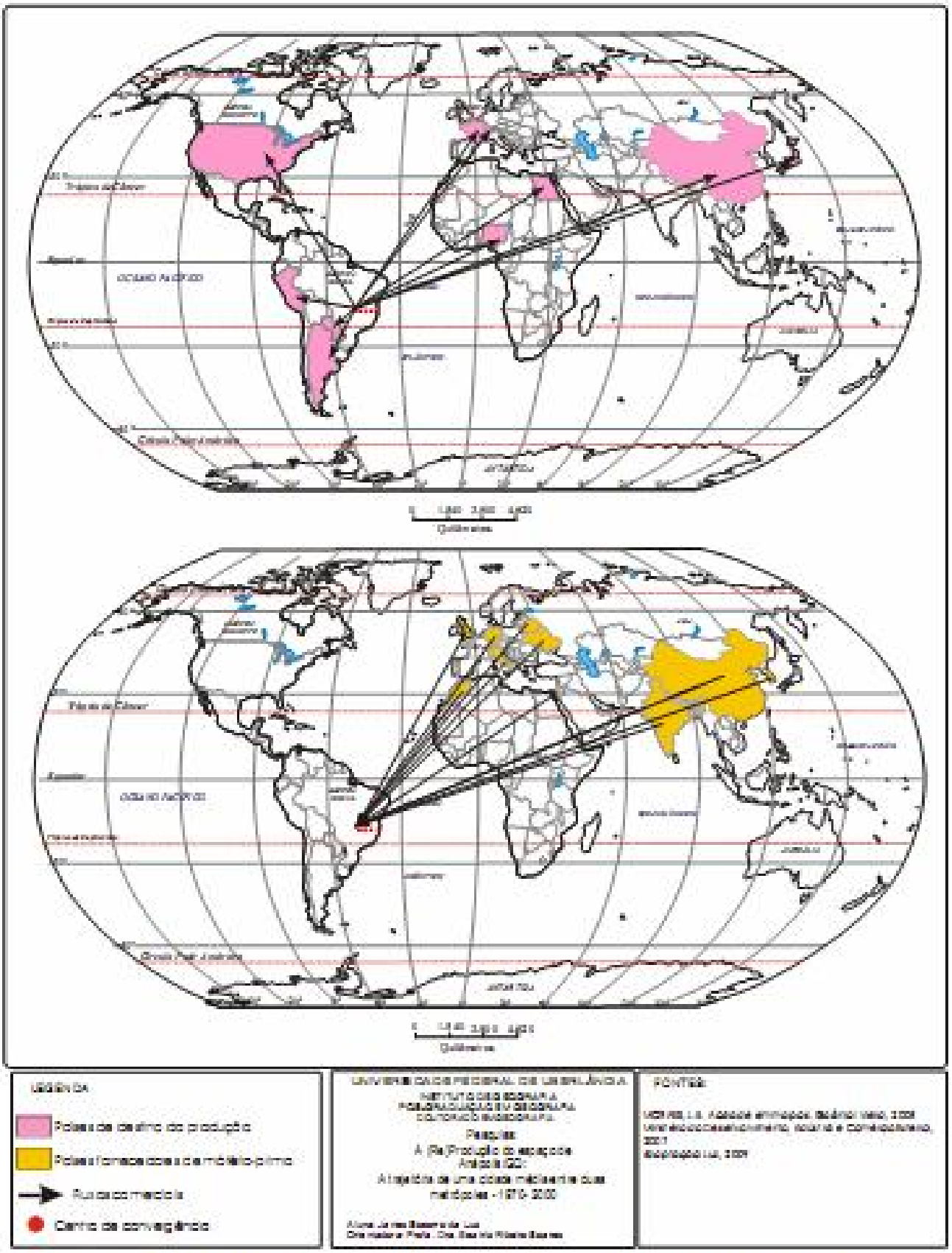
Em suas instalações, localizadas no DAIA, desenvolvem-se todos os procedimentos necessários para que se realize o comércio externo, articulando a cidade no mercado mundial. Nesse processo, a cidade se torna mais permeável a entrada das inovações e sujeita ao comando externo. De acordo com Benko (1998) as "capacidades dinâmicas dos sistemas locais com ambientes inovadores os projetam naturalmente para o exterior". Por sistema local, compreende-se "um

agregado de atores que, em dadas circunstâncias, pode comportar-se como um ator coletivo" (CONTI, 2005, p. 225).

Inclusive, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para 2007, os principais produtos exportados via Porto Seco foram: o bagaço e os resíduos sólidos da soja; o açúcar de cana no estado bruto; e, medicamentos como a amoxilina e a ampicilina. Produtos que caracterizam a importância regional da cidade, atuando de forma complementar no escoamento da produção oriunda da agricultura moderna que alicerça o segmento do agronegócio em Goiás, também, demonstra que a produção local de medicamentos, projeta o Pólo Farmacêutico da cidade no mercado internacional.

Por sua vez, no conjunto dos produtos mais importados se destacam: anticorpo humano/antígeno; automóveis; chassis com motor a diesel e cabine de carga; medicamentos com vitaminas e provitaminas, além de compostos heterocíclicos. No caso, repercute a dependência que as indústrias locais possuem em relação ao fornecimento por parte do mercado de outros países dos insumos e substâncias químicas, equipamentos e peças que são essenciais para que a produção industrial se realize.

Com relação aos principais destinos da produção, ainda com base em dados do MDIC (2007), destacam-se os países africanos (Egito e Nigéria), sul americanos (Argentina, Paraguai e Peru), europeus (França e Suíça), asiáticos (Japão e China), além dos Estados Unidos. Enquanto os dez principais fornecedores para o mercado anapolino foram a Coréia do Sul, China, Índia, Itália, Belarus, Ucrânia, Alemanha, Marrocos, Israel e o Reino Unido. Trata-se de um movimento que redimensiona as interações que a cidade desenvolve e a projeta na escala mundial, cujo, comando nem sempre se dá no local, (Mapa 27).



Mapa 28 - Anápolis/GO: Fluxos do comércio mundial, importações e exportações, 2008

Mesmo com uma balança comercial deficitária, a cidade apresenta um expressivo desempenho na arrecadação de tributos federais, segundo dados da Delegacia de Anápolis da Receita Federal em 2008 a cidade manteve a terceira posição no ranking regional, superando as delegacias de Cuiabá, Campo Grande e Palmas, atrás de Brasília e Goiânia (Tabela 21). O que demonstra a importância das relações locais e extra-locais para a compreensão da dinâmica que configura a cidade média.

Tabela 21 – **Centro Oeste e Tocantins**: **Desempenho das Delegacias da Receita Federal da 1ª Região Fiscal – 2007/2008**

Delegacia	**Arrecadação (R$/bilhões)**		**Crescimento (%)**
	2007	**2008**	
Brasília	31,327	36,628	20,11
Goiânia	2,645	3,234	22,29
Anápolis	1,114	1,920	72,27
Cuiabá	1,537	1,907	24,07
Campo Grande	885,542[1]	1,264	42,82
Palmas	357,377[1]	453,237[1]	26,82

Fonte: Delegacia da Receita Federal de Anápolis (2008)
Organização: Luz(2009)
[1] em milhões

Esses dados dimensionam a importância que a cidade de Anápolis possui nas escalas regional e nacional, com imbricações que alcançam a escala mundial. Também, reafirmam a concepção de que a cidade média se insere em um espaço que é multidimensional e relacional, o que justifica a necessidade de compreender sua estruturação interna e múltiplas interações que realiza, pois, conforme Santos (1997a, p. 191):

> Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada, etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas, etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações.

Portanto, o exemplo da dinâmica que o Porto Seco produz destaca sua importância na divisão territorial do trabalho, como ponto de convergência de uma produção regional desenvolve e consolida as relações da cidade com seu entorno

próximo, interlândia, bem como com o locais mais distantes, articulados de modo contínuo ou mesmo marcados pela descontinuidade. Produz, dessa forma, fluxos que se projetam sobre o território, mas, que tem na cidade sua materialização (SANTOS, 1997a). Também, que promovem a especialização do lugar, pois, a partir de 2000, a transformação da cidade em centro logístico deve-se, principalmente, à presença do Porto Seco em Anápolis.

Além disso, por meio da atuação empresarial empreendedora da diretoria da estação aduaneira, promove-se a cidade em sua totalidade. O que exige que a infra-estrutura interna, também, se amplie e modernize, enfim, requalifiquem-se para atender às novas demandas geradas pela expansão das atividades. Um exemplo dessa realidade se faz presente na implantação de cursos de qualificação de mão-de-obra, nos treinamentos especializados, consultorias, bem como, projetos e pesquisas desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior. De acordo com Corrêa (2007, p. 31):

> A especialização advém dos esforços de uma elite local empreendedora que, sob condições de competição com outros centros, estabeleceu nichos específicos de atividades que, bem sucedidas, originaram uma especialização produtiva na indústria ou em certos segmentos do setor terciário. A especialização produtiva acaba constituindo símbolo identitário da cidade e, possivelmente, essas atividades passam a ser vistas como o resultado de uma ação de toda a cidade.

Ademais, trata-se de uma dinâmica territorial que contém imbricações no espaço global e de decisões tomadas em locais distantes. Com isso, o local é constrangido a obedecer a um comando externo. Também, é condicionado a seguir normas e regulamentos, muitas vezes distantes de sua realidade, como é o caso das regras para a exportação de produtos primários para determinados países. Esse controle externo sobre o local, exemplifica a multidimensionalidade das relações as quais a cidade média esta sujeita.

Ao mesmo tempo, demonstram a relatividade da questão das disparidades em um meio é influenciando pelas inovações provenientes dos avanços técnicos que reestruturam os sistemas de engenharia e o transformam de acordo com as novas necessidades econômicas e sociais surgidas. Por sinal, Corrêa (2007, p. 30)

aponta: “Entender o sentido da localização relativa da cidade média constitui parte do esforço de construir um quadro teórico a respeito da cidade media”.

Nessa perspectiva, apresenta-se uma nova questão nesta discussão sobre a cidade de Anápolis e sua caracterização enquanto cidade média que se qualifica como “centro de atividades especializadas” (CORRÊA, 2007, p. 31). Para o referido autor nesse tipo de centro predominam as elites: comercial, fundiária e empresarial; contudo, no caso de Anápolis a presença da elite fundiária não se apresenta de forma clara e significativa ao contrário do que se dá em relação às elites empresariais, comercial e industrial, fato que não impede a caracterização da cidade nessa “tipologia possível” (CORRÊA, 2007, p. 30) proposta para as cidades médias.

Nesse sentido, a leitura da localização da cidade média e a discussão em torno da mesma não pertencer a uma região metropolitana deve ser relativizado no que tange o caso em tela, conforme destacamos ao longo dos capítulos anteriores. Não por acaso, essa análise se desenvolve a partir desse momento, pois, era necessário caracterizar as diferentes dimensões que transformam a cidade em mundo de relações (SOARES, 2005; ARROYO, 2006) antes de envolver o aspecto de seu posicionamento estratégico e problemático entre duas metrópoles que se caracterizam pela dinâmica que exercem em sobre o território. Portanto, na sequência são destacados dois aspectos básicos associados a essa questão da localização a cidade no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e a relação entre o Estado e o estabelecimento das regiões metropolitanas.

4.3.2 Anápolis: Uma localização estratégica e um posicionamento geográfico complexo

A área compreendida pelo Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília possui uma localização estratégica, apresentando um ritmo acelerado de crescimento demográfico e desenvolvimento econômico, segundo dados do IBGE (2008), somadas as populações da Região Metropolitana de Goiânia, Anápolis e municípios do Entorno, a área concentra 60% da população goiana e, acrescentando o Distrito Federal, o total representa 44,2% da população da Região Centro-Oeste.

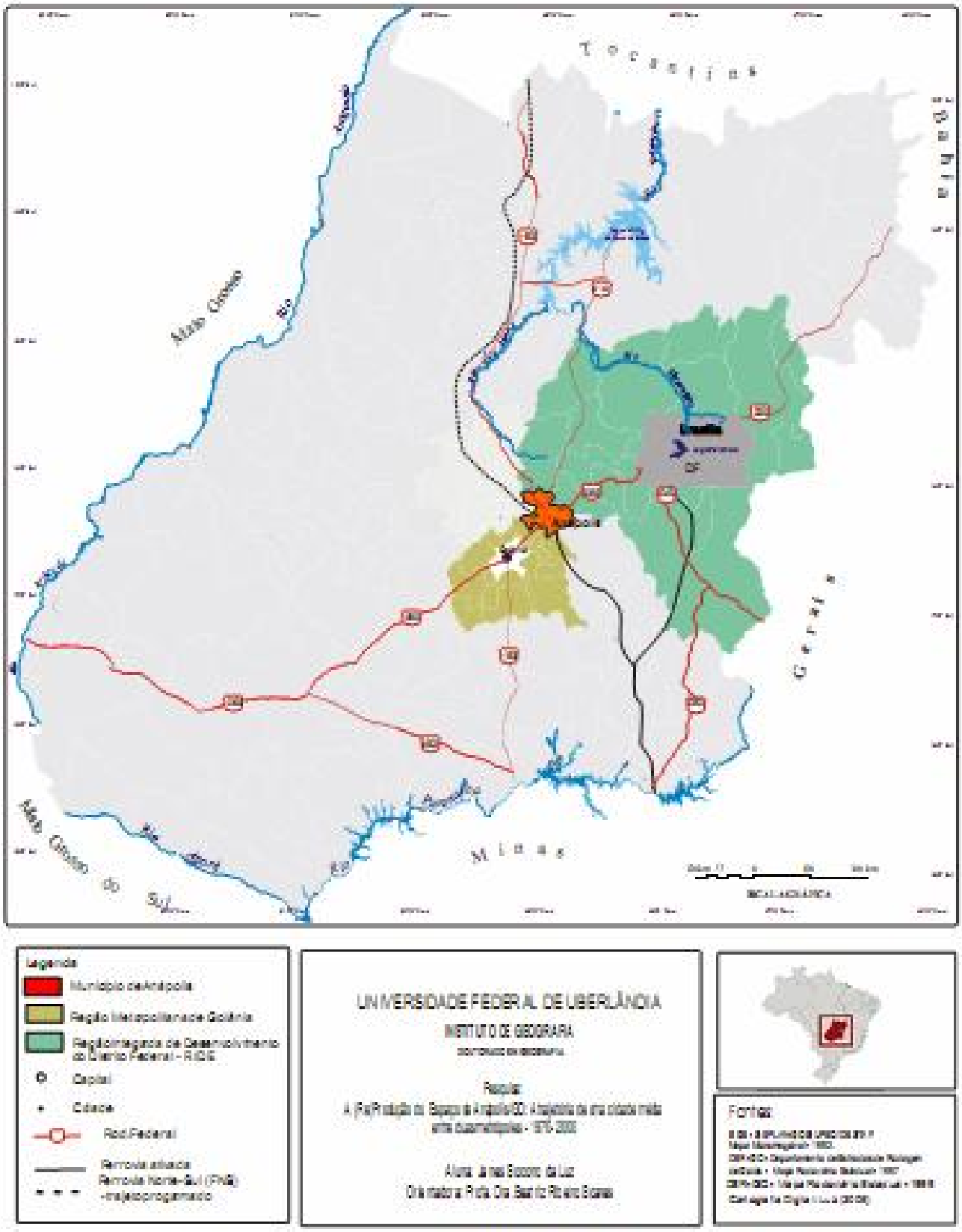
Trata-se de uma área na qual a ação política, através da intervenção estatal, foi decisiva para a configuração do território. Na área destacada a produção e

reprodução do espaço ocorrem de forma acelerada, as novas tecnologias e práticas empresariais inserem o eixo na dinâmica global, enquanto, antigas práticas são impactadas pela necessidade de inovação gerada pelo período técnico-científico e informacional. Com isso, o posicionamento de Anápolis, não apenas entre Goiânia e Brasília, mas, entre o território compreendido pelas respectivas regiões metropolitanas, torna-se atrativo e desperta o interesse dos empreendedores, (Mapa 28).

Ao observar o Mapa 28, percebe-se que o município de Anápolis está comprimido entre a área composta pelos municípios goianos do Entorno e da Região Metropolitana de Goiânia. Também, passa pela cidade a principal ligação rodoviária, BR 060/BR153, que se configura como elemento fixo que estrutura o eixo entre as duas metrópoles. Nesse sentido, acrescida a função de centro comercial distribuidor e industrial, Anápolis participa da dinâmica que impulsiona o desenvolvimento na área.

Mas, a constituição interna das regiões metropolitanas próximas, agrega principalmente cidades pequenas ou com população abaixo de 100.000 mil habitantes, por exemplo, excluindo Goiânia, as duas regiões metropolitanas somam vinte e oito cidades em Goiás, sendo que apenas quatro superam a referida quantidade de habitantes: Aparecida de Goiânia, Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso de Goiás, as três últimas no Entorno. Inclusive, Anápolis apresenta a maior aglomeração populacional fora do âmbito metropolitano em Goiás. Esse contingente significativo estabelecido no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília repercute na formação de um amplo mercado de consumo para a produção regional.

No caso, a distância entre as cidades dessa área é, relativamente, pequena, sendo que as duas metrópoles distam, aproximadamente, 200 quilômetros uma da outra, enquanto, Anápolis fica a 50 quilômetros de Goiânia e cerca de 150 de Brasília. Inclusive, com acesso facilitado por meio da BR 060, inteiramente duplicada no eixo.



Mapa 28 - **Estado de Goiás**: Anápolis entre Goiânia e Brasília, 2008

Dois trabalhos se destacam na análise da configuração territorial do eixo Goânia-Anápolis-Brasília, um realizado pelo IPEA/IBGE/Unicamp (1999) e o outro por Arrais (2007). No primeiro caso, a ênfase na rede urbana direciona, inicialmente, a leitura para a questão urbano-regional, posteriormente, caracteriza a formação das redes em conformidade com as transformações econômicas que acompanha o processo de apropriação inerente ao capitalismo. Para, então, definir sua opção teórico-metodológica que se expressa da seguinte forma:

> Partiu-se da percepção de que o sistema brasileiro de cidades deveria ser caracterizado pelas características funcionais de seus centros urbanos, agrupados em diferentes níveis de especialização, porém contrapondo-se os resultados obtidos de análises estatísticas quantitativas a análises históricas da expansão da acumulação do capital em anos recentes. Em assim sendo, cabe ainda uma ultima referência aos conceitos de sistema de cidades e de lugares centrais, uma vez que estes constituem partes importantes do esforço de análise da organização do espaço econômico brasileiro e, portanto, de classificação da rede urbana realizado neste trabalho (IPEA/IBEGE/Unicamp, 1999, p. 11).

Acrescentam, ainda:

> Buscou-se complementar a metodologia aplicada ao presente estudo com uma análise histórica dos impactos espaciais da evolução recente da dinâmica da economia brasileira, ou seja, do processo de produção do espaço, tanto no tocante ao conjunto da economia nacional como no que tange às especificidades regionais (IPEA/IBEGE/Unicamp, 1999, p. 14).

Nesse sentido, a partir do contexto que considera as Regiões do País, assume relevância as dinâmicas que envolvem os sistemas de cidades, inseridos nessas Regiões, caracterizados como “a organização hierarquizada dos centros urbanos, que varia em função do tamanho, da qualidade funcional, da extensão da zona de influência espacial, etc.” (IPEA/IBEGE/Unicamp, 1999, p. 12)[60].

---

[60] O sistema de cidades, todavia, conforme adverte Gottdiener (1993, p.59) “é um exemplo de fetichismo espacial porque condensa a organização metropolitana intra-regional num nó sem espaço, a chamada cidade”. Para o autor o referido autor, esse fetichismo decorre da “atribuição às próprias cidades dos poderes e atributos espaciais que pertencem às instituições e às atividades desenvolvidas dentro desses lugares” (GOTTIDIENER, 1993, p. 59), e que “somos confundidos pelas definições de geógrafos para as unidades espaciais – impedidos de ver que a organização

No que tange ao Centro-Oeste, em específico ao eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, a referida pesquisa reafirma a constituição de Anápolis como um centro independente, aspecto que ressaltamos ao longo deste trabalho, e desataca sobre as duas metrópoles :

> **Goiânia** consolidou-se como principal núcleo do Estado de Goiás, expandindo sua área de influência, principalmente no sentido norte e noroeste, na direção dos estados de Tocantins e do Leste Mato-Grossense. **Brasília**, ao contrário, não logrou desempenho de maior expressão regional, limitando-se à função de grande absorvedora de população e significativo mercado consumidor, decorrente da concentração de funções de governo e de receptora e repasses fiscais. Seu papel econômico, no Centro-Oeste, fica praticamente limitado ao seu entorno, sendo que as ligações com o Sudoeste da Bahia são resultado mais de fluxos populacionais do que econômicos (IPEA/IBEGE/Unicamp, 1999, p. 17, grifos nossos).

Todavia, destacam a existência de sistemas urbano-regionais que seguiram o princípio da "contiguidade espacial e de dependência funcional" IPEA/IBEGE/Unicamp, 1999, p. 25), priorizando a metrópole na formação do "Complexo Territorial de Brasília-Goiânia" IPEA/IBEGE/Unicamp, 1999, p. 26). Nesse caso, subentende-se a presença de Anápolis, mas, não fica claro a dimensão desse complexo territorial, uma vez que a contiguidade espacial ou, mesmo a continuidade territorial que determina a formação de uma área, somente se consolidaria com a inserção da cidade de Anápolis.

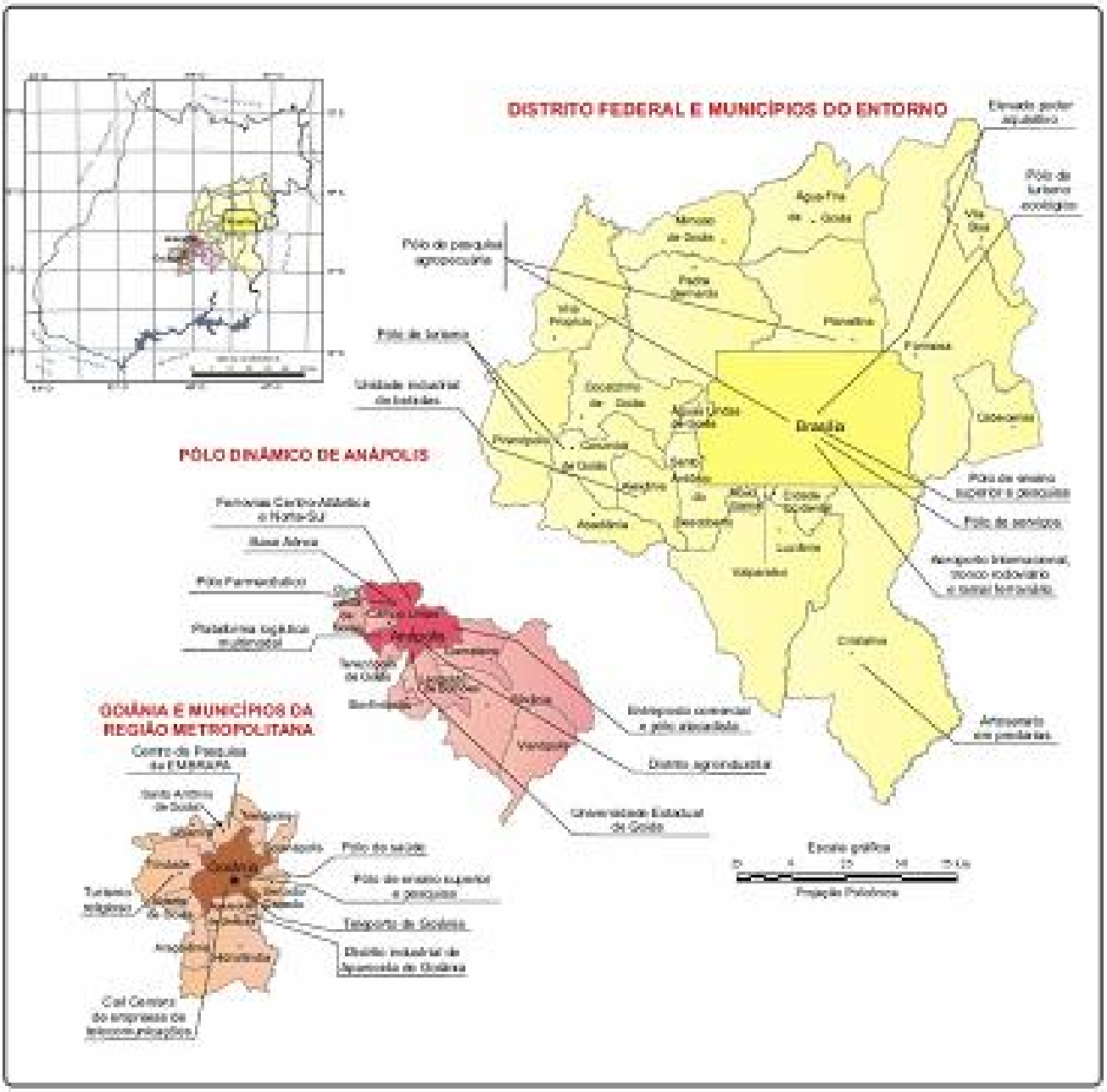
Por sua vez, Arrais (2007, p.147, grifos do autor) destaca a existência de uma "*região polinucleada, multifuncional e fragmentada*". Sendo polinucleada por apresentar dois centros polarizadores distintos, de um lado, Brasília e entorno e, do outro, Goiânia-Anápolis. Entretanto, não fica claro quais são os municípios adjacentes à Goiânia que estão a agregados, se corresponde aos mesmos que formam sua região metropolitana ou se comporta, também os municípios da Região Integrada de Goiânia[61]. Uma vez, que ao destacar os critérios empregados para identificar os municípios polarizados por cada núcleo, afirma que o núcleo Goiânia-Anápolis "é polarizado por Goiânia, englobando para nossa análise

---

funcional do sistema econômico e um produtos social e não dos lugares, mas do poder institucional concentrado" (GOTTIDIENER, 1993, p. 59).

[61] Sobre os municípios que compõem cada região, vide <http//:www.seplan.go.gov.br/sepin>, além de Arrais (2004).

Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Anápolis”(ARRAIS, 2007, p. 149). Tal observação torna dúbia a concepção de que uma das pontas da região é polinucleada por Goiânia e Anápolis, (Mapa 29).



Fonte:
Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Goiás. Mapa Rodoviário 1999.
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO. Revista Economia & Desenvolvimento, out./nov., 2002, p.25
ARRAIS, T.A. A região como arena política. Goiânia: Vieira, p. 194 (2007)
Cartografia: MORAES, L. S.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA
Pesquisa:
A (Re)Produção do espaço de Anápolis/GO: A trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles - 1970- 2000
Aluna: Janeis Sobomo da Luz
Orientadora: Profa. Dra Beatriz Ribeiro Soares

Mapa 29 - Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, 2007

Fonte: Arrais(2007, p.194)

O referido autor, destaca a característica multifuncional a partir do reconhecimento da diversidade de funções que cada centro apresenta, tal qual, a diferenciação destacada no estudo do IPEA/IBGE/Unicamp (1999). Inclusive, sobre as funções típicas de Anápolis, Arrais (2007, p. 147) ressalva que "Anápolis, proporcionalmente, tem um papel mais decisivo no setor da indústria de transformação, mas com um setor terciário em crescimento e um forte setor atacadista distribuidor que atende também a Goiânia". Acrescenta que a "multifuncional idade é importante na medida em que revela mais complementaridade do que disputas no espaço regional, estando diretamente relacionada a sua polinuclearidade". Um aspecto analisado, anteriormente, ao destacarmos que se trataria de:

> Uma realidade possível no contexto das relações de complementaridade econômica e espacial que a proximidade entre Anápolis e Goiânia sugere, estimulando a formação de uma região articulada e bipolarizada, na qual os dois centros se fortaleceriam através da expansão da capacidade competitiva que passariam a dispor no setor comercial atacadista (LUZ, 2001, p. 13).

Entretanto, a partir dos dados e informações trabalhos nesta pesquisa, é possível visualizar uma complementaridade efetiva entre Anápolis e os municípios da RIDE, conforme a análise dos novos recortes territoriais, o que não invalida a percepção de complementaridade entre Goiânia e Anápolis, pelo contrário, torna complexa a dimensão desta complementaridade, reafirmando a natureza multidimensional e funcional das cidades médias, enquanto centros regionais, destacando a especificidade da localização da cidade de Anápolis.

Segundo Arrais (2007), a característica fragmentada que apresenta a referida região, ocorre por que: "Sua integração econômica foi construída, sobretudo, a partir dos núcleos centrais" (ARRAIS, 2007, p. 147). Nesse caso, enfatiza-se a evolução demográfica econômica dos núcleos, especialmente, e dos municípios agregados, mas, não se realiza uma contextualização histórica que redimensionaria a importância e papel de Anápolis e possibilita compreender com mais precisão a dinamicidade das atividades desenvolvidas nessa parcela do território. A

contribuição de Arrais (2007) é importante, principalmente, no que tange à questão das políticas públicas e projetos regionais direcionados para a área.

Em síntese, a partir dos estudos sobre a produção do eixo, inicialmente, denominado de Goiânia-Brasília, depois de eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, reafirma-se a complexidade e a importância da cidade de Anápolis para a compreensão do mesmo, bem como da fluidez territorial que se processa nessa parcela do território e que configura o respectivo eixo e a inserção dos centros na rede urbana que se estabelece.

Em específico, sobre as cidades médias, Sposito (2006, p. 147-148), destaca:

> Atualmente, o reconhecimento da inserção de uma cidade média no âmbito de uma rede urbana tornou-se extremamente mais complexo. No geral, ela continua a compor a estrutura da rede hierárquica na qual seus papéis intermediários se definiram, mas há um vasto conjunto de possibilidades de estabelecimento de relações com outras cidades e espaços que não compõem, de fato, a rede a que pertence essa cidade.

A questão da localização, portanto, no caso da dimensão que envolve o posicionamento de Anápolis no eixo articulado com Goiânia e Brasília, deve ser relativizado no debate sobre sua identificação como cidade média, em função da presença de articulações regionais que a cidade exerce que extrapolam a esfera local, em se tratando da área do eixo. Inclusive, essas relações destacam a importância da cidade média no processo de divisão territorial do trabalho, bem como, as atividades que a caracterizam e às novas funções que assume, como estratégia para se desenvolver, principalmente, quando possui como vizinhas duas cidade altamente competitivas.

Ademais, com os avanços técnicos-científicos e informacionais, além da melhoria dos sistemas de transportes em geral que garantem uma maior acessibilidade às diferentes frações do território, o pertencer ou não a uma região metropolitana independe da questão da distância. Passa, muito mais pelo reconhecimento das potencialidades locais e de como os agentes atuam no processo transformação das estruturas internas, promovendo a sua modernização e estabelecendo condições de participar de forma mais equitativa na disputa pelo mercado regional.

Nesse sentido, as particularidades, ou mesmo especificidades, de cada cidade média se sobrepõem ao “aprisionamento” representado pela inclusão em uma região metropolitana. Esse, por sinal, é um aspecto que envolve, muito mais a questão “política” do que uma decisão baseada em uma análise profunda dos impactos sobre a vida social, econômica e política a cidade, uma vez que o ato de criar regiões metropolitanas ou expandi-las, atualmente, está sob a tutela das assembléias legislativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a cidade média em questão

A análise sobre a “(Re)Produção do Espaço de Anápolis:a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970 – 2000” encerra uma contribuição para a compreensão da dinâmica que envolve o debate sobre a cidade média no contexto regional. Ao seu termino, se consolida a convicção da importância do estudo sobre essas cidades, bem como a importância de valorizar o contexto espacial no qual se localizam.

A cidade de Anápolis é um exemplo emblemático dessa percepção, de sua origem aos dias atuais, se valeu da localização estratégica que possui para se firmar como centro regional que articula uma parcela significativa do território goiano. Por sinal, a leitura sobre o território que inicia este estudo, valorizou essa abordagem, considerando como as articulações se processam nas diferentes dimensões, econômica, política e social. Também, desenvolvemos a proposta contida na parte introdutória do trabalho para caracterizar a dinâmica da divisão territorial do trabalho no caso de Anápolis, demonstrando o perfil das atividades terciárias e secundárias, bem como a emergência de novas funções, além, da expansão das atividades comerciais e de serviços na direção norte e ao longo do eixo da Avenida Brasil Norte-Sul.

O desenvolvimento anapolino é tributário da dinâmica exercida pelas diferentes atividades econômicas que impulsionam o processo de especialização da cidade e de sua projeção como pólo de alta tecnologia, farmacêutico, industrial (transformação e cerâmico) e, no período atual, automobilístico. Na área dos serviços, destaca-se a importância da cidade para as pequenas cidades que a ela se articulam, quer por meio de convênios ou mesmo pela iniciativa individual de seus moradores. Esse aspecto, inclusive, reflete a importância da cidade média como centro de serviços especializados que atende a uma demanda regional. Característica que foi discutida a partir dos exemplos, entre outros, da atividade agrícola, educação superior e setor de saúde.

Todavia, a dinâmica interna se processa também em escalas mais amplas, nesse sentido, destacou-se a importância do Porto Seco como exemplo da atuação da iniciativa privada que tem projetado a cidade na dimensão mundial, garantindo

uma posição de destaque na arrecadação de impostos. O que reafirma a concepção de que as cidades médias estão, cada vez mais, inseridas na lógica da economia globalizada, o que indica na crescente entrada de novos investimentos no setor industrial e de logística que a cidade recebeu nos últimos anos. Inclusive, o sucesso desses empreendimentos está atrelado à uma ampla política de incentivos fiscais e na implantação de novos elementos de infra-estrutura, com destaque para a projeção que a Ferrovia Norte e Sul apresenta, mesmo, em seu estágio inicial.

Nesse sentido, no caso de Anápolis, a atuação estatal mostrou-se decisiva. Os programas federais e estaduais representam uma vantagem comparativa a mais que amplia as potencialidades locais e tornam mais atrativa. Entretanto, as questões internas, na esfera municipal, ligadas à instabilidade política que atingiu o poder executivo municipal, principalmente após 2005, afetaram na realização de obras essenciais para viabilizar novos investimentos, como por exemplo, a falta de local no DAIA para a instalação de novas indústrias ou, mesmo, a demora para o início das obras do aeroporto de cargas para garantir a efetivação da entreposto da Zona Franca de Manaus e a Plataforma Logística de Goiás.

Em todas as etapas da discussão permeou a análise a questão do território e seu uso. Um aspecto que redimensiona a importância desta categoria no estudo do processo de produção e apropriação do espaço, estabelecendo centros dinâmicos de convergência regional, como é o caso da cidade de Anápolis. A dinâmica territorial, permite compreender a existências de áreas contínuas e de redes que se configuram ao articular diferentes partes do território à cidade e, também, em diferentes dimensões. A abordagem territorial, portanto, demonstrou como se (re)produz a cidade média e se estabelecem múltiplas relações nela e a partir dela.

Inclusive, consolidou-se a convicção de que a cidade, enquanto, média para ser compreendida não pode prescindir da contextualização histórica e espacial, uma vez, que essa perspectiva propicia o entendimento das particularidades que envolvem a diferenciação das cidades, principalmente, as médias. Ainda mais, ao considerar a questão da pressão exercida pelas metrópoles, Goiânia e Brasília, sobre a realidade local. Nesse caso, a pesquisa destacou a importância da cidade para as localidades situadas na área do Entorno do Distrito Federal (BR 414) e ao longo dos eixos das rodovias GO 080 e BR 153.

Muitas dessas localidades, inclusive, são afetadas pela polarização das metrópoles e da cidade de Anápolis, como demonstraram os dados sobre a redução de população s em cidades localizadas nas áreas pesquisadas, principalmente, as menores, com população abaixo de dez mil habitantes. Neste sentido, a cidade média tem uma parcela importante de contribuição e sua atuação por meio da oferta de diferentes serviços, recursos e mercadorias, ameniza as disparidades regionais. Todavia, trata-se de uma função, cujo de um debate, que não tem logrado êxito no cenário político e empresarial local.

A atuação das elites locais, empresarial e política, está alicerçada na discussão das questões internas, com isso, a dimensão interurbana pouca atenção tem recebido. Ao longo da pesquisa de campo, apenas uma iniciativa do poder municipal chamou nossa atenção, a criação de um grupo formado pelos municípios da bacia do Rio João Leite, responsável por parte do abastecimento de Goiânia, como intuito de criar um conselho com a atribuição de fiscalizar e acompanhar o processo de apropriação na área percorrida pelo rio. Como, as discussões são, ainda, latentes e se encontram no estágio inicial, não foi possível abordar essa questão no âmbito deste trabalho. Todavia, é interessante perceber a necessidade de aprofundar o debate, envolvendo as elites locais e as instituições presentes na cidade e ampliar a participação na escala interurbana.

Portanto, é na valorização da trajetória de (re)produção do espaço, no sentido correlato de território, que a cidade de Anápolis se revelou em sua multiplicidade e multiescalaridade. Inclusive, o deslindar desse processo demonstrou essa complexidade. Se, inicialmente, a abordagem particularizaria a esfera microrregional, com o trabalho de campo, que revelou-se oportuno e imprescindível, se destacou a necessidade de uma releitura da área efetiva de atuação da cidade.

A proximidade com Goiânia que induz, em um primeiro olhar, a pensá-las de forma complementar, guardando as devidas proporções, não se confirmou. Uma vez que o emergir no contexto regional indica na existência de uma outra possibilidade de entendimento da dinâmica de divisão territorial do trabalho, dessa vez em direção ao leste do Estado de Goiás, onde se situam os municípios do Entorno do Distrito Federal. As ligações da cidade com essa área se apresentaram de forma consistente, principalmente, no que tange a influencia da administração estadual no processo de planejamento e desenvolvimento estratégico a partir da

descentralização dos serviços por meio das regionais sediadas em cidades pólos de cada subespaço.

Por sinal, o que fica claro é a expansão da influência de Goiânia e a consequente absorção dos municípios limítrofes que passam a compor a região metropolitana. Com isso, municípios que pertencem a Microrregião de Anápolis, inclusive surgidos a partir da fragmentação do seu território, estão mais próximos de Goiânia do que de Anápolis. É evidente que a projeção que Goiânia, capital e metrópole regional, alcança não se compara a de uma cidade média, Anápolis. Entretanto, a cidade de Anápolis possui uma área própria de atuação que precisa ser valorizada, por sinal, essa é uma questão que levanta a discussão da necessidade de adequar os critérios empregados na divisão microrregional da área estudada, inclusive, revendo os limites desta região, além disso, ressalva como o processo histórico é fundamental na análise da dinâmica de produção do espaço.

Aliá, do ponto de vista histórico, Anápolis exerceu o papel de suporte ou base para a construção de duas capitais, ao mesmo tempo, cresceu como centro regional que procurou se firmar, por meio do desenvolvimento de atividades estratégicas que evoluíram conforme as estruturas regionais foram se transformando e modernizando. Um exemplo desse processo está na evolução do comércio atacadista, primeiro, a cidade usufruiu do papel de estação final da ferrovia para se consolidar como entreposto comercial, depois, vieram os atacadista e, por fim, a especialização como centro logístico.

Também no setor industrial, essa refuncionalização alterou o perfil de atividades tradicionais e impulsionou novas práticas e formas de organização com o intuito de otimizar os resultados. Assim, nos primeiros anos surgiram as cerâmicas, cerealistas e torrefadoras, além dos abatedouros, depois, com a drenagem eficiente da renda obtida junto ao comércio e atividade agrícola ocorreu a transformação no setor, por volta da década de 1970. De início, a indústria estava firmada nos segmentos tradicionais desenvolvidos na cidade, com o passar do tempo e com o apoio decisivo do Estado, essa atividade se modernizou e aprimorou o processo produtivo. Com a entrada da indústria farmacêutica, de forma mais abrangente após 1990, as mudanças ganharam força e alteraram o perfil, antes, ancorado na atividade comercial que a cidade apresentava. Tanto que representa uma parcela significativa do segmento industrial realizado na cidade e que a projeta em

dimensões extra-regionais, sem abandonar os segmentos tradicionais do setor industrial que foram relevantes ao longo de sua história.

Com a diversificação das atividades industriais e comerciais, o setor de serviços se ampliou e, no final do século XX, impulsionou o desenvolvimento e especialização da cidade nas áreas da saúde e educação superior. Inclusive, ao longo do trabalho, a questão da regionalização da saúde e da centralidade que a cidade exerce, destacaram a distância entre Anápolis e os demais municípios com os quais se relaciona. Nessa perspectiva, a própria estrutura interna da cidade se transforma com a expansão da área central e com o surgimento de novas centralidades.

Assim, Anápolis se configura como cidade média que por meio da contínua especialização produtiva estabelece as condições necessárias para se desenvolver. Sua trajetória repercute essa dinâmica, portanto, sua valorização reafirma a necessidade de aprofundar o debate regional e resgatar o papel relevante que essa cidade possui no cenário regional.

Anápolis não é um ponto de parada no caminho entre Goiânia e Brasília!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34

AMORIM FILHO, O.B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, n. 5, p. 5-34, jun. 1984.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de. **A morfologia das cidades médias.** Goiânia: Editora Vieira, 2005.

ANDRADE, A. Thompson e SERRA, R. Valente. **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001

ANDRADE, M. C. de. **Espaço polarização e desenvolvimento: A teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000).** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Espaço, Polarização & Desenvolvimento: uma introdução à economia regional.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço, **Polarização & Desenvolvimento: uma introdução à economia regional.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, T. A. **Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, IPPUR, n. 592, p. 1-25, set. 1998.

ANDRADE, T. A.. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Texto para Discussão, Rio de Janeiro, IPPUR, n. 554, p. 1-27,mar. 1998.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 393p.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; SANTOS, P. D. dos. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T. A; LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979

ANÁPOLIS, Lei Complementar n. 128, de 10 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Anápolis. Biblioteca da Câmara Municipal de Anápolis, 2007 (mimeo)

ARRAIS, T. A.. **A região como arena política: Um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. Goiânia: Bertrand Brasil, 2005

ARRAIS, T. A..**Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2008

ARROYO, M.M. Dinâmicas territorial, circulação e cidades In SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP, 2005. SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

ARRUDA, G. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru (SP):EDUSC, 2000.

ASCHER, F. **Metápolis: acerca do futuro da cidade**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A.C. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** São Paulo:UNESP: ANPUR, 2003. p. 272-288.

BAKIS, Henry. **Les réseaux et leurs enjeux sociaux**. Paris: Universitaires de France, 1993

BARBOSA, A. S., NETO, A. T. e GOMES, H. **Geografia: Goiás e Tocantins.** Ed.2ª. Goiânia: Ática,1993

BARBOSA, Altair Sales; TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, Horieste. Geografia: Goiás-Tocantins, 2. ed., ver. e ampliada. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

BARREIRA, C.C. M. A. O papel de Pierre Monbeig na análise da ocupação da frente pioneira do Centro-Oeste. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia(GO), v. 15, n. 1, p.89-108, jan./ dez.,1995.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Vão do Paraná – a estruturação de um território regional.** 1997. 320 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

BECKER, Bertha K. "Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI; uma representação a partir do Brasil" in **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53(3)jul./set., 1991, p78.

BECKER, Bertha K. "Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI; uma representação a partir do Brasil" in **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53(3)jul./set., 1991, p78.

BENEVOLO, L**. História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996

BENKO, G.; LIPIETZ, A. O novo debate regional. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes – os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1995.

BERMAN, M..**Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade.** Ed. 16ª. São Paulo: Cerne, 1975

BERNADUCE, G. M.C. Constituição e papel das redes no contexto da mundialização da economia, São Paulo, v. 18, p. 48-63, 2000

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In:CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 325-366, 1996.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil.** Brasília: CODEPLAN, Goiânia: Editora da UCG, 1988

BESSA, K. C. F. O. e SOARES, B. R. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia (GO), vol. 19, n. 2, p. 11-34, jan./dez., 1999.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Acervo Cartográfico da Biblioteca Nacional**, versão digital. Disponível em <http:// www.biblitecanacional.com.br/dominiopublico> (acesso em dez./2008)

BOFF, Leonardo. **A voz do arco-íris**. Brasília: Letraviva, 2000

BORGES, B. G.. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

BORGES, B. G.. O **despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais**: 1909-1922. Goiânia: CEGRAF, 1990

BORGES, B.G. **Goiás nos quadros da economia nacional:** 1930-1960. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BORGES, B.G. **O despertar das dormentes**. Goiânia: Cegraf, 1990, p. 87-118

BORGES, B.G.. **Goiás nos quadros da economia nacional:** 1930-1960. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BOUDEVILLE, J. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difel, 1973.

BOURDIEU, P. Identidade e representação, elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 101-122

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 3ª. Ed. São Paulo: Papirus, 1996

BRANCO, M. L. Algumas considerações sobre a identificação de cidade médias In SPOSITO, M. E.B (org) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular: 2007, p. 89-112

_____. Cidades médias no Brasil. In SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP, 2005. P. 245-278

BRANDÃO, M. A. (org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

BRITO, J. G. L. **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. 3a. ed. São Paulo: Ed. Nacional 1980.

BRUNHES, J. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura,1962

CANDICE, V. S. **A pátria geográfica:** sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia(GO): Ed. UFG, 1997.

CARLOS, A. F. A. (org.) **Ensaios de Geografia Contemporânea Milton Santos: obra revisitada.** São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001

CARLOS, A. F. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 4a. ed. São Paulo: Papirus, 1994

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

_____. **Cidade, democracia e socialismo**. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

CASTRO, I., GOMES, P.C.L et al (Orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

CASTRO, J. D. B. (org.) **Ensaios sobre economia regional goiana.** Anápolis: UEG, 2004

CASTRIOTA,L.B. **Urbanização Brasileira : Redescobertas** . Belo Horizonte:C-ARTE, 2003

CAVALCANTI, L. de S. (Org.) **Geografia da cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CHAUL, N. F. Marchas para o Oeste. In: SILVA, L. S. D. **Relações cidade-campo: Fronteiras**. Goiânia (GO): EdUFG, p. 113-128, 2000.

CHAUL, Nasser. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidad**e. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1982.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. GEOgraphia, São Paulo, ano 1, n.2, p. 7- 26, 1999

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

CONGRESSO NACIONAL/CÂMARA FEDERAL, Projeto de Lei Complementar Nº 184, de 07 de junho 2004, institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste - SUDECO e dá outras providências. 2004

CONTI, S. Espaço global versus espaço local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local In DINIZ, C.C. e LEMOS, M.B. **Economia e Território**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005, p. 209-252

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho: uma alternativa racional à incerteza In

CORRÊA, L. C. **A Rede Urbana**. . 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994 (série Princípios).

_____.. **Região e Organização do Espacial**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1995 (série Princípios).

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, n. 1, 2004.

_____.. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território,** n. 6, p.43-53, jan/jun. 1999.

_____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Caminhos sobre a reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994a. p. 323-359

_____. Construindo o conceito de cidade média in . (org) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular: 2007, p. 23-34

DAMINANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização, apontamentos bibliográficos In GERAILDES, A. I, SILVEIRA, M. L. e ARROYO, M. **América Latina: cidade, campo e turismo,** San Pablo: CLASCO, 2006, p. 135-147

DÉAK, C. e SCHIFFER, S. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004

DEUS, João Batista de. **O sudeste goiano e a desconcentração industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ Universidade Federal de Goiás, 2002.

DINIZ, El. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**. 2ª. ed. Rio de Janeiro:FGV, 1999

DINIZ, C.C. e LEMOS, M.B. **Economia e Território**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005, p. 132-132

DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo:Difel, 1984

DEUS, João Batista de. **O sudeste goiano e a desconcentração industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ Universidade Federal de Goiás, 2002.

DEUS, J. Batista de. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 24, n. 1-2, p. 81-91, jan./ dez., 2004

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.141-162

DOLLFUS, O. Geopolítica da Sistema-Mundo *In* SANTOS, Milton et all (org.). **Fim de século e globalização**. 3ªed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1997.

DUARTE, E. G. As ocupações de terra em Goiás**. Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia (GO), vol. 19, n. 2, p. 35-50, jan./dez., 1999.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas metodológicas In SPOSITO, M. E.B. (org) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular: 2007

EGLER, C. A. G. A questão regional e a gestão do território no Brasil. In: CASTRO,GOMES E CORRÊA. **Geografia: conceito e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 p. 207-238

EGLER, C. A. G. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, p. 185- 222, 1996.

ESTEVAM, L**. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia: Ed. do autor,2004

FERREIRA, D. **Intendentes e Prefeitos**. Anápolis: Ed. O Anápolis, 2009

FERREIRA, Ignez C. Barbosa. Ceres e Rio Verde: Dois Momentos da Expansão da fronteira Agrícola *In* AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras.** Brasília: Editora da UnB, 1988, p.39-59.

FRANÇA, Maria Sousa. **A formação histórica de Anápolis e sua área de influência regional** *In* separata dos anais do VII Simpósio Nacional –ANPUH: Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973, p. 654.

FRANCO, J. B. S. O papel da Embrapa nas transformações do cerrado**. Revista Caminhos de Geografia**, vol. 2, n. 3, p31-40, mar., 2001 Disponível em <http://www.ig.ufu.br/revista> (acesso em jan. 2008)

FREITAS, J. F., A expansão urbana e a segregação socioespacial em Anápolis - Goiás. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas/Universidade de Brasília, 2004

FRÉMONT, Armand. **A Região, espaço vivido**. Coimbra(Portugal): Livraria Almedina, 1980.

GEORGE. P. Geografia Urbana. São Paulo: Difel, 1983

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. São Paulo: Edusp, 2001

_____. Sociologia. Porto Alegre: Armed, 2005

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GOTTDINIER, M. e BUDD, l. **Key concepts in urban studies**. Londres: Sage Publications, 2005

GOTTMANN, J. **The significance of the territory**. Charlottesville: University Press of Virginia

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Trad. M.C.F. Bittencourt. Campinas (SP): Papirus, 1990

HAESBAERT, R. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano de Geografia**/Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Goiânia, vol.1, n. 1, p. 117-123, 2006

HAESBAERT, R e LIMONAD, E. o território em tempos de globalização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-20, 1º. sem., 1999

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização In SANTOS, M. et. al. Território, territórios. Niterói: Programas de Pós-Graduação em Geografia

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980, 291p.

_____**. A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

_____.. **Explanation of Geography**. Londres:Edward Arnold, 1976

_____**. A condição pós-moderna**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1998,

HUNT, E.K. e SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. 15a. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997

HUNTINGTON, **Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva,1997

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 5a.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

_____. **A sociedade global**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993

_____. **A era do globalismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Contagem populacional**, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> (acesso em: 2008)

_____. **Regiões de influência das cidades: revisão atualizada do estudo da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. **Censo Demográfico** – Resultados preliminares, 2000.

_____. **Censo Econômico**, 1985.

_____. **Censo Agropecuário (1970 e 1996)**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/sidra> (acesso em agos./2009)

_____. **Censos demográficos**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1940-2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 2007

_____. **Cadastro Central de Empresas-2008.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/sidra> (acesso em dez./2008)

_____. **Tendências Demográficas-Censos demográficos - Goiás/1996**. Rio de Janeiro: IBGE,1999

_____. **Goiás e Tocantins: informações básicas.** Rio de Janeiro:IBGE,1989

_____. **Anápolis -limites municipais**; carta planialtimétrica, folha SE-22-X-B. Rio de Janeiro, 2008. Escala de 1:100.000, formato digital.

_____. **Pesquisa Industrial Anual – Empresas 2006-2008**. Disponível em <http://www.sidra.ibege.gov.br> (acesso em jun./2008)

_____. **Contagem da População (2007)**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> (acesso em jan./2009)

_____. **Estimativas 2005.** Disponível em <http:// www.ibge.com.br/cidades> (acesso em jun./ 2007)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (coord. geral), **Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil: determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas públicas**. Mimeografado, Brasília, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/IPEADATA. **Dados estatísticos**. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Acessado em: 2006-2009

_____**. Região Centro-Oeste**: Fluxo de Crédito por Unidade Federativa - 1970 a 2003.. Disponível em <http:// www.ipea.org.br/ipeadata> (acesso em jul./ 2007). Unidade base (R$ 2.000 mil.)

INSTITUTO DE GESTÂO TECNOLÓGICA E FARMACÊUTICA. **Participação das Empresas na Cadeia Produtiva do Pólo Farmacêutico de Anápolis por Região – 2008.** . Disponível em <http:www.igtf.com.br> (acesso em dez./2008)

KLINK, J. J. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista.** Rio de Janeiro: D&P, 2001

KOHLHEPP, G. e BLUMENSCHEIN, M. Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no Centro-Oeste brasileiro. **Território**/LAGET/UFRJ. Rio de Janeiro, n.8, p. 47-66, jan./jun., 2000.

KON, Anita. Reestruturação produtiva e terciarização no Brasil. **Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG.** Belo Horizonte. v.7, n.1, p. 149-180, maio 1997.

KON, Anita. Reestruturação produtiva e terciarização no Brasil. **Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG.** Belo Horizonte. v.7, n.1, p. 149-180, maio 1997.

LAVINAS, L. e RIBEIRO, L.C.Q. Fronteira: Terra e capital na modernização do campo e da cidade In RIBEIRO, T. A. C. (org) **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1991, p. 67-85.

LEIJOTO, M. Centro-Oeste: Além do agronegócio. **Revista Você S/A,** São Paulo, n 109, p. 36-37, jul., 2007

LEFÉBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Tomoko i. Paganelli. Paris: Antrophos, 1974, (mimeo)

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Faria. São Paulo: Centauro, 2001.

_____.**A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 1999

_____. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada In SANTOS, M. (orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. 4ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998, P. 198-212

LIMA, V. B. **Os Caminhos da Urbanização/Mineração em Goiás:** o estudo de Catalão (1970-2000). 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia (MG), 2003.

LISITA, C. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia(GO), v. 16, n. 1, p. 29-40, jan./ dez.,1996.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 198.

LUPPI, S. “Batrícios” anapolinos In POLONIAL, J. (org) **Iniciação à História de Anápolis**. Anápolis:AEE, 2005-2007 (Coleção Jornal O Centenário)

LUZ,J. S. **A especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis-GO**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, Brasília, 2001

MARKUSEN, A. Região e regionalismo. Um enfoque marxista. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 2, p. 63-100, 1981

MARTINE, G. A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80. **IPEA/Texto para Discussão**, n. 329, jan. 1994<Disponível em: www.ipea.gov.br>. Acesso em: fev., 2005.

MARTINS, J. de S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In.:____ (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.13-23.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo da soja.** São Paulo: UNESP,2000

MELO, N.A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão(GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 524f. 2008, Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2008

MESQUITA, O. V. e SILVA, S. T. A agricultura brasileira: questões e tendências In: FUNDAÇÃO INSTUTUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: uma visão geográfica nos anos 80. Rio de Janeiro**: IBGE, 1988, p. 90- 124.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial In MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C. R. (orgs.). Porto Alegre:Ed.UFRS/Ed UNISC, p. 82-97, 1995

MOLINA, H. Novos espaços alienados do território brasileiro In: SOUZA, M. A. A. (org.) **Território Brasileiro - Usos e Abusos.** Campinas (SP): Edições TERRITORIAL, 2003.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **SUDECO -1972 a 1987**. Brasília, DF, 2007. Disponível em <http:// www.ministeriodointerior.org.br > (acesso em jun./ 2007).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Subsídios técnicos para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste**. Brasília, DF, 2005. (mimeo)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)**. Brasília, DF, 2008. Disponível em <http:// www.integracaonacional.org.br > (acesso em jun./ 2008).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Distribuição do total de estabelecimentos segundo a atividade e a localização, 2009**. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe> (acesso em jan./2009)

_____. **Equipamentos em uso para diagnóstico por imagem, 2009.** Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe> (acesso em jan./2009)

_____. **Relação dos principais hospitais em funcionamento em Anápolis -2007**. Disponível em <www.cnes.gov.br; www.datasus.gov.br > (acesso em dez./ 2007)

MONTE-MÓR, Roberto Luis. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC,1996. p. 169-181.

A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil In DINIZ, C.C. e LEMOS, M.B. **Economia e Território**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005, p. 429-448

MORAES, A. C. R. O sertão: um "outro" geográfico. **Terra Brasilis**, n. 4-5, jan./dez., 2002-2003.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991

O POPULAR. “Os maiores de Goiás - ICMS de 2000”. Goiânia: Jornal O Popular, 2000 (Caderno Especial)

OLIVEIRA, E. X. G. Indústria In: FUNDAÇÃO INSTUTUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Brasil: uma visão geográfica nos anos 80. Rio de Janeiro**: IBGE, 1988, p. 9127- 180.

OLIVEIRA, H. C. M. **Em busca de uma proposição metodológica para os estudos das cidades médias: reflexões a partir de Uberlândia (MG).** Dissertação de Mestrado – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2008

PACHECO, C. **A. Fragmentação da Nação.** Campinas(SP): Unicamp/IE, 1998.

PALACIN, Luís Gomez; MORAES, Maria Augusta S. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

_____. **Sociedade colonial (1549-1599**). Goiânia: Ed.UFG, 1981.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. **O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999**). 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2001.

PEREIRA, A M. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 347 f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007

PINTAUDI, S. M. e CARLOS, A. F. A. Espaço e Indústria no Estado de São Paulo**. Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 5-24, jan./mar. 1995.

PINTAUDI, Silvana Maria. “A cidade e as formas do comércio” In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

POLONIAL, J. **Ensaios sobre a história de Anápolis**. Anápolis:AEE, 2000

_____. **Anápolis, nos tempos da ferrovia.** Anápolis: AEE, 1995, p. 59.

_____. Introdução à história política de Anápolis: Kelps, 2007

_____. (org.) **Iniciação à História de Anápolis**. Anápolis:AEE, 2005-2007 (Coleção Jornal O Centenário)

PIRES, E. L.. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais:delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos In SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS/SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL. **Plano Diretor 1992.** Anápolis, 1999.

_____. **Plano Diretor de Anápolis**, 2006

_____ Divisão de Pesquisas Sócio-Econômicas/Departamento de Economia e Programação, **Anápolis: dados gerais**. Mimeografado. 2001.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE TRABAJO DE LA UIA 1999. CIMES. Lleida (España), jul. 1998. Documento inicial del programa CIMES. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes> Acesso em: dez. 2004 (mimeo)

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

RECLUS, Élisée. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista**. São Paulo: Imaginário, 2002

REVISTA TRIMENSAL DE HISTÓRIA e GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 5. 2ª ed., p. 38-68, 1863 . Disponível em <http://www.google.com.br> (acesso em jan. 2008)

REVISTA EXAME, Melhores e maiores – as 500 maiores empresas do país, São Paulo: Ed.Abril, 2008, anual, ano 35

_____**. Ranking das 500 mais do Agronegócio**. Região Centro-Oeste: segmentos do agronegócio classificados entre as dez melhores posições – 2004, São Paulo: Ed. Abril, 2004, anual, Ed. 849

REVISTA ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO. **Goiás aposta na logística para se tornar mais competitivo**. Goiânia: SEPLAN/GO, bimestral,p. 4-19, nov./dez., 2006

RIBEIRO, M. A. C. e ALMEIDA, R. S. Análise da organização espacial da indústria na Região Sudeste. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 55, n. 1/4, p. 61-107, jan./dez. 1993.

ROCHA, L. Mendes . **O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889**. Goiânia:EdUFG, 1998

ROCHA, H. **Anápolis- e assim se passaram 100 anos**. Goiânia:Kelps, 2007

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas – ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and historiy**. Cambridge: Cambridge University Press: 1986

SANFELIU, C. B.; TORNÉ, J. M. L. **Ciudades intermédias y urbanización mundial: presentación del programa de trabajo de la UIA**. Lleida (España), 2000. Documento 4. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004. (mimeo)

_____. Miradas a otros espacios urbanos: ciudades intermédias. **GeoCrítica/Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales, España, Universidad de Barcelona, v. VIII, n. 165, 15 mayo. 2004. Disponível em:<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-165.htm>. Acesso em: dez. 2004. (mimeo)

SAQUET,M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

SANTOS, M. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

_____. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981

_____. **Ensaios sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988

_____.**Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994

_____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1996 (a)

_____. **A Urbanização Brasileira.** 3a ed. São Paulo: Hucitec, 1996 (b)

_____. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5a ed. São Paulo: Hucitec, 1997b

_____. (org) **O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização**. 3a ed. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1997c

_____.**Pensando o Espaço do Homem**. 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1997d

_____. (orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. 4ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998a

_____. O Retorno do Território In SANTOS, M. et all (orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. 4ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998b , p. 15-20

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio-Técnico-Científico Informacional.** 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1998c

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000

_____. (orgs) . **Território Territórios**. Niterói: PPGEO-UFF/AGB, 2002

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHNEIDER, S. e PEYRÉ TARTARUGA, I. G. Território e abordagem territorial. **Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, vol. 23, n. 2, p. 99-117, jan.dez, 2004

SEABRA, O., CARVALHO, M. e LEITE, J. C. **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, 2006. <Disponível em: www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: set., 2006.

_____. Gerência de Informações Estatísticas. <Disponível em: www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso 2007-2009

_____.Goiás terá R$ 27 bilhões em investimentos até 2005 In **Revista Economia e Desenvolvimento**. Ano II, n. 6, p. 04-12, jan./mar. 2001.

_____. Um passo decisivo na área de ensino universitário In **Revista Economia e Desenvolvimento**. Ano I, n. 1, p. 55-57. abr./jul. 2000.

_____. **Plano Plurianual 2000/2003.** Goiânia, 2000.

_____. **Contas Regionais (1985/2004).** Disponível em <http://seplan.go.gov.br/sepin> (acesso em fev./2008)

_____. **Ranking dos quinze municípios mais competitivos em 2007.** Disponível em <http://seplan.go.gov.br/sepin> (acesso em out../2008)

_____. **Distribuição da população pelo território e saldo de empregos (RAIZ/CAGED) – 2007**. Disponível em <http//: w.w.w.seplan.go.gov.br/sepin/sieg> (acesso em set./2008)

_____. **Arrecadação de ICMS em 2008**. Disponível em <http://www.seplan.gov.go.br/sepin> (acesso em jan./2009)

_____. **Arrecadação de ICMS segundo as Regiões de Planejamento, 2006.** Disponível em <http://www.seplan.go.gov/sepin> (acesso em nov./2008)

_____. **Projetos aprovados pelo programa PRODUZIR de 2000 a 2005**. Disponível em <http:www.seplan.go.gov.br/rev/revista22/cap09.pdf > (acesso em jan. 2009)

SILVA, L. L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80**. Revista Caminhos de Geografia**, vol. 1, n. 2, p.24-36, dez., 2000 Disponível em <http://www.ig.ufu.br/revista> (acesso em jan. 2008)

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho e cidades médias. **GeoUERJ,** Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 1. sem., 2002.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SILVA, Júlia B. de Morais. **O interior e sua importância no projeto centralizador do Brasil: Anápolis anos 20-30.** 113 f. Dissertação (Mestrado de História) Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, 1997.

_____. A economia anapolina nas décadas de vinte e trinta In POLONIAL, J. (org.) **Iniciação à História de Anápolis**. Anápolis:AEE, 2005-2007 (Coleção Jornal O Centenário)

SOARES, B. R. **Uberlândia: da "Cidade Jardim" ao "Portal do Cerrado" - imagens e representações no Triângulo Mineiro**. 1995. 290f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

_____. et al. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, n. 2, p.11-34,1999.

_____. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais In SPOSITO, M.E.B. **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular: 2007, p.461-494

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. F. O. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, Editora da UFG, n. 2, p.11-36, jan/dez. 1999.

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. F. O.; MOURA, G. G. A **importância econômica das cidades médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Uberlândia: Instituto de Geografia, 2000. 120p. (Relatório final de pesquisa - FAPEMIG/UFU). (mimeo)

SOARES B. R.; MELO, N. A de. Cidades médias: reflexões sobre o programa UIACIMES e apontamentos de perspectivas para o estudo no Brasil. I SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA ECONÔMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, 2005, Presidente Prudente. **Anais.**.. Presidente Prudente: 06 a 09 jun. 2005. CD-ROM.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993

SOUZA, M. A de. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: EdiçõesTerritorial, 2003.

_____. Dono da terra: estudo sobre a formação de uma pós-fronteira no Tocantins. In: SILVA, L. S. D. **Relações cidade-campo: Fronteiras**. Goiânia (GO): EdUFG, p. 195-218, 2000.

_____. . **Governo Urbano**. São Paulo: Nobel, 1985

_____. A explosão do território: falência da região?. **Boletim de Geografia Teorética,** São Paulo, v. 22. n.. 43-44, p. 393-397,1992

SOUZA, M. L. de. **ABC desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

SPOSITO, E. S. Dinâmica econômica, fluxos e eixos de desenvolvimento. Avaliação da construção de uma temática**.** In: _____(Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

SPOSITO, M. E. B. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001a.

_____. . A dimensão econômica na análise urbana: matrizes, descaminhos e perspectivas. **Geosul**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./ jul., p. 26-39, 1986

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. (Org.). **O espaço no fim do século - a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-117.

_____. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/GASPERR, 2001.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n], 2001b.

_____. . (org.) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular: 2007

STEINBERGER, M. O significado da Região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica In BRANDÃO, C. A. (org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regi**onal. São Paulo: Editora UNESP:ANPUR, 2003

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades Médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001

STOPER, M. T. Territorialização numa economia global In LAVINAS, L., CARLEIAL, L.M. e NABUCO. M. R. (orgs.). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994

STOPER. M. e VENABLES, A. J. O burburinho: a força econômica da cidade In DINIZ, C.C. e LEMOS, M.B. **Economia e Território**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005, p. 21-56

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (coord. geral) **A Região Geoeconômica de Brasília,** Mimeografado, Brasília, 1973.

RIBEIRO, A.C.T. Pequena reflexão sobre catergorias da teoria critica do espaço: território usado, território praticado In SOUZA, M. A de. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: EdiçõesTerritorial, 2003.

TORNÉ, J. M. L. **Megalópolis, metrópolis y ciudades intermedias del mundo**. Programa UIACIMES. Lleida (España), 20[...]. Documento 5. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004. (mimeo)

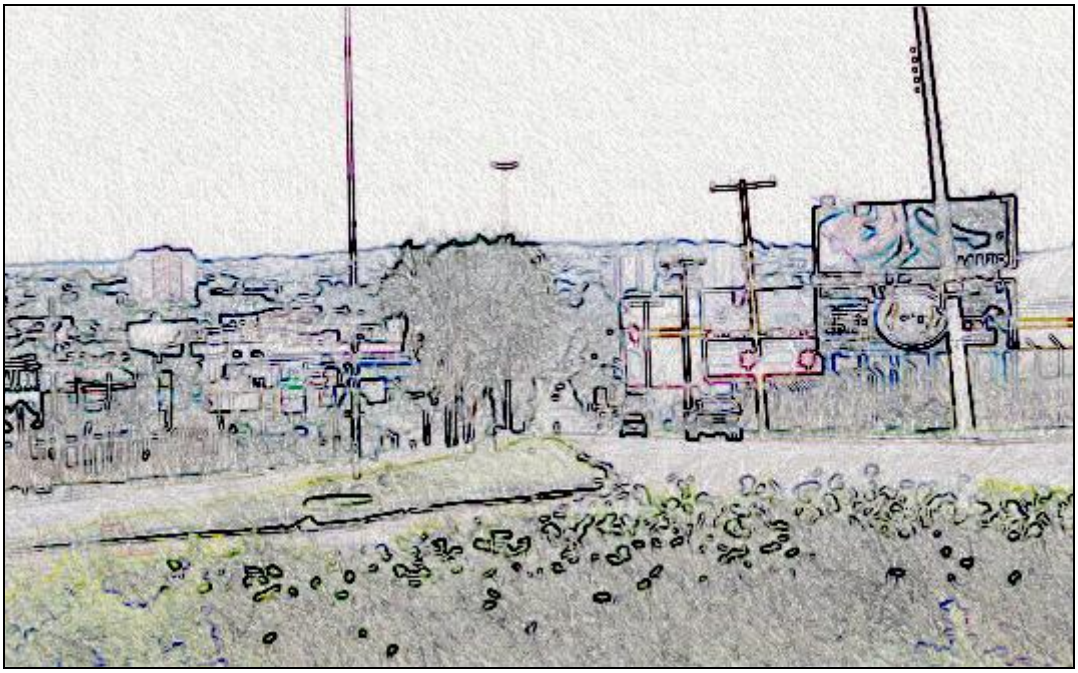
TORNÉ, J. M. L.; SANFELIU, C. B. **Ciudades intermédias y urbanización mundial: presentación del programa de trabajo de la Unión Internacional de Arquitetos (UIA)**. Lleida (España), 2002. Documento 4. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004. (mimeo)

VALVERDE, R. R. H. F. Transformação no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GeoUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 119-126, 2004

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SHIFFER, Sueli (Org**.). O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999. p. 169-243.

WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás, **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, ano IX, n. 3, p. 03-32. jul./set. 1947.



ANEXOS

ANEXOS

01- Mapa de referência com a divisão política de Goiás

02- Tabela: Estado de Goiás: Relação de Distritos Agroindustriais, 2006